



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

FELIPE DA SILVA FREITAS

**RACISMO E POLÍCIA: UMA DISCUSSÃO SOBRE
MANDATO POLICIAL**

Brasília, 2020.

FELIPE DA SILVA FREITAS

**RACISMO E POLÍCIA: UMA DISCUSSÃO SOBRE
MANDATO POLICIAL**

Tese submetida à Universidade de Brasília
como requisito parcial para obtenção do grau
de doutor em direito.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cristina Zackseski

Brasília, 2020.

FELIPE DA SILVA FREITAS

**RACISMO E POLÍCIA: UMA DISCUSSÃO SOBRE
MANDATO POLICIAL**

Esta tese foi julgada adequada para obtenção do título de doutor em direito e aprovada, em sua forma final, pela seguinte banca examinadora:

Prof.^a Dra. Cristina Zackseski

Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB)

Prof.^a Dra. Ana Luiza Pinheiro Flauzina

Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof.^a Dra. Haydée Glória Cruz Caruso

Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília (UnB)

Prof.^o Dr. Evandro Charles Piza Duarte

Faculdade de Direito, Universidade de Brasília (UnB)

Prof.^a Dra. Camila Cardoso de Melo Prando

Faculdade de Direito, Universidade de Brasília (UnB)

Brasília, 2020.

A Vó Pequena, companheira eterna dos meus voos mais ambiciosos;

A Mãe e a Pai, certeza de que tenho porque seguir navegando;

A Luiza Bairros, pelo exemplo de militância, de disciplina, de solidariedade e de amor pela liberdade (ah, que saudade!)

AGRADECIMENTOS

Sempre desdenhei muito de quem dizia que o doutorado era um processo marcado de sofrimentos, dores e angústias. De modo arrogante, sempre achei que havia nesta posição exageros e que era possível passar pelos estudos de doutoramento sem padecer de crises de choro, desespero e profunda solidão. Definitivamente: eu estava errado!

De fato, o doutorado é um processo bastante exigente num tempo em que são testados não apenas os conhecimentos e as habilidades acadêmicas, mas, sobretudo, a energia, a coragem e a disciplina de quem escreve. Doutorado é inspiração, mas, é também muita transpiração. Portanto, há muito o que agradecer.

A minha família (pais, irmão/ã, tios/as, primos/as e avó) por respeitarem minhas escolhas mesmo quando não as entendem plenamente, por admirarem meus caminhos mesmo quando eles parecem estranhos e esquisitos.

A Jusandra, minha irmã, pelo carinho de sempre, pela reclamação de que eu não atendo ligações e que não durmo de noite e pelo afeto que escolhi ter para sempre. A Ideojane Melo, minha companheira, pela parceria incondicional nos momentos mais importantes de toda esta caminhada, pela tranquilidade necessária para que este texto chegasse ao fim e pelo sonho comum de uma vida boa e de um mundo melhor. A meus pais, Manoel e Irenalva, por terem proporcionado todas as condições para que tudo fosse possível e para que não faltasse afeto, amor e cuidado.

As minhas amigas-irmãs, Elis Souza, Gabriele Peixoto e Gabriela Moura, por tantos anos juntos, por ajudas tão fundamentais, por serem companheiras no sentido mais profundo da palavra.

Aos amigos de Brasília, que hoje estão espalhados por todo o Brasil: Silas Cardoso, Renata Antão, Vladimir Sampaio, Marina Lacerda, Marcelo Chilvarquer, Monica Oliveira, Luiz Barcelos, Eunice Lea, Fernanda Lopes, Severine Macedo, Fernanda

Papa, Paulo Victor.

A minha amiga e companheira de casa, Dalila Negreiros. Sem sua generosa convivência no período das disciplinas não teria sido possível continuar em Brasília e eu não teria chegado até o fim deste texto. Obrigado pela disponibilidade de quem é amiga de verdade.

Aos colegas de doutorado: Carol Lemos, Camilla Magalhães, Manuela Abath, Carolina Ferreira, Pedro Brandão, Fernando Antunes, Rodrigo Portela, Maíra Brito, em especial, a Gabriela Sá e Sinara Gumieri que enfrentaram ao meu lado essa reta final. E, a Leonardo Santana, meu colega e vizinho desde a educação infantil em Feira de Santana até o doutorado em Brasília.

A todas e todos que me entusiasmaram a seguir escrevendo, que frisaram que estavam disponíveis para ajudar: Tia Lília, Tia Quita, Tia Flor, meus padrinhos, Ana Souza e Péricles, minha prima Ana Célia, meu irmão, Genício, Andremara dos Santos, Helena Abramo, Solange Rodrigues, Jocivaldo Anjos, Marcos Pereira, Rael Costa, Lucas Reis, Marília Lomanto, Acacia Batista, Ivannide Santa Bárbara, Marília Montenegro, Jerônimo Rodrigues e Hildete Emanuele.

As amigas e referências Ana Flauzina e a Thula Pires que nunca me deixaram ter dúvidas de que falar em primeira pessoa é muito importante e de que sonhar vale muito a pena.

A Sérgio São Bernardo, Ana Flavia Magalhães Pinto, Fernanda Felisberto e Karine Damasceno, geração de doutoras/es negras/es que me precederam e que me orgulham profundamente.

A querida Luciana Garcia que me apoiou em atividades profissionais ao longo dos quatro anos do doutorado e que se tornou uma amiga para a vida inteira.

Ao Grupo de Pesquisa em Criminologia da UEFS, que é meu abrigo acadêmico desde a graduação, em especial aos inestimáveis: Celso Fernandes, Lílian Gomes, Vanessa Mascarenhas, Poliana Ferreira, Ana Míria Carinhonha, Marco Aurélio

Macedo e Thays Carvalho. Ao Grupo Asa Branca de Criminologia, da Universidade Federal de Pernambuco, e ao Maré - Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro, da Universidade de Brasília, que durante o doutorado me ofereceram valiosas oportunidades de diálogos e trocas repletas de muito respeito, leveza e honestidade e que aparecem nesse trabalho no que de melhor ele tiver.

Agradeço também a Professora Haydée Caruso, com quem debati largamente os textos sobre polícia no Brasil e que me oportunizou uma importante incursão pelo mundo das ciências sociais; ao professor Evandro Piza, com quem aprendi muito sobre relações raciais e sistema de justiça criminal e à professora Camila Prando, que desde o nosso primeiro encontro, ainda na minha graduação, me emociona e me instiga a pensar o que podem as nossas pesquisas diante de um mundo tão desigual e violento.

A minha orientadora Cristina Zackseski agradeço pela amizade, pelo profissionalismo, pela competência e, sobretudo, pela generosidade com que me acompanhou desde o mestrado sendo referência de alguém que é leveza, carinho e compromisso com o que faz. E ao amigo Riccardo Cappi, um eterno professor, que desde os tempos em que eu era um jovem barulhento, me anima a estudar criminologia e a apostar nas minhas próprias ideias.

A Euzilene Moraes, servidora da UnB que faz da Pós-Graduação em Direito um espaço de mais compreensão e escuta.

Agradeço a CAPES, pelo auxílio financeiro fundamental para a conclusão desse trabalho e de tantos outros tão importantes para o desenvolvimento nacional. Que não nos falte coragem para seguir lutando por dias melhores do ponto de vista do financiamento da pesquisa e das Universidades Públicas nesse país.

Por fim, obrigado a Inácio, minha luz, meu sol, meu caminho, meu rebento por me inspirar nos seus passos, nos seus medos e nas suas coragens. Filho, nenhum amor é igual ao teu.

RESUMO

O presente trabalho investiga a relação entre polícia e racismo a partir da análise do debate teórico acerca do conceito de mandato policial. Partindo do levantamento, categorização e análise da produção acadêmica brasileira entre 1987 e 2017 no campo dos estudos policiais, discute-se, nesta tese, o modo pelo qual se interpretou hegemonicamente o tema das relações raciais no âmbito do debate acadêmico, perquirindo os limites e potencialidades destas abordagens. Tendo em vista as disputas referentes ao lugar do racismo na formação social do Brasil, resgatam-se as contribuições teóricas do pensamento negro brasileiro para refletir sobre os pontos-chave do conceito de mandato policial à luz dos referenciais da criminologia crítica e da sociologia da violência, bem como da trajetória histórica dos movimentos negros na tematização da questão policial. O desenho metodológico foi feito com base no método qualitativo de caráter indutivo, com base nos procedimentos da Teoria Fundamentada nos Dados (TFD), que permitiu a exploração dos temas, da trajetória histórica e favoreceu a identificação de escolhas teóricas, recorrências e inovações no campo dos estudos policiais. Constatou-se nesta tese a prevalência de trabalhos empíricos voltados à compreensão das práticas e formas de organização da estrutura polícia e, por outro lado, o baixo investimento teórico na compreensão do mandato policial e da questão racial enquanto elemento estruturador de dinâmicas e trajetórias dentro das corporações de polícia. Finalmente, constatou-se que as relações raciais funcionam como uma rede de sentidos e significados na qual o mandato policial é formulado e exercido.

PALAVRAS CHAVE: Polícia – Relações Raciais – Racismo – Mandato Policial – Estudos Policiais

RÉSUMÉ

Ce travail examine la relation entre police et racisme à partir de l'analyse du débat théorique sur le concept de mandat de police. Sur la base de la collecte, de la catégorisation et de l'analyse de la production universitaire brésilienne, entre 1987 et 2017, dans le domaine des études policières, cette thèse examine la manière dont le thème des relations raciales a été interprété de manière hégémonique dans le contexte du débat académique, en montrant les limites et le potentiel de ces approches. Au vu des différends concernant la place du racisme dans la formation sociale du Brésil, les apports théoriques de la pensée noire brésilienne sont retenus pour réfléchir les points clés du concept de mandat de police, à la lumière des références de la criminologie critique, de la sociologie de la violence et de la trajectoire historique des mouvements noirs en ce qui concerne la thématisation de la question policière. La conception méthodologique a été faite sur la base de la méthode qualitative du caractère inductif, basée sur les procédures de Grounded Theory (TFD), qui a permis l'exploration des thèmes, la trajectoire historique de la recherche et favorisé l'identification des choix théoriques, des récurrences et des innovations dans le domaine des études de police. On observe au long de cette thèse, d'une part, la prévalence des travaux empiriques visant à comprendre les pratiques et les formes d'organisation de la structure policière et, d'autre part, le faible investissement théorique dans la compréhension du mandat de police et de la question raciale, comme éléments structurants de la dynamique et des trajectoires au sein des organisations policières. Enfin, il a été constaté que les relations raciales fonctionnent comme un réseau de sens et de significations dans lequel le mandat de la police est formulé et exercé.

MOTS-CLÉS : Police – Relations raciales – Racisme – Mandat de la Police – Études policières

ABSTRACT

The present research investigates the relationship between police and racism within the theoretical debates about the concept of police mandate. This dissertation gathers, categorizes and analyses the Brazilian academic production on police studies between 1987 and 2017. It debates the hegemonic interpretation of race relations in the academic debate by investigating the limits and potentialities of these approaches. In attention to the disputes around the place of racism in social formation in Brazil, this research rescues the theoretical contributions from Brazilian black epistemologies to reflect on key concepts of police mandate in relation to critic criminology and sociology of violence epistemologies, and the black movements trajectory on discussions about police. The methodological design was made based on the qualitative method of inductive character, based on the procedures of Grounded Theory (TFD), which allowed the exploration of themes, the historical trajectory of research and favored the identification of theoretical choices, recurrences and innovations in the field of police studies. This dissertation uncovered the prevalence of empiric researches aimed to understand practices and organization formats of the police structure. On the other hand, there is a low theoretical investment on understanding police force mandate and race as structurer of dynamics and trajectories inside of the police corporation. Finally, it was found that race relations were used as a set of meanings and signifiers where police mandate is stated and prosecuted.

KEY WORDS: Police force, Racism, Race Relations, Police Mandate, Police Studies

O racismo é uma experiência visceral, que desaloja cérebros, bloqueia linhas aéreas, esgarça músculos, extrai órgãos, fratura ossos, quebra dentes. Você não pode deixar de olhar para isso, jamais. Deve sempre se lembrar de que a sociologia, a história, a economia, os gráficos, as tabelas, as regressões, tudo isso acabará atingindo, com grande violência, o corpo.

Ta-Nehise Coates, Entre o Mundo e Eu

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUDH	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
CONASP	Conselho Nacional de Segurança Pública
CONSEG	Conferência Nacional de Segurança Pública
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DEPAID	Diretoria de Ensino, Pesquisa e Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal
IBCCRIM	Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IUPERJ	Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro
MJ	Ministério da Justiça
MNUCDR	Movimento Negro Unificado contra Discriminação Racial
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PJV	Plano Juventude Viva
PM BA	Polícia Militar
PNSP	Plano Nacional de Segurança Pública
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPV	Programa Pacto pela Vida
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PSP	Projeto Segurança Pública
RENAESP	Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública
RISP	Região Integrada de Segurança Pública
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
TFD	Teoria Fundamentada nos Dados

UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UnB	Universidade de Brasília
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I – A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: DA PERGUNTA DE PESQUISA AO LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO TEÓRICA	25
A) A POLÍCIA COMO UMA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA NO BRASIL.....	26
B) PRIMEIRO LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO TEÓRICA.....	30
C) CATEGORIZAÇÃO DAS PRODUÇÕES: DETALHAMENTO DA ANÁLISE.....	33
D) CARACTERIZAÇÃO INICIAL DO LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO TEÓRICA.....	42
CAPÍTULO II – ACHADOS DE PESQUISA: UM BALANÇO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE POLÍCIA NO BRASIL	45
A) MAPA DOS ESTUDOS POLICIAIS NO BRASIL.....	45
<i>Temas Recorrentes</i>	46
<i>Temas Emergentes</i>	62
B) O QUE SE FALA SOBRE RACISMO NO DEBATE SOBRE POLÍCIA NO BRASIL	67
<i>Pensamento negro brasileiro e questão policial</i>	68
<i>O racismo no âmbito dos estudos policiais</i>	79
C) UM OLHAR SOBRE A DISCUSSÃO ACERCA DO MANDATO POLICIAL.....	89
D) CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	98
CAPÍTULO III – RACISMO E MANDATO POLICIAL: ENTRE O MONOPÓLIO DA VIOLÊNCIA E O CONSÓRCIO PÚBLICO E PRIVADO.....	103
A) MANDATO POLICIAL E A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: VIOLÊNCIA COMO ETHOS DO ESTADO BRASILEIRO	107
<i>Um olhar para os discursos hegemônicos</i>	108
<i>Os discursos do acostamento sobre a formação social brasileira</i>	114
B) LEGITIMAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA DE ESTADO	126
<i>Homens negros e o mandato de violência</i>	127
<i>Chancela à violência como uma forma de governo das cidades</i>	143
C) VALIDAÇÃO JUDICIAL DA AÇÃO POLICIAL: ENTRE O CONTROLE E A CHANCELA.....	155
<i>Validação de narrativas policiais</i>	158

D) CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS	181
ANEXOS.....	205
ANEXO 1 – LEVANTAMENTO DAS PRODUÇÕES DO CAMPO DOS ESTUDOS POLICIAIS (1987 – 2017)	206

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Práticas, representações sociais e identidades policiais	48
Quadro 2 - Estratégias e modelos de policiamento	51
Quadro 3 - Desvio e controle da ação policial	57
Quadro 4 - Formas de Estruturação e organização da polícia.....	62
Quadro 5 - Racismo nos estudos policiais (síntese).....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipo de produções	34
Tabela 2 – Classificação das Publicações – por tema principal (Categoria 1)	37
Tabela 3 - Síntese das classificações	40
Tabela 4 - Distribuição dos grupos temáticos.....	46

INTRODUÇÃO

Por mais que você corra, irmão
Pra sua guerra vão nem se lixar
Esse é o xis da questão
Já viu eles chorar pela cor do orixá?
E os camburão, o que são?
Negreiros a retraficar
Favela ainda é senzala, Jão
Bomba relógio prestes a estourar

*Emicida, Boa Esperança*¹

A polícia sempre foi, para mim, uma instituição enigmática e desafiadora. Desde a percepção juvenil de temor de ser abordado por uma autoridade policial – na volta da escola ou na saída para uma festa – até os primeiros estudos acadêmicos sobre criminologia, sempre desenvolvi sentimentos sobre a polícia, tendo como diretriz a experiência de medo e de precaução.

Como jovem negro, desde cedo entendi que o estar diante de uma autoridade policial envolvia a expectativa sobre “o que a polícia irá fazer” e que, nessa situação, a cor da pele, a roupa, a textura do cabelo, o tom de voz, a posição social, o gênero e a *performance social* “de com quem se está falando” importam na definição de como irá se desenrolar esta história, confirmando ou infirmando a expectativa de uso da força a pretexto de estabelecimento da ordem.

Como a maioria dos jovens negros do Brasil, percebi empiricamente que a polícia é peça fundamental para compreender a política,² na medida em que ela

¹ EMICIDA, *Boa Esperança*. São Paulo: LabFantasma, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AauVal4ODbE>>. Acesso em 31 de janeiro de 2020.

² “A palavra ‘polícia’ deriva do termo grego *polis*, que designa a constituição e a organização da autoridade coletiva, e tem a mesma origem epistemológica da palavra ‘política’, relativa ao exercício

é uma representação bastante presente do poder estatal em nossas ruas, bairros e comunidades. Imagens de bairros populares ocupados por blindados das forças policiais, das *blitzes* fazendo cerco na entrada das comunidades e das viaturas dispostas em pontos estratégicos da circulação dos/as trabalhadores/as pela cidade têm se maximizado ao longo dos anos como representação local de processos globais de militarização da vida urbana e de vigilância sobre determinados territórios, grupos e pessoas o que produz significados e representações sociais sobre os sentidos de ordem pública e de convivência.

Não é possível pensar as cidades sem considerar a peso da presença policial na gestão da circulação de pessoas, bens e serviços no espaço urbano no Brasil e sem considerar o impacto do pertencimento racial dos/as moradores/as na regulação e no gerenciamento destes trânsitos geográficos e sociais por parte da polícia e das demais autoridades públicas. No plano da experiência pessoal e comunitária, sabe-se nas periferias das cidades pequenas, médias ou grandes que viaturas, sirenes e armas são símbolos que indicam e informam “quem”, “como”, “onde” e “quando” devemos caminhar, sublinhando regras sociais e reforçando mecanismos de coerção e controle estatal.

Em outras palavras, aprende-se desde cedo na vivência nas cidades brasileiras que a gestão do espaço público passa pela presença e pelo escrutínio, real e simbólico, da autoridade policial e que tal processo é entremeado por estratégias de poder, alianças discursivas e jogos de representação nos quais “os policiais ‘incorporam’ diversos personagens ao lidar com distintos públicos dependendo de quem são, o que representam e onde se situam na hierarquia social”.³

Do ponto de vista político e social, as polícias representam uma temática profundamente relevante na medida em que se relacionam com a própria legitimidade do modelo democrático e informam sobre a consistência (ou não) da

dessa autoridade coletiva. A ideia de polícia está, portanto intimamente ligada à noção de política: a atividade de polícia é por princípio política, pois diz respeito à forma como a autoridade coletiva exerce seu poder” (COSTA, Arthur T. M. Como as democracias controlam as polícias. *Novos Estudos*, n. 70, novembro 2004, São Paulo, p. 67-68).

³ CARUSO, Haydée. *Entre ruas, becos e esquinas: a construção da ordem na Lapa carioca*. Brasília: Editora UnB, 2016, p. 21.

noção de Estado de Direito.⁴ O tipo de polícia que se tem e o padrão da sua relação com os diferentes grupos sociais é determinante para avaliar o tamanho da tolerância social a práticas de violência e autoritarismo, ao tempo em que é também um índice de avaliação da densidade do controle público das instituições.

Um observador atento das dinâmicas policiais consegue perceber que as características físicas dos sujeitos envolvidos nas interações cotidianas destes profissionais são extremamente relevantes na definição e valoração dos limites e das possibilidades da autoridade exercida pela polícia. Como se pode constatar mediante a análise dos dados que serão amplamente explorados ao longo deste trabalho, há forte conexão entre perfis raciais e produção da atividade policial.⁵

Mas por que, à medida que avançamos nos estudos acadêmicos sobre o tema da polícia, a *questão racial*, tão presente em qualquer nível prático de observação, não comparece como fator explicativo ou como elemento de compreensão desses modos de funcionamento da polícia? Por que, ao falar de polícia no âmbito acadêmico, a questão dos modelos institucionais prevalece em relação aos relatos sistemáticos, recorrentes e reiterados de racialização das relações entre policiais e policiados? Em que medida as organizações policiais estão submetidas e são efetivamente reguladas pelas instâncias de poder político e de gestão governamental? Em que momento do debate teórico sobre polícia no Brasil o perfil racial dos sujeitos e as hierarquias raciais daí decorrentes passaram a não importar na formulação das hipóteses sobre por que existem e como funcionam as organizações da polícia?

Essas questões foram me interpelando como pesquisador e como ativista político e progressivamente dirigiram minhas leituras e minhas opções teóricas, de modo que, no âmbito dos debates gerais sobre polícia, o assunto da relação entre polícia e racismo passou a me interessar não só como um tema de

⁴ Ibid.

⁵ NAÇÕES UNIDAS. *Relatório do Relator Especial de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrarias: Adendo Missão ao Brasil. Dr. Philip Alston*. Tradução não oficial, Brasil: 2008. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/000NOTICIAS/OutrasNoticias/portugues.PDF>>; UNITED NATIONS. *Report of the Working Group of Experts on People of African Descent on its fourteenth session – Mission to Brazil*. Geneve: 2014.

ativismo político mas como um objeto de investigação acadêmica. Nesse sentido, interessei-me em estudar a polícia com vistas a entender como funcionam e se retroalimentam estes dispositivos de controle e de que modo seria possível instituir mecanismos mais transparentes e eficazes para a gestão da força estatal. Foi com esta motivação que passei a estudar a polícia e a me aprofundar na análise da questão da segurança pública e da justiça criminal.

Estas questões podem ser pensadas em pelo menos três níveis: do funcionamento da organização policial, da relação entre polícia e poder político e da relação entre organizações policiais e demais instâncias da sociedade, e que, nesse sentido, descortinam diferentes aspectos de como a questão policial pode ser tematizada no âmbito político e no âmbito acadêmico. Desse modo, fui aos poucos tensionando o “lugar comum” de afastamento, ódio ou indiferença à complexidade da polícia e aderindo a uma conduta muito mais observadora, especulativa e reflexiva em relação ao fazer policial. À medida que fui entendendo que a polícia era multifuncional, plural e polissêmica fui também me interessando por compreender como ela era tematizada nos estudos acadêmicos desenvolvidos no âmbito do direito, da criminologia e das ciências sociais e, a partir desse interesse, desenvolvi essa investigação.

O projeto de pesquisa que submeti à seleção de doutorado referia-se à discussão sobre como funcionavam os mecanismos de controle externo da polícia no Brasil e quais os entraves, limites e possibilidades deste sistema dentro da agenda democrática.⁶ Entretanto, no curso da pesquisa, fui me interessando mais especificamente pelo debate sobre o tipo de abordagem teórica desenvolvida no campo dos estudos policiais. Interessava-me compreender a base conceitual que dirigia e organizava as interpretações sobre polícia no Brasil e suas relações com debates mais gerais do campo do direito e das ciências sociais.

Nesse processo, percebi que havia no campo um expressivo número de produções empíricas sobre o tema que auxiliavam na compreensão das dinâmicas

⁶ FREITAS, Felipe da Silva, *Politizando o controle externo: o papel do Ministério Público nos casos de letalidade policial, uma análise comparativa das cidades de Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro*, Projeto de Tese – Seleção de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2015.

internas das corporações policiais (notadamente das polícias militares), no entendimento dos processos de profissionalização e de constituição de uma identidade e de um *ethos* policiais, mas persistem questões sobre como a questão racial está colocada nesse debate. De que maneira se atribuem – e se alteram – as funções das polícias? Como a raça participa deste processo?

Ou seja, minha inquietação concentrou-se no debate sobre como está compreendida a questão racial no horizonte dos debates sobre polícia e, mais especificamente, como esta forma de abordagem repercute teoricamente na análise da questão do mandato policial.

Nesta pesquisa, investigo a relação entre polícia e racismo a partir da análise do debate teórico acerca do conceito de mandato policial. Tendo como objeto o levantamento da produção acadêmica entre 1987 e 2017 no campo dos estudos policiais, discuto o modo pelo qual se interpretou hegemonicamente o conceito de mandato policial perquirindo os limites e potencialidades destas abordagens teóricas e a forma com que se estabeleceu nesse debate um apagamento da ideia do racismo como elemento estruturante das relações sociais no Brasil.

A partir da análise proposta no trabalho, pretendo discutir como os estudos sobre racismo e autoritarismo no Brasil têm contribuído para o alargamento da leitura sobre o tema do mandato policial e para o aprimoramento das reflexões em torno da ideia de monopólio estatal da violência. A proposta desse trabalho é explicitar conexões possíveis entre os debates desenvolvidos no âmbito da tradição teórica do pensamento negro brasileiro e as discussões sobre polícia no âmbito dos estudos do direito, da criminologia e das ciências sociais.

Mais do que oferecer um estudo quantitativo sobre quais os temas mais desenvolvidos no campo ou sobre os referenciais teóricos mais citados (o que é realizado em alguma medida em parte do trabalho), o objetivo da análise é aprofundar o debate sobre a narrativa teórica adotada e sobre o eixo estrutural das explicações acerca do mandato policial.

Para tanto, valho-me da análise e classificação da produção teórica disponível no campo dos estudos policiais e realizo uma pesquisa qualitativa, tendo

questão de pesquisa como se dá a abordagem da questão racial no campo dos estudos policiais e como isso impacta na explicação do mandato policial.

Para apresentar os resultados da pesquisa, a presente tese está dividida em três capítulos. No primeiro, apresento o objeto da pesquisa e indico a metodologia utilizada para construir um mapa do que se estudou sobre polícia no Brasil, destacando as técnicas realizadas para a sistematização e categorização do levantamento bibliográfico. Nesse capítulo, apresento os procedimentos de pesquisa realizados, com base em práticas de pesquisa indutiva (com referência em aportes procedimentais da teoria fundamentada nos dados), para inquirir quais as ideias integrantes da narrativa hegemônica do campo dos estudos policiais.

O objetivo do primeiro capítulo é contar a história da pesquisa, indicar como se constituiu o *corpus* empírico analisado e oferecer uma descrição inicial desse levantamento. Em termos operativos, elegi como *corpus* empírico para minha observação o conjunto de textos produzidos no âmbito acadêmico acerca da questão policial e categorizei estes documentos, visando identificar narrativas teóricas do campo, argumentos recorrentes e temas não trabalhados.

Na seção final do primeiro capítulo, apresento também algumas características iniciais do campo, com destaque para os trânsitos temáticos entre o saber acadêmico e a incidência política e para a análise das pressões e articulações políticas que estruturaram os trabalhos pioneiros no campo dos estudos policiais.

No capítulo 2, busco desdobrar os dados colhidos no processo de categorização descrito no capítulo 1. O objetivo do segundo capítulo é apresentar “quais os temas debatidos nos estudos sobre polícia no Brasil”; “como a questão racial foi tratada no debate acadêmico sobre polícia” e, por fim, “qual a visão prevalecente nos trabalhos sobre mandato policial desenvolvidos no Brasil”, contrastando esta produção teórica sobre polícia com as interpelações políticas do campo do movimento negro e as reflexões teóricas do campo dos estudos raciais.

No capítulo 3, busco retomar o eixo argumentativo explicitado na questão de pesquisa (a relação entre polícia e racismo a partir do debate teórico acerca do conceito de mandato policial), apresentando as repercussões teóricas da tradição autoritária e violenta da sociedade brasileira no campo dos estudos policiais e

discutindo outras possibilidades reflexivas para abordar esta temática. Tendo como referência os aprendizados sobre racismo e formação social brasileira, pretendi no capítulo derradeiro questionar a forte ênfase às interpretações teóricas que privilegiam a ideia de monopólio estatal da violência e enfatizar a predominância de uma sólida convivência entre formas públicas e privadas de gestão da polícia e do policiamento no Brasil, tensionando ideias-chave recorrentes no debate sobre polícia e racismo.

Ainda no capítulo 3, apresento um panorama dos debates sobre formação social brasileira que estruturam o lastro teórico da discussão sobre polícia e mandato policial no período estudado, faço a discussão sobre os processos de legitimação social da violência de Estado e o alargamento de formas de policiamento como forma de controle racial do espaço público e discorro sobre o peso da validação judicial de ações oficiais estranhas à descrição legal das atribuições policiais.

O objetivo deste capítulo foi evidenciar como debate sobre o mandato policial está imbricado com a discussão sobre relações raciais, sublinhando como a formação social brasileira e seu traço violento, hierárquico e autoritário, a forte tolerância social em relação a práticas de violência estatal e a estrutural chancela judicial às ações policiais abusivas convergem para oferecer a definição sobre o quê, como, quando e onde da atuação policial. Ou seja, a interação desses elementos em um regime de hierarquias raciais produz um sistema próprio de elaboração, interpretação e validação prática do mandato policial.

CAPÍTULO I – A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: DA PERGUNTA DE PESQUISA AO LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO TEÓRICA

As polícias são um tema cuja dinâmica desperta interesse de cientistas sociais, historiadores, juristas e governantes há bastante tempo, tanto no que se refere ao seu papel em relação às estruturas do Estado quanto no que tange à própria estruturação interna das corporações e às dinâmicas e interações das forças policiais e dos seus integrantes. É a partir da segunda metade dos anos 1960 que, nos Estados Unidos, começa se forma o campo mais institucionalizado dos Estudos sobre Policiamento (*Policing Studies*), que, a partir dos anos 1980, vai se espalhar para outros países do mundo, formando uma área interdisciplinar bastante ampla, situada entre a criminologia, o direito e as ciências sociais.⁷

No Brasil, por sua vez, os estudos policiais desenvolveram-se mais aceleradamente a partir dos anos 1990, quando começa a se ampliar o número de produções e se diversificam os temas, as perspectivas teóricas e as abordagens metodológicas adotadas no estudo das organizações, da cultura e das práticas policiais. No período que vai do final da década de 1970 até os anos 2010 produziu-se no país um vasto repertório de estudos impulsionados por acadêmicos, por meios de artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, por organizações da sociedade civil (relatórios, pesquisas independentes etc.), por órgãos de governo e por iniciativas de organismos internacionais⁸

Neste capítulo, apresentarei o percurso metodológico realizado no trabalho, destacando a trajetória da investigação, o levantamento bibliográfico e as escolhas para observação, com vistas a explicitar o caminho que percorri para compor um mapa da produção sobre polícia no Brasil.

⁷ MUNIZ, Jaqueline; PAES-MACHADO, Eduardo. Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento. *Caderno CRH*, v. 23, n 60, Salvador, set./dez. 2000, p. 437.

⁸ MUNIZ, Jacqueline; CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe da Silva. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira dos anos 2000, *BIB*, v. 84, n. 2, p. 148 - 187, 2018.

A) A polícia como uma problemática de pesquisa no Brasil

A polícia é a instituição que, no âmbito do sistema de segurança pública e de justiça criminal, desempenha mais diretamente atividades de interação com a população e mais precocemente participa dos processos de criminalização, sendo também a fração mais exposta (e mais vulnerável) dos atores estatais implicados com as ações de controle social dos delitos e de manutenção da ordem pública.

Na história do Brasil, todavia, sempre assistimos a perigosos e sistemáticos processos de deterioração dessa narrativa hegemônica da polícia moderna. Diferentemente do que encontramos nos manuais de teoria do Estado ou de direito constitucional, sabemos que, na prática, a polícia no Brasil sempre se constituiu como um campo de informalidade e improvisação, marcada por processos de autonomização predatória das organizações de força e por relações tensas (e às vezes letais) com grupos sociais historicamente excluídos.⁹

Os dados sobre a percepção social acerca da ação policial confirmam esses problemas e demonstram a relevância do debate público sobre as formas de legitimação da ação policial e sobre o tipo de trabalho desenvolvido pelas polícias junto ao conjunto da sociedade.¹⁰ Ao mesmo tempo, a observação das disputas e tensões relativas à participação das polícias na vida pública (através do ativismo corporativo, do ingresso em partidos políticos ou da articulação com forças do Executivo e dos parlamentos) aquece e complexifica a abordagem da “questão policial” e desafia pesquisadores/as e ativistas políticos a abordagens mais inovadoras na análise da incidência sobre estas questões.¹¹

⁹ MUNIZ, Jacqueline. Fé cega, facas amoladas: regime do medo e práticas de exceção. *Trincheira Democrática*: Boletim do Instituto Baiano de Direito Processual Penal. Ano 2, n. 6, Dezembro 2019, p. 7-8.

¹⁰ Segundo dados do Instituto Datafolha, desde 2010 a falta de segurança é apontada como uma das cinco maiores preocupações dos brasileiros em todos os grupos etários e faixas de renda. GELAPE, Lucas. *Saúde e violência são os principais problemas do Brasil, segundo Datafolha*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/09/11/saude-e-violencia-sao-os-principais-problemas.ghtml>>. Acesso em: 02 de março de 2020.

¹¹ “De acordo com pesquisa realizada por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre 1997 e 2017 o Brasil registrou 715 greves de agentes de segurança pública, uma média de 36 paralizações por ano. Conforme levantamento feito pelo jornal O Globo a partir de informações do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar e do Tribunal Superior Eleitoral entre as

No âmbito público, a emergência de uma discussão sobre crime, criminalidade e violência¹² se dá especialmente a partir da década de 1970, com a proliferação de estudos acerca da questão policial, e em especial após 1987, em face da nova ordem constitucional pós-ditadura militar. Nesse período, multiplicaram-se estudos e pesquisas sobre as dinâmicas de organização das instâncias formais de controle da violência criminal, sobre a questão dos direitos humanos no âmbito da ação do sistema de justiça e sobre as temáticas da cidadania, da emancipação e da participação política e social.

Vale lembrar que no período pós-1970 ocorreu também um significativo incremento do debate sobre que vem se chamando de “violência urbana” para designar um conjunto amplo de fenômenos relacionados à criminalidade violenta, ao aumento da população carcerária e à preocupação crescente com fenômenos ligados à letalidade e a casos de violência patrimonial,¹³ o que impulsionou o interesse de pesquisadores(as) no estudo das causas e das relações articuladas por estes fenômenos sociais.

No período que vai da promulgação da Constituição de 1988 até as duas primeiras décadas do século XXI confirma-se esta tendência de preocupação com o tema da segurança e de articulação de debates sobre como conciliar a luta pela inauguração de uma ordem democrática e a necessidade de combate às práticas criminais. Em outras palavras, trata-se de um período marcado pela discussão sobre como conciliar a ideia de ordem com a noção de democracia e participação.

Nesse sentido, o debate acadêmico dessa primeira fase de estudos sobre violência, crime e criminalidade no Brasil (em especial nos anos 1980)

eleições de 2014 e 2018 cresceu de 12 para 59 o número de parlamentares egressos das forças policiais e nas Assembleias legislativas estaduais, um aumento de 391%” (RIBEIRO, Aline; CAETANO, Guilherme PRAZERES, Leandro; GRILLO, Marcos. A politização da polícia: com motins e mais cargos, categoria ganha novas armas. *O Globo*, 01 de março de 2020, p. 4-5).

¹² Uso aqui a expressão crime e criminalidade em atenção às palavras utilizadas no âmbito da sociologia, ciência política e antropologia. No campo da criminologia crítica esta expressão é bastante rechaçada em virtude do peso político da expressão e da sua naturalização como uma prática natural e ontológica.

¹³ Os levantamentos periódicos sobre os temas de maior preocupação da população e as pesquisas de opinião sobre as áreas mais importantes no campo das políticas públicas confirmam que a segurança pública é uma área especialmente sensível no rol das preocupações da sociedade, com forte impacto na vivência nas cidades e nas dinâmicas comunitárias.

ênfaticamente a temática da luta por direitos e por cidadania, ao tempo em que também sublinhou o assunto dos direitos humanos que, sobretudo na esteira dos debates sobre a transição democrática no fim da ditadura militar, fortaleceu-se como pauta na agenda pública nacional. No que se refere à questão policial, esses primeiros anos foram marcados por uma forte atenção à temática violência de Estado contra as classes populares, com ênfases que se dividem entre o diagnóstico da ligação entre a deterioração da polícia em grupos de extermínio e o apoio à resolução violenta dos conflitos¹⁴ e as possibilidades de autonomização da polícia frente às demandas ilegais como possibilidade de construção de políticas de segurança¹⁵, como destaca Frederico Vasconcelos.¹⁶

A questão policial nos primeiros anos da década de 1980 era introduzida no campo de modo subjacente às discussões sobre violência ou ocupava um lugar secundário nas reflexões de caráter mais geral. Salvo exceções como os trabalhos inaugurais de Luiz Antônio Paixão (1982)¹⁷ e Luciano Oliveira (1985),¹⁸ as aparições da temática policial nos artigos acadêmicos tendiam a ser indiretas, mais como algo já sabido a ser imputado como agente (re)produtor de violações, do que como algo a ser investigado e compreendido por dentro.

Parecia suficiente para compreensão da violência e do crime tratar

¹⁴ BENEVIDES, Maria Victória. Linchamentos: violência e “justiça” popular. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DA MATTA, Roberto; PAOLLI, Maria Célia. *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência de Estado e Classes Populares. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 2, 1979; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e Crise Política: o caso das polícias militares. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DA MATTA, Roberto; PAOLLI, Maria Célia. *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 57 - 92. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência sem controle e militarização da polícia. Núcleo de Estudos do CEBRAP, v. 3, n. 1, 1983; PINHEIRO, Paulo Sérgio. O controle da polícia no processo de transição democrática no Brasil. *Temas IMESC: Sociedade, Direito e Saúde*, p. 77-95, 1985.; FISCHER, Rosa Maria. *O direito da população à segurança: cidadania e violência urbana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

¹⁵ PAIXÃO, Antônio Luiz. A organização policial numa área metropolitana. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 1, 1982, p. 63-85.

¹⁶ VASCONCELOS, Frederico Thiago Rocha. *Esboço de uma sociologia política das ciências sociais contemporânea (1968–2010): a formação do campo da segurança pública e o debate criminológico no Brasil*. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2014.

¹⁷ PAIXÃO, Antônio Luiz. A organização policial numa área metropolitana. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 1, 1982, p. 63-85.

¹⁸ OLIVEIRA, Luciano. Polícia e Classes Populares. *Cadernos de Estudos Sociais*, v, 1, n. 1, p. 85-96, 1985.

a polícia como uma abstração genérica, cuja explicação estava fora dela, em outro ente, também abstrato e desencarnado, chamado Estado (MUNIZ, 1999). Na periferia dos interesses acadêmicos, a polícia surgia subalterna, tal como seus integrantes vindos das classes populares, um corpo sem alma e sem projetos próprios de poder. Surgia como um ventríloquo de uma outra abstração mal-intencionada, a “vontade política”, quase sempre dissociada de um sujeito concreto que a vocalizasse.¹⁹

Nos anos seguintes esta tendência foi sendo lentamente alterada mediante a introdução de debates sobre as práticas e representações policiais; o perfil das corporações; a participação das polícias na implementação das políticas de segurança pública; e as formas de controle da corrupção do desvio policial. Em outras palavras, o campo dos estudos policiais alargou-se e se complexificou ao longo das décadas de 1990 e 2000, o que provocou o adensamento dos referências teóricos e metodológicos e o refinamento das análises e interpretações acerca dos fenômenos envolvidos com a ação policial, a partir do ingresso de outros atores no campo.

Assim podemos falar em três grandes períodos no processo de inserção e consolidação dos estudos policiais nas universidades brasileiras. O primeiro, marcando o papel das ONGs, movimentos sociais e organismos internacionais, consiste no período em que se chama atenção para o tema das ações policiais como uma relevante *questão social* para o Brasil, quando, após a Constituição de 1988, pretende-se firmar as balizas de instituições regidas pelos valores e diretrizes de um Estado Democrático de Direito.

No segundo período, destaca-se o papel do Estado como responsável por construir políticas públicas de segurança pública baseado em diagnósticos mais precisos sobre “o problema das polícias e da segurança pública”, coadunando com uma agenda progressista trazida pela sociedade civil organizada, segundo a qual era preciso dar um passo consistente em direção à consolidação democrática. Nesse período, consolida-se muito fortemente a ideia de que era preciso realizar

¹⁹ MUNIZ, Jacqueline; CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe da Silva. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira dos anos 2000, *BIB*, v. 84, n. 2, 2018, p. 162.

estudos que subsidiassem a tomada de decisão em termos da gestão em segurança pública e da necessária reforma das instituições policiais.

Por fim, a partir da segunda metade da década de 2000, podemos falar num terceiro período, quando as próprias Universidades passaram a se abrir a tais estudos em seus programas de pós-graduação, núcleos de pesquisa e grupos de estudos, recepcionando diversos temas antes pouco ou nada discutidos nas Ciências Sociais.

Ou seja, desenvolve-se nesses diferentes períodos uma significativa diversidade de produções acerca das questões policiais que vão, aos poucos, descortinando práticas, saberes, hábitos e representações sociais até então pouco conhecidos do conjunto da sociedade e pouco sistematizados enquanto saberes válidos no âmbito da esfera pública. Esta ampla variedade de produções é o ponto de partida a partir do qual escolhi investigar o tema da relação entre polícia e racismo e os seus impactos na explicação do mandato policial.

Para realizar esse estudo, optei pelo desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, com vistas a explorar os discursos e as ideias dos atores do campo acadêmico referentes à questão policial, tendo como campo de análise a forma de discussão teórica e metodológica do conceito de mandato policial.

O objeto de análise desse trabalho é o levantamento da produção acadêmica das ciências sociais e do direito no período entre 1987 e 2017 no campo dos estudos policiais, para discutir o modo pelo qual se interpretou hegemonicamente o conceito de mandato policial. A partir desse *corpus* discuto os limites e as potencialidades destas abordagens teóricas e a forma com que se estabeleceu nesse debate um apagamento da ideia de racismo como elemento estruturante das relações sociais no Brasil.

B) Primeiro levantamento da produção teórica

O período selecionado para essa pesquisa, 1987 e 2017, marca o início da Assembleia Nacional Constituinte e a comemoração de 30 (trinta) anos da sua promulgação. Esse momento histórico em que se formulou o suporte normativo

constitucional com o qual manejamos a gestão do sistema de segurança pública e justiça criminal na contemporaneidade é o período em que se formou a base do que poderíamos chamar de “estudos policiais” no Brasil.

A escolha desse período também favoreceu a observação de inúmeros acontecimentos relativos à reemergência dos movimentos negros e à consolidação das denúncias acerca das hierarquias impostas pelo racismo no âmbito da gestão e do funcionamento das estruturas de segurança pública e de justiça criminal. No período entre 1987 e 2017, é notável a discussão política e social acerca da gravidade da violência racial na sociedade brasileira, sendo bastante relevante a produção teórica no campo dos estudos raciais quanto à necessidade de formulações políticas que abarquem estas reivindicações e quanto às temáticas de justiça, segurança pública e direitos humanos.

Construí o levantamento a partir de estudos já realizados sobre o campo da criminologia e das ciências sociais (resenhas bibliográficas e revisões de literatura) e de pesquisas diretas nas bases de dados das revistas especializadas e do banco de dissertações e teses de doutorado gerido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC).

Utilizei no levantamento exploratório as palavras “polícia”, “policiamento” e “policial”, com as quais identifiquei 14 (catorze) revisões de literatura e/ou resenhas bibliográficas produzidas no campo das ciências sociais e do direito sobre o tema. Cinco destas revisões de literatura foram especialmente valiosas na recuperação da produção bibliográfica no campo dos estudos da polícia no período analisado e permitiram-me um aprofundamento acerca do que foi produzido e da relação destas produções com o campo das ciências humanas, ciências sociais e ciências sociais aplicadas.

Os trabalhos de Alba Zaluar,²⁰ de Kant de Lima, Michel Misse e Ana

²⁰ ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. In: MICELI, Sérgio (org.). O que ler na ciência social brasileira (1970–1995). São Paulo: ANPOCS, 1999.

Paula Miranda,²¹ de Sérgio Adorno e Cesar Barreira,²² de Francisco Vasconcelos²³ e, mais recentemente, de Marcelo Campos e Marcos Alvarez²⁴ ofereceram a base a partir da qual se constituiu o primeiro inventário de produções e a partir do qual elaborei a primeira classificação dos textos encontrados. Esses textos foram a primeira plataforma descritiva e analítica com qual passei a investigar o tema e aprofundar a questão de pesquisa.

Também contribuíram para a composição inicial deste levantamento os depoimentos e análises contidos no livro *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*.²⁵ Neste livro, consultei as dezesseis entrevistas realizadas em 2011 com pesquisadores²⁶ precursores nas ciências sociais brasileiras que “desde meados das décadas de 1970 e 1980, construíram uma reflexão sistemática e permanente, voltada, prioritariamente, para as questões sobre violência, criminalidade, organizações policiais e do sistema de justiça e políticas públicas de segurança”.²⁷

A análise deste material permitiu gerar as primeiras hipóteses com as quais aqui trabalhei em termos de descrição do campo e de registro da produção temática da área.

²¹ KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula M. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal: uma bibliografia. *BIB*, n. 50, v. 2, Rio de Janeiro: 2000, p. 45-123.

²² BARREIRA, César; ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010.

²³ VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. A polícia à luz da Sociologia da Violência: “policiólogos” entre a crítica e a intervenção. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. v. 9, Ago./Set. 2011, p. 72-86.

²⁴ CAMPOS, Marcelo; ALVAREZ, Marcos César. Políticas públicas de segurança, violência e punição no Brasil (2000 – 2016). In: MARTINS, Carlos Benedito; MICELI, Sérgio (Orgs.). *Sociologia brasileira hoje*. São Paulo: Ateliê, 2017, p. 143-216.

²⁵ LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz (Orgs.). *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*, São Paulo: FBSP / ANPOCS / Urbana, 2011.

²⁶ Este trabalho contém entrevistas com Michel Misse, Julita Lemgruber, Paulo Sérgio Pinheiro, Alba Zaluar, Sérgio Adorno, Luciano de Oliveira, Roberto Kant de Lima, Luiz Antonio Machado da Silva, José Vicente Tavares dos Santos, César Barreira, Maria Stela Grossi Porto, Luiz Eduardo Soares, Gláucio Soares, Cláudio Beato, e ainda os textos com registros *in memoriam* sobre Edmundo Campos Coelho e Antônio Luiz Paixão.

²⁷ LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz (Orgs.). *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*, São Paulo: FBSP / ANPOCS / Urbana, 2011, p. 11.

Após a sistematização das informações levantadas por estas resenhas bibliográficas, realizei uma série de pesquisas na plataforma de Periódicos da CAPES/MEC²⁸ e no catálogo digital de teses e dissertações²⁹ nas áreas de ciências sociais (sociologia, ciência política e antropologia) e ciências sociais aplicadas (direito, administração e economia),³⁰ a partir das palavras “polícia”, “policimento” e “policial”.

Nesse levantamento, foram identificadas 581 produções classificadas como artigos, capítulos de livro, dissertações de mestrado, entrevistas, livros, relatórios de pesquisa e teses de doutorado, conforme os critérios de levantamento aqui relacionados. A primeira versão desse levantamento foi trabalhada juntamente com Jacqueline Muniz e Haydée Caruso, num estudo realizado para produção de uma resenha biográfica sobre os estudos policiais entre 2000 e 2017, publicada pela Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais.³¹

C) Categorização das produções: detalhamento da análise

Diante dessa primeira análise, realizei – à luz das considerações da banca de qualificação – uma nova redução do conjunto de trabalhos considerados, excluindo textos de outras temáticas, que se referiam às polícias em caráter muito periférico ou que apenas tinham a polícia como seu campo de observação; textos escritos em outros idiomas e textos apenas traduzidos para o português; textos que tratavam de outros ramos das polícias (que não as polícias militares, responsáveis pelo policiamento ostensivo); e ainda relatórios de pesquisa, entrevistas e livros³², permanecendo apenas artigos, capítulos de livro, dissertações de mestrado e teses

²⁸ Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>> . Acesso em 01 de julho de 2018.

²⁹ Disponível em: <<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em 01 de julho de 2018.

³⁰ Segundo o CNPq são consideradas ciências sociais aplicadas um conjunto bastante extenso de áreas, cito aqui apenas aquelas nas quais foram localizados trabalhos sobre o objeto desta pesquisa.

³¹ MUNIZ, Jacqueline; CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe da Silva. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira dos anos 2000, *BIB*, v. 84, n. 2, 2018.

³² Os livros foram retirados pois a maior parte era composta por coletâneas de direitos humanos sobre segurança pública ou era publicação de teses e dissertações que já constavam na lista.

de doutorado. O conjunto analisado então passou a ser composto por 185 artigos de revistas especializadas; 116 dissertações de mestrado; 37 teses de doutorado; e 35 capítulos de livro, ou seja, passamos a analisar um conjunto de 373 produções.

Tabela 1 - Tipo de produções

Tipo de texto	n. produções
Capítulo de livro	35
Tese de Doutorado	37
Dissertação de Mestrado	116
Artigo	185
Total Geral	373

Fonte: Elaboração Própria

A redução do número de trabalhos analisados possibilitou não só um melhor manejo do levantamento, mas também o aprofundamento dos elementos contidos na pergunta de pesquisa (como se dá a abordagem da questão racial no campo dos estudos policiais e como isso impacta a explicação do mandato policial).

Assim, após a estabilização da base de dados (definição do material empírico), passei à análise dos textos em função de suas hipóteses, base teórica e principais referências. Nesta etapa, os trabalhos foram classificados em função da temática abordada, seguindo as referências da teoria fundamentada nos dados (TFD),³³ buscando assinalar temas dos estudos, argumentos e ausências, tendo como pano de fundo a discussão sobre o contexto político e a situação dos atores políticos envolvidos com a produção do conhecimento sobre polícia no período estudado.

O referencial teórico metodológico para realização deste estudo foi a teoria fundamentada nos dados (TFD), conforme a proposição de Glaser e Strauss³⁴

³³ GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. *The Discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*, New York: Aldine Pub. Co., 1967.

³⁴ Ibid..

com base na apresentação proposta por Cappi.³⁵

A TFD consiste numa estratégia metodológica que pretende deixar falar os protagonistas dos discursos para compreender seu ponto de vista, evitando assim a verificação prévia de uma proposição teórica específica e, ao mesmo tempo, investindo na teoria a partir dos dados observados.³⁶ O foco desta abordagem é “construir uma formulação teórica enraizada em dados empíricos, essencialmente qualitativos. Tratando-se de articular a análise rigorosa e sistemática à possibilidade de dar conta da riqueza e da complexidade da realidade”:³⁷

[...] a TFD propõe uma construção teórica que seja, por um lado, aderente à realidade e que, por outro lado, garanta uma capacidade de compreensão ou de explicação teórica da mesma. Isso significa que ocorre uma simultaneidade entre a coleta e a análise dos dados. Trata-se de um método que se propõe como constantemente exploratório, onde as hipóteses e as formulações teóricas vêm sendo geradas – e conseqüentemente verificadas – no decorrer da pesquisa, sempre em busca de “casos negativos” que possam aprimorar essas elaborações.³⁸

Em termos operacionais, a análise fundamentada nos dados se dá em etapas fundamentais de codificação, ou seja, em grandes etapas de análise na qual o/a pesquisador/a divide, conceitualiza e categoriza os dados empíricos com vistas a estabelecer novas relações, de caráter teórico, entre os resultados dessas operações analíticas. Para Strauss e Corbin,³⁹ estas etapas podem ser descritas como codificação aberta, codificação axial e codificação seletiva.

Logicamente, estas etapas de análise não são de natureza taxativa, pode haver, no curso da investigação, revisões das classificações iniciais e “idas e voltas” entre as diferentes etapas. Na passagem dos dados aos conceitos, constata-se

³⁵ CAPPI, Riccardo. *A maioria penal nos debates parlamentares: motivos do controle e figuras do perigo*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

³⁶ *Ibid.*, p. 82.

³⁷ CAPPI, Riccardo. A “teorização fundamentada nos dados”: um método possível na pesquisa empírica em Direito. In: MACHADO, Maíra Rocha (org.). *Pesquisar empiricamente o direito*, São Paulo: REED, 2017, p. 391-422.

³⁸ *Ibid.*

³⁹ STRAUSS, A. L.; CORBIN, J. *Pesquisa Qualitativa: técnica e procedimentos para o desenvolvimento*. 2ª Edição, Porto Alegre: Artmed, 2008.

profunda interação e dinâmica, de modo que é bastante importante assegurar um acurado sistema de notas sobre os processos metodológicos adotados. O registro e a sistematização das notas acerca das dificuldades de categorização, das opções políticas e teóricas do/a pesquisador/a e dos obstáculos verificados na coleta e na sistematização dos dados permite um maior rigor ao processo e uma maior transparência acerca dos caminhos da investigação.

No entanto, nenhuma destas cautelas elimina o papel decisivo do/a pesquisador/a nos rumos da pesquisa e nem o/a exime das escolhas políticas adotadas em seu curso. É importante ressaltar que a investigação científica é, por muitos motivos, uma tomada de posição acerca do mundo, sendo descabida a reiteração inócua de uma ideia de ciência neutra ou de conhecimento não engajado.

O que pretendo com a adoção da TFD como suporte metodológico desta pesquisa é apenas a explicitação das etapas da análise e a descrição das escolhas realizadas para produção das interpretações. Como assinala Cappi em seu estudo sobre discursos parlamentares:

[...] a teorização não se produz por si mesma, mas sim a partir da elaboração das categorias pelo pesquisador. Para fundamentar a abordagem no empírico, é preciso examinar atentamente os materiais, elaborar sua análise – por meio de categorias e de conceitos indutivos – e, novamente – verificar a adequação dessas categorias e conceito às observações; o método utilizado é, portanto, fruto de diferentes opções, seguidas ao longo do procedimento.⁴⁰

Assim, retomo aqui a descrição do modo como realizei tais procedimentos nesta pesquisa, destacando as opções adotadas durante a coleta do material, a composição da base de dados, a classificação dos estudos e a formulação das primeiras hipóteses gerais.

A partir das produções levantadas, enquadrei cada texto em três categorias, com o objetivo de identificar os principais temas trabalhados nos estudos sobre polícia no material empírico analisado e, assim, como destaca Riccardo Cappi, fazer com que os conceitos emergjam da observação, tendo disponibilidade

⁴⁰ CAPPI, Riccardo. *A maioria penal nos debates parlamentares: motivos do controle e figuras do perigo*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

para avançar e retroceder no âmbito da classificação e reclassificação dos estudos.

Essa etapa envolveu inúmeras tentativas de organização das leituras realizadas e, como é de se prever, foi produto de escolhas e aproximações vez que a maioria dos textos abordam múltiplos aspectos da problemática da polícia, havendo entre eles mais de um enquadramento temático possível. Neste sentido, cada classificação consiste numa escolha quanto ao que se pretende analisar e é – como todo processo de classificação – passível de críticas e reformulações.

Mediante essa classificação, identifiquei 31 (trinta e uma) categorias conforme a Tabela 2:

Tabela 2 – Classificação das Publicações – por tema principal (Categoria 1)

Tema Principal	Nº de produções
Polícia e Diversidade Sexual	1
Padrões de desempenho policial	2
Policiamentos privados	2
Abordagem policial, suspeição e tirocínio	3
Operações Especiais e uso da Força Nacional de Segurança Pública	3
Polícia e religião	3
Vitimização policial	3
Corrupção policial	4
Sindicatos, associações e ativismo policial	4
Carreira de trabalho e profissionalização	5
Controle Externo da Atividade Policial	5
Legislação, códigos de conduta, deontologia policial	5
Mandato Policial	6
Poder de Polícia	6
Cultura organizacional e abordagem administrativa	10
Letalidade policial	10
Segurança e saúde ocupacionais	10

Controle Interno da atividade policial	11
Uso da força e armamentos	11
Polícia e Gênero	12
Reforma Policial	13
Confiança e imagem da polícia	14
Mecanismos de responsabilização e <i>accountability</i>	15
Formação e Qualificação profissional	18
Polícia e relações raciais	15
Polícia e políticas de segurança pública	19
Desvios de conduta e violência policial	22
Arquitetura e/ou modelo organizacional	25
Práticas policiais	26
Representações sociais da e sobre a polícia (<i>ethos</i>)	43
Modalidades de policiamento	47
Total Geral	373

FONTE: Elaboração Própria

O principal critério que utilizei foi o de enunciar as discussões realizadas no campo, assinalando os principais objetos de pesquisa. A finalidade desta classificação foi a de identificar “sobre o quê” se organizavam os debates sobre polícia ao longo do período investigado, explicitando as “questões em jogo” em cada período e, ao mesmo tempo, interrogando sobre os temas presentes no debate social, mas ausentes na formulação acadêmica. Deste modo, as categorizações adotadas neste estudo estão conectadas primordialmente aos objetos de investigação, mas, é importante reconhecer as sobreposições temáticas e as interdisciplinaridades dos estudos.

Ou seja, cada texto foi relacionado a três categorias – uma principal e duas secundárias. Assim, é possível verificar de modo mais amplo como se estabelecem as referidas sobreposições temáticas, discutindo as relações, combinações e interfaces entre estes temas e, ao mesmo tempo, tornando possível localizar aqueles temas que nem mesmo no plano secundário são acionados no

debate sobre a questão. Em outras palavras, é possível identificar temas que estão no centro do mapa, temas que estão na periferia do mapa e debates que estão completamente fora do mapa.

O objetivo desta etapa era verificar quais categorias cresciam em importância na amostra, quais categorias se combinavam entre si, bem como permitir uma análise mais precisa do conjunto de textos analisados. Logicamente, tal procedimento não pretendeu eliminar a natureza arbitrária da classificação realizada e nem conferir uma dimensão mais “isenta” às decisões políticas aqui tomadas explicitamente. O que se procurou nesta etapa foi apenas realizar mais uma verificação da classificação, conforme os critérios aqui expostos.

Neste processo busquei conciliar a narrativa teórica emergida dos dados com a produção teórica já desenvolvida no campo sobre o tema e realizar classificações que o pudessem mapear, afinado com o que preconiza Cappi:

Este conjunto de operações de codificações é realizado até atingir a saturação, isto é, até o momento em que as novas observações oferecem apenas novos exemplos que se encaixam nas categorias e propriedades já existentes, sem que haja necessidade de remanejá-las, pois não aparece nenhum dado relevante. Desta forma, a teoria emergente encontra-se estabilizada: o pesquisador entende que as categorias construídas, bem como as relações que as interligam, têm plausivelmente um caráter de generalidade, pelo menos em relação aos dados observados. Além de não serem lineares, estes passos são intimamente ligados à sensibilidade teórica do pesquisador, isto é, seus conhecimentos teóricos prévios, sua cultura e suas experiências prévias, que desempenham um papel crucial, para a observação da realidade e a elaboração de formulações progressivamente mais abstratas da mesma.⁴¹

Nesse sentido, reagrubei as 31 categorias em oito grandes grupos/questões de pesquisa, buscando encontrar uma linha narrativa que oferecesse uma nova conceitualização do objetivo e que, ao mesmo tempo, situasse-lhe no campo das outras pesquisas já realizadas sobre o tema, confirmando (ou infirmando) estas ou aquelas elaborações teóricas acerca do objeto analisado:

⁴¹ CAPPI, Riccardo. A “teorização fundamentada nos dados”: um método possível na pesquisa empírica em Direito. In: MACHADO, Maíra Rocha (org.). *Pesquisar empiricamente o direito*, São Paulo: REED, 2017, p. 418.

Tabela 3 - Síntese das classificações

Práticas policiais, representações sociais e identidade profissional	
Representações sociais da e sobre polícia (<i>ethos</i>)	43
Práticas policiais	26
Confiança e imagem da polícia	14
Cultura organizacional e abordagem administrativa	10
Abordagem policial, suspeição e tirocínio	3
Polícia e religião	3
Modelos de policiamento	
Modalidades de policiamento	47
Polícia e políticas de segurança pública	19
Uso da força e armamentos	11
Operações especiais e uso da força nacional de segurança pública	3
Policiamentos privados	2
Padrões de desempenho policial	2
Policiamento global	1
Desvio e Controle da ação policial	
Desvios de conduta e violência policial	22
Mecanismos de responsabilização e <i>accountability</i>	15
Controle interno da atividade policial	11
Letalidade policial	10
Controle externo da atividade policial	5
Corrupção policial	4
Formas de estruturação e organização policial	
Arquitetura e/ou modelo institucional	25
Reforma policial	13
Legislação, códigos de conduta e deontologia policial	5
Condições de trabalho e qualificação profissional	
Formação e qualificação profissional	18
Segurança e saúde ocupacionais	10
Carreira de trabalho e profissionalização	5
Sindicatos, associações e ativismo policial	4
Vitimização policial	3
Polícia e grupos sociais historicamente discriminados	

Polícia e relações raciais	18
Polícia e gênero	12
Polícia e diversidade sexual	1
Teoria da ação policial e Sociologia da força pública	
Poder de polícia	6
Mandato policial	6
TOTAL	373

Fonte: Elaboração Própria

Essa classificação permitiu não só uma organização mais precisa dos dados para uma articulação teórica preliminar, mas também possibilitou confrontar o mapa das temáticas recorrentes com o perfil e com a evolução do debate dos estudos sobre violência no campo da criminologia, da sociologia da violência e do direito, tendo como referência a questão de pesquisa (a relação entre polícia e racismo à luz do debate teórico acerca do conceito de mandato policial).

Para viabilizar o registro deste conjunto de levantamentos e análises construí uma planilha de dados no programa Excel composta por sete grandes colunas destinadas a registrar a classificação de cada texto quanto aos seguintes aspectos: a) tipo de texto (artigo, entrevista, capítulo de livro, livro, relatório de pesquisa, dissertação de mestrado e tese de doutorado); b) autores(as) do texto; c) referência da publicação; d) classificação de cada texto em três categorias (uma temática principal e duas temáticas secundárias), e, e) unidade federativa na qual o texto foi publicado. Tal planilha permitiu a geração de cruzamentos entre as diferentes variáveis e favoreceu a análise das tendências temáticas no período analisado.

Diante deste panorama, pude enquadrar a minha questão de pesquisa e analisar detidamente as relações entre polícia e racismo, tendo como questão de pesquisa o debate sobre como se dá a abordagem da questão racial no campo dos estudos policiais e como isso impacta na explicação do mandato policial.

No item seguinte, apresento algumas características iniciais observadas a partir do levantamento da produção teórico sobre polícia no Brasil entre 1987 e 2017.

D) Caracterização inicial do levantamento da produção teórica

A partir do levantamento realizado é possível sublinhar algumas características sobre como se estrutura o campo e e quais as ênfases e opções teóricas identificadas. Numa primeira leitura do mapeamento, é possível constatar a diversidade e a interdisciplinaridade das produções; o forte trânsito entre a produção acadêmica e a inserção política dos pesquisadores/as; e a predominância de estudos empíricos no rol dos estudos desenvolvidos no Brasil.

Já num primeiro plano de análise pode-se notar a existência de um conjunto diverso de produções temáticas referidas à polícia como objeto de pesquisa e como campo de investigação. Neste conjunto, nota-se uma diversidade de abordagens metodológicas, enfoques temáticos e posições teóricas, o que importa em desafios para análises qualitativas e mesmo para a própria descrição do campo analisado. Entre as 518 produções levantadas inicialmente, merece registro a presença de trabalhos produzidos fora do âmbito acadêmico como: relatórios de organizações não governamentais e relatórios de instituições de governo.

Entre os 35 relatórios de pesquisa mapeados, temos 14 produzidos por organizações governamentais, com destaque para trabalhos financiados pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria Nacional de Segurança Pública; 15 produzidos por organizações não governamentais, incluindo institutos da sociedade civil, fóruns de pesquisadores e profissionais e trabalhos de redes apoiadas por organismos internacionais de fomento à pesquisa; e, por fim, seis (6) relatórios produzidos especificamente por universidades, através de grupos ou núcleos de pesquisa.

Mesmo entre os trabalhos mais convencionais do ambiente acadêmico, como artigos publicados em revistas especializadas, nota-se um grande número de trabalhos que se referem a estudos realizados com apoio de organizações governamentais e não governamentais ou mesmo produzidos com base na vinculação a projetos de pesquisa mantidos por ONG's ou outras entidades da sociedade civil. Também figuram no rol dos agentes produtores de trabalhos sobre

polícia as próprias organizações policiais através de suas academias de formação e/ou por meio de redes de estímulo à capacitação profissional, como, por exemplo, a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP), criada em 2006 pelo governo federal.

Essa pluralidade de agências produtoras de conhecimento sobre as polícias resulta tanto numa diversificação dos formatos de pesquisa como também explicita a forte conexão entre a produção acadêmica e a incidência política na esfera dos estudos policiais. Como destacaram outros trabalhos,⁴² a forte pressão dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil, sejam as nacionais como as internacionais, em tornar o problema social das polícias também uma pauta da luta política, constituiu-se como um fator exógeno de pressão pela visibilidade, ampliação e reconhecimento do campo.⁴³

Nessa mesma direção, localizamos os registros de itinerância profissional de pesquisadores/as que transitaram de suas atividades como professores universitários para o campo da gestão pública ou para a atuação em organizações não governamentais ou em organismos internacionais. Entre os mais consolidados pesquisadores/as da área, registram-se inúmeros casos de quem também desempenhou atividades públicas no âmbito da gestão governamental, contribuindo para a visão de que a gestão do conhecimento e da informação aplicados à segurança constitui um recurso indispensável à implementação de políticas públicas e à revisão de práticas institucionais.

Por fim, outro traço marcante das produções analisadas é a prevalência de trabalhos empíricos na composição dos estudos policiais. Sobretudo a partir dos

⁴² ZALUAR, Alba. (1999a), "Violência e Crime". In: Micelli, S. (org.). *O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*, vol. 1: Antropologia. São Paulo, Sumaré/Anpocs, 1999; ZALUAR, Alba. *Um debate disperso: Violência e crime no Brasil da redemocratização*. São Paulo em Perspectiva, 13, 3: 3-17, 1999; KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula. "Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia". *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. 50, 1: 45-123, 2000.; ADORNO, Sérgio. "Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea", In: MICELLI, Sérgio (org.). *O que ler nas Ciências Sociais Brasileiras, 1970-2002*, vol.IV: 167-207, 2001.

⁴³ MUNIZ, Jacqueline; CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe da Silva. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira dos anos 2000, *BIB*, v. 84, n. 2, 2018, p. 148-187.

anos 2000, destacam-se as investigações que utilizam estudos etnográficos, pesquisas qualitativas e quantitativas, beneficiadas por parcerias com as corporações policiais, ou com integrantes da corporação isoladamente. Tais estudos foram potencializados a partir de 2005 pela presença dos próprios policiais como pesquisadores/as e pela realização de cooperações entre universidades e órgãos de segurança pública no âmbito da capacitação profissional.

CAPÍTULO II – ACHADOS DE PESQUISA: UM BALANÇO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE POLÍCIA NO BRASIL

Neste capítulo busco compor um mapa da produção acadêmica sobre polícia no Brasil, destacando os trânsitos temáticos no campo dos *estudos policiais* e contrastando esta produção com as interpelações políticas do campo do movimento negro e as reflexões teóricas do campo dos estudos raciais. A discussão deste capítulo visa assinalar as lacunas teóricas do debate sobre racismo, tomando como referência para este debate a análise do impacto destas lacunas na discussão brasileira sobre mandato policial.

Na primeira parte do capítulo, apresento o resultado do levantamento da produção teórica realizada, sublinhando os temas recorrentes e temas emergentes do campo e ressaltando os argumentos reiterados na explicação da força policial e na compreensão do processo de atribuição das funções policiais (o que se espera que a polícia faça). No tópico seguinte, discuto como a temática racial era tratada no debate sobre polícia no período analisado e, por fim, apresento as principais abordagens sobre mandato policial encontradas na produção teórica brasileira.

O objetivo deste capítulo é aprofundar a reflexão sobre quais as grandes discussões do campo dos estudos policiais nos últimos 30 anos (1987 – 2017). Como a questão racial foi trabalhada no debate acadêmico sobre polícia no Brasil? Quais as consequências destas abordagens e suas lacunas? Qual modelo teórico prevaleceu no debate sobre mandato policial? Quais as ênfases desse modelo teórico em correlação com o debate sobre racismo e relações raciais?

A) Mapa dos Estudos Policiais no Brasil

Do ponto de vista dos temas, podemos apresentar um mapa dos estudos policiais no período entre 1987 e 2017 classificando-os em trabalhos sobre *temas*

recorrentes, para referir aqueles grupos temáticos que estruturaram o debate do campo e que permaneceram como temas organizadores da agenda de pesquisas sobre polícia no Brasil, e, por outro lado, sobre *temas emergentes*, para referir as novas discussões temáticas apresentadas no período analisado e suas conexões com a agenda “polícia” subjacente à produção teórica referida. Retomando o quadro temático apresentado no capítulo anterior, no qual apresentei oito agrupamentos de temas de pesquisa, temos os 373 trabalhos distribuídos da seguinte maneira:

Tabela 4 - Distribuição dos grupos temáticos

Grupo temático	n. publicações
Conceituações da ação policial e debate sobre sociologia da força pública	12
Condições de trabalho e qualificação policial	31
Polícia e grupos sociais historicamente discriminados	40
Formas de estruturação e organização policial	43
Desvio e Controle da ação policial	67
Modelos de policiamento	85
Práticas policiais, representações sociais e identidade profissional	100
TOTAL	373

Fonte: Elaboração Própria

Temas Recorrentes

No âmbito dos temas recorrentes, identifiquei os debates sobre (i) práticas policiais; representações da e sobre a polícia e identidade profissional; (ii) modelos de policiamento e (iii) os debates sobre desvio policial e, (iv) formas de controle da ação policial. Somados, estes quatro grupos temáticos representam 79% das 373 publicações classificadas, de modo que podemos afirmar que esses temas sintetizam o que se pode designar como o centro das preocupações dos/as pesquisadores/as, dos grupos e centros de pesquisa no período pós-Constituinte no campo dos estudos policiais.

Por conseguinte, também nesse conjunto temático mais recorrente

localizamos as questões que foram mais trabalhadas no debate público sobre polícia e é nesse universo que se situam os maiores investimentos em pesquisas e em publicações especializadas, seja nas universidades, seja nas organizações governamentais e da sociedade civil.

Mas quais são os enfoques específicos localizados em cada um desses grupos de temas? Quais são os debates estruturais em cada conjunto de temas analisado? Vejamos rapidamente os principais “assuntos em debate” em cada um destes eixos temáticos, com vistas a iluminar o debate sobre os rumos da produção teórica acerca da questão policial.

Práticas policiais, representações sociais e identidade profissional

O debate sobre representações da e sobre a polícia (que aparece em 43 trabalhos)⁴⁴, práticas policiais (26)⁴⁵, e sobre identidade profissional dos policiais é

⁴⁴ Tendo em vista o grande número de produções em cada um desses temas, citarei apenas os textos referenciais. A lista completa das produções analisadas encontra-se no anexo 1. SILVA, Jorge da. Representação e ação dos operadores do sistema penal no Rio de Janeiro. *Tempo social*. vol.9, n.1, São Paulo, maio, 1997; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. *Ser Policial é, sobretudo, uma Razão de Ser*. Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Doutorado em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1999; KANT DE LIMA, Roberto. Administração de conflitos, Espaço Público e Cidadania: uma perspectiva comparada. *Civitas*, ano 1, 2001; PONCIONI, Paula. *Tornar-se policial: A construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2004; PORTO, Maria Stela Grossi. Polícia e a Violência representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. *São Paulo em Perspectiva*, 18, 2004, p. 132 - 141; RODRIGUES, Robson. *Entre a caserna e a rua: o dilema do "pato"*. Uma análise antropológica da identidade policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D João VI. Dissertação de Mestrado Antropologia UFF, 2009; MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. *Etnográfica* (Lisboa), v. 15, p. 67-82, 2011; SOARES, Barbara; LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; RAMOS, Sílvia. O que pensam os policiais das UPPs. *Ciência Hoje*, n. 294, julho de 2012, pp. 34-39; ALBERNAZ, E. R.. Sobre legitimidade, produtividade e imprevisibilidade: seletividade policial e a reprodução da ordem social no plano de uma certa 'política do cotidiano'. *Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 17, p. 109-122, 2015.

⁴⁵ PAIXÃO, Antonio L. O problema da polícia. *Série Estudos*, n. 91, p. 5-21, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1995; KANT DE LIMA, Roberto. Polícia e exclusão na cultura judiciária. *Tempo Social*. São Paulo: v. 9, n. 1, 1997; BEATO, Claudio. *Ação e estratégia das organizações policiais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999; MESQUITA NETO, Paulo. *Pesquisa e prática policial no Brasil*. São Paulo: NEV USP (mimeo), 1999; MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, IUPERJ, 1999; OLIVEIRA, Luciano. Dos comissariados de polícia do Recife às UPPs do Rio de Janeiro. A polícia e a desjudicialização do direito processual nas "pequeníssimas" causas. In: Alexandre Freire Pimentel; Fábio Túlio Barroso; Lúcio Grassi de Gouveia. (Org.). *Processo, Hermenêutica e Efetividade dos Direitos II*. 1ed. Recife: CEPE - COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO, 2015, v. 2, p. 103-118; CARUSO, Haydée. *Entre ruas, becos e esquinas: a construção da ordem na Lapa carioca*. Brasília: EDUnB, 2016.

o eixo temático de maior volume (26,8%) no conjunto das produções analisadas.

Nesse eixo temático identificam-se os trabalhos sobre as visões de mundo, práticas e saberes policiais; trabalhos sobre representações sociais e identidades profissionais; moralidades, lógicas de funcionamento e visão policial. Também é sob este guarda-chuva temático que se localizam os estudos sobre confiança e imagem da polícia (14)⁴⁶, cultura organizacional e abordagem administrativa (10)⁴⁷ e trabalhos sobre bem como estudos sobre abordagem policial, suspeição e tirocínio(3)⁴⁸; polícia e religião (3)⁴⁹.

Quadro 1 - Práticas, representações sociais e identidades policiais

⁴⁶ SHIRLEY, Robert. Atitudes com relação à polícia em uma favela no sul do Brasil. *Tempo Social*. vol.9 no.1 São Paulo May 1997; PAIXÃO, Antonio; BEATO, Claudio. Crimes, vítimas e policiais. *Tempo soc.* vol.9 no.1 São Paulo May 1997;CARDIA, Nancy. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. *Tempo soc.* vol.9, n. 1, São Paulo, Maio, 1997;MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?. *Soc. estado*. vol.22 no.3 Brasília Sept./Dec. 2007;SUASSUNA, Rodrigo Figueiredo. *Confiança e reciprocidade entre policiais e cidadãos: a polícia democrática nas interações*. 2013. 230 f. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

⁴⁷ SANTOS FILHO, Nelson Gomes dos. *Projeto Polícia Cidadã: uma análise do processo de implantação do novo modelo de gestão da atividade operacional da polícia militar da Bahia*. Mestrado em Administração, Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, 2002; ZANINI, Marco Tulio; MIGUELES, Carmen Pires; COLMERAUER, Marcio; MANSUR, Juliana. Os elementos de coordenação informal em uma unidade policial de operações especiais. *Rev. adm. contemp.* [online]. 2013, vol.17, n.1 [citado 2018-01-15], p.106-125; FERNANDES, Ciro Antonio. *Como se forma um estrategista: um estudo sobre a vida e as competências dos oficiais da Polícia Militar do estado de São Paulo*. Mestrado em Administração, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2013.

⁴⁸ RAMOS, Sílvia; MUSUMECI, Leonarda. "Elemento suspeito". Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. *Boletim Segurança e Cidadania*, n. 8, novembro de 2004; SILVA, Gilvan Gomes da. *A lógica da Polícia Militar do Distrito Federal na Construção do Suspeito*. Dissertação Mestrado em Sociologia UnB; ALBERNAZ, Elizabete. "Faro Policial": um estudo de caso acerca dos critérios de construção e operação de padrões de suspeição e seletividade na ação policial. 39º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2015.

⁴⁹ ALBERNAZ, Elizabete. *Deus e o Diabo na terra do Sol: visões de espaço público, ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009;ALBERNAZ, E. R.. Na fronteira entre o bem e o mal: ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos cariocas. *Caderno CRH* (UFBA. Impresso), v. 23, p. 525-539, 2010;MOREIRA, Cícero. N. *De soldado de cristo a Promotor de direitos humanos: história, religião e cultura na Polícia Militar de Minas Gerais (1950–2004)*. Dissertação (Mestrado) 2013. 152f - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Belo Horizonte.



Fonte: Elaboração própria

Este campo de investigação relativo às práticas e representações das polícias inaugurava, a partir da segunda metade dos anos 1990, uma abordagem diferente acerca da temática policial. Ao interrogar as moralidades, as lógicas de funcionamento e processos de significação identitária deste grupo, esses estudos distinguiam-se dos trabalhos anteriores, ainda muito ligados à ideia da polícia como mera reprodutora das desigualdades de classe e/ou como simples aparelho repressivo do Estado, e logravam introduzir no debate explicações mais relacionadas à própria questão policial, mediante a escuta desses profissionais e o diálogo com os atores que integram a instituição.

Como destacou Jacqueline Muniz, ao analisar a produção hegemônica da primeira metade dos anos 1990 acerca da questão policial, prevaleciam até então explicações sobre as polícias buscadas fora delas e voltadas à conclusão de que “em qualquer tempo e lugar, elas estariam atualizando, de forma mimética e

mecânica, sempre os mesmos propósitos repressivos, variando apenas as aparências que mascaram as suas verdadeiras e originais intenções”.⁵⁰

É nesse âmbito de debates sobre práticas, representações e identidade policial que ganham centralidade as pesquisas empíricas, as quais reúnem “prioritariamente, estudos etnográficos e pesquisas que exploram métodos e técnicas qualitativas”.⁵¹

É também no âmbito do debate sobre práticas policiais e representações sociais da/sobre as polícias que se situam a maior parte dos estudos produzidos pelos policiais pesquisadores, num giro em que os profissionais da segurança pública entram no debate não só como informantes das pesquisas mas também como investigadores das próprias realidades.

Nesse grupo de trabalhos, destacamos os estudos de Jorge da Silva, Paulo Storani, Robson Rodrigues e Gilvan Silva, entre outros que, sendo policiais, também atuaram como pesquisadores/as no campo dos estudos policiais e contribuíram para acessar narrativas, informações e práticas que, para pesquisadores/as externos às polícias, não estariam disponíveis. A participação dos pesquisadores *insiders* nos estudos policiais é um fenômeno que se acelera a partir dos anos 2000 e marca a produção teórica do campo e as escolhas e narrativas daí decorrentes.

Modelos de Policiamento

O segundo grande eixo de produções refere-se à questão dos modelos

⁵⁰ MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. *Ser Policial é, sobretudo, uma Razão de Ser: Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Doutorado em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1999, p. 42.

⁵¹ MUNIZ, Jacqueline; CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe da Silva. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira dos anos 2000, *BIB*, v. 84, n. 2, 2018, p. 165.

de policiamento. Nesses grupos destacam-se os trabalhos sobre as formas de policiamento público (47 trabalhos)⁵² e sobre as relações entre polícia e políticas de segurança pública (19).⁵³ Em menor volume apresentam-se também nesta categoria os trabalhos sobre uso da força e armamentos (11),⁵⁴ policiamento global e operações especiais de segurança(3)⁵⁵ e sobre policiamentos privados (2).⁵⁶

Quadro 2 - Estratégias e modelos de policiamento

⁵² DIAS NETO, Theodomiro. Policiamento orientado aos problemas e participação comunitária *Cadernos Temáticos da CONSEG*, v. 7, p. 26-31, 2009; TAVARES DOS SANTOS, J. V. (coord). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programas de Polícia Comunitária no Brasil: avaliação de propostas de Políticas Públicas de segurança. In: LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S. *Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais*. Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 3, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2013, p. 205-235.

⁵³ CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. Remilitarização da segurança pública: a Operação Rio. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume, ano 1, n. 1, 1º Semestre de 1996, p. 141-168; SOARES, Luiz Eduardo. Novas políticas de segurança pública. *Estudos Avançados*, n. 47, vol. 1, pp. 75-96, 2003; SILVA, Gilvan Gomes da. *Políticas de segurança pública: um olhar sobre a formação da agenda, das mudanças do padrão de policiamento e da manutenção do policiamento comunitário no Distrito Federal*. Tese de Doutorado em Sociologia UNB, 2015.

⁵⁴ MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JR., Domício; DINIZ, Eugênio. Uso da força e ostensividade na ação policial. *Conjuntura Política - Boletim de Análise*. Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política/UFMG, n. 6, abril de 1999, pp. 22-26; MACHADO, Eduardo Paes ; NORONHA, C. V. . Padrões de trabalho e tendências do uso da força policial no Brasil. In: Rubens Pinto Lyra (Org.). *Direitos Humanos: Os desafios do século XXI*. 1ªed.Brasília: Brasília Jurídica, 2002, v. 1, p. 225-240; PINC, Tânia Maria. *O Uso da Força Não Letal pela Polícia nos Encontros com o Público*. Mestrado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007; DIAS NETO, Theodomiro (coord.). Instituto Sou da Paz. Regulações sobre o Uso da Força pelas Polícias Militares dos estados de São Paulo e Pernambuco. In: LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S. *Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais*. Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 2, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2013, p. 239-302.

⁵⁵ DOS SANTOS, Emerson Figueiredo; CÔRREA, Elias da Silva. Análise crítica da Força Nacional de Segurança Pública diante do sistema constitucional do emprego das forças armadas em situações de grave perturbação da ordem pública. *Revista Brasileira de Estudos em Segurança Pública*, [S.l.], v. 6, n. 1, may 2014.; PROENÇA Jr, Domício; MUNIZ, J. . Operações Especiais e Segurança Pública. *REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA*, v. 11, p. 182, 2017.

⁵⁶ HUGGINS, Martha Knisely. Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. *Caderno CRH*, Salvador, n 23, n. 60, Set/dez, 2010; LOPES, Cleber da Silva. O setor da segurança privada da região metropolitana de São Paulo: crescimento, dimensões e características. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 26, n. 69, p. 599-617, Set./Dez. 2013.



FONTE: Elaboração Própria

Sobre o tema dos arranjos de policiamento público, as discussões estabeleceram-se em torno das experiências de *polícia comunitária* e *polícia de proximidade*, com destaque para as estratégias de policiamento pioneiras desenvolvidas a partir do final da década de 1990.⁵⁷ Nesse grupo de trabalhos foram realizados estudos de caso em pesquisas sobre a implementação de propostas governamentais – com destaque para a ideia de “comunitarização da polícia” – e para o ajustamento entre modelos de segurança pública e novas estratégias de

⁵⁷ CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. A polícia comunitária: uma nova visão de política de segurança pública. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*. 1997, p. 155-172; MUNIZ, Jacqueline; LARVIE, Sean Patrick; MUSUMECI, Leonarda; FREIRE, Bianca. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. *Tempo social*. vol.9 nº.1 São Paulo May 1997; MESQUITA NETO, P. *Policiamento Comunitário: A Experiência de São Paulo*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 7, n. 25. São Paulo: IBCCrim, 1999; BEATO, Claudio; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; TAVARES, Ricardo. Crime e Estratégias de Policiamento em Espaços Urbanos. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, nº 3, 2008, pp. 687 a 717.

policiamento:

Evidencia-se o quanto os programas de policiamento comunitário, e foram tantos quantos os compromissos eleitorais, tornaram-se uma espécie de receita padrão prescrita para todo o tipo problema policial descrito. E isto de tal forma, que o debate entre gestores, operadores e pesquisadores no final da década de 1990, tinha como ponto convergente a chamada “comunitarização” da polícia, e como ponto de dissenso a definição da polícia comunitária enquanto uma “filosofia de polícia” ou uma “estratégia de policiamento”.⁵⁸

Ainda no que tange à questão dos arranjos de policiamento público, identifiquei, em especial a partir da segunda metade dos anos 2000, trabalhos sobre inovações nas estratégias de organização da polícia inspirados na polícia comunitária e referidos às ideias de pacificação e retomada do controle territorial sobre as comunidades.⁵⁹ São os estudos sobre programas pioneiros na área de segurança pública que, nos últimos 20 anos analisados, destacaram-se como principais escolhas dos governos em termos de gestão,⁶⁰ com ênfase na ideia de “pacificação” e na combinação entre “programas sociais” e ações de “repressão qualificada”.⁶¹

⁵⁸ MUNIZ, Jacqueline; CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe da Silva. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira dos anos 2000, *BIB*, v. 84, n. 2, 2018, p. 166.

⁵⁹ MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *A experiência das UPPs: Uma tomada de posição*. Dilemas, v. 8, p. 7-24, 2015; MENEZES, Palloma. *Entre o fogo cruzado e o campo minado: uma etnografia do processo de pacificação de favelas cariocas*. Tese de Doutorado em sociologia UERJ, 2015; RIBEIRO, Ludmila. *Polícia Comunitária em Belo Horizonte: a hora e a vez dos estabelecidos?* *Pensata Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP*, v. 4, p. 178-205, 2015.

⁶⁰ Entre estas experiências, destacam-se: projeto de policiamento comunitário em Copacabana, Rio de Janeiro, 1997; Programa São Paulo contra o Crime, São Paulo, 2001; Programa Fica Vivo, Minas Gerais, 2002; Programa Pacto pela Vida, Pernambuco, 2007; Unidades de Polícia Pacificadora, Rio de Janeiro, 2007; Programa Pacto pela Vida, Bahia, 2011; Programa Unidos pela Paz, Paraíba, 2011; Programa Estado Presente, Espírito Santo, 2011; Programa Alagoas pela Paz, 2011. (FREITAS, Felipe da Silva. *Discursos e práticas das políticas de controle de homicídios: uma análise do “Pacto pela Vida” do estado da Bahia (2011-2014)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade de Brasília, 2015, p. 61-62).

⁶¹ MACEDO, Andréia de Oliveira. *“Polícia, quando quer, faz!”: Análise da estrutura de governança do “Pacto pela Vida” de Pernambuco*. 141 f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 2012.

O principal debate nesse grupo de estudos sobre modelos de policiamento girava em torno da avaliação das estratégias governamentais de inovações no campo da segurança pública e das resistências culturais e institucionais à adoção de outros parâmetros para a atuação policial.

No que se refere à questão do uso da força, os estudos dividiram-se entre aqueles que visavam colaborar para a construção de instrumentos de regulação e protocolos para ação policial⁶² e os que se dirigiam ao mapeamento das práticas, no que tange ao acionamento de mecanismos de força e uso de armamentos.⁶³ Notadamente a partir da realização da I Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG), também se passou a produzir estudos que visaram oferecer insumos à elaboração de políticas públicas nacionais no âmbito da normatização do uso da força no país⁶⁴ e do enquadramento dos profissionais de segurança pública brasileiros em parâmetros internacionais.⁶⁵

Em menor proporção, também se verificam estudos sobre as representações dos policiais acerca do uso da força.⁶⁶ Tais estudos notabilizam-se

⁶² DIAS NETO, Theodomiro (coord.). Instituto Sou da Paz. Regulações sobre o Uso da Força pelas Polícias Militares dos estados de São Paulo e Pernambuco. In: LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S. *Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais*. Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 2, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2013, p. 239-302.

⁶³ MACHADO, Eduardo Paes; NORONHA, C. V. Padrões de trabalho e tendências do uso da força policial no Brasil. In: Rubens Pinto Lyra. (Org.). *Direitos Humanos: Os desafios do século XXI*. 1ª ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2002, v. 1, p. 225-240.; MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JR., Domício; DINIZ, Eugênio. Uso da força e ostensividade na ação policial. *Conjuntura Política - Boletim de Análise*. Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política/UFMG, n. 6, abril de 1999, p. 22-26.

⁶⁴ ALBERNAZ, Elizabete; RIBEIRO, Ludmila; LUZ, Daniel. Uso progressivo da força: dilemas e desafios. In: BRASIL, Ministério da Justiça. *Uso progressivo da força: um protocolo de atendimento*. Brasília, 2009; STORANI, Paulo. Uso comedido da força letal: construindo um protocolo de engajamento. BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Cadernos Temáticos da CONSEG*, nº 5, p. 47-58. 2009

⁶⁵ No âmbito internacional firmou-se nos últimos anos, através da ONU, uma série de normativas relativas à regulação do uso da força para funcionários responsáveis pela aplicação da lei. (NAÇÕES UNIDAS. *Princípios orientadores para a Aplicação Efetiva do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei*. Adotados pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas pela sua resolução 1989/61, de 24 de Maio de 1989; NAÇÕES UNIDAS. *Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei*. Adotados pelo Oitavo Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, realizado em Havana, 1990)

⁶⁶ PINC, Tânia Maria. *O Uso da Força Não Letal pela Polícia nos Encontros com o Público*. Mestrado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007; MUNIZ, Jaqueline; PROENÇA JÚNIOR, Domício. Armamento é direitos humanos: nossos fins, os meios e seus modos. *Revista Sociedade e Estado - Volume 28 Número 1 - Janeiro/Abril 2013*; MUSUMECI, Leonarda. Entre o grito e o tiro. Polícia, democracia e armas “menos letais”. *Boletim*

como exemplo de abordagens qualitativas que se desenvolvem na interseção do debate entre meios de força e práticas policiais, ou seja, trabalhos que contribuem para uma maior elucidação dos dilemas relativos ao tema da coerção e da normatividade:

os sentidos e os significados que os policiais atribuem ao uso da força física em suas atividades cotidianas – bem como os valores socialmente legitimados utilizados como justificativas para o uso da violência durante as interações com a sociedade – têm ocupado um lugar secundário nas pesquisas sobre o uso da força física pela polícia. Em certa medida, há uma ênfase normativa lastreando as pesquisas que têm como foco de análise o uso da força física pelas agências policiais. Este enfoque não é um traço presente apenas nas pesquisas nacionais sobre o tema.⁶⁷

Desvio e controle da ação policial

O tema do desvio e controle da ação estrutura um expressivo conjunto de trabalhos que recorta todo o período analisado. São trabalhos sobre estudos de casos de violência e de desvio praticados por policiais, sobre corrupção e sobre letalidade policial que se somam a estudos sobre mecanismos de responsabilização e *accountability* e sobre controle interno e externo da atividade policial. Esse campo desenvolveu-se em grande medida em resposta às pressões oriundas da sociedade civil e esteve sempre engajado com a denúncia de práticas abusivas por parte das forças policiais.

Uma análise comparativa de outros modelos nacionais de controle da ação policial explicita a vinculação entre o tema do *accountability* e a questão da legitimidade do uso da força, essencial ao debate sobre o próprio conceito moderno de polícia. Como enfatiza Arthur Trindade, a possibilidade de controle, interno e externo, da ação policial é o que distingue o uso arbitrário (e portanto, ilegal) da força pelos agentes de segurança; do exercício legítimo do monopólio da violência

Segurança e Cidadania, n. 16, novembro de 2015.

⁶⁷ SANTOS, Misael Sousa. *Os usos da força física por policiais militares: descrevendo práticas, entendendo sentidos*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Bahia, 2014, p.17.

pelo Estado.⁶⁸

Assim, os trabalhos desenvolvidos no âmbito dos estudos sobre desvio e controle da ação atendem ao debate sobre como se constrói a obediência à autoridade policial e, por conseguinte, sobre como se produz legitimidade e legalidade para o trabalho desenvolvido por esses profissionais. São estudos que se concentram na tensão entre coerção, legalidade e consentimento social, que remetem tanto ao debate sobre democracia e cidadania quanto à reflexão sobre direito público e teoria do Estado:

Como já ressaltado, o traço definidor das instituições policiais é a possibilidade do uso da força. Entretanto, essa possibilidade não confere às polícias total liberdade para decidir quando cabe ou não o recurso à violência — o que adquire particular importância num regime democrático, por se tratar exatamente dos limites ao exercício do poder. Nesse ponto, uma questão relevante é a distinção entre uso legítimo da força e violência policial. Em que medida ou sob quais circunstâncias é legítimo ou admissível o uso da força? A partir de que ponto esse uso se configura como violência policial?

Essa questão tem sido amplamente debatida por aqueles que se dedicam a estudar a atividade policial nas democracias modernas, sem que haja porém uma linha demarcatória fixa entre força legítima e violência policial. Isso não somente porque tal limite varia em função da forma como cada sociedade interpreta a noção de violência, mas também porque a complexidade do tema e as suas graves consequências políticas dificultam a produção de um consenso.⁶⁹

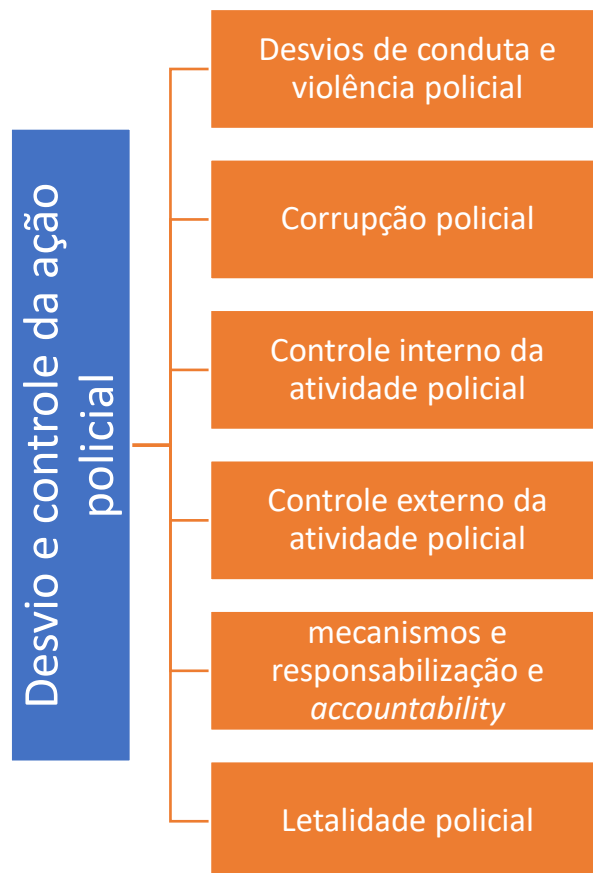
Como apontado no quadro 3, destacam-se nesse grupo temático tanto produções que aprofundam aspectos quantitativos da questão da violência policial, quanto estudos que abordam as questões de natureza teórica relacionadas às causas do desvio policial, com destaque para debates sobre modelos de *accountability* das polícias, experiências comparadas de controle interno e externo e para a estudos com polícias e com vítimas da violência policial. É neste rol de trabalhos que se acentuam os debates acerca das imagens correntes sobre os policiais e que se realizam as disputas sobre os significados das polícias dentro da

⁶⁸ COSTA, Artur Trindade. *Como as democracias controlam as polícias: os mecanismos institucionais de controle da atividade policial*. Novos Estudos . CEBRAP, v. 70, n. 3, 2004, p. 65–78.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 70.

ordem democrática.

Quadro 3 - Desvio e controle da ação policial



FONTE: Elaboração Própria

No âmbito dos trabalhos que discutem os padrões de desvio de conduta e violência policial, encontramos: (a) trabalhos diagnósticos sobre a ocorrência de casos de violência praticadas por profissionais de segurança tanto em casos de torturas e maus tratos quanto nas demais violações possíveis no âmbito da abordagem policial;⁷⁰ (b) trabalhos que discutem as causas da violência policial e

⁷⁰ CORDEIRO, Tania R. F.; TAPARELLI, G. Cuidado, atrás da porta tem gente! Reflexão sobre a morte violenta de jovens em Salvador. In: Ceci Vilar Noronha; Andrija Oliveira Almeida. (Org.). *Violências intencionais contra grupos vulneráveis: crianças, adolescentes, adultos jovens, mulheres e idosos*. 1ªed.Salvador: EDUFBA, 2012, v. , p. 101-124.; MACHADO, Eduardo Paes ; NORONHA, C. V. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. *Sociologias* (UFRGS. Impresso), Porto Alegre, v. 4, n.7, p. 188-221, 2002.

que buscam elaborar modelos explicativos para compreensão dos casos de desvio de conduta;⁷¹ (c) estudos sobre corrupção policial;⁷² e, por fim, (d) investigações sobre casos com mortes decorrentes de intervenção policial, em especial com o aprofundamento do debate sobre os casos de autos de resistência.⁷³

Do ponto de vista conceitual, as formulações sobre desvio policial nesse período exploraram a possível conexão entre a estrutura militarizada da segurança pública e a persistência de práticas abusivas no âmbito das práticas policiais,⁷⁴ mas, ao mesmo tempo, também aprofundaram explicações que acentuam aspectos técnicos e operacionais.

De acordo com Mesquita Neto,⁷⁵ é possível falar em pelo menos três explicações diferentes para o problema violência policial. Em seu estudo sobre o tema, o autor ressalta a coexistência de explicações estruturais, que enfatizam as causas desse tipo de violência em relação às estruturas sociais e políticas; de explicações funcionais, que se referem às funções policiais e aos princípios de sua atuação profissional; e, por fim, de explicações de natureza processual, que sublinham as “razões” ou “motivações” da violência policial, do ponto de vista das organizações policiais e/ou dos agentes policiais, mas com especial atenção para as inúmeras modalidades de conflitos – sociais, políticos, individuais etc. – que

⁷¹ BUENO, Samira. *Bandido bom é bandido morto: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista*. Dissertação (Mestrado em Administração) FGV, 2014; MESQUITA NETO, Paulo. *Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle*. PANDOLFI, D.C. et al. (Orgs.). *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

⁷² CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. A criminalidade da polícia. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n 19, julho-setembro de 1997, São Paulo: RT, p 242-252; MINGARDI, Guaracy. Corrupção e violência na polícia de São Paulo. In: Fundação Konrad Adenauer/ Biblioteca Jurídica Diké. (Org.). *Justicia en la calle*. Medelín: Fundação Konrad Adenauer/ Biblioteca Jurídica Diké, 1996; NASCIMENTO, Andrea Ana. *Quando um homem da lei se torna um sem lei: os caminhos da corrupção policial*. Tese de Doutorado em Sociologia, UFRJ, 2014.

⁷³ MISSE, Michel; GRILLO, Carolina Christoph ; Neri, N. E. Letalidade policial e indiferença legal: a apuração judiciária dos 'autos de resistência' no Rio de Janeiro (2001-2011). *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 1, p. 43-72, 2015; PINHEIRO, Paulo Sérgio et al. Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo (81-89). São Paulo, *Revista da USP*, nº 9, p. 95-112, 1991.

⁷⁴ BATISTA, Nilo. A violência do estado e os aparelhos policiais. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*. 1997, p. 145-154.

⁷⁵ MESQUITA NETO, Paulo. *Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle*. PANDOLFI, D.C. et al. (Orgs.). *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

podem estar contidos nas ocorrências de abusos por parte dos policiais.⁷⁶

Esse gradiente interpretativo formulado por Mesquita Neto, em certo aspecto, sintetiza as correntes mais reiteradas no âmbito do debate acadêmico sobre desvio policial nos últimos 30 anos e explicita a preponderância de uma perspectiva que oscila entre abordagens mais estruturais, voltadas especialmente para o debate sobre a brutalidade dos aparelhos de Estado, e, abordagens mais compreensivas, voltadas à reflexão sobre práticas, valores e interações dos policiais e das suas corporações.⁷⁷

A questão dos mecanismos de responsabilização e *accountability* é referida no âmbito da produção acadêmica do período 1987–2017 a partir de estudos sobre: (a) controle interno da atividade policial, especialmente sobre as corregedorias e ouvidorias de polícia, através de análises comparativas e estudos de casos;⁷⁸ (b) controle externo, em trabalhos sobre as atividades das promotorias de controle externo da atividade policial, tanto em estudos sobre a eficácia das ações de controle quanto em análises sobre as representações dos promotores acerca da própria atividade;⁷⁹ e, finalmente, (c) trabalhos sobre a estrutura organizativa do controle da ação policial no Brasil e o modelo conceitual de responsabilização e *accountability*.⁸⁰

⁷⁶ Ibid., p. 136.

⁷⁷ Ibid.

⁷⁸ MARIMON, Saulo. *Violência policial e mecanismos de controle interno: a atuação da corregedoria geral de polícia no estado do Rio Grande do Sul (1999 - 2004)*. Dissertação Mestrado em Direito PUC RS, 2007; MARIANO, Benedito Domingos. *Ouvidoria da Polícia: A constituição pública dos Direitos Humanos – a primeira experiência de ombudsman de Polícia no Brasil*. Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.; COMPARATO, Bruno Konder. *As ouvidorias de polícia no Brasil: controle e participação*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 2005; MUSUMECI, Leonarda; LEMGRUBER, Julita. *Ouvidorias de polícia no Brasil, 15 anos depois*. In: DURÃO, Susana e DARCK, Marcio (orgs.). *Polícia, segurança e ordem pública: Perspectivas portuguesas e brasileiras*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012, p. 219-248.

⁷⁹ MACHADO, B. A.. Representações sociais sobre o controle externo da atividade policial: cultura organizacional e relações institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 19, n. 88, jan/fev 2011; AVILA, Tiago André Pierobom de. Estado Democrático de Direito e Controle Externo da atividade policial no Brasil. In: MACHADO, Bruno Amaral (org). *Justiça Criminal e Democracia II*. Brasília: FSMPDFT / Marcial Pons, 2015.

⁸⁰ BENEVIDES, Maria Victória. A polícia sob controle da sociedade a que serve. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio et alii. *O papel da polícia no regime democrático*. São Paulo, MAGEART, 1996; ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. Dilemas do controle democrático da violência, execuções sumárias e grupos de extermínios. In: TAVARES, José Vicente (Org.). *Violência em tempo de globalização*. São

Formas de Estruturação e organização da polícia

Ainda no grupo dos temas recorrentes no campo dos estudos policiais identifica-se a questão das formas de estruturação e organização policial. Nesse grupo, localizam-se (i) os trabalhos sobre arquitetura e modelo institucional (25), (ii) trabalhos sobre reforma policial (13); e estudos sobre (iii) legislação, códigos de conduta e deontologia policial (n. 5). Os debates sobre modelo de estruturação e organização das polícias ocorreram impulsionados pela avaliação quanto ao modelo constitucional das organizações da área da segurança pública.

Este grupo de trabalhos foi guiado pelo debate sobre conveniência (ou não) do modelo militarizado de polícias e sobre a eficácia dos arranjos institucionais adotados na Constituição de 1988 – e pela comparação com modelos policiais de outros países. Do ponto de vista político, os trabalhos sobre arquitetura institucional desenvolveram-se articuladamente com os debates e as demandas relativos à reforma das polícias e foram impulsionadas por agendas governamentais e não governamentais referentes à constituição de um Sistema Único de Segurança Pública, ao debate internacional sobre “segurança cidadã”, “segurança humana” e à reflexão sobre os limites da organização policial de caráter militar.

A hipótese teórica mais desenvolvida neste tema está relacionada à persistência de práticas e modelos institucionais herdados da ditadura militar e à inexistência de um pacto reformador na transição da ditadura civil e militar de 1964–1985 para a democracia. A tese fundamental trabalhada nessa seara foi de que a reprodução entre as polícias militares do modelo organizacional do Exército importa em distorções relativas às funções de policiamento ostensivo que limitam a capacidade operativa das polícias e introduzem regimentos disciplinares inflexíveis e disfuncionais, alheios à própria natureza da atividade de policiamento

Paulo: Hucitec, 1999; COSTA, Artur Trindade. *Como as democracias controlam as polícias: os mecanismos institucionais de controle da atividade policial*. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 70, n. 3, 2004, p. 65-78; MUNIZ, Jacqueline; Jr. PROENÇA, Domicio. Da accountability seletiva à plena responsabilidade policial. In: CARUSO, Haydée; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; BLANCO, Antônio Carlos Carballo (Org.) *Polícia, Estado e Sociedade: Saberes e Práticas Latino-americanas*. Rio de Janeiro, Publit Seleções Editoriais, 2007, p. 21-73.

de rua.⁸¹

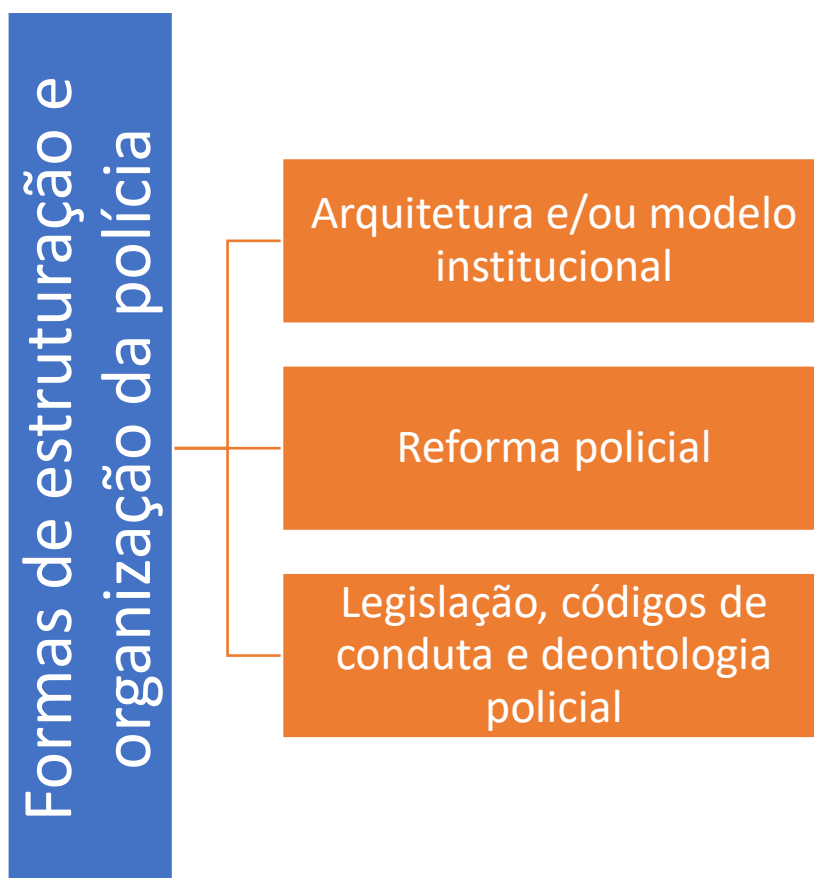
As prioridades estão invertidas, radicalmente, e isso independe da política de segurança adotada e, até certo, da vontade dos atores envolvidos e dos gestores. Eis mais um motivo pelo qual o gradualismo incremental como perspectiva de mudança é tão limitado, na área da segurança pública, entre nós. Ou seja, eis porque é indispensável a reforma estrutural das instituições que exige alteração do art. 144 da Constituição, no qual se estabelece o desenho da arquitetura institucional da segurança pública, que inclui o modelo policial e a distribuição de atribuições e responsabilidades entre a União, os estados e os municípios.

As estruturas organizacionais das polícias trazem consigo conteúdos políticos, metas naturalmente derivadas das formas de funcionamento, rotinas inerciais que emanam das estruturas como se lhes fossem inerentes, pela mediação de valores e tradições corporativas.⁸²

⁸¹ SOARES, Luiz Eduardo. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias?. In: Bernardo Kucinski et al. *Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 27-31; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; NASCIMENTO, Andrea Ana do. Desafios da reforma das polícias no Brasil: permanência autoritária e perspectivas de mudança. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 4, out/dez 2016; AMBROSIO, Felipe Augusto Rodrigues. *Desmilitarização da segurança pública e do estado na defesa da democracia e do direito brasileiro*. Mestrado em Ciência Jurídica, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, 2017.

⁸² SOARES, Luiz Eduardo. *Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 35.

Quadro 4 - Formas de Estruturação e organização da polícia



FONTE: Elaboração Própria

Temas Emergentes

No grupo dos temas emergentes localizamos estudos sobre (i) condições de trabalho e qualificação profissional dos policiais (40), (ii) grupos historicamente excluídos (31), e (iii) teoria da ação policial e sociologia da força pública (12). São considerados nesse grupo aqueles temas que ocupam menor expressão no universo das produções (21% das 373 produções analisadas) e que passaram a ser abordados apenas mais recentemente, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 2000. Ou seja, reunimos aqui os temas que informam sobre as emergências do campo dos estudos policiais, sobre as novas questões em jogo no ambiente

acadêmico e no debate público, e sobre as correntes que passam a influenciar os/as pesquisadores/as a partir do adensamento da reflexão acerca da polícia e dos policiais.

Nesse conjunto de trabalhos verificamos questões impulsionadas pela entrada dos/as policiais como pesquisadores/as na produção do conhecimento sobre o universo policial; pelo maior acesso às informações internas das corporações policiais e também pela própria pressão política exercida por atores internos e externos ao universo policial. É ainda entre os trabalhos considerados como “emergentes” que conseguimos delinear a “nova agenda de pesquisa” do campo dos estudos policiais, no sentido de que é entre estas reflexões que se localizam as maiores inovações e reelaborações teóricas relativas aos saberes, dinâmicas, estruturas e práticas policiais.

Condições do Trabalho e Formação Policial

O conjunto de reflexões sobre condições do trabalho e formação policial emerge paralelamente à constituição de uma agenda de pautas referentes a estes profissionais e às suas demandas enquanto trabalhadores da área da segurança pública. Desde as primeiras greves de policiais na década de 1990 até a formação de associações de policiais e a eleição de policiais militares para cargos públicos, vários são os debates relativos às reivindicações dessa categoria, quais as suas realidades no espaço laboral e que tipo de formação técnica, teórica e operacional lhe é ofertada.

Destaca-se nessa seara a constituição de órgãos governamentais no âmbito federal voltados a este tema, a exemplo da instituição, junto a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, 2006;⁸³ da proposição do Plano Nacional de

⁸³ LIMA, Renato Sérgio de; CARBONARI, Flávia; FIGUEIREDO, Laís; PRÖGLHOF, Patrícia. Avaliação de resultados da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP. In: LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Camilo; FIGUEIREDO, Isabel (org.). *Avaliações, diagnósticos e análises de ações, programas e projetos de segurança pública*. Brasília: Ministério da Justiça, 2014, p.187-223.

Qualidade de Vida dos Profissionais de Segurança Pública, em 2008; e da realização, em 2009, da I Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG).⁸⁴ Ao mesmo tempo, também colaboraram para o desenvolvimento de estudos sobre as condições de trabalho dos profissionais de segurança as iniciativas da Diretoria de Ensino, Pesquisa e Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal e os debates realizados no âmbito do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP), criado em 1989 e reformulado em 2007,⁸⁵ assim como o próprio fortalecimento de grupos e núcleos de pesquisa nas universidades voltados à questão policial.

Os estudos desta chave temática estão distribuídos em trabalhos sobre:

- (i) formação e qualificação profissional, com destaque para os trabalhos referentes aos currículos das academias de polícia e aos subsídios para elaboração de uma matriz nacional de formação de profissionais de segurança pública (18);⁸⁶
- (ii) segurança e saúde ocupacional, referindo-se à qualidade de vida dos profissionais de segurança e às condições para realização de suas atividades (10);⁸⁷
- (iii) carreira de trabalho e profissionalização, com trabalhos relativos a planos de progressão funcional e vulnerabilidades decorrentes do

⁸⁴ BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Relatório Final da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública*. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

⁸⁵ MARQUES, Ana Maura Tomesani. CONASP: um jovem conselho em busca de sua identidade. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. v. 9, n. 2, São Paulo, Ago/Set. 2015, p. 180-197.

⁸⁶ PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. *Soc. estado*, Dez 2005, vol. 20, n. 3, p. 585-610; PINC, Tânia Maria. *Treinamento Policial: Um Meio de Difusão de Políticas Públicas que incidem na conduta individual do Policial de Rua*. Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011; CARUSO, Haydée *et alii*. Educação a Distância em Segurança Pública no Brasil: um estudo sobre os efeitos Rede -EAD-SENASP na trajetória dos seus discentes. In: PARESCHI, Ana Carolina *et alii* (Org.). *Coleção Pensando a Segurança Pública*. Brasília: Ministério da Justiça, 2016, p. 215-256.

⁸⁷ SANTOS, Patrícia Scalli dos. "Vítimas, malandros e heróis": os sentidos da loucura na Polícia Militar. Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991; ADORNO, S.; MINAYO, M. C. S. Risco e (in)segurança na missão policial. *Ciência e Saúde Coletiva* (Impresso). v.18, p.585-593, 2013.; BEZERRA, Claudia de Magalhães; MINAYO, Maria Cecília de Souza; CONSTANTINO, Patrícia. Estresse ocupacional em mulheres policiais. *Ciênc. saúde coletiva* vol.18 n.º.3 Rio de Janeiro mar. 2013.

- contexto trabalho (n. 5);⁸⁸
- (iv) sindicatos, associações e ativismo policial (4);⁸⁹ e, por fim,
- (v) pesquisas quantitativas com descrição dos índices de vitimização policial (3).⁹⁰

Polícia e grupos sociais historicamente discriminados

Apesar de se tratar de uma temática transversal, que poderia emergir como categoria analítica em diferentes trabalhos ou objetos de estudo, a questão da relação entre polícia e grupos sociais historicamente excluídos e discriminados constitui, em si, uma chave própria de investigação no campo dos estudos policiais. Encontram-se entre essas investigações trabalhos que exploram as temáticas relativas ao preconceito e à discriminação envolvidos na ação policial, tanto na interação com a sociedade quanto na própria experiência de negros, mulheres e pessoas LGBT no interior das corporações policiais.

Destaca-se nesses trabalhos o protagonismo de pesquisadores/as oriundos/as dos próprios grupos sociais vitimados pela discriminação na relação com as forças policiais e, ao mesmo tempo, a pressão oriunda das organizações da

⁸⁸ ALCÂNTARA JÚNIOR, Almir. *Cultura e atitudes ocupacionais entre policiais militares em Belo Horizonte*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas (Sociologia e Política). UFMG. 2007; RUDINICKI, Dani. O ingresso de bacharéis em direito na polícia militar gaúcha. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, nº 20, jul./dez. 2008, p. 108-137; PONCIONI, Paula. Identidade profissional policial. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. (orgs.) *Crime, polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, p. 503-510.

⁸⁹ SANTOS, Adriano Oliveira dos. *Tiros na Democracia: de que lado ficou a Imprensa na Greve da Polícia Militar de Pernambuco?* Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco, 2000; MIRANDA, Ewerton José Braz. *O Chupa-Praça e o Aumento de Dez Reais: Um Estudo de Caso sobre a Greve dos Policiais Militares Pernambucanos de Julho de 1997*. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, 2006; BERLATTO, Fábila, CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das Forças Repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Dez 2016, nº.21, p.77-120.; FAGANELLO, Marco Antonio. *O Voto na Bancada da Bala: Estudo de Geografia Eleitoral na cidade de São Paulo (2012/2016)*. Mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, 2017.

⁹⁰ BARBOSA, Antonio Basílio Honorato. *Sargento Getúlio e outros Sargentos: A morte entre os policiais militares em Salvador*. Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Vitimização policial. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. (orgs.) *Crime, polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, p. 519-526; FERNANDES, Alan. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 2016.

sociedade civil para que essa questão social seja reconhecida também como “problemática de pesquisa” no campo dos estudos policiais. Tal aspecto merece atenção para que se possa refletir acerca do “impacto epistêmico dos posicionamentos situados na produção acadêmica”.⁹¹

Em termos esquemáticos, fala-se aqui de trabalhos sobre:

- (i) polícia e relações raciais (18)⁹²,
- (ii) polícia e gênero (12)⁹³ e,
- (iii) polícia e diversidade sexual (1)⁹⁴.

Teoria da Ação Policial e Sociologia da Força Pública

Trata-se de um campo menos desenvolvido no conjunto das produções do período analisado. Ainda que o debate sobre uma teoria de polícia e dos policiamentos – explorando a construção conceitual do mandato policial, do uso da força e suas implicações – esteja subjacente à produção de todo o campo, não se identifica nos trabalhos brasileiros uma ênfase no debate mais conceitual sobre a sociologia da força pública. Como detalharemos no tópico C deste capítulo, é precário o investimento teórico em reflexões que enfrentem os dilemas da coercibilidade e da legitimação da autoridade policial.

⁹¹ PRANDO, Camila Cardoso de Mello. A Criminologia Crítica no Brasil e os estudos críticos sobre branquidade. *Revista Direito e Práxis*, v. 9, 2018, p. 72.

⁹² REIS, Dyane Brito. *O Racismo na Determinação da Suspeição*. Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2001; SANSONE, Lívio. Fugindo para a força: cultura corporativista e "cor" na polícia militar do estado do Rio de Janeiro. *Estudos Afro-Asiáticos*. V. 24, nº 3, Rio de Janeiro, 2002; BARROS, Geová da Silva. *Racismo Institucional: A Cor da Pele como Principal Fator de Suspeição*. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

⁹³ SOUZA, MARCOS SANTANA DE. *Sou policial, mas sou mulher*: gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo'. Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2014; MELLO, Marília Montenegro Pessoa; VALENÇA, Manuela Abath. MULHERES E CONTROLE POLICIAL NO RECIFE DO INÍCIO DO SÉCULO XX. *Caderno do CEAS*, nº 238, 2016; DENARI, Julianna Bueno. *Batom na Caveira*: um estudo de mulheres na Polícia Militar de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Sociologia. UFSCar, 2016.

⁹⁴ FRANÇA, Fábio Gomes. “Hierarquia da invisibilidade”: preconceito e homofobia na formação policial militar. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. 2016.

Na produção analisada, os trabalhos desse grupo temático podem ser organizados da seguinte forma:

- (i) trabalhos sobre mandato policial (6)⁹⁵; e
- (ii) trabalhos sobre poder de polícia (6)⁹⁶.

Apresentado o mapa geral dos estudos policiais no período analisado, abordarei, nos próximos tópicos, um detalhamento de como nesse grande conjunto de pesquisas debateu-se o tema do racismo e do mandato policial, para retomar as questões do início do capítulo: que discussões ficaram de fora no campo dos estudos policiais? Quais temas foram secundarizados na discussão? Como as escolhas teóricas dos pesquisadores/as desse campo impactaram no tipo de compreensão que se tem da polícia e das suas relações?

B) O que se fala sobre racismo no debate sobre polícia no Brasil

O período analisado nesse trabalho é marcado por fortes tensões no debate público sobre a relação entre a polícia e racismo. A ação política das organizações do movimento negro denuncia o caráter violento da ação policial no trato com a população e se associa às várias formulações teóricas que se aprofundam no peso das hierarquias raciais na conformação dos modos de funcionamento das organizações da sociedade brasileira, dentre elas das

⁹⁵ MUNIZ, J.; SILVA, W. F. Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa. Caderno CRH, v. 23, nº. 60, dez/2010, p. 449-73; BARBOSA, Wendell de Freitas; SÁ, Leonardo Damasceno de. Redefinições da condição de morador: classificações das clientelas no mandato policial e as suas consequências nas relações entre polícia e população. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 75, p. 639-656, Set./Dez. 2015; MUNIZ, Jaqueline; MELLO, Kátia Sento Sé. Nem tão perto, nem tão longe. O dilema da construção da autoridade policial nas UPP's. Dossiê Políticas Públicas de segurança e Justiça. *Civitas*, v. 15, n. 1, jan./mar. 2015, p. 44-65.

⁹⁶ SOUZA, L. A. F. Polícia, direito e poder de polícia. A polícia brasileira entre a ordem pública e a lei. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 11, nº. 43. São Paulo: IBCCrim, 2003.; ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila Nunes. Monopólio Estatal da Violência. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. (orgs.) *Crime, polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, p. 187-198.; BATISTA, Vera Malagutti. Estado de polícia. In: Bernardo Kucinski et al. *Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 91-96.

organizações policiais.

Neste tópico, apresentarei alguns aspectos do debate sobre o racismo no âmbito da reflexão sobre polícia, enfatizando as formulações do pensamento negro brasileiro acerca da questão policial, e, em seguida, sublinhando o debate sobre racismo no levantamento dos estudos policiais brasileiros entre 1987 e 2017.

Pensamento negro brasileiro e questão policial

A relação com a polícia constitui-se como um tema fundador do movimento negro contemporâneo. Em especial sob a chave da denúncia da violência de Estado, a polícia sempre foi um campo de especial interesse tanto para as organizações negras quanto para os intelectuais dedicados ao âmbito das relações raciais, o que importou em significativas demandas e propostas atinentes à organização das polícias e aos conteúdos a serem incorporados na formação dos profissionais de segurança pública.

Desde as primeiras organizações negras do século XX, passando pela articulação da Frente Negra Brasileira e pelo Teatro Experimental do Negro, até às entidades do movimento negro das duas primeiras décadas do século XXI, são reiteradas as denúncias da violência policial e as reivindicações por tratamento isonômico e mudanças estruturais no modelo das polícias. Sob diferentes enfoques, os movimentos negros sempre ressaltaram a longevidade de práticas discriminatórias por parte das corporações policiais, ao tempo em que frisaram a necessidade de novas bases para o funcionamento dessas instituições:

Em 1949, Abdias do Nascimento fez uma carta aberta ao chefe de polícia do Rio de Janeiro dizendo que pelo tratamento diferenciado com que distinguia a população negra se poderia dizer que a polícia considerava o negro um delinquente nato e estava criando o “delito de ser negro”. Em 1983, já deputado federal, Abdias encaminhou projeto de lei em que incluía o tratamento policial nos campos em que reivindicava a implementação do princípio da isonomia. [...] São práticas repressivas de longa duração no tempo, práticas incorporadas ao cotidiano de uma sociedade profundamente

discriminatória, que renega a humanidade do outro.⁹⁷

O momento emblemático dessa formulação foram as inflexões ocorridas no bojo do processo constituinte, nos anos de 1987 e 1988, quando organizações do movimento negro atuaram para assegurar o debate sobre uma forma democrática de gestão das corporações policiais. Naquele processo, destacaram-se as propostas relativas à luta para que o texto constitucional ampliasse os dispositivos de controle das forças policiais e para que houvesse instrumentos públicos de discussão e denúncia da seletividade racial destas corporações.

Nas resoluções da Convenção “O negro e a Constituinte”, que reuniu as principais formulações dos movimentos negros de todo o país quanto aos trabalhos da Assembleia Nacional para elaboração da nova Constituição, e no Dossiê Mulheres Negras, encaminhado pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo aos deputados/as constituintes, identificam-se propostas relativas à vedação de incursões domiciliares da polícia nos territórios negros da cidade, reforma da estrutura jurídicas das organizações policiais e mudança das regras de competência para o processamento de casos de abusos praticados por policiais. De acordo com Natália Neris, autora do trabalho *A voz e a palavra do Movimento Negro na Constituinte de 1988*, entre as demandas apresentadas no âmbito da Convenção Nacional “O Negro e a Constituinte”, encontram-se as seguintes propostas:

- 1 – Unificação das Polícias Civil e Militar (e instituição de cursos permanentes de reciclagem e melhores critérios de seleção e admissão de policiais no sentido de garantir o respeito à integridade física e moral do cidadão independente de sua raça ou cor), e,
- 2 – Crimes relacionados ao abuso do poder cometidos pela polícia julgados pela justiça comum.⁹⁸

Alguns anos antes, esta discussão também havia comparecido na arena

⁹⁷ CARDOSO, Edson. *Memória de Movimento Negro: um testemunho sobre a formação do homem e do ativista contra o racismo*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014, p. 142.

⁹⁸ NERIS, Natália. *A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987 / 1988): um estudo das demandas por direitos*. Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas, Escola de Direito de São Paulo. São Paulo, 2015, p. XX.

pública através da ação política do movimento negro, no âmbito do processo de lutas pela Anistia Política durante o período militar. Em 1979, o Movimento Negro Unificado Contra Discriminação Racial (MNUCDR) apresentou publicamente uma tese intitulada “O papel do aparato policial no processo de dominação do negro”, que denunciava a violência policial contra os negros, as condições subumanas da população carcerária no Brasil e a ocorrência de tortura nos presídios, e também defendia que a perseguição policial ao negro não constituía apenas uma perseguição de natureza jurídico-penal, mas que caracterizava como uma perseguição política estruturada pelo racismo e pela persistência das hierarquias raciais:

O negro formava uma massa miserável, sobrevivendo como dava, sem informação, sem organização, sem técnica. Trazia o estigma do escravo e todas as forças para libertar-se do senhor. Um ser violento e incapaz dentro da nova sociedade; com formas de ser diferentes. Um animal com cara, corpo e voz de ser humano. Desde então, ser negro passou a ser vergonha para o indivíduo e um perigo para a sociedade. E a perseguição policial ao negro já não era um fato político, mas uma perseguição comum.⁹⁹

O documento tornou-se emblemático no debate sobre a relação entre polícia e racismo e foi reinserido na discussão de organizações e entidades do movimento negro nos anos subsequentes. De acordo com Lélia Gonzalez, o tema acirrou as relações com as organizações de esquerda, ao passo em que também estimulou a denúncia da violência policial perante outras parcelas da sociedade:

As atividades do MNU em seu primeiro ano de existência se deram nos mais diferentes níveis. Desde a denúncia dos casos de violência policial (que nos levou a defender a tese, junto ao Comitê Brasileiro pela Anistia, em seus dois congressos de 1978 e 1979, de que o negro brasileiro também é prisioneiro político, na medida em que é colocado sob suspeita e preso pelo simples fato de ser negro), passando pelas manifestações em praça pública ao trabalho iniciado junto a comunidade negra. Seu trabalho de denúncia do racismo e da violência policial acabou por sensibilizar determinados

⁹⁹ MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. *O papel do aparato policial do Estado no processo de dominação do negro*. Documento apresentado pelo Movimento Negro Unificado contra Discriminação Racial ao Congresso Nacional do Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979 (mimeo.).

setores da sociedade, tanto num sentido positivo quanto negativo. No primeiro caso, vale notar, por exemplo, a descoberta divulgada pela grande imprensa: a de que o negro comum também é torturado. De acordo com a reportagem de um grande semanário, a opinião pública brasileira só passou a tomar conhecimento da existência da tortura a partir do momento em que a repressão passou a praticá-la nos jovens de classe média que se opuseram ao regime. [...]

Quanto aos aspectos negativos, deixando de lado o tradicional “racismo às avessas” de que somos acusados sempre que nós, negros, partimos para a denúncia do racismo e da discriminação, pintaram as acusações como as de divisionistas, revanchistas etc. e tal, provenientes de certos setores da esquerda, além daquela de subversão tão cara ao regime. Mas a gente continuou nossa luta [...] ¹⁰⁰

Essas articulações do movimento negro em torno da denúncia da violência policial foram registradas pelos órgãos de informação da ditadura e justificaram inclusive perseguições e investigações sobre vários militantes. De acordo com pesquisa realizada por Karin Kössling, havia por parte do DEOPS uma pasta específica acerca das denúncias do movimento negro no que tange à questão da violência policial. “As campanhas contra a violência policial eram compreendidas pela polícia política como apenas uma tática para desmoralizar as autoridades”, escreve Kössling. ¹⁰¹

O mesmo aspecto é também acentuado nos estudos realizados pela Comissão Estadual da Verdade do estado do Rio de Janeiro, que investigou os documentos da repressão política no estado e constatou a existência de grande vigilância sobre as denúncias de violência policial apresentadas pelas organizações do movimento negro. ¹⁰² A afirmação de que havia um caráter racial na constituição e no exercício do mandato policial era especialmente perturbadora para o regime político posto, aspecto que, ao mesmo tempo, tanto denunciava o caráter

¹⁰⁰ GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: HASENBALG, Carlos; GONZALEZ, Lélia. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982, p. 68.

¹⁰¹ KÖSSLING, Karin Sant’Anna. *As lutas anti-racistas de afrodescendentes sob vigilância do DEOPS (1964 -1983)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007, p. 40.

¹⁰² PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. *Colorindo memórias e redefinindo olhares: ditadura militar e racismo no Rio de Janeiro*. In: RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. Rio de Janeiro: CEV – Rio, 2015.

institucional e reiterado da violência policial quanto explicitava a dimensão racializada dos processos de recrutamento e atuação das várias instâncias do aparato policial.

Residia aí parte importante da tensão entre as leituras que atribuíam à Ditadura Militar de 1964 a prevalência explicativa das mazelas dos aparatos policiais e as perspectivas divergentes que, no campo do pensamento negro, denunciavam a desatenção das organizações de esquerda com a questão racial e sinalizavam o papel do racismo na formatação de práticas e leituras policiais, muito antes do ano de 1964. Essa disputa narrativa inaugurada nas discussões do Comitê Brasileiro pela Anistia, no final da década de 1970, traduz-se em questão política que acompanha o debate acerca do “passado autoritário” da sociedade brasileira¹⁰³ nos anos subsequentes.

Entre as décadas de 1980 e 2010, inúmeras outras ações do movimento negro assinalaram a importância da temática policial e também apresentaram pautas políticas relativas à reforma da polícia, ao aprimoramento da formação policial e à alteração das formas de abordagem junto à população negra. Tratava-se de um tipo de intervenção que ultrapassava os panfletos e atos de rua e também alcançava os veículos da imprensa negra¹⁰⁴ e as ações em universidades, nas quais se registram colóquios específicos acerca da questão racial na segurança pública, com forte protagonismo de ativistas negros inseridos no espaço universitário.¹⁰⁵ Nos

¹⁰³ Sobre a participação dos negros e negras nas lutas contra a ditadura militar (aspecto até então pouco explorado no debate sobre justiça de transição) e sobre a ocorrência de práticas abusivas das polícias muito antes da ditadura de 1964, ver: PIRES, Thula. Estruturas intocadas: racismo e ditadura no Rio de Janeiro. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, vol. 9, nº. 2, 2018, p. 1054-1079; OLIVEIRA, Luciano. De Rubens Paiva a Amarildo. “E Nego Sete”? O regime militar e as violações de direitos humanos no Brasil. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 2, 2018, p. 202-225; KÖSSLING, Karin Sant’Anna. *As lutas anti-racistas de afrodescendentes sob vigilância do DEOPS (1964–1983)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

¹⁰⁴ De acordo com Edson Cardoso, o jornal *Raça & Classe*, dedicado à propagação das ideias do movimento negro, trouxe uma edição inteira (nº. 2, de 1987) referida à denúncia da violência extrema contra a população negra. O editorial daquele periódico foi intitulado “Furor genocida” e o jornal trazia uma série de dados e relatos de casos de violência praticadas por forças policiais. (CARDOSO, Edson. *Memória de Movimento Negro: um testemunho sobre a formação do homem e do ativista contra o racismo*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014, p. 142).

¹⁰⁵ A título de exemplo podemos citar nesse sentido as evidências encontradas no trabalho realizado por Paulo Ramos que apontam para abordagem da questão policial nas iniciativas do movimento

dizeres das próprias lideranças do movimento negro, o tema da violência policial sempre se destacou entre as ações de denúncia e proposição em todo o país:

O que mais marcou, fundamentalmente, os anos 1980 e agora os anos 1990, é o aumento da violência racial com a ação da polícia sobre os negros; como crescem os casos de pessoas negras que são mortas *pela* polícia com base em acusações que nunca são completamente evidenciadas. Existe hoje, no país, uma pena de morte à raça negra que é praticada por grupos de extermínio ligados à instituição policial, incluindo crianças e adolescentes de rua que são majoritariamente negros.¹⁰⁶

A partir da década de 1990, merecem destaque as formulações apresentadas no âmbito da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida (1995); mobilizações preparatórias à III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (2001); a Marcha Zumbi + 10 (2005); o Encontro Nacional de Juventude Negra (2007); e a Marcha Nacional de Mulheres Negras pelo Bem Viver (2015) que, sob diferentes ênfases, trataram a questão policial e a sua relação com o campo das relações raciais.¹⁰⁷

Nessas inúmeras atividades enfatizou-se a necessidade de discussão sobre “como e por que reformar as polícias” e apresentaram-se propostas no sentido de superar o caráter racial que, no entendimento das organizações do movimento negro, estruturavam e instruíam os sentidos da ação policial. A persistência do passado escravista, o peso das hierarquias raciais nos itinerários

negro brasileiro desde a década de 1970 inclusive por meio de discussões promovidas dentro do espaço acadêmico. (RAMOS, Paulo Cesar. *“Contrariando a Estatística”*: a tematização dos homicídios pelos jovens negros no Brasil. Dissertação (Mestrado). Centro de Educação e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2014).

¹⁰⁶ BAIROS, Luiza. O negro vê o racismo no Brasil com clareza. Entrevista concedida por ocasião de depoimento da coordenadora nacional do MNU à Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados sobre esterilização de mulheres. *Correio Braziliense*, 18 de julho de 1992.

¹⁰⁷ Existe uma ampla literatura sobre estes diferentes episódios da luta negra brasileira. A título de exemplo citamos: CARDOSO, Marcos Antônio. *O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978 – 1998*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2001; CARDOSO, Edson. *Negro, não: a opinião do jornal Irohin*. Brasília: Brado Negro, 2016; FREITAS, Felipe da Silva. Pelo direito à vida segura: um estudo sobre a mobilização negra pela aprovação do Estatuto da Juventude no Congresso Nacional. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, vol. 10, nº. 2, 2019, p. 1335-1355.

formativos das forças policiais, a violência da interação entre polícia e sociedade nas operações com abordagem e o papel dos estereótipos racistas na composição do imaginário social foram temas recorrentes nessas atividades políticas sempre no sentido de destacar a centralidade do racismo como fenômeno de poder e sublinhar a urgência de revisão dos sentidos e significados da ação da polícia.

Verifica-se nesse conjunto de iniciativas novamente a reiterada disputa entre o movimento negro, que exigia leituras que pusessem a questão racial no centro do debate sobre segurança pública e direitos humanos, e as “perspectivas gerais” dos governos e de outras organizações governamentais que majoritariamente enfatizavam o racismo apenas como expressão de casos de preconceito e discriminação racial, deixando de abordar seus elementos teóricos e estruturais. Exemplo dessa disputa foi, por exemplo, a constituição, no âmbito do movimento negro, de espaços paralelos às instâncias oficiais de participação social como a realização, em 2009, do Encontro Popular Pela Vida e por Outro Modelo de Segurança Pública, capitaneado pela Campanha Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta, que denunciava o caráter limitado da Conferência Nacional de Segurança realizada pelo governo federal e apontava para a necessidade de foco no debate sobre racismo no âmbito da reflexão sobre a temática policial, como enfatizou o documento final do Encontro:

Após serem lançados em nível federal, o PRONASCI – Plano Nacional de Segurança com Cidadania – seguido da I CONSEG – Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública – tentam alinhar o processo de formulação de uma política criminal travestida de “segurança pública cidadã” negando a participação autônoma e paritária dos movimentos sociais e referendando um plano do governo lançado à priori do debate com a sociedade. Sem o debate sério sobre o genocídio e sem a radical revisão das práticas policiais tudo não passará de pura bravata.¹⁰⁸

No plano acadêmico, a discussão sobre racismo e a questão policial fora

¹⁰⁸ *Relatório do 1º Encontro Popular pela Vida e por outra Segurança Pública*. Salvador, 2009 (mimeo.)

anunciada em trabalhos como os de Lélia Gonzalez¹⁰⁹ e Edson Cardoso,¹¹⁰ sempre com forte destaque na questão da denúncia da violência policial. O ambiente político de estruturação e fortalecimento de organizações do movimento social negro e a proliferação de estratégias políticas para ampliação dos espaços de incidência dos ativistas políticos do movimento negro favoreceu a intensificação do debate sobre polícia nos meios engajados com a discussão racial, ainda que tais *elementos* não necessariamente figurassem no rol das reivindicações dos setores hegemônicos do pensamento progressista das diferentes épocas.

Assim, a despeito de um significativo conjunto de produções sobre as interfaces entre racismo e organizações policiais, são raros os casos na literatura dos estudos policiais em que se explicitam, aprofundam e interpretam estas interconexões com o campo do estudo das relações raciais, persistindo análises hegemônicas desconectadas dos aprendizados e descobertas referentes à temática racial.

A crítica ao baixo investimento das ciências sociais na análise da temática racial é recorrente nas narrativas dos autores/as ao longo dos anos. Desde clássicos como Guerreiro Ramos¹¹¹ e Clóvis Moura,¹¹² tem-se assinalado a baixa permeabilidade dos debates hegemônicos do campo às formulações teóricas oriundas do âmbito do pensamento negro, o que resulta na exclusão (ou inclusão superficial), do tema do racismo e das relações raciais no âmbito das produções acadêmicas e nas interpretações sobre a formação social brasileira.

Para Guerreiro Ramos, a tensão na abordagem da questão racial no âmbito das ciências sociais se dá, sobretudo, através das categorias negro-vida e negro-tema. Em seu livro *Patologia Social do Branco Brasileiro*, Guerreiro Ramos apresenta por um lado a superficialidade com que usualmente se trata a situação do negro na literatura das ciências sociais, e, por outro lado, denuncia a reificação

¹⁰⁹ GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. São Paulo, ANPOCS, *Ciências Sociais Hoje*, 2. ANPOCS, 1983, p. 223-244.

¹¹⁰ CARDOSO, Edson. *Negro, não: a opinião do jornal Irohin*. Brasília: Brado Negro, 2016.

¹¹¹ RAMOS, Alberto Guerreiro. "Introdução crítica à sociologia brasileira". Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

¹¹² MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

operada em relação sujeito negro em termos narrativos e de interpretação sociológica:

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados "antropólogos" e "sociólogos". Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é o negro-tema; outra, o negro-vida.

O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, profético, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje.¹¹³

Nesse sentido, Guerreiro Ramos polemiza com os "estudos tradicionais" que trataram do "problema" racial no Brasil e aponta os limites epistemológicos, teóricos e metodológicos do debate sobre racismo formulado nos estudos inaugurais das ciências sociais brasileiras.¹¹⁴ O ponto defendido no artigo "O problema do negro na sociologia brasileira" é central para compreensão de como para Guerreiro Ramos se colocam as questões da reificação e da invisibilidade do sujeito negro na literatura sociológica e, nesse sentido, como se desdobram entraves e limites teóricos decorrentes desse processo de reificação:

Em princípio, o negro, no domínio da sociologia brasileira, foi problema porque seria portador de traços culturais vinculados a culturas africanas, pelo que, em seu comportamento, apresenta como sobrevivência. Hoje, continua a ser assunto ou problema, porque tende a confundir-se pela cultura com as camadas mais claras da população brasileira. Neste ponto, é oportuno perguntar: Que é que, no domínio de nossas ciências sociais, faz do negro um problema, ou um assunto? [...].

Determinada condição humana é erigida à categoria de problema quando, entre outras coisas, não se coaduna com um ideal, um valor ou uma norma. Quem a rotula como um problema, estima-a ou a avalia anormal. Ora, o negro no Brasil é objeto de estudo como

¹¹³ RAMOS, Alberto Guerreiro. *Patologia social do branco brasileiro*. Jornal do Comércio, jan. 1955, p. 215.

¹¹⁴ BARBOSA, Muryatan Santana. Guerreiro Ramos: o personalismo negro. *Tempo Social*. 2006, vol.18, n.2, p.217-228.

problema na medida em que discrepa de que norma ou valor? Os primeiros estudos no campo trataram das formas de religiosidade do negro. Terá, porém, o negro, entre nós, religião específica? Objetivamente, não [...].

Tem sido, também, considerada com freqüência a criminalidade do negro. Terão, porém, o negro e seus descendentes criminalidade específica? Objetivamente, ainda não [...].

Por outro lado, careceria de base objetiva a afirmação de que o negro no Brasil manifestasse tendências específicas essenciais na vida associativa, na vida conjugal, na vida profissional, na vida moral, na utilização de processos de competição econômica e política. O fato é que o negro se comporta sempre essencialmente como brasileiro, embora, com o dos brancos, esse comportamento se diferencie segundo as contingências de região e estrato social. [...].

Nestas condições, o que parece justificar a insistência com que se considera como problemática a situação do negro no Brasil é o fato de que ele é portador de pele escura. A cor da pele do negro parece constituir o obstáculo, a anormalidade a sanar. Dir-se-ia que na cultura brasileira o branco é o ideal, a norma, o valor, por excelência.¹¹⁵

Contemporaneamente essa questão também tem sido ressaltada em alguns trabalhos da sociologia da violência, do direito e da criminologia. Partindo desse e de outros referenciais teóricos, autores/as como Jaime Amparo-Alves,¹¹⁶ Ana Flauzina,¹¹⁷ Thula Pires,¹¹⁸ Camila Prando¹¹⁹ e Evandro Piza,¹²⁰ entre outros/as têm ressaltado a inexistência de um debate consequente sobre as relações entre o racismo e os modos de funcionamento do sistema penal e, ao mesmo tempo, têm

¹¹⁵ RAMOS, Alberto Guerreiro. *O problema do negro na sociologia brasileira*. Cadernos do Nosso Tempo, 2, jan./jun., p. 190-191.

¹¹⁶ AMPARO-ALVES, Jaime. À sombra da morte: juventude negra e violência letal em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 20, nº. 4, p.563-578, out./dez. 2010.

¹¹⁷ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

¹¹⁸ PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Criminologia crítica e pacto narcísico: por uma criminologia crítica apreensível em pretuguês. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 135, ano 25, p. 541-562, São Paulo: Ed. RT, set. 2017.

¹¹⁹ PRANDO, Camila Cardoso de Mello. A Criminologia Crítica no Brasil e os estudos críticos sobre branquidade. *Revista Direito e Práxis*, v. 9, p. 70-84, 2018.

¹²⁰ DUARTE, Evandro C. Piza. Dossiê Especial - Direito Penal, Criminologia e Racismo. Editorial: Direito Penal, Criminologia e Racismo. *Revista Brasileiro de Ciências Criminais*, v. 135, p. 17-48, 2017.

ênfatizado a importância de giros teóricos que promovam formas de leitura do fenômeno criminal articuladas com a análise e interpretação do conceito de raça e de hierarquias raciais:

O que vimos assinalando, entretanto, não se confunde com as análises corriqueiras que dispõem da categoria raça, apenas como meio de indicar as práticas discriminatórias do sistema. Desde uma abordagem diferenciada, o que está sendo pautado é a necessidade de se trabalhar teoricamente os dados do racismo que se avolumam em torno do aparato penal. O esforço está, portanto, em sistematizá-los enquanto prática, em dar coerência à sua materialização, em enxergar o projeto que os torna factíveis.¹²¹

No mesmo sentido, Jaime Amparo-Alves¹²² e João Vargas¹²³ acentuam que as produções da literatura acadêmica sobre fenômenos fortemente relacionados com as dinâmicas e hierarquias raciais “deixam o tema do racismo nas entrelinhas do texto”,¹²⁴ explorando apenas aspectos diagnósticos da realidade observada e não incorporando o racismo enquanto elemento estrutural das hipóteses explicativas trabalhadas. Ou seja, são trabalhos que não se ocupam de raça como categoria analítica central, mas, tangenciam as questões, conferindo à temática racial importância periférica na construção dos argumentos sobre o funcionamento do sistema de segurança pública e de justiça criminal.

De acordo com João Vargas,¹²⁵ ao analisar, por exemplo, o lugar da questão racial nos estudos sobre segregação urbana, predominam leituras que deixam de explicitar que “os grupos sociais que ocupam as favelas e comunidades pobres são desproporcionalmente homens e mulheres afro-descendentes” e que, além disso, tal pertencimento racial é decisivo para a conformação da forma e da intensidade da segregação espacial vivida nesses territórios. Segundo Vargas, a

¹²¹ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 89.

¹²² AMPARO-ALVES, Jaime. À sombra da morte: juventude negra e violência letal em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 20, n. 4, p.563-578, out./dez. 2010.

¹²³ VARGAS, João H. C.. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. *Revista de Antropologia*. v. 48, n. 1, São Paulo, 2005, p. 75 – 131.

¹²⁴ Ibid.

¹²⁵ Ibid.

abordagem proposta hegemonicamente é a de tratar a raça e o racismo como mera derivação das desigualdades sociais ou como mais um fator de estigma entre tantos outros vividos na condição de pessoa pobre.

Todavia, a questão subjacente a este debate situa-se não apenas na exclusão ou na abordagem superficial das temáticas raciais, mas na adoção de perspectivas epistemológicas e metodológicas que reificam o negro como “outro racializado” e que naturalizam o branco como “normal universal”. Como destaca Camila Prando, em diálogo com o pensamento de Tukufu Zuberi e Bonilla-Silva,¹²⁶ trata-se da emergência de pesquisas regidas pela “lógica branca e métodos brancos”, em que “lógica branca é o raciocínio racializado que serve como suporte de análise dos dados empíricos. E método branco são as práticas e ferramentas que produzem dados e sustentam a ordem racial hierarquizada”.¹²⁷

Ou seja, não é apenas uma questão dos temas que estão ou não estão contemplados na agenda de pesquisa, mas uma reflexão sobre como se elaboram os próprios itinerários das pesquisas, sobre quais os “modos de perguntar” sobre as questões investigadas e sobre como representar os sujeitos com os quais se interage no processo de investigação científica.

O racismo no âmbito dos estudos policiais

No levantamento realizado no âmbito dessa pesquisa sobre estudos policiais, a questão racial também aparece de modo periférico. Como destacado no tópico anterior, a questão do racismo e das relações raciais foi tratada como tema central em cerca de 7% dos 373 estudos identificados no período entre 1987 e 2017. Ou seja, a questão racial está situada no âmbito dos temas emergentes dos estudos policiais, tendo sido abordada com maior frequência apenas a partir da segunda metade dos anos 2000.

¹²⁶ ZUBERI, Tukufu; BONILLA-SILVA, Eduardo. *White logic, white methods: racism and methodology*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2008.

¹²⁷ PRANDO, Camila Cardoso de Mello. A Criminologia Crítica no Brasil e os estudos críticos sobre branquidade. *Revista Direito e Práxis*, v. 9, 2018, p. 78.

A partir do levantamento realizado, podemos notar duas chaves organizadoras do debate sobre polícia e relações raciais. Primeiro, temos os trabalhos referidos à articulação entre racismo e a questão do desvio e do controle da ação policial. Nesse bloco identificamos 13 trabalhos voltados ao estudo da seletividade racial no âmbito da ação policial, com ênfase para a descrição quantitativa do impacto dos fenômenos da discriminação sobre o padrão das ações desenvolvidas pelas forças policiais.¹²⁸

O primeiro estudo localizado no período acerca desse tema foi o trabalho escrito por Ceci Vilar Noronha, Eduardo Paes Machado e Fátima Cardoso, em 1997, analisando os dados de opinião da população do subúrbio ferroviário de Salvador, a partir de entrevistas em profundidade desenvolvidas nos anos de 1995 e 1996. O

¹²⁸ NORONHA, Ceci, Machado, Eduardo Paes et al. No olho do furacão: brutalidade policial, preconceito racial e controle da violência em Salvador. *Afro-Ásia*, nº 19-20, Salvador, CEAO/UFBA, 1997, p. 201-226; NORONHA, Ceci Vilar, Machado, Eduardo Paes et al. Violência, etnia e cor: um estudo dos diferenciais na região metropolitana de Salvador. *Revista Pan-Americana de Saúde Pública*. Vol. 4, n. 5, Salvador, p. 268 - 278, 1998; Reis, Dyane Brito. *O Racismo na Determinação da Suspeição*. Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2001; REIS, D. B.. A marca de Caim: as características que identificam o suspeito, segundo relatos de policiais militares. *Caderno CRH*, Salvador, n. 36, p. 181- 196, jan-jun 2002; REIS, Vilma M. dos S.. *Atuados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991–2001*. Dissertação, Mestrado em Sociologia, Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2005; VARGAS, João H. Costa. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. *Revista de Antropologia USP*, v. 48, n. 1, 2005; Barros, Geová da Silva. Racismo Institucional: A Cor da Pele como Principal Fator de Suspeição. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, 2006; BARROS, Geová da S. Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. ano 2, edição 3, jul/ago 2008, p. 134-155.; AMPARO-ALVES, Jaime. À sombra da morte: juventude negra e violência letal em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 20, nº. 4, p. 563-578, out/dez 2010.; AMPARO-ALVES, Jaime. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, Volume 22 (2011), p. 108-134; DUARTE, Evandro; MURARO, Mariel; LACERDA, Marina; GARCIA, Rafael. Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas? Anotações sobre a dinâmica de preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos policiais militares nas cidades de Brasília, Curitiba e Salvador. LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S. *Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais*. Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 5, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2014, p. 81-118; SINHORETTO, J; et ali. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. In: LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S. *Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais*. Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 5, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2014, p. 121-158; SCHLITTLER, Maria Carolina. *“MATAR MUITO, PRENDER MAL”*: a produção da desigualdade racial como efeito do policiamento ostensivo militarizado em SP. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2016; MATTOS, Geisa. Flagrantes de racismo: imagens da violência policial e as conexões entre o ativismo no Brasil e nos Estados. *Revista de Ciências Sociais UFC*, v. 48, nº. 2, 2017.

trabalho investigou os níveis de tolerância social a práticas de violência policial e o peso das experiências de discriminação e vitimização da população pobre e negra associadas a esta mesma violência.¹²⁹ Esse trabalho antecipa aspectos que marcam grande parte dos trabalhos sobre polícia, relações raciais e violência policial e explora elementos instigantes do debate sobre as interações entre polícia e comunidade, com destaque para a orientação governamental no uso da violência; a consciência da cidadania; o nível de aceitação social da violência para resolver conflitos; e o padrão de relacionamento entre governo e população, visando regular a cidadania e possibilitar o controle sociais sobre os órgãos governamentais.

Além desse trabalho, identificamos ainda no grupo dos estudos sobre polícia e relações raciais aqueles que debatem a questão do desvio e do controle da ação policial. Nesse conjunto situamos estudos que aprofundam a questão da abordagem policial, suspeição e tirocínio, investigando os impactos do racismo e da discriminação racial sobre processamento cognitivo da ideia suspeição e para os padrões desiguais de abordagem policiais entre diferentes grupos raciais.

Entre esses trabalhos, destacam-se as reflexões sobre como se dá a formação policial relativa ao tema da abordagem e da busca pessoal e sobre como se desenvolve na atividade de policiamento ostensivo a aplicação dos protocolos e procedimentos operacionais referentes a suspeição.¹³⁰ Ganha destaque nesses estudos o debate sobre o peso dos cursos de formação e sobre a questão do tirocínio, apontado como decisivo na definição dos padrões de abordagem policial.

Essa agenda de pesquisa referida ao cruzamento entre relações raciais e violência policial foi especialmente impulsionada sob a chave dos estudos sobre

¹²⁹ NORONHA, Ceci, Machado, Eduardo Paes et al. No olho do furacão: brutalidade policial, preconceito racial e controle da violência em Salvador. *Afro-Ásia*, nº 19-20, Salvador, CEAO/UFBA, 1997, p. 201-226.

¹³⁰ REIS, Dyane Brito. *O Racismo na Determinação da Suspeição*. Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2001; REIS, D. B.. A marca de Caim: as características que identificam o suspeito, segundo relatos de policiais militares. *Caderno CRH*, Salvador, n. 36, p. 181-196, jan-jun 2002.; Barros, Geová da Silva. Racismo Institucional: A Cor da Pele como Principal Fator de Suspeição. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, 2006; BARROS, Geová da S. Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. ano 2, edição 3, jul/ago 2008, p. 134-155.; SCHLITTLER, Maria Carolina. *"Matar Muito, Prender Mal": a produção da desigualdade racial como efeito do policiamento ostensivo militarizado em SP*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2016.

filtragem racial (*racial profiling*) a partir de 2013, quando o Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública, por meio do Edital Pensando a Segurança, financiou a realização de duas pesquisas de caráter nacional sobre a questão, adensando os conhecimentos que até então foram produzidos sobre o tema.

Os trabalhos coordenados por Evandro Piza¹³¹ (Universidade de Brasília – UnB) e Jaqueline Sinhoretto¹³² (Universidade Federal de São Carlos – UFSCar) ampliam as constatações contidas no pioneiro estudo sobre o tema realizado por Silvia Ramos e Leonarda Musumesci e possibilitam, nesse sentido, o alargamento da discussão sobre o tema da seletividade racial nas abordagens policiais.¹³³ fFinanciadas pelo Ministério da Justiça, as pesquisas publicadas em 2014, ampliam as percepções do peso do currículo de formação policial na reprodução dos estereótipos raciais, assim como acentuam as considerações empíricas quanto ao papel do sistema de justiça criminal na validação não criteriosa da abordagem e das narrativas policiais, e assinalam que “a vigilância policial é operada de modo racializado”, que “a filtragem racial está entranhada nas próprias estratégias de policiamento”¹³⁴ e que “a ‘ausência de filtro’ que impeça a reprodução dos preconceitos [...] sugere que as instituições policiais tendem a avalizar as percepções discriminatórias dos policiais”:¹³⁵

Com o trabalho de campo realizado junto a policiais, identificou-se que os “tipos suspeitos” são compostos por critérios estigmatizantes que informam a ação policial. Embora os policiais neguem realizar a seleção de suspeitos pela cor da pele, este diacrítico, articulado a

¹³¹ DUARTE, Evandro; *et alli*. Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas? Anotações sobre a dinâmica de preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos policiais militares nas cidades de Brasília, Curitiba e Salvador. LIMA, Cristiane; *et al*. *Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais*. Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 5, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2014, p. 81-118.

¹³² SINHORETTO, J; *et ali*. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. In: LIMA, Cristiane; *et ali*. *Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais*. Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 5, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2014, p. 121-158.

¹³³ RAMOS, Silvia; MUSUMECCI, Leonarda. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Record, 2005.

¹³⁴ SINHORETTO, J *et ali*, Op. Cit., p. 153.

¹³⁵ DUARTE, *et ali*, Op. Cit., p. 114.

outras marcar corporais, como cabelo, formas de corporeidade, tipo de vestimenta, local, horário, orienta a lógica da suspeição policial, permitindo identificar no corpo as marcas da suspeição criminal. Isto é o que configura o processo de racialização, pois associa características negativas a tipos sociais e a grupos humanos, criminalizando os comportamentos e as atividades econômicas, políticas e culturais dos grupos negros, em especial dos jovens negros.¹³⁶

[...] pesquisa sugere uma impressão inicial sobre o tema que requer outros desdobramentos: as práticas policiais “são o que são” não tão somente porque os policiais decidem executar o seu “tirocínio”, mas porque os policiais agem num ambiente legislativo, jurisdicional, social e institucional que permite e tende a validar suas ações. Logo, surge a necessidade de defender não somente a melhoria dos procedimentos policiais, mas de refletir sobre as relações institucionais e a permanência do racismo no Brasil, compartilhando as responsabilidades com o Poder Executivo, Poder Judiciário e a Mídia.¹³⁷

Um segundo campo de discussão sobre polícia e relações raciais, verificado a partir do levantamento produzido no presente trabalho, refere-se à questão das carreiras de trabalho e profissionalização. São estudos que discutem o impacto da seletividade racial *interna corporis*, investigando o tema do pertencimento racial na cultura corporativa e os efeitos das experiências de discriminação entre policiais militares em diferentes contextos.

Esse campo de discussão sobre relações raciais no âmbito interno das carreiras policiais desenvolvidas é bem mais recente em relação a outras temáticas verificadas nesse levantamento e conta apenas com quatro estudos realizados nos anos de 2002, 2010 e 2012.

O primeiro e mais conhecido trabalho realizado dentro desta esfera de discussão foi produzido por Lívio Sansone, que apresenta os resultados preliminares da pesquisa “O Negro na PM” , realizada em 2000–2001, cujos principais objetivos eram lançar luz sobre a carreira dos afro-brasileiros na PM e também sobre os discursos em torno da “raça” e da identidade negra.¹³⁸ Este estudo

¹³⁶ SINHORETTO, J.; *et ali*, Op. Cit., p. 153.

¹³⁷ DUARTE, *et ali*, Op. Cit, p. 114.

¹³⁸ SANSONE, Lívio. Fugindo para a força: cultura corporativista e "cor" na polícia militar do estado

ênfatiou a recusa dos próprios policiais em admitir a ocorrência de racismo e discriminação racial no âmbito da corporação e sublinhou a existência entre os policiais militares de uma “blindagem” para o debate sobre desigualdades e sobre outras formas identitárias.

O mesmo aspecto é sublinhado nos trabalhos de Wagner Solano Aranda, George Pires e Jaime Ramalho Neto, que corroboram estas questões e destacam as peculiaridades dessas abordagens em cada um dos contextos locais analisados.¹³⁹ Nesse grupo de trabalhos também se sublinham as representações e leituras dos policiais sobre a questão racial, assinalando as relações entre a identidade policial e a identidade racial e as experiências de discriminação e preconceito na trajetória interna na corporação.

Além dos trabalhos em que a questão racial é o principal tema discutido no âmbito das pesquisas identificados, também seis outros estudos discutem prioritariamente outras temáticas, mas em caráter secundário, também analisam diferentes aspectos referidos à questão racial. Nesse grupo temos novamente trabalhos que estão concentrados em analisar a questão do desvio de conduta e violência policial, abordagem policial, suspeição e tirocínio, onde que, mesmo não elegendo raça como eixo analítico prioritário, também ênfatizam a questão dos negros/as como “vítimas preferenciais” da violência institucional.

Nesses trabalhos reiteram-se os argumentos históricos da criminologia crítica brasileira sobre o caráter seletivo do sistema penal, mas se amplia a investigação dos “critérios de seletividade” para acentuar que o pertencimento racial, e não apenas a classe social ou lugar de moradia, também concorre para a produção de estigmas e estereótipos raciais. No entanto, não se identificam muitos reposicionamentos teóricos que desloquem a ideia de “vítima preferencial” ou que aprofundem as nuances dessas dinâmicas de seletividade e vitimização racial.

Como assinalado em estudo pretérito sobre o tema:

do Rio de Janeiro. *Estudos Afro-Asiáticos*. V. 24, nº 3, Rio de Janeiro, 2002.

¹³⁹ ARANDAS, Wagner Solano. *O racismo institucional contra os negros na Polícia Militar*. Mestrado em Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010; PIRES, George Luiz. *A cor da farda: as relações raciais na Polícia Militar de Sergipe*. Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010; RAMALHO NETO, Jaime P. Farda & "cor": um estudo racial nas patentes da polícia militar da Bahia. *Afro-Ásia*, 2012, nº.45, p.67-94.

O que está em jogo é que a crítica brasileira não chegou às últimas consequências. Além de falar que os negros morrem mais, as discussões da criminologia não deram outros passos neste campo, não incorporaram leituras negras no debate e nem foram atrás de explicações que conseguissem distinguir os modos de funcionamento das hierarquias raciais na composição da vulnerabilidade deste grupo. [...]

O reconhecimento dos negros como “vítimas” não foi acompanhado do processo de reconhecimento dos negros como sujeitos, o que gera um entrave que interdita a assunção de uma verdadeira crítica criminológica.¹⁴⁰

Desse modo, podemos dividir a abordagem da questão racial no âmbito dos estudos policiais em dois grupos. Primeiro, temos os estudos que elegem a questão racial como centro de investigação. Nesse grupo, temos o debate sobre racismo com a discussão acerca da abordagem, do desvio e da violência policial, e, especialmente a partir da segunda metade dos anos 2000, um número bem menor de trabalhos que discutem as manifestações de racismo dentro das corporações, por meio de pesquisas sobre a percepção dos próprios policiais acerca da questão racial e sobre a existência (ou não) de debates sobre mecanismos internos de enfrentamento aos problemas da discriminação racial.

O segundo grupo de trabalhos relativo à questão racial é formado por estudos nos quais a questão racial não é o principal tema trabalhado, mas que, ao analisar outros temas relativos à atividade policial, também discutem como a questão racial, acentuando o tema da seletividade e da filtragem racial (*racial profiling*). Nesse conjunto de trabalhos também se enfatiza a questão da violência e do desvio policial que, como destacamos, é o principal eixo agregador de debate da temática racial no período analisado.

¹⁴⁰ FREITAS, Felipe da Silva. Novas perguntas para a criminologia brasileira: poder, racismo e direito no centro da roda. *Caderno do CEAS*, Salvador, n. 238, p. 494-495, 2016.

Quadro 5 - Racismo nos estudos policiais (síntese)

Questão racial como centro da análise

- Trabalhos que investigam o tema da discriminação racial no âmbito da abordagem e da violência policial
- Trabalhos que investigam as manifestações de racismo dentro das corporações policiais

Questão racial como temática secundária

- Ênfase na questão da seletividade racial (*racial profiling*)

Fonte: Elaboração própria

Em resumo, podemos dizer que, no campo dos estudos policiais, entre 1987 e 2017, o debate sobre racismo e relações raciais ocupou pouco destaque, seja como enfoque temático seja como referencial teórico-epistemológico. A prevalência de estudos estruturados a partir da análise de classes representou, durante muitos anos, o abandono do debate sobre racismo e limitou as conexões e trocas entre o campo dos estudos policiais e as discussões oriundas do campo do pensamento negro brasileiro. Nesse sentido, desenvolveram-se limitadamente pesquisas que elegeram as hierarquias raciais como ponto central de sua observação.

Nas pesquisas que, a despeito das tendências hegemônicas, estudaram

o tema do racismo e das relações raciais, o destaque foi conferido ao debate sobre discriminação, filtragem e seletividade racial, não se aprofundando a incorporação da raça como matriz analítica para observar, descrever e interpretar a polícia e os fenômenos sociais a ela relacionados.

Por consequência, o espaço dedicado ao debate sobre racismo no campo dos estudos policiais é majoritariamente formado por pesquisas empíricas dirigidas à descrição do peso das relações raciais na produção de fenômenos de discriminação. É baixa a incidência da reflexão sobre racismo em discussões de temas como mandato policial, poder de polícia ou constituição da força pública no Brasil, o que certamente contribui para um hiato entre a agenda política da denúncia das hierarquias raciais, que é bastante influente na constituição dos debates sobre a violência institucional, e a agenda de pesquisa elaborada no campo dos estudos policiais.

Mas por que raça e racismo são temas confinados ao âmbito da denúncia sobre seletividade? Por que mesmo sendo percebida, social e academicamente, como elemento importante na experiência concreta dos sujeitos nas interações policiais, a discussão racial ocupa um espaço marginal no campo dos estudos policiais?

Uma explicação que vem sendo trabalhada para responder a essas perguntas refere-se às posições de poder envolvidas no processo de produção do conhecimento acadêmico e às disputas políticas referentes à elaboração teórica no campo das ciências sociais em geral e no campo dos estudos policiais e da violência de modo particular.¹⁴¹ O ponto central desse debate situa-se no reconhecimento de que o pertencimento racial, a posição social e as perspectivas políticas dos/as pesquisadores/as possuem grande relevância na constituição das escolhas teóricas e na definição das concentrações temáticas e agendas de pesquisa.

Desse modo, não se pode desconsiderar a hegemonia branca entre os

¹⁴¹ DUARTE, Evandro Piza. Paradigmas em criminologia e relações raciais. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, p. 500-526, 2016; ORTEGAL, Leonardo. Raça, criminologia e sociologia da violência: contribuições a um debate necessário. *Cadernos do CEAS*, Salvador, nº. 238, p. 527-542, 2016; GOMES, Camilla de Magalhães. Corpos negros e as cenas que não vi: um ensaio sobre os vazios de uma pesquisa criminológica situada. *Sistema penal&Violência*, Porto Alegre, vol. 8, nº. 1, p. 16-28, jan./jun. 2016.

pesquisadores/as como parte integrante da explicação sobre o fluxo de temáticas que integram cada agenda de pesquisas. É uma questão que está relacionada a representatividade e, em nível mais profundo, que aponta para o âmbito das relações de vantagens e desvantagens sociais e de acesso às conduções de produção das pesquisas e de participação na esfera pública.

Como destaca Eduarda Gindri ao analisar os debates sobre gênero e raça no âmbito da criminologia crítica brasileira, a partir do estudo sobre a produção da Revista *Discursos Sediciosos* (1996–2016):

A representatividade dos agentes periféricos, em relação às estruturas de raça e gênero, é baixa, enquanto que a posição da qual partem os discursos do campo [da criminologia crítica] é enunciada como transparente: não tem gênero, raça e nem sexualidade. A partir dessa posição, no sentido de classe, ela consegue produzir empatia com as “classes pobres”, assumindo que a guerra ao crime é também uma guerra à pobreza. Contudo, o masculino e a branquitude são os grandes sujeitos não declarados do campo, nunca objetivados, sequer a partir da posição do sujeito pesquisador, tampouco no campo estudado.¹⁴²

Em termos teóricos, a baixa relevância conferida aos debates sobre relações raciais também remete àquilo que Maria Aparecida Bento chamou de “pactos narcísicos da branquitude”, para se referir às alianças inconscientes e intergrupais nas quais se produz um lugar de privilégio racial, econômico e político para os não negros.¹⁴³ É como se houvesse entre as pessoas brancas de um determinado lugar, grupo ou sociedade um compromisso imaterial e simbólico com a transmissão recíproca de valores, experiências e identificações afetivas que acabam por produzir e perpetuar posições de vantagens e desvantagens sociais para negros e brancos no conjunto da sociedade.

No âmbito dos estudos policiais, essa perspectiva se revela por meio da reprodução de imagens reificadas sobre o “sujeito negro” e pelo investimento

¹⁴² GINDRI, Eduarda Toscani. *As disputas tóxicas no campo da revista discursos sediciosos (1996–2016): metacriminologia, engajamento político e os debates sobre gênero e raça*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade de Brasília, 2018, p. 139.

¹⁴³ BENTO, Maria Aparecida S. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia Social, Universidade de São Paulo, 2002.

analítico em temas e perspectivas teóricas que não aprofundem a questão das dinâmicas, subjetividades e relações de poder subjacentes às relações entre as polícias e o fenômeno do racismo no Brasil.

Todavia, retomemos a questão central desse capítulo e voltemos à discussão dos impactos dessa ausência da abordagem racial e vejamos como essas lacunas impactam na definição e no debate sobre mandato policial.

C) Um olhar sobre a discussão acerca do mandato policial

A ideia de mandato está sempre referida à questão da outorga, da autorização para realizar uma determinada atividade, da concessão de um poder para realização de um fim. Conceitualmente a ideia de mandato está implicada por um lado à ideia de concessão de um poder, e, por outro lado, à limitação deste próprio poder de modo vinculado a uma determinada finalidade.¹⁴⁴ Ou seja, conferir um mandato é ao mesmo tempo conceder uma permissão e fixar um limite:

Existem os mais diferentes tipos de mandatos. Mandatos podem ser provisórios, contingentes, de duração longa ou indefinida; podem autorizar a poucos ou a muitos; podem expressar atribuições restritas ou de grande extensão; podem estabelecer termos mais estreitos ou mais amplos para sua execução. Com tudo isso, pode-se extrair de qualquer mandato um núcleo comum de responsabilidades que corresponde à própria condição de possibilidade da ideia de mandato. Quem recebe um mandato, qualquer mandato, recebe poderes delegados que são definidos, estão condicionados e se explicam pela busca de determinadas finalidades.

Quem recebe um mandato, qualquer mandato, compromete-se a:

- i) Usar os poderes delegados apenas para buscar o fim que justifica o mandato;
- ii) Exercer os poderes delegados escolhendo meios e formas de ação (ou inação) que não contradigam este fim;
- iii) Responder por estas escolhas, seus resultados e conseqüências, à luz deste fim.¹⁴⁵

¹⁴⁴ Mandato: 1. Autorização que alguém confere a outrem para praticar em seu nome certos atos; delegação; procuração. 2. Missão, incumbência. 3. Poderes políticos que o povo outorga a um cidadão, pelo voto, para governar nação, estado ou município. FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Mini Aurélio*: o dicionário da língua portuguesa. 8ª edição, Curitiba: Positivo, 2010.

¹⁴⁵ MUNIZ, Jacqueline; Jr. PROENÇA, Domício. Da accountability seletiva à plena responsabilidade policial. In: CARUSO, Haydée; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; BLANCO, Antônio Carlos Carballo

No âmbito jurídico, a ideia de mandato está muito ligada à noção de representação advocatícia, de representação política ou institucional e, em todos os casos, também possui o mesmo caráter de delegação e de legitimação de um determinado poder. No âmbito do direito público, o mandato consiste num modo de operacionalização do exercício do poder pelo Estado que pode ser exercido como meio de legitimação por meio do voto (mandato político-representativo) ou como uma delegação para o cumprimento de funções e atividades específicas (mandato policial, exercício do poder tributário etc.)¹⁴⁶.

O centro do debate sobre mandato tem sido, portanto, do ponto de vista jurídico, uma discussão sobre meios e limites legais de exercício da força pelo Estado, sobre legitimação das ações de coerção estatal e sobre o nível de acatamento e formas de controle e validação dos limites do exercício destas formas de poder estatal.

No campo dos estudos policiais, o debate sobre mandato policial teve pouco destaque no conjunto das produções hegemônicas dos últimos 30 anos. Como destacamos no tópico inicial desse capítulo, a discussão sobre polícia esteve concentrada nos temas relativos a práticas policiais; representações da e sobre a polícia; identidade profissional; modelos de policiamento; e desvio policial e formação de controle da ação policial. O debate sobre mandato policial foi tratado secundariamente pelos pesquisadores/as do campo.

Evidentemente, a questão do mandato policial está referida transversalmente em trabalhos cujo enfoque principal está dirigido a outros temas. Contudo, o que se constata na análise do universo temático dos estudos policiais é a prevalência de estudos empíricos que se destinam a mapear os “problemas da polícia” e propor soluções para os mesmos, com vistas a atender às urgentes demandas formuladas no debate público. Privilegiou-se a constituição de uma ciência social aplicada à polícia e não propriamente uma ciência social da polícia,

(Org.) *Polícia, Estado e Sociedade: Saberes e Práticas Latino-americanas*. Rio de Janeiro, Publif Seleções Editoriais, 2007, p. 25-26.

¹⁴⁶ SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 41ª Edição, São Paulo: Malheiros, 2018, p. 140-141.

ou seja, as interpretações dirigiram-se muito mais para as respostas aos problemas do que às próprias razões, lógicas e fundamentos da ação policial.¹⁴⁷

Na literatura brasileira, o debate sobre mandato policial teve como primeiras e principais referências em autores internacionais, notadamente, sociólogos norte-americanos, ingleses e franceses, cujos textos foram traduzidos para português a partir dos anos de 2000, em face da publicação, dos livros da Coleção Polícia e Sociedade,¹⁴⁸ editada pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV USP), em parceria com a *Ford Foundation*. Foi a partir da tradução dos autores internacionais clássicos no campo dos estudos policiais, como David Bayley,¹⁴⁹ Egon Bittner,¹⁵⁰ Jean Claude Monet,¹⁵¹ Robert Reiner,¹⁵² Dominique Monjardet,¹⁵³ entre outros, que se desenvolveu no Brasil a discussão, no âmbito da sociologia, da força pública, do mandato policial e do poder de polícia.

A principal contribuição dos textos traduzidos e publicados pelo NEV USP foi de destacar a importância do saber sociológico sobre a polícia, os policiais e a ação policial e disseminar a elaboração conceitual referente a temas bastante estratégicos no campo do *Policing Studies*, como uso da força pela autoridade policial, legitimidade da ação da polícia, validação jurídica e social do mandato policial, produção consentida da obediência, natureza da solução policial, relação entre mandato policial e monopólio estatal da violência. Destacaram-se nessa coleção trabalhos que acentuavam a polícia como *problema sociológico* e que contribuíam não só para a constituição de uma agenda de pesquisa sobre práticas policiais como também para uma reflexão teórica sobre “o que é a polícia” e “para

¹⁴⁷ MUNIZ, Jacqueline; CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe da Silva. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira dos anos 2000, *BIB*, v. 84, nº. 2, p. 148-187, 2018.

¹⁴⁸ A Série de livros *Polícia e Sociedade* (2001 e 2002) é um conjunto de 12 (doze) livros clássicos do debate internacional sobre polícia traduzidos para o português e publicado pela EdUSP. A coleção dirigiu-se à formação mais qualificada dos policiais e de todos os estudiosos do tema.

¹⁴⁹ BAYLEY, David. *Padrões de policiamento*. São Paulo: EDUSP, 2001.

¹⁵⁰ BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: EDUSP, 2000.

¹⁵¹ MONET, Jean Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. São Paulo: EDUSP, 2001.

¹⁵² REINER, Robert. *A política da polícia*. São Paulo: EDUSP, 2001.

¹⁵³ MONJARDET, Dominique. *O que faz a polícia: sociologia da força pública*. São Paulo: EDUSP, 2002.

quê destina-se o seu trabalho”.

No âmbito nacional, a discussão sobre mandato policial acelerou-se a partir do final da década de 1990, tanto em alguns textos conceituais¹⁵⁴ quanto em textos aplicados que – direta ou indiretamente – aprofundaram o debate acerca da questão.¹⁵⁵ Nesses estudos, destacaram-se os investimentos na tradução e popularização do debate internacional sobre o conceito de mandato policial e, ao mesmo tempo, os esforços para formular e difundir, através de estudos empíricos, saberes sobre os processos de decisão dos agentes da segurança e sobre o cotidiano dos policiais.

O primeiro grande trabalho a aprofundar o debate sobre a questão do mandato foi a já citada tese de doutorado “*Ser Policial é, sobretudo, uma Razão de Ser. Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*”, defendida no ano de 1999. Produzida pela professora Jacqueline Muniz, que assume grande liderança no debate sobre mandato policial desde a década de 1990, esta tese investiga o universo cultural e institucional da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, buscando conectar os aspectos culturais institucionais e dimensões informais referentes ao fazer do policiamento ostensivo. Tratando-se de um clássico trabalho sobre práticas e representações policiais, esse estudo oferece um interessantíssimo panorama do debate nacional e internacional sobre a questão da sociologia da força pública e, nesse sentido, pode ser considerado um texto clássico também na discussão brasileira sobre mandato policial.

Na tese de Jacqueline Muniz, parte-se de uma pesquisa etnográfica acerca do policiamento ostensivo, para refletir, no plano teórico, sobre a extensão do mandato policial e sobre as alianças e parcerias, formais e informais, que

¹⁵⁴ MUNIZ, Jaqueline; SILVA, W. F. O fim da inocência: um ensaio sobre os atributos o saber policial de Rua. *Desafios à segurança Pública. Controle Social, desafio e gênero*. Marília: Oficina Universitária, p. 13-41, 2014; MUNIZ, J.; PROENÇA Jr.; D. Mandato Policial. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. (orgs.) *Crime, polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, p. 491-502.

¹⁵⁵ MUNIZ, J.; SILVA, W. F.. Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa. *Caderno CRH*, v. 23, nº. 60, dez/2010, p. 449-73; BARBOSA, Wendell de Freitas; SÁ, Leonardo Damasceno de. Redefinições da condição de morador: classificações das clientelas no mandato policial e as suas consequências nas relações entre polícia e população. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, nº. 75, p. 639-656, Set./Dez. 2015.

constroem a legitimidade pública do fazer policial. Conceitualmente, explicitam-se nesse estudo as tensões entre a literatura dos estudos policiais até a década de 1990 e as descobertas etnográficas relativas aos processos informais que emprestam concreção ao mundo ordinário da polícia ostensiva e à emergência de uma “cultura policial das ruas” (uma “razão de ser policial”) que atualiza e redefine a representação e o significado social do mandato juridicamente estabelecido:

Como a fronteira entre o arbítrio e a arbitrariedade é muito tênue, os PMs rapidamente percebem que precisam “ter jogo de cintura” para lidar com a volatilidade dos eventos sobre os quais atuam e com as vantagens e as desvantagens do papel coercitivo, sobretudo porque a oferta aos cidadãos de alternativas de obediência às leis, mesmo que legais e legítimas, pode encontrar sempre algum grau de resistência e de descontentamento. Assim, tão logo as praças ingressam no trabalho de rua, constatam que não é suficiente a envergadura legal do seu mandato; percebem, pela força da prática, que não basta o aparato jurídico formal que os qualifica como agentes da lei. Mostra-se indispensável a elaboração cotidiana da autoridade, a busca de sua credibilidade e do consentimento para o seu exercício.¹⁵⁶

Essa temática é retomada em outros trabalhos, sempre com a preocupação de refletir sobre “como se controlam as polícias” e sobre “como fazer convergir os princípios, nem sempre harmônicos, da legalidade e da legitimidade” em cada situação particular relativa ao “fazer policial”. Ou seja, frisa-se na produção teórica sobre mandato policial o desafio de fixar limites e regras à atuação policial distinguindo-se, por um lado, dos trabalhos que associavam indistintamente poder de polícia e poder de Estado, e, por outro lado, afastando-se das análises que consideram que “tudo é vontade política” e que não importam as questões relativas a técnica, escolha e alternativas”.¹⁵⁷

O eixo da discussão sobre mandato policial passa pelo tema da preservação da ordem pública, que consiste na função legal da ação de

¹⁵⁶ MUNIZ, Jacqueline. *Ser Policial é, sobretudo, uma Razão de Ser*. Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Ciência Política. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1999, p. 197.

¹⁵⁷ MUNIZ, J.; PROENÇA Jr.; D. Mandato Policial. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. (orgs.) *Crime, polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, p. 491.

policiamento ostensivo, e rebate num complexo universo temático atinente aos aspectos relativos à tomada de decisão policial, discricionariedade e *práxis* policial e à questão da legitimidade social da concessão do poder de polícia. O debate sobre mandato policial descortina um campo de tensões e disputas que contribuem para o alargamento das temáticas concernentes ao campo dos estudos policiais e possibilitam uma reflexão sobre os limites do uso da força e sobre as condições e técnicas de policiamento.

No que tange a tomada de decisão e à discricionariedade, temos um debate que se refere ao próprio caráter da ação policial. Na prática, sabemos que a polícia é quem tem que, na rua, oferecer uma solução para problemas concretos que vão desde embaraços no cumprimento específico de uma ordem judicial até o atendimento a demandas específicas encontradas na ação de patrulha ou no exercício mais amplo do mandato de preservação da ordem pública, por meio de operações de blitzes, abordagens ou buscas pessoais. Ou seja, a própria ação da polícia tem como característica central um “saber da rua” no qual estão necessariamente presentes a tomada de decisão e algum nível de discricionariedade.

Assim, o debate relativo ao mandato policial, nesse aspecto, refere-se ao tamanho desse campo decisório e à extensão dessa discricionariedade. Não se duvida que é próprio da atividade policial oferecer, dentro de uma margem limitada pela referência legal, respostas imediatas para problemas diversos vividos no âmbito das atividades ordinárias de policiamento, contudo o que se debate são os limites dessa delegação de poder, ou seja, os limites e as formas de controle e fiscalização (*accountability*) desse mandato policial:

A expectativa social que se tem em relação ao decisionismo policial corresponde ao desafio e à complexidade do lugar de polícia. Particularmente nas sociedades de democracia emergente como a brasileira, em que a produção de obediências consentidas, com o recurso potencial e concreto de força, sob império da lei, segue, ainda, como um “cheque em branco” ou uma “procuração em aberto”. Tem-se tanto a subestimação quanto a superestimação do decidir e agir policiais. Essa ambição, para mais ou para menos, quanto ao *dever-ser* policial, muitas vezes extrapola os limites do que seriam os *contornos* do seu mandato público, em termos do que

se aspira como legal, legítimo, politicamente autorizado, tecnicamente válido e aceito coletivamente. Face à fragilidade dos mecanismos informais de controle e dos dispositivos estatais de regulação, observa-se uma tendência de “pôr na conta da polícia”, ou de sua resolutividade, problemas que ultrapassam a natureza, a função e os papéis propriamente policiais. Isso compromete as próprias alternativas de soluções suficientes, oportunas e apropriadas que qualquer organização de força com medida, as polícias, podem produzir no Estado de Direito.

As questões que são demandadas pela população à polícia são de espécies diversas, porque dizem respeito a tudo aquilo que pode ser compreendido como pertencente à ordem pública. Elas vão desde os conflitos, incivildades e desordens até os pequenos e grandes delitos. Todas apresentam algum nível de risco potencial ou concreto, que exigem, por sua vez, graus distintos de resolutividade e de distribuição gradativa, reversa e redundante de coercitividades. Isto requer dos *streetcorner politicians* (MUIR JR., 1977), a capacidade discricionária de tomada de decisões acerca dos meios e modos para a produção consentida de soluções razoáveis, todas elas subordinadas aos termos concretos de um mandato policial e às suas dinâmicas de autorização pública e social. Tudo isso para construir um *enforcement* orientado por – e com sentido de – justiça.¹⁵⁸

Tal aspecto conecta os debates teóricos sobre mandato policial com os estudos e pesquisas sobre mecanismos de responsabilização e *accountability* e sobre controle interno e externo,¹⁵⁹ e levantam questões que remetem à dimensão da regulação democrática das corporações policiais e do controle judicial das atividades dos profissionais de segurança. No mesmo sentido, destacam-se também os estudos e os discursos políticos que alertam sobre os riscos relativos à militarização da polícia, dos territórios e das relações sociais, inclusive mediante a hipertrofia das funções e das atribuições policiais, mesmo sob projetos aparentemente reformadores e progressistas.

Ao analisar a construção da autoridade policial nas Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro, por exemplo, as pesquisadoras Jacqueline Muniz e Kátia Sento Sé Mello destacam o processo de diversificação das funções atribuídas

¹⁵⁸ MUNIZ, Jaqueline; SILVA, Washington França. Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa. *Caderno CRH*, v. 23, n 60, Salvador, set./dez. 2000, p. 469.

¹⁵⁹ COSTA, Arthur T. M. Como as democracias controlam as polícias. *Novos Estudos*, n. 70, novembro 2004, São Paulo, p. 67-68.

aos policiais e problematizam os riscos de um excessivo e injustificado controle nos modos de vida e hábitos das comunidades:

Note-se que as diversas finalidades atribuídas à polícia de proximidade levam a uma concepção de mandato policial tão estendido que combina táticas policiais convencionais de repressão e dissuasão com outras modalidades alternativas de intervenção como a mediação e resolução de conflitos; o aconselhamento, orientação, auxílio e assistência comunitárias; a mobilização e conscientização civil; a promoção de uma cultura civilista etc. Revela-se, com isso, a pretensão discursiva de uma polícia cuja extensão de suas funções parece caminhar par e passo com a concepção, também ampliada, da segurança pública que encamparia as políticas sociais e de infraestrutura urbana. Deveria tudo isso ser da competência da polícia e, mesmo, uma atribuição da política de segurança? Do ponto vista dos comandantes das UPPs, o mandato policial ampliado seria mais um problema do que uma solução [...]

Tal extensão do mandato policial para atender aos múltiplos fins conferidos à proximidade põe à luz do dia uma questão central que diz respeito à normatização e procedimentalização do poder de polícia. Por razões óbvias, a ampliação do mandato policial corresponde à ampliação do poder de polícia, cuja natureza política é, por definição, restritiva e invasiva às liberdades e às garantias individuais e coletivas. Assim, ao se estender as atribuições policiais vai-se ampliando, inevitavelmente, a capacidade de controle e intromissão sobre os direitos civis, bem como arriscando-se a arrogar para a polícia funções de outras agências públicas.¹⁶⁰

Em sentido diferente, mas, atentos aos mesmos fenômenos na esfera penal e da segurança pública, encontram-se ainda na literatura sobre poder de polícia e mandato policial estudos que, sob uma perspectiva marxista, acentuam a dimensão estrutural dos fenômenos associados à ação policial e os interpretam como manifestação de fenômenos de dominação de classe, enfatizando os riscos da gestão policial da vida urbana e da expansão das instâncias de controle penal nos territórios marginalizados:¹⁶¹

¹⁶⁰ MUNIZ, Jaqueline; MELLO, Kátia Sento Sé. Nem tão perto, nem tão longe. O dilema da construção da autoridade policial nas UPP's. Dossiê Políticas Públicas de segurança e Justiça. *Civitas*, v. 15, nº. 1, jan./mar. 2015, p. 44 -65.

¹⁶¹ LOPES, Edson (org.). *Política e Segurança Pública: uma vontade de sujeição*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009; BATISTA, Vera Malagutti. Estado de polícia. In: KUCINSKI, Bernardo, *et al. Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 91-96.

[As operações policiais] são ações suicidas, esgotadas na globalização, feitas para sociedades estratificadas e oligopólicas. É por isso que a saída do ciclo das ditaduras militares produziu o deslocamento do paradigma da segurança nacional para o da segurança urbana, que tanta letalidade causou em nossas democracias. São o que [Zaffaroni] chama de “massacres a contagotas” que produzem também a brutalização de nossas polícias, que, com níveis baixíssimos de qualidade de vida, são atiradas à tarefa de massacrar os próprios irmãos. O território é a base conceitual da ocupação.

Tudo isso nos leva ao ponto final do que eu chamo de gestão policial da vida, imposta aos pobres em seu cotidiano, comprovando aquelas teses, como as de Loïc Wacquant, que apontam o deslocamento da atenção social do Estado para uma gestão penal da pobreza.¹⁶²

Outra questão relevante no debate sobre mandato é a autorização socialmente conferida para o uso da força e as dinâmicas políticas que legitimam (ou não) o exercício do mandato policial. Trata-se de componente decisivo para o exercício do mandato policial/poder de polícia:

A autorização socialmente conferida para o uso da força pela polícia é objeto de constante negociação entre as distintas expressões da ordem que conformam a realidade social. Ela é processual, ainda que seus contornos estejam dados por um consentimento prévio, oriundo do pacto social operado numa dada forma de governança. Esta autorização social resulta do embate continuado entre os múltiplos campos e dinâmicas políticas de legitimação do mandato policial, os quais se alimentam de representações dos diversos grupos sociais acerca da polícia e da lógica em uso do fazer policial. A autorização da polícia para vigiar, investigar, intervir e usar a força para produzir obediência se encontra, ela mesma, sobre controle coletivo, submetida a aprovação dos olhares vigilantes dos atores sociais.¹⁶³

O pano de fundo do debate é o tema do monopólio estatal da violência,

¹⁶² BATISTA, Vera Malagutti. Estado de polícia. In: KUCINSKI, Bernardo, *et al.* *Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 95-96.

¹⁶³ MUNIZ, J.; PROENÇA Jr.; D. Mandato Policial. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. (orgs.) *Crime, polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 491-502.

que organiza, ao menos no plano discursivo e na narrativa jurídica, os sentidos do mandato policial. Como acentua parte significativa da literatura, a ação da polícia, exercida segundo padrões legais e critérios técnicos, seria expressão do monopólio da violência pelo Estado e consistiria numa decorrência do pacto social em torno da racionalização do sistema punitivo.¹⁶⁴

D) Considerações parciais

O campo dos estudos policiais nos 30 anos subsequentes ao início do processo constituinte foi marcado por fortes disputas, por prevalências temáticas e disciplinares e pela progressiva institucionalização e fortalecimento do debate público sobre o tema da ação policial. Por meio de diferentes aportes, diferentes perspectivas foram exploradas iniciando com trabalhos assentados no paraquedas dos direitos humanos, deslocando-se para o eixo temático da violência e crime e chegando à segurança pública e justiça.¹⁶⁵ Nesse processo, pesquisadores das novas gerações e seus temas emergentes foram sendo incorporados e o debate sobre polícia firmou-se como o lugar por excelência de embates entre sociedade, estado e academia, constituindo-se como “uma arena de confrontos entre ativistas, operadores, gestores e pesquisadores”.

Neste capítulo procurei demonstrar como tais debates se desenvolveram, frisando as grandes discussões do campo dos estudos policiais; como a questão racial foi trabalhada no debate acadêmico sobre polícia no Brasil; qual modelo teórico prevaleceu no debate sobre mandato policial; bem como quais as ênfases desse modelo teórico em correlação com o debate sobre racismo e relações raciais. Para isso, apresentei um mapa temáticos dos estudos policiais, frisando a abordagem da questão racial e os debates sobre mandato policial, com

¹⁶⁴ “O Estado de direito é concebido como o que submete todos os habitantes à lei e opõe-se ao Estado de polícia onde todos os habitantes estão subordinados ao poder daqueles que mandam” (ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.. *Direito Penal Brasileiro I*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 41.)

¹⁶⁵ MUNIZ, Jacqueline; CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe da Silva. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira dos anos 2000, *BIB*, v. 84, nº. 2, p. 148-187, 2018.

vistas a compor um itinerário que nos permita refletir sobre as questões-guia da pesquisa (a relação entre polícia e racismo e seus impactos no debate sobre mandato policial).

O levantamento, classificação e análise da produção acadêmica sobre polícia permitiu constatar que a discussão sobre práticas policiais, modelos de policiamento e arquitetura institucional das polícias teve mais atenção dos/as pesquisadores/as do campo e impactou (e foi impactada) não só na formulação das políticas públicas de segurança como também influenciou no modo e na intensidade com que estas questões foram debatidas na arena pública e junto às organizações da sociedade civil. Ao mesmo tempo, o levantamento realizado evidenciou que as questões sobre a violência policial e os desvios de conduta organizaram as reflexões sobre o tema e também transbordaram do espaço acadêmico, emergindo ora como denúncia da sociedade civil, ora como proposta de ação para o sistema de justiça criminal e para as próprias estruturas de segurança pública.

Nesses estudos verificou-se a prevalência de modelos explicativos que enfatizaram aspectos normativos e de gestão das estruturas policiais, com secundarização do debate sobre a regulação dos meios de força, sobre a compreensão sobre as margens de discricionariedade e, sobretudo, sobre os processos cognitivos envolvidos no processo de tomada de decisão por parte das autoridades policiais:

São modelos explicativos que têm como pressuposto a ideia de que aspectos técnico-profissionais e normativos são capazes de explicar a sociodinâmica do uso da força física pelos policiais em suas interações com a sociedade.

Nestes modelos explicativos sobre o uso da força física, tanto a discricionariedade quanto a autonomia dos agentes policiais – traços que caracterizam o mandato policial – são relegados a um plano secundário na construção das análises. Neste sentido, estes estudos acabam por colaborar muito pouco (ou quase nada) na elucidação da complexidade simbólica que envolve o uso da força física na prática policial cotidiana.¹⁶⁶

¹⁶⁶ SANTOS, Misael Sousa. *Os usos da força física por policiais militares: descrevendo práticas, entendendo sentidos*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Bahia, 2014, p. 3-4.

No que se refere à caracterização do campo, pude confirmar a hipótese, já apresentada em outros estudos, de que o campo dos estudos policiais no Brasil estruturou-se como um saber *aplicado às polícias*. Ou seja, verificou-se a existência de um conjunto de conhecimentos voltado ao atendimento das demandas do debate público acerca da questão policial e não propriamente um conhecimento orientado pelas próprias questões internas ao campo das polícias:

Tem-se a impressão que uma das principais motivações dos pesquisadores brasileiros tem sido investigar atendendo às demandas do debate público. Neste sentido, parecem mais interessados em mapear os problemas da polícia do que a polícia em si. Daí, mais uma vez, observar uma disposição mais acentuada para produzir uma *ciência social aplicada à polícia*, o que melhor atenderia à urgência por reformas no tempo presente, do que a construção de uma *ciência social da polícia*, cuja temporalidade ultrapassa os apetites cidadãos pela democratização das organizações policiais.¹⁶⁷

Certamente, tal caracterização não importa em si em um problema, na medida em que evidencia a conexão entre a experiência das demandas concretas da luta política e a experiência social com os conhecimentos desenvolvidos dentro do debate acadêmico acerca de um tema bastante central à experiência democrática. No entanto, vale registrar que, muitas vezes, certos estudos policiais cedem à tentação de uma vocação prescritiva e descrevem a cultura policial “apenas em função de seus atributos negativos, ou seja, pelos efeitos perversos da ação policial”.¹⁶⁸ Tal abordagem ancora-se numa “concepção de cultura tão naturalizada, substantiva e reificada que a violência e corrupção aparecem como algo endêmico, e mesmo inerente, aos lugares de polícia”.¹⁶⁹ O que sem dúvida pouco contribui para a constituição de um saber profundo sobre as polícias, suas dinâmicas e relações.

Entretanto, se corroboramos a constatação de que no campo dos

¹⁶⁷ MUNIZ, Jacqueline; CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe da Silva. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira dos anos 2000, *BIB*, v. 84, nº. 2, p. 148-187, 2018.

¹⁶⁸ *Ibid.*

¹⁶⁹ *Ibid.*

estudos policiais “as principais motivações dos pesquisadores brasileiros têm sido investigar atendendo às demandas do debate público”, por que a questão racial é tão pouco arrolada nesse universo temático? Por que – a despeito da vigorosa discussão do movimento negro e do pensamento negro brasileiro acerca da questão policial – há tão poucos trabalhos dedicados ao aprofundamento do debate sobre polícia e racismo?

Os temas raciais permaneceram secundarizados na abordagem hegemônica sobre polícias no Brasil e isso se deu em pelo menos dois sentidos. Primeiro, mediante a subestimação da importância da temática racial na compreensão dos significados sociais da polícia e na definição das suas relações dentro da corporação e em relação com outros grupos e instituições sociais. Por outro lado, secundarizou-se o debate sobre racismo na medida em que se negligenciou os aportes teóricos que indicavam o peso das hierarquias raciais na conformação da sociedade brasileira e, por conseguinte, no estabelecimento da própria definição do mandato policial.

O que se depreende da análise realizada neste capítulo é que o debate sobre racismo permaneceu circunscrito à questão da denúncia da seletividade e que faltou um esforço de compreender a polícia tomando como ponto de partida o reconhecimento estrutural do papel epistemológico do racismo na definição de hierarquias e representações sociais no conjunto da sociedade e, em especial, no âmbito da segurança pública.

Como assinala Thula Pires, ao retomar as categorias de Guerreiro Ramos (“negro-tema” e “negro vida”) para discutir os modos de abordagem da questão racial no âmbito dos estudos de justiça criminal e de segurança pública:

a denúncia da racialidade do sistema de justiça criminal e do racismo institucional [presente na segurança pública] reproduziu a narrativa do negro tema” criticada por Guerreiro Ramos. [...] Nesses termos, foi incapaz de desvelar os códigos através dos quais o critério classe operava de maneira racializada, assim como as variáveis de gênero e sexualidade. O racismo institucional não foi entendido em termos estruturais, mas como enunciação retórica de que o racismo das relações intersubjetivas extrapola as relações

personais.¹⁷⁰

São aspectos que conformam temas para uma nova agenda de pesquisa empírica, de reflexão política e de luta por direitos. Desse modo, cabe indagar: como explicar a convivência entre formas públicas e privadas, legais e ilegais, de policiamento no âmbito da narrativa de um Estado Democrático? Quais são os elementos que organizam e articulam o cumprimento (ou não) das previsões legais relativas ao mandato policial?

¹⁷⁰ PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Criminologia crítica e pacto narcísico: por uma criminologia crítica apreensível em pretuguês. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 135, ano 25, São Paulo: Ed. RT, set. 2017, p. 547.

CAPÍTULO III – RACISMO E MANDATO POLICIAL: ENTRE O MONOPÓLIO DA VIOLÊNCIA E O CONSÓRCIO PÚBLICO E PRIVADO

Entidades se mobilizam para julgamento de policiais

No dia 18 de junho de 1978, Robson Silveira da Luz, acusado de roubar frutas na feira, foi preso e levado para o 44º Departamento de Polícia de Guaianazes, na zona Leste de São Paulo. Ele tinha 27 anos, e era negro. Torturado pelos policiais, acabou morrendo. Na época, ainda de ditadura, duas mil pessoas protestaram contra o crime em frente ao Teatro Municipal de São Paulo. Ali nascia o Movimento Negro Unificado (MNU), uma das maiores organizações de combate ao racismo do Brasil. Mais de 20 anos depois do crime, os assassinos de Robson foram condenados. Mas não foram presos.¹⁷¹

Chacina da Candelária: sobrevivente ainda tem pesadelos, diz irmã

Há 22 anos, na madrugada de 23 de julho de 1993, mais de 40 crianças e adolescentes dormiam nos arredores da Igreja da Candelária, no Centro do Rio, quando homens armados abriram fogo, promovendo um massacre que chocou o mundo. Mais de duas décadas depois, um dos sobreviventes da chacina que deixou oito mortos ainda tem pesadelos com a lembrança daqueles momentos de horror. Foi o que contou a irmã dele em entrevista ao G1.

Crimes de Maio causaram 564 mortes em 2006

No dia 12 de maio de 2006, véspera do final de semana do Dia das Mães, presídios de São Paulo passaram a registrar dezenas de rebeliões. Em resposta aos ataques articulados pelo PCC, agentes do Estado e grupos de extermínio saíram às ruas para retaliação. Essa onda de ataques, promovida por agentes do Estado e integrantes do PCC, deixou 564 mortos e 110 feridos entre os dias 12 e 21 de maio. As mortes não ocorreram em confrontos, foram execuções.¹⁷²

¹⁷¹ *Entidades se mobilizam para julgamento de policiais.* Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Entidades-se-mobilizam-para-julgamento-de-policiais/5/2968>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2019.

¹⁷² *Crimes de Maio causaram 564 mortes em 2006.* Disponível em:

Tenente suspeito de entregar jovens a criminosos no Rio será levado a júri popular

Ghidetti estava entre os militares das Forças Armadas que estavam no Morro da Providência para obras do programa Cimento Social. Em 14 de junho de 2008, ao voltarem de um baile funk, três jovens foram acusados de desacatar os militares. Testemunhas, no entanto, afirmam que todos foram agredidos.

Depois de serem levados para a comunidade da Mineira, comandada por traficantes de uma facção rival à da Providência, Davi Wilson da Silva, de 24, Wellington Gonzaga Ferreira, 19 anos, e Marcos Paulo de Campos, de 17, foram assassinados e tiveram os corpos encontrados em um lixão.¹⁷³

Nove dos 11 militares que participaram da entrega dos jovens aos traficantes foram absolvidos pela Justiça Federal. Ghidetti, segundo a denúncia, pretendia apenas "dar um susto" nos jovens.

Os fatos narrados telegraficamente na abertura deste capítulo não se constituem como meros episódios isolados, estanques e desconectados uns dos outros. Pelo contrário, as histórias aqui referidas ilustram uma constante na trajetória do Brasil e explicitam como o debate sobre polícia no país foi marcado pela reiteração de violências e desvios e como se estabeleceu, de modo conflituoso, a definição e a operacionalização de conceito de mandato policial.

Evidentemente, cada um destes episódios possui contextos, motivações e sentidos próprios, de modo que conectá-los de modo simplista poderia representar um anacronismo ou mesmo uma mera discricionariedade de quem escreve. Cada história tem seu enredo, sua trama, seus fatores e seus personagens. Entretanto, valho-me destes fatos como ilustrações pois, somados aos dados estatísticos, às pesquisas qualitativas e às denúncias de movimentos e organizações sociais ao longo de todo o século XX, eles servem para assinalar a persistência de práticas policiais violentas e contribuem para entender o contexto no qual tem se dado o debate sobre mandato policial na sociedade brasileira.

É importante destacar – olhando para os casos de violência policial, para

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/crimes-de-maio-causaram-564-mortes-em-2006-entenda-o-caso>. Acesso em 27 de fevereiro de 2019.

¹⁷³ *Tenente suspeito de entregar jovens a criminosos no Rio será levado a júri popular*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/tenente-suspeito-de-entregar-jovens-a-criminosos-no-rio-sera-levado-a-juri-popular.ghtml>. Acesso em 30 de dezembro de 2019.

os dados estatísticos e para os estudos referentes ao tema – que a ação das polícias nas cidades brasileiras se dá, especialmente desde a segunda metade do século XIX, num contexto no qual a gestão do espaço público se faz por meio do acionamento estrutural da violência, física e simbólica, contra pessoas negras, tanto por meio de instâncias públicas quanto através de forças privadas. Tal processo se dá em forte cooperação com o sistema de justiça criminal e é homologado em sentenças judiciais de absolvição de responsáveis por execuções, em validação de flagrantes ilegais ou no arquivamento dos autos de resistência.

Ao mesmo tempo, é importante destacar que tal ênfase na questão da violência serve apenas para apresentar parte dos desafios contextuais e conceituais da questão do mandato policial, mas é insuficiente em termos analíticos para compreender o que é e o que faz a polícia.

A polícia é muito mais do que uma mera reiteração de expectativas, previsões e práticas. As polícias são produto das interações, reinvenções profissionais e culturais, “parcerias formais e informais de diversas ordens”,¹⁷⁴ que remontam a processos de construção de vínculos sociais e, por conseguinte, de trocas materiais e simbólicas que se estabelecem no fluxo de construção e legitimação do lugar da autoridade policial. Ou seja, as polícias são resultado de perenes trocas entre instituições, organizações, sujeitos, grupos e sociedade:

Na prática, nenhuma polícia se resume à realização estrita da intenção daqueles que a instituem e têm autoridade sobre ela, à pura instrumentalidade. Há sempre um intervalo, mais ou menos extenso, mais ou menos controlado, mas jamais nulo. A revelação desse intervalo, bem como a franca exposição dos mecanismos que o mantêm, é tarefa básica de uma sociologia empírica das instituições policiais.¹⁷⁵

Mas, porque as narrativas sobre a polícia são tão fortemente marcadas pelo estigma da violência e da brutalidade institucional? Porque essas figuras associadas a práticas abusivas são tão reiteradas na leitura e na descrição da atuação policial? No caso brasileiro, o que se pretende sublinhar é que, se por um lado é necessário fugir das descrições da polícia que apenas acentuam seus

¹⁷⁴ CARUSO, Haydée. *Entre ruas, becos e esquinas: a construção da ordem na Lapa carioca*. Brasília: Editora UnB, 2016, p. 21.

¹⁷⁵ MONJARDET, Dominique. *O que faz a polícia: sociologia da força pública*. São Paulo: EDUSP, 2002, p. 23.

problemas e reforçam prescrições e normas sobre o “deve ser” a atividade das polícias, por outro lado, também não se pode negligenciar o peso da memória, das estruturas sociais, das representações coletivas e dos arquétipos sociais na definição do que está em jogo no estabelecimento do que “queremos que a polícia faça”.

Em termos teóricos, é preciso ter em conta o equilíbrio analítico necessário e não reproduzir a narrativa das polícias como mera operacionalização do exercício legal e legítimo da violência pelo Estado ou de que são apenas as práticas (e não as estruturas) que definem, organizam e informam o que é e para que serve o mandato policial.

Neste capítulo, apresentarei as repercussões teóricas da tradição autoritária e violenta da sociedade brasileira no debate sobre mandato policial, discutindo outras possibilidades reflexivas. Tendo como referência os aprendizados sobre racismo e formação social brasileira, pretende-se aqui questionar a forte ênfase às interpretações teóricas que privilegiam a ideia de monopólio estatal da violência e enfatizar a predominância de uma forte convivência entre formas públicas e privadas de gestão da polícia e do policiamento no Brasil.

Em outras palavras, destaco aqui três aspectos na construção deste arranjo próprio de mandato policial e de policiamento, a saber: a tradição autoritária da sociedade brasileira, a forte tolerância social em relação a práticas de violência contra grupos sociais historicamente excluídos e a chancela judicial a práticas policiais de controle discricionário do espaço das ruas.

A questão é assinalar que no Brasil o que se vê na atribuição das funções policiais é muito mais um compartilhamento entre público e privado na gestão (legal e ilegal) da violência do que propriamente uma prevalência de práticas marginais ou de ações típicas de forças do Estado.¹⁷⁶ Como destacam Evandro Piza e outros/as criminólogos/as do campo crítico ao analisar o sistema de justiça nas realidades periféricas, a persistência de violências e iniquidades raciais não representa um defeito ou um ponto fora da curva do sistema punitivo, mas, pelo

¹⁷⁶ ZAFFARONI, Eugénio Raúl. *Criminología: aproximación desde un margen*. Bogotá: Themis, 1988.

contrário, representa o cumprimento das funções reais previstas no modelo racial e a confirmação de uma ruptura – jurídica, social e cognitiva – entre o discurso de cidadania e a prática de desumanização.¹⁷⁷

Em outras palavras, a questão revelada é que, no Brasil, vê-se o alargamento de formas de policiamento exercidas numa espécie de consórcio público privado hegemônico por interesses particulares e práticas de controle racial do espaço público.

A) Mandato policial e a formação social brasileira: Violência como ethos do Estado brasileiro

Os principais autores do que se convencionou chamar pensamento social brasileiro¹⁷⁸ dedicaram-se amplamente a pensar sobre o peso da violência na nossa formação social e sobre o caráter (violento ou harmônico) de nossas relações sociais. Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto Da Matta, Raymundo Faoro e Guerreiro Ramos são alguns dos muitos autores e autoras brasileiros/as que se interrogaram acerca do modo peculiar com que a sociedade brasileira lidou com o trânsito de modelos de governo autoritários para modelos democráticos e sobre o legado destas transformações no caráter e na forma própria de organização do povo brasileiro e de suas instituições.

Sob diferentes perspectivas, a sociologia brasileira escrutinou o tema da singularidade do nosso povo e do caráter distintivo de nossa formação social, assinalando o papel dos processos históricos no estabelecimento de nosso arranjo social, sublinhando o modo próprio de nossas instituições e de nosso sistema jurídico e inquirindo sobre a natureza e o resultado de nossas revoltas e de nossas

¹⁷⁷ DUARTE, Evandro Piza. Ensaio sobre a hipótese colonial: racismo e sistema penal no Brasil. In: CARVALHO, Salo de; DUARTE, Evandro Piza. *Criminologia do Preconceito: racismo e homofobia nas ciências criminais*. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 97.

¹⁷⁸ “A expressão *Pensamento Social Brasileiro* refere-se a uma importante área temática das Ciências Sociais no Brasil. Ela compreende uma série de pensadores que refletiram sobre o país de modo abrangente, num esforço de explicitar o que somos e por que somos assim e não assado. Trata-se além disso, de autores que pensaram o Brasil não apenas como um objeto de análise sociológica, mas também como uma nação a ser construída, e empenharam o seu labor intelectual nesta construção” (OLIVEIRA, Luciano. *Manual de Sociologia Jurídica*. Rio de Janeiro: Vozes, 2015, p. 61).

mudanças de governo e de regime político. Nesse amplíssimo caleidoscópio predomina uma discussão sobre o *ethos* do Estado e do povo brasileiro, oferecendo as balizas para uma discussão sobre o significado das manifestações de violência na nossa conceituação e atribuição de mandato policial e na maneira pela qual assimilamos e interpretamos nosso passado/presente colonial e escravista.

Um olhar para os discursos hegemônicos

Na perspectiva adotada por Gilberto Freyre (1900-1987), em especial no seu clássico *Casa Grande & Senzala* (1933),¹⁷⁹ enfatiza-se a distinção entre raça e cultura, atribuindo a esta última a primazia explicativa sobre as questões nacionais, mas, ao mesmo tempo, elaborando-se uma visão “adocicada” da brutalidade da relação senhor–escravo que naturalizou processos de violência e exclusão, bem como reforçou a ideia de convivência pacífica das três raças fundadoras da identidade nacional:

[...] os europeus e seus descendentes tiveram [...] de transigir com índios e africanos quanto às relações genéticas e sociais. A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações – a dos brancos com as mulheres de cor – de ‘superiores’ com ‘inferiores’ (...). A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação.¹⁸⁰

Na obra de Gilberto Freyre, as representações do processo de miscigenação racial estabelecem-se com excessiva idealização e harmonia e o tema da violência – constitutiva das relações coloniais – dissolve-se numa certa

¹⁷⁹ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 33.

mistificação nostálgica do escravismo cujo sentido veio a ser fortemente questionado, a partir da década de 1950, tanto pelos estudiosos das relações raciais quanto por ativistas do movimento negro:

O modelo freyreano é vulnerável porque as relações escravagistas não pertencem à mesma espécie de que fazem parte os diversos tipos de relação social. De fato, não são sequer relações sociais, tanto quanto não é passível de descrição por esta categoria a modalidade de ligação que um proprietário estabelece com sua propriedade. A relação senhor–escravo não é apenas alguns graus (ou muitos graus) mais intensa que qualquer outro vínculo de exploração do trabalho alheio, como se representassem pontos diferentes sobre uma só linha ou gradações de um *continuum*. A relação senhor-escravo é a redução ontológica do ser humano a objeto mercantil.¹⁸¹

Como destaca Antônio Sérgio Guimarães, o trabalho de Gilberto Freyre integra a tentativa de “solução” da questão racial formulada na década de 1930. “[...] A estratégia dominante sempre fora de ‘transformismo’ e de ‘embranquecimento’, ou seja, de incorporação dos mestiços socialmente bem-sucedidos ao grupo dominante ‘branco’”¹⁸², e, da valorização do mito de um país miscigenado e racialmente democrático. O tema comparece não só na leitura sociológica da época, mas também nos debates políticos e nas medidas legislativas adotadas.¹⁸³ A primeira metade do século XX é especialmente permeada pela vigência do mito da democracia racial e pelo predomínio de narrativas que atenuam o caráter estruturalmente violento da sociedade e do Estado brasileiro.

No texto seminal de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), *Raízes do Brasil*¹⁸⁴, escrito em 1936, três anos depois do clássico de Freyre, novamente a

¹⁸¹ SOARES, Luiz Eduardo. *O Brasil e seu duplo*. São Paulo: Todavia, 2019, p.60.

¹⁸² GUIMARÃES, Antônio Sérgio. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). *Tempo Social*. Revista Sociologia USP, São Paulo, 13(2), 121-142, novembro de 2012.

¹⁸³ Neste período foi evidente o esforço – ainda que marginal e subalterno – de incorporação de símbolos da cultura negra no tecido das manifestações nacionais. A capoeira e o candomblé, por exemplo, foram tornados lícitos durante o governo de Getúlio Vargas, porém, isso não representou diminuição do racismo ou de episódios cotidianos de discriminação racial. O que se procedeu a partir de então foi um esforço de normalização da subalternidade negra dentro de uma narrativa hegemônica de harmonia racial sem jamais deixar de incidir para tentar reorientar a experiência negra no país e para inibir qualquer experiência de maior autonomia organizativa de caráter racial.

¹⁸⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

questão da violência aparece, mas aqui numa perspectiva diferente, com ênfase na distinção entre o espaço público e o espaço privado e com a inovação relativa à ideia de cordialidade. Para Sérgio Buarque, a questão constitutiva – e distintiva – da sociedade brasileira reside na forma de articular o público e o privado, o formal e o informal no âmbito das sociabilidades do “homem cordial” e na forma refratária aos ritos, às disciplinas e às regras. Segundo Luiz Eduardo Soares,

Em sua obra clássica, *Raízes do Brasil* (1936), Sérgio Buarque propõe uma leitura do padrão de comportamento dos brasileiros que se tornaria muito influente: a cordialidade. Seríamos cordiais em um sentido muito específico: refratários a formalidade, aos ritos de sociabilidade, aos limites, à disciplina das regras e dos princípios abstratos. Nossa natureza nos induziria à expansão dos sentidos, estendendo-se as lealdades privadas à esfera pública.¹⁸⁵

Em sentido muito próprio, Sérgio Buarque enfatiza as composições de convívio e transgressão da lei e da legalidade propostas pelo povo brasileiro, assinalando uma certa oposição entre a sociedade burocrática na qual vigiam as regras e os ditames do mundo público e a sociedade brasileira, avessa à ideia de direitos e associada à noção de privilégios e de ampliação do círculo familiar:

Em sociedades de origens tão personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os seus componentes, tendo em vista um fim exterior a eles, foram sempre os mais decisivos. De onde, com certeza, a vitalidade, entre nós, de certas forças afetivas e tumultuosas, em prejuízo das qualidades de disciplina e método, que parecem convir a um povo em vias de se organizar politicamente.¹⁸⁶

O tema reaparece nas obras de Raymundo Faoro (1925-2003), autor de *Os Donos do Poder*¹⁸⁷ (1958), e, mais contemporaneamente, no trabalho de Roberto da Matta, autor de *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do*

¹⁸⁵ SOARES, Luiz Eduardo. *O Brasil e seu duplo*. São Paulo: Todavia, 2019, p.47.

¹⁸⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 81.

¹⁸⁷ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5ª Edição. São Paulo: Biblioteca Azul, 2012.

dilema brasileiro¹⁸⁸ (1979), novamente enfatizando a distinção (e as rasuras) entre o público e o privado ainda que com referências diferenciadas e analisando – sob distintas perspectivas – a natureza patrimonial da sociedade brasileira. Para Faoro, a questão se apresenta em termos de tradições patrimonialistas que esvaziam qualquer suposto e eventual espírito liberal das elites num contexto em que o patrimonialismo estatal tutela e esgota as energias e potências do conjunto da sociedade.¹⁸⁹

Em *Os Donos do Poder*, acentua-se o tema da onipotência e onipresença do Estado no Brasil, frisando-se o papel do “estamento burocrático” – categoria central na análise proposta por Faoro. Também aqui o “patrimonialismo é mobilizado para identificar as barreiras históricas que bloqueiam a institucionalização do liberalismo político-econômico no Brasil”.¹⁹⁰ Faoro critica tanto o personalismo antiestatal, no aspecto político, quanto o estatismo, no aspecto econômico, ressaltando o excesso de patrimonialismo no primeiro e a falta de sociedade civil no segundo:

O instrumento de poder do estamento é o controle patrimonialista do Estado, traduzido em um Estado centralizador e administrado em prol da camada político-social que lhe infunde vida. Imbuído de uma racionalidade pré-moderna, o patrimonialismo é intrinsecamente personalista, tendendo a desprezar a distinção entre as esferas pública e privada. Em uma sociedade patrimonialista, em que o particularismo e o poder pessoal reinam, o favoritismo é o meio por excelência de ascensão social, e o sistema jurídico, *lato sensu*, englobando o direito expresso e o direito aplicado, costuma exprimir e veicular o poder particular e o privilégio, em detrimento da universalidade e da igualdade formal-legal. O distanciamento do Estado dos interesses da nação reflete o distanciamento do estamento dos interesses do restante da sociedade.

Patrimonialismo, estamento e capitalismo politicamente orientado, portanto, são conceitos-chave e inter-relacionados na obra de

¹⁸⁸ DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. São Paulo: Rocco, 1997.

¹⁸⁹ OLIVEIRA, Luciano. *Manual de Sociologia Jurídica*. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

¹⁹⁰ SELL, Carlos Eduardo. As duas teorias do patrimonialismo em Max Weber: do modelo doméstico ao modelo institucional. X Congresso ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política. Belo Horizonte, 2016.

Faoro.¹⁹¹

O tema do patrimonialismo também aparece na obra de Guerreiro Ramos que, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1950, formulou um expressivo debate sobre os modos brasileiros de representação da ordem social e de relação entre público e privado a partir de mediação racializada desta experiência. Para Guerreiro Ramos, as marcas do processo de colonização e as cisões entre brancos e negros provocadas pelo racismo aprofundaram a indistinção entre o público e privado e acentuaram as distâncias entre um modelo de organização burocrática do Estado e a prevalência do mandonismo e das relações de compadrio:

No Brasil, a racionalização da administração pública defronta-se com sérios obstáculos, principalmente oriundos de sua formação histórica. Pode afirmar-se, mesmo, que a sua introdução em nossa máquina corre por conta daquele idealismo utópico, característico das elites brasileiras (...).

A verdade é que a estrutura social e política do país ainda não apresenta até hoje condições capazes de tornar plenamente efetivo, em nossa administração pública, um sistema racionalizado. Uma tradição de patrimonialismo permeia o Estado brasileiro que, até recentemente, se pulverizava socialmente em 'organismos monocelulares', clãs parentais, clãs feudais, clãs eleitorais, de puro direito privado e carecia daquela unidade orgânica e compacta a que se referia von Stein.¹⁹²

Na obra de Roberto da Matta, a polarização distintiva da sociedade brasileira se dá em termos de público e privado que, em seus trabalhos, é referido como oposição entre a "casa" e a "rua" para designar o acirramento entre círculo familiar e Estado. Nas palavras de Roberto Da Matta, o problema surge quando a confusão entre estes domínios – público e privado – se instala e quando a casa domina a rua, corrompendo o sentido de república e firmando regimes de privilégios, benesses e compadrios.

¹⁹¹ CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. *Dados*, vol.46, n.1, Rio de Janeiro, 2003.

¹⁹² RAMOS, Guerreiro. *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho: ensaio de sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950, p. 24.

No trabalho de Roberto da Matta – assim como no de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque –, cede-se à tendência comparativista e reforçam-se as diferenças – em termos de gestão do público e do privado – entre a sociedade brasileira e outros arranjos no mundo que são regidos, segundo ele, pelo indivíduo e não pela pessoa, e que, portanto, são menos permeáveis às pressões de apropriação privada e de inversão da lógica republicana:¹⁹³

Nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra, somente para citar três bons exemplos, as regras ou são obedecidas ou não existem. Nessas sociedades, não há nenhum prazer em escrever normas que aviltam o bom senso e as práticas sociais estabelecidas, abrindo caminhos para a corrupção burocrática e ampliando a desconfiança no poder público. Em face da expectativa de coerência entre a regra jurídica e as práticas da vida diária, o inglês, o francês e o norte-americano param diante de uma placa de trânsito que diz “parar” o que – para nós – parece um absurdo mágico. Ficamos sempre confundidos e fascinados com a chamada disciplina existente nesses países.¹⁹⁴

A partir de um enfoque etnográfico, Roberto da Matta disserta sobre o caráter do povo brasileiro e sobre a tensão entre o povo (entendido alegoricamente como “aqueles que vivem na rua”) e as elites (para designar os detentores de relações familiares com o poder e de privilégios que corrompem o sentido da rua). A violência em sua abordagem é produto da confusão entre os sentidos de direitos e de privilégios dentro de uma sociedade injusta e assimétrica.

Assim como os autores precedentes, Da Matta tangencia o peso do escravismo na formação social brasileira e, por consequência, esmaece o destaque de episódios corriqueiros de violência física contra pessoas negras, de

¹⁹³ Este mesmo tema é explorado por Roberto Kant de Lima que “discute as diferentes representações sobre o espaço público existentes na tradição jurídico-política ocidental, comparando um modelo igualitário e individualista a um modelo hierárquico e segmentado. O primeiro modelo enfatiza formas contratuais de administração de conflitos, através da aplicação universal de regras locais, literalmente interpretadas. O segundo modelo enfatiza a aplicação particularizada de regras gerais, a serem interpretadas em cada caso. No Brasil, juridicamente, convivem os dois modelos, o que tem por consequência uma sobreposição de princípios paradoxais em nossos sistemas de administração institucional de conflitos” (KANT DE LIMA, Roberto. Administração de conflitos, espaço público e cidadania – uma perspectiva comparada. *Revista Civitas*, Ano 1. No 1, dez 2001).

¹⁹⁴ DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. São Paulo: Rocco, 1997, p. 46.

discriminação racial sistemática em espaços públicos e de ocupação desigual de postos de emprego e posições de poder. De modo geral, os autores hegemônicos reconhecem o peso da violência – da experiência colonial, das ditaduras, dos conflitos internos e das desigualdades – em nossas relações, mas, não aprofundam sobre as causas destas práticas de violência e inferiorização de pessoas, grupos e comunidades.

Há, neste aspecto, um importante debate sobre a relação entre práticas culturais e instituições, sublinhando as interconexões e imbricações recíprocas entre os dois campos, tema muitas vezes negligenciado nos trabalhos sobre formação social. Entretanto, não aprofundarei tal aspecto por considerar que o fundamental desta rápida revisão é apenas sublinhar a questão das manifestações da violência na sociedade brasileira e discutir as implicações destas análises no modo pelo qual se formula e debate o tema do mandato policial.

Como veremos no item seguinte, deixa-se escapar nas abordagens hegemônicas sobre a formação social brasileira o modo pelo qual são construídas as oposições entre público e privado e quais fatores moldam e organizam a experiência de intervenção repressiva e normatizadora concentrada nos mesmos tipos e grupos sociais.

Os discursos do acostamento sobre a formação social brasileira

Na margem destas abordagens, sabidamente autorizadas, destacam-se também autoras e autores (negras, em sua maioria) que propuseram hipóteses alternativas ao discurso oficial sobre racismo e relações raciais e que ampliaram a leitura sobre o tema da violência, enfatizando as manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro¹⁹⁵ e, por conseguinte, as conexões entre violência, racismo

¹⁹⁵ Referimo-nos à ideia de autoritarismo tendo em conta a persistência, na sociedade brasileira, de hierarquias sociais alargadas; de relações de mando e obediência que adulteram o sentido da cidadania e corrompem a ideia de aplicação da lei; de práticas de indistinção entre público e privado e de contextos permanentes de violência institucional sistemática e estrutural. Sobre o assunto, vale destacar a acepção de autoritarismo proposta por Marilena Chauí que, analisando o caso da sociedade brasileira, argumenta que se trata de uma sociedade autoritária na medida em que “a esfera pública nunca chega a constituir-se como pública, definida sempre e imediatamente pelas

e sistema penal.

Como indaga Evandro Piza no texto *Ensaio sobre a hipótese colonial*,¹⁹⁶ como se operacionalizou, ao longo do tempo, essa construção do corpo negro como um espaço de intervenção repressiva e normatizadora? Quais são as razões históricas responsáveis por construir uma subjetividade profissional indiferente às formas de violência contra as populações marginalizadas socialmente?

A estas questões, Marilena Chauí apresentou apontamentos importantes que auxiliam na compreensão do caráter violento da sociedade brasileira e enunciam aspectos do debate que faremos em seguida sobre monopólio da violência e mandato policial. Para Marilena, ainda que o Brasil seja um país profundamente violento e autoritário prepondera no país o mito da não violência segundo o qual seríamos um povo “generoso, alegre, sensual, solidário, que desconhece o racismo, o sexismo, o machismo, que respeita as diferenças étnicas, religiosas e políticas”.

Apesar da manutenção da violência real, como experiência concreta e cotidiana, mantém-se, no plano discursivo, a narrativa de uma sociedade harmônica e pacífica acionando mecanismos ideológicos para a manutenção dessa mitologia. Trata-se de uma interpretação prevalente – e em muitos sentidos adulterada – sobre a formação brasileira, que privilegia a dimensão de consensual, negocial e de assimilação em nossas relações sociais e que oculta o peso simbólico do passado colonial, o caráter conflitivo no trato entre os diferentes grupos e a dimensão estrutural das várias desigualdades que persistem entre nós.

Em resumo, a violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isso, a sociedade não percebe que as

exigências do espaço privado, de sorte que a vontade e o arbítrio são as marcas do governo e das instituições ‘públicas’” (CHAUÍ, Marilena. *Cultura Popular e Autoritarismo*. In: ROCHA, André (org.) *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro: escritos de Marilena Chauí*. Vol. 2, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 263).

¹⁹⁶ DUARTE, Evandro Piza. *Ensaio sobre a hipótese colonial: racismo e sistema penal no Brasil*. In: CARVALHO, Salo de; DUARTE, Evandro Piza. *Criminologia do Preconceito: racismo e homofobia nas ciências criminais*. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 86.

próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega para o lugar efetivo da produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira. Dessa maneira, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o sexismo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e a violência aparece como um fato esporádico de superfície.¹⁹⁷

Em termos operativos, Chauí destaca a existência de imagens fragmentárias produzidas sobre a violência no Brasil e ressalta a ação de mecanismos discursivos e políticos que proliferam práticas profundamente autoritárias e antidemocráticas. Neste sentido, Marilena Chauí sublinha a importância da sociedade colonial escravista na composição das hierarquias sociais brasileiras e, retomando os estudos de Sérgio Buarque e Raymundo Faoro, aprofunda a discussão sobre a dimensão estrutural destas desigualdades manifestas na cultura e no “modo de ser” da sociedade:

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, a sociedade brasileira caracteriza-se pelo domínio do espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos. (...) As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação de mando—obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. (...) Em suma, micropoderes capilarizam-se em toda a sociedade, de sorte que o autoritarismo da e na família se espalha para a escola, as relações amorosas, o trabalho, os *mass media*, o comportamento social nas ruas, o tratamento dado aos cidadãos pela burocracia estatal, e vem exprimir-se, por exemplo, no desprezo do mercado pelos direitos do consumidor (coração da ideologia capitalista) e na naturalidade da violência policial.¹⁹⁸

Esse mesmo sentido, havia sido trabalhado anos antes por Lélia Gonzalez (1935-1994) que, em sua obra, “discutiu e analisou o racismo, as relações

¹⁹⁷ CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez Editora, 2010, p. 349.

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 353354.

de raça, classe e gênero e a formação cultural brasileira”,¹⁹⁹ com ênfase na compreensão da desigualdade racial e no peso do escravismo na construção dos sentidos do país²⁰⁰

Para Lélia, a chave para interpretação do Brasil estava “na compreensão das matrizes da cultura brasileira, onde a vertente negra exerce influência quase que total”²⁰¹ e na ruptura com o mito da democracia racial a partir das investigação das hierarquias típicas de uma sociedade violenta e desigual:²⁰²

as relações de poder dão-se uma forma absolutamente hierárquica. [...] Hierárquica do ponto de vista das relações de classe; hierárquica do ponto de vista das relações sexuais, porque sabemos o papel da mulher dentro desta sociedade, fundamentalmente da mulher negra; e hierárquica do ponto de vista social. Porque se no vértice superior desta sociedade, que detêm o poder econômico, político e social, de comunicação, educação e cultural, neste vértice superior se encontra o homem branco ocidental, no seu vértice inferior vamos encontrar, de um lado, o índio e do outro lado, o negro.²⁰³

O pioneirismo intelectual de Lélia consistiu na inversão das estratégias

¹⁹⁹ BARRETO, Raquel. O racismo sob o olho crítico de Lélia Gonzalez. *Suplemento Pernambuco*, 13 de fevereiro de 2019.

²⁰⁰ “Contemporaneamente intenta-se falar da produção de Lélia a partir de dois grandes períodos: A primeira etapa da produção, da década de 1970, exhibe características gerais como a análise e compreensão da formação do capitalismo brasileiro na perspectiva das relações raciais. Nestes textos, aparecem influências de alguns pensadores marxistas e da Teoria da Dependência, que não será observada na década seguinte. Na segunda etapa da produção, dos anos 1980, a autora estabeleceu uma maior aproximação com referências afrocêntricas, a continuidade do diálogo com a psicanálise e o feminismo” (BARRETO, Raquel. O racismo sob o olho crítico de Lélia Gonzalez. *Suplemento Pernambuco*, 13 de fevereiro de 2019).

²⁰¹ BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez (1935-1994). *Afro-Ásia*, n. 23 (Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, 2000), p. 347-368.

²⁰² “Lélia ‘confronta’ o mito da democracia racial e, como se sabe, mitos não precisam de provas reais, eles são apenas crenças que se sustentam com ou sem provas. Este era um poderoso mito, pois oferecia uma explicação para a realidade brasileira que naturalizava a imagem de homens e mulheres negras como submissos, dóceis e aptos à escravidão. Por isso, a autora desenvolveu uma discussão contínua sobre resistência negra a fim de ressignificar essa experiência no período colonial” (BARRETO, Raquel. Lélia Gonzalez: uma intérprete do Brasil. In: UCPA, União dos Coletivos Pan-Africanistas (org.). *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...* São Paulo: Diáspora Africana, 2018, p. 21).

²⁰³ GONZALEZ, Lélia. Pronunciamento numa das Subcomissões da Assembleia Nacional Constituinte. *Apud* NERIS, Natália. A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos. Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas, Escola de Direito de São Paulo. São Paulo, 2015.

explicativas precedentes no campo das ciências sociais, que privilegiavam a análise sobre possíveis formas de integração/harmonização dos grupos raciais ou investiam na dicotomia interpretativa entre raça e classe na explicação dos processos de formação nacional. Em seu trabalho, Lélia apostou na hipótese de uma articulação peculiar entre raça, gênero e classe²⁰⁴ e apontou para uma forma muito própria de compreensão da questão da violência racial a partir de conceitos como *amefricanidade*, *pretuguês* e *neurose cultural*²⁰⁵.

Neste ponto, Lélia rompeu – teórica e metodologicamente – com elementos muito importantes do pensamento social brasileiro hegemônico até então e destacou pontos de vista e atitudes não identificados com as ideias prevaletentes no debate acadêmico. Como destaca Luiza Bairros em texto seminal sobre o pensamento de Lélia Gonzalez:

ela incorporou a condição metafórica do intelectual enquanto “exilado”. Tal condição não se refere necessariamente ao imigrante ou ao expatriado; um intelectual pode assim perceber-se por encontrar barreiras para participar dos círculos convencionais e para ter acesso aos meios de influenciar efetivamente o debate público. Contudo, ao mover-se em direção às margens, encontra aí uma posição privilegiada para ver o que geralmente não é visto pelos que nunca se aventuraram para além dos limites conceituais aceitos pela maioria.²⁰⁶

Sentido semelhante também fora trilhado por inúmeros intelectuais que atuaram no século XX (como Guerreiro Ramos, Clóvis Moura,²⁰⁷ Kabengele

²⁰⁴ Sob este aspecto, Lélia Gonzalez antecipou debates que apareceriam anos depois na cena pública, como a questão da interseccionalidade. Cf. DAVIS, Angela. *Aula Magna pelo Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha* 2017, Tradução de: Raquel Luciana de Souza, Universidade Federal da Bahia, 25 de julho de 2017. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/direitos/leia-transcricao-na-integra-da-fala-de-angela-davis-na-universidade-federal-da-bahia/>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2019.

²⁰⁵ “Nesse sentido, foi relevante o uso de categorias propostas por Freud e Lacan numa tentativa de desvendar o que fica sem explicação no racismo à brasileira, encontrando assim uma saída teórica no sentido de apreender melhor os aspectos simbólicos do racismo, o qual se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira, e do sexismo que se manifesta a partir de três noções que, referidas à mesma origem, são invocadas para definir a mulher negra a depender do contexto em que ela é percebida – mulata, doméstica e mãe preta” (BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez (1935-1994). *Afro-Ásia*, n. 23, Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, 2000, p. 347-368).

²⁰⁶ Ibid.

²⁰⁷ MOURA, Clóvis. *Rebeliões na senzala*. Rio Grande do Sul: Mercado Aberto, 1988; MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do negro no Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1994; MOURA, Clóvis.

Munanga,²⁰⁸ Abdias do Nascimento,²⁰⁹ Sueli Carneiro,²¹⁰ Luiza Bairros,²¹¹ Edson Cardoso,²¹² entre outros) e por organizações do movimento negro que, em especial desde a década de 1970, vêm se dedicando à denúncia das hierarquias raciais que estruturam a sociedade brasileira, e, ao mesmo tempo, têm contribuído para produção de outras narrativas sobre a formação social do país e o caráter do seu povo.

A maior conquista no campo dos estudos raciais nesse debate teórico sobre a formação social do Brasil consiste no desmonte e sepultamento das leituras que infirmavam o papel da raça na estruturação das relações de poder na sociedade. Os estudos sobre o impacto das relações escravistas na constituição do Estado nacional e na formação do povo brasileiro produziram, em termos conceituais, o mais profundo e radical dismantelamento das interpretações sobre o Brasil e inauguraram uma perspectiva teórica autêntica lastreada na ideia de que a violência, o autoritarismo e a desigualdade constituem a base sobre a qual têm se erigido os nossos sentidos, usos e costumes:

O monopólio (branco) sobre a representação do negro no Brasil foi quebrado no final dos anos (19)70, quando reemergiram projetos que interpretavam as relações raciais diferentemente, estabelecendo modos alternativos de ser negro, de entender a significação de raça, e questionando padrões racializados de

Sociologia do negro no Brasil. São Paulo: Ática, 1988.

²⁰⁸ MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

²⁰⁹ NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

²¹⁰ CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2005.

²¹¹ BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez (1935-1994). *Afro-Ásia*, n. 23, Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, 2000, p. 347-368; BAIRROS, Luiza. *Orfeu e poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil*. *Afro-Ásia*, n. 17 (Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, 1996), pp. 173-186; BAIRROS, Luiza. Questão do negro: velhos mitos e novos desafios. *Revista Análise e Dados*, v. 1, n. 4 (Salvador, 1992), pp. 113-115; BAIRROS, Luiza. "Brazil: Birthplace of Racial Democracy?" In: Henry J. Drewal, David C. Driskell e Aurelia Brooks (orgs.). *Introspectives: Contemporary Art by Americans and Brazilians of African Descent* (Los Angeles: California Afro-American Museum Foundation, 1989), pp. 23-25.

²¹² CARDOSO, Edson. *Negro, não: a opinião do jornal Ìrohìn*. Brasília: Brado Negro, 2016; CARDOSO, Edson. *Memória de Movimento Negro: um testemunho sobre a formação do homem e do ativista contra o racismo*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

distribuição de poder e riqueza.²¹³

Reconheceu-se a partir da emergência de outros panoramas teóricos que a relação de exclusão de pessoas negras decorrente da estrutura social racista possui dinâmica própria, mesmo dentro do sistema capitalista, o que significa não apenas uma característica a mais nas engenharias e dispositivos de hierarquias e distinção social e econômica, mas, pelo contrário, representa, ela própria, uma dimensão constitutiva de estrutura social. O racismo não é apenas uma doutrina ou uma ideologia, mas também é um sistema sobre o qual se apoia um segmento populacional, considerado superior, por causa de características fenotípicas e culturais:

É da natureza do sistema capitalista excluir parcelas da população trabalhadora da estrutura produtiva. Entretanto, tal característica precisa ser sistematicamente negada pelo discurso ideológico da minoria que se beneficia da exploração. Assim, atribui-se a incapacidade de participação plena na produção social aos dela excluídos ou nela inseridos precariamente. No caso do negro são construídos e veiculados estereótipos negativos que o associam à ideia de malandro, preguiçoso, feio, traíçoeiro, inculto, pouco inteligente, justificando perante a sociedade como um todo o tratamento diferenciado que lhe é reservado. Esta suposta inferioridade passa, então, a atuar como justificativa para inserção subordinada do negro nas estruturas de poder e riqueza da sociedade.²¹⁴

Sob esta perspectiva, impactou-se o núcleo da discussão sobre os fenômenos de exclusão e inaugurou-se um debate sobre como a raça e o racismo organizaram a política e como o legado escravista influenciou na distribuição dos significados e sentidos do poder. Em termos práticos, assistiu-se a partir destas constatações a uma série de estudos espalhar-se nas variadas áreas para perquirir “como” o racismo afetou os diferentes campos da vida social. Multiplicaram-se a partir da década de 1970 amplíssima variedade de estudos sobre racismo e as

²¹³ BAIRROS, Luiza. “*Orfeu e poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil*”. *Afro-Ásia*, n. 17 (Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, 1996), p. 183.

²¹⁴ BAIRROS, Luiza. “Pecados no ‘paraíso racial’: o negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980”. In: João José Reis (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 289-323.

inúmeras áreas do conhecimento (racismo e história, racismo e direito, racismo e educação etc.) e aprimoraram-se os métodos e técnicas de investigação acerca das assimetrias e formas de violência e discriminação racial.

No que se refere a relação entre racismo e sistema penal, também se aprofundaram os estudos sobre a dimensão seletiva das agências de controle social e, ao mesmo tempo, sobre a dimensão cognitiva e estrutural das hierarquias raciais para a consolidação do modelo punitivo brasileiro. Como destaca Evandro Piza, inferiu-se que a raça não é apenas uma característica acessória do sistema de punição, mas, pelo contrário, constatou-se que “raça e punição constituem a mesma “rede” de práticas e significados”²¹⁵ nos termos que foram apontados por Ana Luiza Flauzina:

Se o sistema foi estruturado a partir e para o controle da população negra, a maneira como sua movimentação se dá está também atrelada ao segmento. A forma como nosso sistema penal incide sobre os corpos está condicionada pela corporalidade negra, na negação de sua humanidade. [...]. Assim, o racismo deu o tom e os limites à violência empreendida pelo sistema penal, e este a carrega consigo na direção de toda clientela a que se dirige. É o racismo que controla o potencial de intervenção física do sistema: daí toda sua agressividade. [...] Apesar de existir uma diferença inquestionável entre o tratamento conferido a brancos e negros pelo sistema penal, o fato é que o racismo o conformou como instrumento que age pela violência, que acaba por atingir todos os indivíduos com os quais se relaciona. Quando o sistema entre em contato com corpos brancos também o faz por meio da violência, mas o faz por ser esta mediação assumida por suas práticas condicionadas pelo racismo.²¹⁶

Em resumo, asseverou-se dentro desta perspectiva teórica (à qual me filio) o reconhecimento da violência como um traço marcante e constitutivo da formação nacional brasileira seja por meio da ação do Estado, caracterizado por práticas autoritárias em diferentes governos; seja por meio da corrosão do espaço público, permeado por valores e práticas próprias da esfera privada ou ainda através

²¹⁵ DUARTE, Evandro Piza. Ensaio sobre a hipótese colonial: racismo e sistema penal no Brasil. *In*: CARVALHO, Salo de; DUARTE, Evandro Piza. *Criminologia do Preconceito: racismo e homofobia nas ciências criminais*. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 185.

²¹⁶ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*. São Paulo: Contraponto, 2008, p. 135.

da legitimação social de práticas violentas (ponto que será trabalhado em detalhe no próximo tópico).

Mas qual impacto dessas formulações no tipo de abordagem que fazemos sobre mandato policial? E, ao mesmo tempo, como se compatibilizaram experiências de profundo e sistemático autoritarismo e violência com narrativas de estabilidade e harmonia social, desconsiderando o peso da raça e do racismo na regulação do uso da violência por parte do Estado e por parte de forças privadas com funções de polícia e policiamento?

Retomo essas questões ressaltando duas dimensões que parecem importantes no entendimento da relação entre mandato policial e traços distintivos da formação social brasileira: (i) corrosão da ideia de polícia como uma prática profissional, e, (ii) a relação entre polícia e um modelo racial – eixo da minha argumentação.

Os estudos têm revelado que na construção da identidade dos policiais e, por conseguinte, no processo de constituição e validação do mandato policial, verifica-se uma tensão entre a noção de “polícia como vocação” e a ideia de “polícia como uma prática profissional”. O tema foi analisado em estudos empíricos realizados no Brasil²¹⁷ e está bastante associado ao modo pelo qual estrutura-se a sociedade brasileira e à forma com que se elabora o recrutamento, a representação e a avaliação social sobre “o que é” e o “que faz a polícia”.

Certamente que, em todo o mundo, a tensão entre cultura profissional e identidade policial sempre comparece à discussão sociológica e complexifica a definição e atribuição do mandato policial. Entretanto, o modo como esta discussão ocorre no Brasil merece destaque em face da maneira peculiar com que a noção de “ser policial” foi sendo construída entre nós, com base em valores que oscilam muito

²¹⁷ MUNIZ, Jacqueline. *Ser Policial é, sobretudo, uma Razão de Ser*. Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Ciência Política. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1999; MINAYO, Maria Cecília; SOUZA, Ednilsa Ramos; CONSTATINO, Patrícia. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 2003 e SOARES, Luiz Eduardo; ROLIM, Marcos; RAMOS, Sílvia. *O que pensam os profissionais de segurança pública no Brasil*. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

rapidamente entre a esfera pública e privada, legal e ilegal. Vejamos como isso se estabelece.

Na descrição dos sentidos do “que é ser policial” aparecem as ideias de “missão”, “vocação”, “uma tarefa perante a sociedade”, bem como a ideia de “um trabalho árduo e necessário mas não devidamente reconhecido”; “um lugar invisível para a sociedade”; “uma profissão que nunca é elogiada e que só é vista em função dos seus erros”, ou seja, um conjunto de representações permeadas pelas noções próprias da esfera privada, suscetíveis aos apelos do compadrio, da benevolência ou do autoritarismo.

Como destacam Luiz Eduardo Soares, Marcos Rolim e Silvia Ramos, em estudo realizado sobre perfil e opinião dos profissionais de segurança pública brasileiros, frequentemente encontramos nas carreiras policiais a reiteração da ideia de que “ser policial não é uma opção de trabalho, mas uma opção de vida, um estilo de vida”²¹⁸. Estas representações reforçam a noção de que as carreiras da segurança pública são mais do que “empregos”, “trabalhos” ou “profissões” e que produzem, portanto, “agentes sociais profundamente ligados às “culturas” profissionais”:

A máquina funciona determinando às equipes de subalternos nas ruas, pelos canais hierárquicos de comando, ao longo dos turnos de trabalho, trajetos de patrulhamento em cujo âmbito realiza-se a vigilância. A operacionalização depende da subserviência do funcionário que atua na ponta, de quem se exige renúncia à dimensão profissional de seu ofício, à liberdade de pensar, diagnosticar, avaliar, interagir para conhecer, planejar, decidir e mobilizar recursos multissetoriais, antecipando-se aos problemas identificados como prioritários.²¹⁹

Nesse sentido, desenvolve-se a ideia de que a polícia é um sacerdócio, uma vocação que deve ser compreendida, ora pelo seu caráter messiânico,

²¹⁸ MINAYO, Maria Cecília; SOUZA, Ednilsa Ramos; CONSTATINO, Patrícia. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 2003.

²¹⁹ SOARES, Luiz Eduardo. *Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 35-36.

ampliando desmedidamente sua margem de ação e esperando resultados sobrenaturais, ora negando-se-lhe o caráter de grupo de trabalhadores e impedindo o debate sobre sua organização, direitos, garantias, formação e condições profissionais. Tal cenário guarda profunda relação com a violência e o autoritarismo que marcam a sociedade brasileira e está conectado com o problema da indistinção entre o público e privado, que organiza e define muitos aspectos de nosso *ethos social*.

A baixa experiência democrática da sociedade brasileira e o traço fortemente autoritário, escravista e colonial que persiste entre nós em diferentes tempos históricos traduzem-se em obediências consentidas que, na prática, caracterizam verdadeiros “cheques em branco” que vulneram os policiais ao tempo em que também superdimensionam o trabalho da polícia. Se o policial é o idealista heroico ou o valentão autoritário, produz-se em relação a ele uma expectativa que está claramente identificada com valores do campo privado e pouco relacionada à função institucional ou profissional que, em tese, esperar-se-ia da polícia.

Nesse sentido, os debates sobre a formação social brasileira, o caráter violento ou cordial do seu povo e as representações relativas à burocracia e ao espaço público ganham importância no debate sobre o que se espera e o que se atribui à polícia em termos de mandato policial. Ao mesmo tempo, ganha importância a discussão sobre o mito da não violência e as formas de manifestação do autoritarismo no país:

A expectativa social que se tem em relação ao decisionismo policial corresponde ao desafio e à complexidade do lugar de polícia. Particularmente nas sociedades de democracia emergente como a brasileira, em que a produção de obediências consentidas, com o recurso potencial e concreto de força, sob império da lei, segue, ainda, como um ‘cheque em branco’ ou uma ‘procuração em aberto’, tem-se tanto a subestimação quanto a superestimação do decidir e agir policiais. Essa ambição, para mais ou para menos, quanto ao *dever-ser* policial, muitas vezes extrapola os limites do que seriam os *contornos* do seu mandato público, em termos do que se aspira

como legal, legítimo, politicamente autorizado, tecnicamente válido e aceito coletivamente.²²⁰

Na medida em que nos acostumamos socialmente com a ideia de uma polícia pouco profissionalizada e bastante vulnerável a práticas de tomada de decisões alheias às balizas públicas, amparamos uma visão que confirma a trajetória autoritária de nossas estruturais sociais e, ao mesmo tempo, acentuamos a corrosão do espaço de debate democrático sobre as expectativas sociais acerca do trabalho policial. Em termos interpretativos, trata-se da persistência das marcas da sociedade colonial escravista, do predomínio do privado sobre o público e, como acentua Lélia Gonzalez, da manutenção de hierarquias, violências e desigualdades como traço estrutural do nosso sentido e prática social.

Um segundo aspecto importante na relação entre a formação social brasileira e a discussão sobre mandato policial, refere-se ao peso do racismo na constituição “do que é” e “do que faz” a polícia. Não só no debate sobre a constituição histórica desta instituição, mas também na análise (que será aprofundada nos itens seguintes) sobre o peso da racialização na definição de quem são “os policiados” e também sobre quem são “os policiais”, verifica-se a relevância da desigualdade racial como elemento definidor de práticas e de atribuição de sentido aos discursos sobre as ações e conceitos de policiamento.

Como destacam Fernanda Lima da Silva, Manuela Abath e Marília Montenegro, ao relatar os achados de pesquisa realizada em Recife junto a Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente, a polícia é mais um fruto do racismo institucional, não só em virtude da “filtragem racial” presente em suas práticas de policiamento mas também na constatação de que a engrenagem racista controla ainda a massa que compõe a base da corporação policial e influi decisivamente nas dinâmicas que se estabelecem na definição do que faz a polícia.²²¹

²²⁰ MUNIZ, Jaqueline; SILVA, Washington França. Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa. *Caderno CRH*, v. 23, n 60, Salvador, set./dez. 2000, p. 469.

²²¹ SILVA, Fernanda Lima; VALENÇA, Manuela Abath; MELLO, Marília Montenegro Pessoa de. Policiados e policiais: dois tempos de uma história de criminalização. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 135, ano 25, São Paulo: Ed. RT, set. 2107, p. 97-129.

Como já assinalei antes, não se deve aqui incorrer no repetido equívoco de definir a polícia em função dos seus próprios erros, de atribuir às polícias responsabilidades exclusivas sobre práticas de controle social violento ou de homogeneizar a atividade policial, produzindo simplificações generalizantes que em nada contribuem para aprofundar a interpretação sobre o mandato policial. Pelo contrário, o que se busca aqui assinalar são os impactos teóricos de uma interpretação da ação policial que leve em conta o papel estruturante da raça e do racismo em nossas relações sociais, e, deste ponto de vista, tensionar as categorias usualmente evocadas neste debate, apontando uma agenda de pesquisas e de novas questões que podem ser levantadas sobre a matéria.

Sigamos sob este argumento, analisando agora o tema da legitimação social da violência de Estado e o seu significado na discussão sobre o mandato policial.

B) *Legitimação social da violência de Estado*

Como destaquei no tópico anterior, o escravismo legou ao Brasil uma forte tolerância social com práticas de violência, em especial de controle físico exercido no espaço público²²² ou privado²²³ por meio de forças públicas (polícias) ou por particulares.²²⁴ Vigem no âmbito da sociedade brasileira uma forte convivência com o controle físico de determinadas pessoas e grupos com base na ideia de conter os insurgentes para manter a ordem numa forma própria de governamentalidade que tem na eliminação e controle das pessoas negras o elemento fundamental de sua operacionalização. A proposta é antiga e se reedita em diferentes contextos políticos, com lastro na antinegitude, a partir da manutenção de fortes hierarquias raciais alimentadas pela produção e circulação de estereótipos negativos sobre a população negra.

A ideia de chancela social à violência assenta-se no secular e estrutural

²²² Linchamentos, execuções sumárias, chacinas etc.

²²³ Violência contra mulher, assassinato de pessoas trans por seus parceiros sexuais etc.

²²⁴ Grupos de extermínio, justiceiros, milicianos etc.

processo de desumanização de pessoas negras. A partir de arquétipos de subalternidade, legitima-se em grande escala mediante a violência física e/ou letal contra negros ao tempo em que o campo da sociedade civil permanece sem qualquer reação coletiva eficaz que possa interromper estas práticas de controle físico e violência racial. Neste tópico trabalharei esta questão analisando os dados relativos à violência física e letal, em especial no que se refere à letalidade e vitimização policial e, em seguida, discutirei a autorização social de violência contra pessoas negras como uma forma de governo das cidades, pensando o impacto destes arranjos sociais na definição dos papéis e das funções exercidas pelas polícias.

Homens negros e o mandato de violência

Os dados dos últimos 30 anos são contundentes em demonstrar o caráter estrutural e reiterado da violência física praticada contra homens negros jovens no Brasil. Os dados sobre mortes violentas letais intencionais, número de pessoas encarceradas provisoriamente, casos de torturas e tratamento cruel, degradante e desumano em espaços sob responsabilidade do Estado e as informações sobre pessoas presas antes do julgamento ou sem o pleno exercício do direito de defesa são alguns indicadores de como se consolida no âmbito da justiça criminal e da segurança pública no Brasil um quadro estrutural de violação de direitos e de tolerância social com episódios de violência física e psicológica contra grupos sociais historicamente excluídos.

Segundo dados do *Atlas da Violência 2018*, verifica-se no período 2007–2017 o crescimento da desigualdade nos casos de mortes violentas por raça/cor, mediante a diminuição de 6,8% das mortes violentas de indivíduos não negros e, por outro lado, o aumento, de 23,1%, da taxa de vitimização de pessoas negras, o que implica dizer que 71,5% das pessoas que são assassinadas a cada ano no país são pretas ou pardas (negras) enquanto os negros representam 53,5% do conjunto da população.²²⁵

²²⁵ CERQUEIRA, Daniel (org.). *Atlas da Violência 2018*. Salvador: IPEA, FBSP, 2018, p. 4.

A persistência dos dados e as características destas violências apresentadas por estudos qualitativos feitos sobre o assunto evidenciam a perspectiva estrutural do fenômeno e o seu peso em termos de amoldamento de práticas e valores sociais. A violência física – especificamente aquela praticada por e contra policiais – é uma marca da sociedade brasileira e está dirigida contra homens jovens negros em diferentes tempos históricos e contextos sociais.

Nessa direção, vale ressaltar que, ainda que a violência contra os homens se destaque quantitativamente no universo das ocorrências letais e que entre os profissionais de segurança pública predomine a presença masculina, as mulheres são também parte importante desta engenharia de violência racial. Seja em termos de subjetividade, seja em termos de organização estrutural, as mulheres participam da tragédia da violência como vítima de mandato de violência que produz embrutecimento e desumanização.

Entre as mulheres, a violência ocorre também em desfavor das mulheres negras. Nos casos de estupros, violência doméstica e nas ocorrências de feminicídio, novamente repete-se a sobre-vitimização do segmento negro que explicita a persistência e a força do regime de hierarquização racial e o peso do racismo na produção de vulnerabilidade e exclusão. Das 1.206 vítimas de feminicídio em 2018, 61% eram negras; no caso das vítimas de violência doméstica também persiste a sobre-representação de mulheres negras (58%).²²⁶

As proporções do fenômeno são comparáveis às de países em guerra, entretanto, não há na sociedade consternação correspondente à grandiosidade do problema. É como se houvesse não só uma complacência social em relação ao vilipêndio, mas também um estímulo, uma legitimação, uma chancela que promove, induz e corrobora a repetição inercial destas práticas letais e corrosivas da noção de democracia. Trata-se de um sentimento social de profunda e sistemática violência que, em termos políticos, é perceptível em pesquisas qualitativas e quantitativas que investigaram o tamanho da tolerância social ao autoritarismo e buscaram evidenciar o conteúdo racial desta tolerância.

²²⁶ FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. São Paulo, 2019.

Em 2016, os dados levantados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública explicitaram um aparente paradoxo nesse tema. Em estudo sobre percepções sociais acerca das instituições, do crime e da criminalidade, verificou-se que a maioria dos brasileiros (57%) defende a afirmação que “bandido bom é bandido morto” e, ao mesmo tempo, evidenciou que 70% da população consideram que “os policiais brasileiros exageram no uso da violência” e declaram ter medo de ser vítima de violência policial (59%), mas acreditam (64%) que os policiais são caçados pelos criminosos,²²⁷ apresentam uma relativa satisfação com o trabalho realizado pelas polícias²²⁸ e reconhecem que as polícias não têm boas condições de trabalho (63%).²²⁹

Ou seja, o paradoxo, portanto, é apenas aparente. O que se constata na análise dos dados é a prevalência de uma complexa síntese em que, de um lado, validam-se majoritariamente as ações arbitrárias do Estado no âmbito do combate ao crime e a criminalidade, inclusive com a possível eliminação física do potencial “criminoso”; produz-se uma lógica binária de que policiais e criminosos vivem uma caçada uns contra os outros e, por outro lado, reconhecem-se as más condições de trabalho dos policiais, identifica-se o excesso no uso da força por parte da polícia e declara-se o medo perante a truculência na ação policial.

Portanto, mantém-se a ideia de que a ação abusiva das polícias é tematizada apenas quando ocorre de uma só vez e sem motivo, com número elevado de assassinatos recebendo assim o nome de chacina ou massacre. Como acentua Marilena Chauí, os padrões de ação estatal violenta referem-se a um fenômeno pontual que, no restante das vezes, “é considerado normal e natural, uma vez que se trata de proteger o “nós” contra o “eles”.”²³⁰

A mesma tendência pode ser verificada nos casos de linchamentos,

²²⁷ Conforme desagregação por renda, sexo, formação e pertencimento racial, este quadro de tolerância com a violência e de desconfiança em relação à polícia amplia-se ou se reduz.

²²⁸ 52% afirmam que a Polícia Civil faz um bom trabalho, esclarecendo crimes, e 50%, que a Polícia Militar garante a segurança da população.

²²⁹ FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016*. Salvador: FBSP, 2016, p. 118-135.

²³⁰ CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez Editora, 2010, p. 349.

justiçamentos ou nas ações de grupos de extermínios. A adoção de medidas de caráter privado com uso desmedido da força física como forma de punição, castigo e/ou eliminação daquele que se considera desviante reitera-se na sociedade brasileira como forma frequente de administração de conflitos e de gestão de desvios de natureza criminal, ratificando a naturalização do controle físico de corpos desumanizados no espaço público e corroborando as violências praticadas pelos próprios agentes de Estado.

De acordo com José de Souza Martins, no Brasil verifica-se uma média de um linchamento a cada dia, uma média alta para os índices internacionais.²³¹ Trata-se de casos que seguem uma tendência de radicalização da hierarquia racial e explicitam uma maior crueldade em face do pertencimento racial daquele que é linchado, corroborando o desvalor do corpo negro e a tolerância social em relação à violência praticada contra este segmento. Ainda que se trate de um fenômeno de massas no qual prevalece a motivação circunstancial para o início dos atos de violência, constata-se que há uma maior violência quando se refere a pessoas negras e que “a diferença se manifesta no decorrer do ato. Ele se torna mais violento se o linchado for negro, a probabilidade de aparecerem outros componentes mais violentos como mutilação, furar olhos ou queimar viva a vítima, aumenta.”²³²

As hierarquias raciais operam também na organização dos sentidos de humanidade que são acionados para definir aquele/a que pode e que não pode circular, ocupar e dirigir o espaço público. No sentido do mandato social do uso da força, regula-se aí o manejo das autorizações de vida e de morte entre nós.

O tema remete ao debate sobre quem são os “Outros” – destinatários da ação truculenta do Estado – e como definimos social e politicamente quem é este “Outro” no âmbito prático das relações sociais. Nas palavras de Frantz Fanon, esse processo refere-se ao aprisionamento do corpo pelo “esquema histórico-racial” que lhe atribui o lugar de “Outro” e que impede a inclusão na experiência nacional ou

²³¹ MARTINS, José de Souza. *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

²³² MARTINS, José de Souza. “Brasil tem um linchamento por dia, não é nada excepcional”. Entrevista realizada por María Martín. *El País*. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/09/politica/1436398636_252670.html>. Acesso em 26 de janeiro de 2020.

comunitária, atando o sujeito à zona do “não-ser”.²³³

No Brasil, trata-se dos processos de diferenciação social erigidos sob o mito da não violência e consolidados dentro do referencial do racismo como eixo organizador dos sentidos culturais e políticos da nossa experiência social.

Esse aspecto pode ser também verificado a partir de uma pesquisa de opinião realizada pelo Data Senado, em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. De acordo com o estudo realizado em 2012, verifica-se que a maioria da população brasileira concorda que a afirmação de que o “homicídio é a principal causa de morte dos jovens negros” (56,6%) e, ao mesmo tempo, mais da metade dos entrevistados reconhece que “a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte violenta de um jovem branco” (55,8%)²³⁴

O dado reforça o quanto já afirmado por outros estudos no que se refere à onipresença da experiência de medo e risco entre os diferentes grupos sociais no Brasil, mas, ao mesmo tempo, explicita como esta percepção de risco se dá de modo desigual entre os diferentes sujeitos e grupos raciais assim como tal realidade é (ou não) naturalizada nas interpretações sociais.²³⁵ Entre os jovens negros, por exemplo, o “medo de morrer” e a experiência de perder algum parente ou amigo próximo mortos de forma violenta é significativamente maior do que entre os jovens brancos, assim como é maior o contato com armas de fogo e a exposição a casos de discriminação em face de características físicas, tipo de vestimenta ou tipo de cabelo:

²³³ FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 108.

²³⁴ DATASENADO. *Violência contra juventude negra no Brasil: pesquisa de opinião pública nacional*. Brasília, 2012.

²³⁵ CARA, Daniel; GAUTO, Maitê. Juventude: percepções e exposição à violência. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: MEC/UNESCO, 2009, p. 173-198; NOVAES, Regina. Juventude e sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. *Sociologia especial: Ciência e Vida*, São Paulo, 1 (2), p. 6-15, 2007; INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Juventude: documento de conclusão*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2004; IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Características da vitimização e do Acesso à Justiça no Brasil 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010; CRISP; DATAFOLHA, *Pesquisa Nacional de Vitimização – Sumário Executivo*. São Paulo: CRISP, 2013.

[...] O racismo institucional é a forma mais sofisticada e bem-acabada do preconceito, envolvendo o aparato jurídico-institucional. Atuando no plano macro, o racismo institucional é o principal responsável pela reprodução ampliada da desigualdade no Brasil. Também é certo que em muito contribui o racismo como ideologia, na medida em que, como já enfatizado, por seu intermédio a condição de pobreza e de miséria finda por naturalizar-se. A sociedade não vê a existência de pobres, de mendigos, de população habitando lixões, como algo a ser enfrentado. Ao contrário, tudo isso faz parte da paisagem social brasileira. O racismo impede que as pessoas vejam os pobres e miseráveis como seus iguais. É como se existissem categorias distintas de pessoas. Para um grupo a cidadania plena, para outros, “a vida como ela é”... Está criado assim o caldo de cultura para a perpetuação da desigualdade. E o racismo e seus desdobramentos têm papel central nesse processo.²³⁶

Estes fenômenos se relacionam com o que Florestan Fernandes chamou de preconceito de não ter preconceitos, para se referir ao modo pelo qual o povo brasileiro convive entre uma realidade de violência e discriminação racial e a manutenção (cada vez mais questionada, frise-se) de um discurso de que pessoalmente ninguém assume ter preconceitos.²³⁷ Como diz Lilian Moritz Schwarcz: é como se “todo brasileiro parecesse sentir-se como uma “ilha de democracia racial” cercada de racistas por todos os lados.²³⁸ Tal característica pode ser aferida em outras pesquisas de opinião, como a realizada em 2003 pela

²³⁶ THEODORO, Mario. As mudanças recentes e a questão racial. In: Fundação Perseu Abramo (FPA); Fundação Friedrich Ebert (FFE) (org.). *Classes, que classes?* – Ciclo de Debates sobre Classes Sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 167.

²³⁷ “O que há de mais evidente nas atitudes dos brasileiros diante do ‘preconceito de cor’ é a tendência a considerá-lo como algo ultrajante (para quem o sofre) e degradante (para quem o pratique). Essa polarização de atitudes parece ser uma consequência do *ethos* católico e o fato dela se manifestar com maior intensidade no presente se prende à desagregação da ordem tradicionalista, vinculada à escravidão e à dominação senhorial. (...) O preconceito de cor é condenado sem reservas, como se constituísse um mal em si mesmo, mais degradante para quem o pratica do que para quem seja sua vítima. A liberdade de preservar os antigos ajustamentos discriminatórios e preconceituosos, porém é tida como intocável desde que se mantenha o decoro e suas manifestações possam ser encobertas ou dissimuladas. (...) Do ponto de vista e em termos de posição sócio cultural do ‘branco’, o que ganha o centro do palco não é o ‘preconceito de cor’. Mas, uma realidade moral reativa, que bem poderia ser designada como o ‘preconceito de não ter preconceito” FLORESTAN, Fernandes. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972. p. 21-23.

²³⁸ SCHWARCZ, Lilian Moritz. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: o contexto brasileiro. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz; QUEIROZ, R. S. (Orgs.). *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 155.

Fundação Perseu Abramo, segundo a qual 87% dos brasileiros reconheciam que há racismo no Brasil, mas, somente 4% deles reconheciam-se racistas.²³⁹

O cenário dialoga com o que apontamos no item anterior sobre a convivência discursiva entre uma realidade marcada pela violência e pela discriminação e a manutenção de narrativas de harmonia e não violência, e pode ser melhor entendido se pensarmos não só nas estruturas e referências históricas do escravismo e da discriminação racial, mas também nos efeitos desta realidade social em termos de produção de vantagens e desvantagens sociais para os diferentes grupos.

Em seu estudo de doutoramento, Lia Vainer Schucman nos oferece uma importante referência para compreender esta questão.²⁴⁰ Analisando o tema da branquitude na cidade de São Paulo, Lia Schucman destaca como, querendo ou não, brancos e não brancos são classificados racialmente logo ao nascer e como sobre os brancos recaem atributos e significados positivos que, na trajetória histórica dos sujeitos e dos grupos raciais, traduzir-se-ão em produção de significados compartilhados que, em termos sociais, elaborarão a forma por que percebemos desigualmente a violência contra praticada contra corpos negros e brancos.

Maria Lucia Silva, em perspectiva semelhante, também destaca:

O racismo, o preconceito e a intolerância estruturam a forma como as relações se estabelecem na sociedade brasileira; materializam-se no convívio social, assim como no acesso, permanência e mobilidade nas instituições que a compõe e irão provocar, nos indivíduos negros, registros afetivos diversos.²⁴¹

O tema já havia sido referido em estudos pretéritos da psicologia e das

²³⁹ FUNDAÇÃO Perseu Abramo (FPA); Fundação Friedrich Ebert (FFE). *Discriminação Racial e Preconceito de cor no Brasil*. São Paulo, 2005.

²⁴⁰ SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2012.

²⁴¹ SILVA, Maria Lúcia da. Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi (orgs.). *O racismo e o negro no Brasil*: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 71-90.

ciências sociais que permitiram destacar a dimensão subjetiva e interpessoal ao racismo e os seus efeitos psíquicos sobre os sujeitos e grupos sociais.²⁴² Uma série de investigações sob esta perspectiva frisou o impacto da escravidão sobre a constituição de uma imagem do negro no imaginário social brasileiro e, além disso, o impacto destas representações na legitimação social da violência entre nós. Nesse sentido, é possível afirmar que somos um país violento em grande medida porque somos um país racista:

A instituição da escravidão construiu para os negros a representação segundo a qual eram seres que, pela *carência de humanidade*, porque portadores de um corpo negro que expressava *uma diferença biológica*, se inscreviam na escala biológica num ponto em que os aproximavam de animais e coisas. Seres esses que, legitimamente, constituem objetos de posse dos *indivíduos humano*. Com isso, o negro é apartado e não excluído, como corpo social.²⁴³

Como já destacavam autores do século XX, como Guerreiro Ramos (1915-1982), processa-se a naturalização da subalternidade de negros e negras e a emergência dos signos construídos no âmbito das experiências de escravidão e do colonialismo, de modo que a brancura emerge como um valor social positivo em desfavor da negritude, percebida como causa de exclusão, negatividade e desumanização. O próprio sentido de presença humana e a localização dos ideais de justiça e cidadania dos negros e das suas inter-relações passam a ser

²⁴² Os estudos sobre os efeitos psíquicos do racismo e sobre sua dimensão subjetiva são recentes no Brasil, mas já possuem um significativo rol de produções. A título de exemplo cito o texto pioneiro de Virgínia Bicudo (*Estudo das Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo*, 1945); Neusa Santos Souza (*Tornar-se negro*, 1983), a tradução do clássico de Frantz Fanon (*Pele Negra, Máscaras Brancas*, 2008) e alguns textos referenciais como Isildinha Nogueira (*Significações do Corpo Negro*, 1998), Gislene Santos (*Invenção do Ser Negro*, 2002) e Maria Aparecida Bento (*Pactos Narcísicos no Racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*, 2002). Para uma lista mais detalhada das produções sobre psicologia e racismo ver: CANORE, Iray; BENTO, Maria Aparecida (orgs.). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002; PACHECO, Ana Cláudia. Raça, Gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das ciências sociais brasileiras: um diálogo sobre o tema. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 34, p. 153 – 188, 2006; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve histórico do Pensamento Psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicologia: ciência e profissão*, n. 32, 2012, p. 166-175; KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi (orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

²⁴³ NOGUEIRA, Isildinha. *Significações do corpo negro*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1998.

questionados num sistema de representações e significados sociais que é marcado por violentos e estruturais processos de racialização:

Povos brancos, graças a uma conjunção de fatores históricos e naturais, que não vem ao caso examinar aqui, vieram a imperar no planeta e, em consequência, impuseram àqueles que dominam uma concepção do mundo feita à sua imagem e semelhança. Num país como o Brasil, colonizado por europeus, os valores mais prestigiados e, portanto, aceites, são os do colonizador. Entre estes valores está o da brancura como símbolo do excelso, do sublime, do belo. Deus é concebido em branco e em branco são pensadas todas as perfeições. Na cor negra, ao contrário, está investida uma carga milenária de significados pejorativos. Em termos negros pensam-se todas as imperfeições. Se se reduzisse a axiologia do mundo ocidental a uma escala cromática, a cor negra representaria o polo negativo. São infinitas as sugestões, nas mais sutis modalidades, que trabalham a consciência e a inconsciência do homem, desde a infância, no sentido de considerar, negativamente, a cor negra. O demônio, os espíritos maus, os entes humanos ou super-humanos, quando perversos, as criaturas e os bichos inferiores e malignos são, ordinariamente, representados em preto. (...)

A cor humana aí perde o seu caráter de contingência ou de acidente para tornar-se verdadeiramente substância ou essência. Não adjetiva o crime. Substantiva-o.²⁴⁴

É como se se produzisse, no conjunto das relações sociais, uma cisão – radical e profunda – que interditasse as subjetividades e que, no plano político, gerasse uma persistente blindagem do grupo hegemônico (branco) ao lado de uma reiterada desumanização do grupo subalternizado (negro). Esse processo marca psíquica e politicamente os diferentes grupos e espaços sociais e produz um amoldamento da cultura para administrar as assimetrias dentro de narrativas herméticas que impedem reações políticas mais duradouras e mantêm o pacto social em torno da narrativa de uma sociedade supostamente democrática. Em outras palavras, cria-se, do ponto de vista da memória coletiva e das relações sociais, uma permanente autorização de violência contra o corpo negro que, pela reiteração e naturalização das práticas e das narrativas, é destituído de qualquer conexão com o sentido de humanidade e que, por isso, passa a ser alvo preferencial

²⁴⁴ RAMOS, Alberto Guerreiro. O negro desde dentro. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 242-241.

de toda sorte de achaque e brutalidade estatal.

Trata-se de um modelo racial, forjado na escravidão, que teve como subproduto a construção de relações intersubjetivas e institucionais a partir da divisão das pessoas e das suas relações entre a zona do humano (zona do ser) e a do não humano (zona do não ser)²⁴⁵ dentro de um arranjo em que a violência contra os negros é admitida como constitutiva da organização social e a proteção aos corpos brancos como uma condição necessária para a garantia de validade do sistema político.²⁴⁶

Falo aqui não de distinções simples ou de meras desigualdades econômicas, de renda ou de acesso a este ou àquele direito político ou social. Tampouco refiro-me apenas aos odiosos episódios de preconceito e de discriminação racial que hoje são denunciados aos montes com o advento recente dos smartphones e das redes sociais. Refiro-me à questão do risco de morrer a que estão submetidos desigualmente negros e brancos dentro de uma sociedade racial e violenta, bem como destaco as proteções e garantias conferidas exclusiva e seletivamente para as pessoas brancas, que orbitam e articulam-se dentro da zona do ser e das suas (im)possibilidades:

²⁴⁵ FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

²⁴⁶ É interessante notar como a persistência de práticas de violência estatal sistemática contra as pessoas negras dificilmente é arrolada como indicador da inexistência ou precariedade de uma ordem democrática. Como destaca Luiz Alberto dos Santos em debate sobre as contradições dos partidos de esquerda acerca da questão racial: “Os poucos momentos da história do Brasil em que tivemos a chamada democracia formal não significaram para nós, negros, uma participação maior ou menor na vida política e social brasileira. Os negros sempre estiveram, em qualquer momento, discriminados. Isso pode ter sido pior num momento de regime mais fechado, de maior repressão. Mas, no momento da chamada distensão ou da democracia, isso não significou uma inserção da população negra nos instrumentos de operação da democracia. Isso tem a ver com esse processo que estamos discutindo. Então, a democracia formal não consegue dialogar com as demandas por democracia, com o tipo de democracia necessária para que a população negra tenha acesso, participe, opere os instrumentos. Que democracia formal é essa?” (SANTOS, Luiz Alberto. Pronunciamento. In: IANNI, Octávio; SILVA, Benedita; SANTOS, Gevanilda; SANTOS, Luiz Alberto. *O negro e o socialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005). Sobre o debate acerca desta questão no Brasil, ver: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; FREITAS, Felipe da Silva. Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 135, p. 49-72, 2017; FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Democracia Genocida. In: MACHADO-PINHEIRO, Rosana; FREIXO, Adriano de (orgs.). *Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019; VARGAS, João H. “Desidentificação”: a lógica de exclusão antinegra do Brasil. In: VARGAS, João; PINHO, Osmundo. *Antinegitude: a impossível sujeito negro na formação social brasileira*. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016, p. 13-30.

Corpos negros explorados no emprego doméstico, enjaulados nas prisões, segregados e mortos nas periferias brasileiras são expressões do Estado racial e da relação antitética entre negritude e nação brasileira. Em outras palavras, o corpo negro ocupa aquela zona do não ser, uma zona onde a negação do sujeito negro é também a afirmação da nação como comunidade (branca) imaginada.²⁴⁷

Retomando a análise das relações entre polícia e hierarquias raciais a questão se apresenta por meio da análise dos altos índices de letalidade e de vitimização policial e da constatação de que nos dois grupos – entre os policiais que morrem e os policiais que matam – predomina a presença de homens negros.

Ou seja, vitimização e letalidade policial são diferentes expressões do mesmo fenômeno racial que naturaliza a violência praticada *contra* os corpos de homens negros e, ao mesmo tempo, estimula a noção de violência perpetradas *por* homens negros dentro de uma noção rasurada de masculinidade que confina a experiência negra masculina ao exercício público da força e da crueldade e interdita reflexões mais aprofundadas sobre estes números e sobre os seus impactos na definição do mandato policial.

No que se refere à questão da violência policial, a superexposição da população negra novamente é verificada. Conforme os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 21.892 pessoas foram mortas decorrentes de intervenção policial no período entre 2009 e 2016 no Brasil, sendo que deste contingente 71% eram pessoas negras, 99% de pessoas do sexo masculino e 81% com idade entre 12 e 29 anos. Só no período entre 2015 a 2016 houve um aumento de 25% destas ocorrências de mortes decorrentes de intervenção policial, o que coloca o Brasil na lastimável posição de uma das polícias que mais mata em todo o mundo.²⁴⁸

No ranking dos países da América Latina – região com altos índices de

²⁴⁷ AMPARO-ALVES, Jaime. Inimigo público: a imaginação branca, o terror racial e a construção da masculinidade negra em “Cidade de Deus”. In: VARGAS, João; PINHO, Osmundo. *Antinegitude: a impossível sujeito negro na formação social brasileira*. Cruz das Almas: EDUFRB. 2016, p. 61.

²⁴⁸ FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017*. Salvador: FBSP, 2017, p. 5.

violência letal –, os números indicam que o Brasil está entre as polícias que mais produzem mortes em suas intervenções. Embora a taxa de homicídio e as dinâmicas criminais no Brasil sejam muito similares ao que ocorre na Colômbia, a proporção de mortes decorrentes de intervenções policiais é radicalmente diferente.²⁴⁹ De todos os homicídios do país, a Polícia colombiana responde por apenas 1,5% do cômputo total. No Brasil esse percentual chega a 10,8%, a mesma proporção de El Salvador, que possui taxa de homicídio 118% superior à brasileira.²⁵⁰

No que se refere aos dados de vitimização policial, também se verifica o quadro de superexposição à violência. Tanto em episódios de suicídios e adoecimentos diversos dos profissionais de segurança quanto nas informações relativas a homicídios de policiais, constatamos o crescimento das vulnerabilidades que envolvem estas corporações.

De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 343 policiais foram mortos no ano de 2018, sendo que deste total 257 foram mortos fora de serviço e 86 enquanto exerciam as suas atividades profissionais. Estes números confirmam a percepção dos riscos disseminada entre os profissionais de segurança pública, ao passo em que evidenciam as precariedades e condições em que são desenvolvidas as atividades policiais e os impactos destas vulnerabilidade em termos de condições de saúde e de resultado do trabalho.

Em pesquisa realizada em 2015, com profissionais de segurança pública registrados junto a Rede de Ensino à Distância da SENASP/MP, verificou-se que 75% dos respondentes já tinham sido alvo de ameaça em serviço e 53,1% fora dele; 73% dos PMs tiveram um colega vítima de homicídio durante o serviço e 67%

²⁴⁹ Uma cidade ou estado pode aparentemente ter muitos casos de mortes provocadas pelas polícias, mas diante do total de homicídios e outros crimes violentos este número pode ser pouco representativo. Ocorre que, no caso brasileiro, o que se verifica – o que é apontado nestes dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – é que o número de mortes provocadas pelas polícias é muito alto em relação ao total de mortes violentas intencionais em cada território. Conforme a literatura especializada tal constatação é um forte indício da ocorrência de abusos e uso excessivo da força pela polícia local. Sobre o assunto, ver: CANO, Ignácio. *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

²⁵⁰ BUENO, Samira; MARQUES, David; PACHECO, Dennis; NASCIMENTO, Talita. Análise da Letalidade policial no Brasil. FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. São Paulo, 2019.

alegaram sentir um temor muito alto de ser vítima de homicídio em serviço.²⁵¹ Tal quadro amplia também os riscos de adoecimento mental e, ao mesmo tempo, produz menos condições para tomada de decisões técnicas baseadas em critérios razoáveis e em paradigmas e princípios profissionais.

No que se refere à questão racial, a desigualdade se pronuncia novamente no que tange à exposição à violência dos diferentes grupos. Enquanto os negros representam apenas 34% dos efetivos policiais do país (incluindo os variados ramos estaduais), sabemos que os negros são 51,7% dos policiais assassinados. Ou seja, os negros são, também entre os policiais, o segmento mais exposto à ocorrência de mortes violentas tanto em serviço quanto nas ocorrências fora do horário de trabalho.

Mas, o que isso significa em termos de legitimação social da violência? Como a violência praticada por policiais e contra policiais expressa aspectos do debate sobre relações raciais? De que modo é possível pensar a violência contra homens negros dentro de uma narrativa que aprofunde os sentidos públicos das masculinidades²⁵² e das hierarquias raciais? Em que medida esta reflexão sobre desvio e vitimização policial nos ajuda a entender a constituição e a outorga do mandato policial?

O primeiro ponto de cruzamento entre a discussão sobre estudos policiais e a reflexão sobre a questão racial, no que tange à questão da legitimação social da violência, refere-se ao modo pelo qual o racismo reconfigura atribuições sociais de gênero e as articula dentro de uma perspectiva interseccional. De acordo com Luiza Bairros,

²⁵¹ Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). *Pesquisa de vitimização e percepção de risco entre profissionais do sistema de segurança* – Infográfico. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Núcleo de Estudos de Organizações e Pessoas (EASP) – Fundação Getúlio Vargas, SENASP – MJ, julho – 2015.

²⁵² Evidentemente que estas análises correm o risco de esbarrar em essencialismos e de reiterar narrativas homogeneizantes e superficiais sobre a experiência dos homens negros – tais abordagens seriam pouco úteis para o aprofundamento do debate. No entanto, o que se pretende aqui ressaltar é que as masculinidades negras constituem “um campo estratégico de produção de sentidos que sustentam a supremacia branca” e, portanto, caracterizam-se como importante componente do processo de legitimação social da violência de Estado (central para os processos de construção do mandato policial). Por isso insisto na discussão sobre masculinidades como forma de explicitar pontos importantes do argumento central da tese referente à relação entre racismo, polícia e mandato policial.

A percepção de que o homem deve ser, por exemplo, o principal provedor do sustento da família, o ocupante das posições mais valorizadas do mercado de trabalho, o atleta sexual, o iniciador das relações amorosa, o agressivo, não significa que a condição masculina seja de superioridade incontestável.

Essas mesmas imagens cruzadas com o racismo reconfiguram totalmente a forma como os homens negros vivenciam o gênero. Assim, o negro desempregado ou ganhando um salário mingauado é visto como o preguiçoso, o fracassado, o incapaz. O atleta sexual é percebido como um estuprador em potencial, o agressivo torna-se o alvo preferido da brutalidade policial.²⁵³

Submetidos às ordens de uma política de segurança pública voltada para o confronto, policiais negros e brancos são testados nos usos da violência e acionados a experimentar posições que confirmem (ou neguem) estereótipos de gênero e raça dentro de um contexto em que “as narrativas públicas sobre a vida dos homens negros estão em consonância com inúmeras projeções racializadas sobre o corpo negro masculino como: exótico e estranho, violento, incompetente e analfabeto, sexual, explorável e inerentemente incapaz”.²⁵⁴ Do ponto de vista das pesquisas já realizadas no campo dos estudos policiais vê-se, como busquei demonstrar no primeiro capítulo, o predomínio de abordagens que negligenciam este aspecto, deixando de investigar (ou investigando perifericamente) a relação entre masculinidades, racismo e polícia.

Evidentemente estas imagens podem se conjugar e, no sentido relacional e político das relações de gênero, outros significados podem ser construídos, não necessariamente associando masculinidades negras e violência. No entanto, o ponto que articula polícia, gênero e raça na discussão sobre mandato policial persiste na constatação de que os estereótipos sobre o “homem negro” estão profundamente associados à ideia de ser violento, de modo que, no âmbito da ação policial tal atribuição social destaca-se no rol (bastante grande) das funções previstas para esta atividade profissional.

²⁵³ BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2. Florianópolis, Universidade de Santa Catarina, 1995, p. 460-461.

²⁵⁴ AMPARO-ALVES, Jaime. À sombra da morte: juventude negra e violência letal em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 20, n. 4, out./dez. 2010, p. 566.

Mesmo que não se investigue caso a caso as experiências dos diferentes arranjos das corporações policiais, é importante se reconhecer que persiste uma visão hegemônica das polícias uma base racializada comum, sobre a qual se elaboram os sentidos da própria instituição e do conjunto de relações ali estabelecidas.

Em termos de representação e expectativas sociais, um policial negro acaba se tornando “aquele de quem se espera a capacidade de maior uso da força”, de modo que se confundem, na tomada de decisões que nas ruas redefine o mandato policial, o sentido previsto na atribuição legal e o aprendizado social secularmente reiterado e culturalmente atualizado nas narrativas de força, poder, prestígio e violência:

A violência é uma expressão da masculinidade em uma sociedade estruturada na dominação patriarcal como a brasileira, mas esta não é uma vocação inscrita na alma e no sangue negro. No caso dos homens negros, o que torna sua identidade de gênero particularmente “problemática” é a estrutura político-discursiva que transforma algumas práticas individuais em verdade racial contra todo um grupo social.²⁵⁵

O segundo aspecto importante nesta discussão sobre masculinidades, racismo e polícia refere-se ao estímulo a confrontos no âmbito da ação policial que reiteram a produção de imagens de violência referidas a homens negros. Em termos políticos, a reedição da imagem – desumanizada e desumanizadora – de homens negros matando e morrendo no espaço público das cidades produz o duplo papel de retroalimentar a legitimação social da violência – tão recorrente como expusemos aqui por meio das pesquisas e levantamentos já realizados sobre o assunto – e, ao mesmo tempo, potencializar a desresponsabilização de outros atores institucionais com relação ao tipo de resultado decorrente do trabalho policial.

Na prática, é como se a expectativa social de obtenção da segurança e da ordem pública alargasse ilegalmente o mandato policial, mesmo que para isso

²⁵⁵ AMPARO-ALVES, Jaime. Inimigo público: imaginação branca, o terror racial e a construção da masculinidade negra em “Cidade de Deus”. In: VARGAS, João; PINHO, Osmundo. *Antinegitude: a impossível sujeito negro na formação social brasileira*. Cruz das Almas: EDUFRB. 2016, p. 68.

fosse necessário promover a eliminação e violência físicas, tão disseminadas em nosso imaginário social. Tal operação torna-se ainda mais fácil se a atividade puder ser executada por policiais, negros em sua maioria, de modo que facilmente se possa alegar: “são negros matando negros”:

A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista (segundo a polícia, todo crioulo é marginal até que se prove o contrário), tem por objetivo próximo a imposição de uma submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se pretende é o impedimento de qualquer forma de unidade e organização do grupo dominado, mediante a utilização de todos os meios que perpetuem sua divisão interna. Enquanto isso o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando em ordem e segurança sociais.²⁵⁶

O expediente é antigo e encontra lastro fácil na nossa memória social. Trata-se da realização de práticas de extermínio que, de fato, realizam-se pelas mãos de homens negros que também são vítimas em potencial da violência racializada que ajudam a celebrar.

Tal aspecto é decisivo para a discussão, pois se trata de um argumento recorrente – no senso comum hegemônico sobre relações raciais – a ideia de que os negros são os próprios responsáveis pela existência de racismo e pela discriminação de que são vítimas. A alegação vem geralmente apresentada na monótona frase clichê: “são os próprios negros que se discriminam”.

Entretanto, o que o perfil racial das polícias revela é justamente o contrário desta interpretação usual. O recrutamento de homens negros para funções mais vulneráveis no âmbito da ação policial evidencia a persistência de práticas racistas e discriminatórias no interior das corporações policiais – e não o contrário. É como destaca Kabengele Munanga ao tratar do racismo à brasileira:

O silêncio, o não dito, é outra característica do racismo à brasileira. (...). É nesse sentido que sempre considere o racismo brasileiro “um crime perfeito”, pois além de matar fisicamente, ele alija, pelo silêncio, a consciência tanto das vítimas quanto da sociedade como

²⁵⁶ GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: HASENBALG, Carlos; GONZALEZ, Lélia. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982, p. 16.

um todo, negros e brancos. Sem dúvida, todos os racismos são abomináveis, já que cada um a seu modo faz vítimas. O “brasileiro” não é pior, e nem menor, se comparado ao dos outros povos; no entanto, a dinâmica e suas consequências são diferentes.

O racismo brasileiro desmobiliza as vítimas, diminuindo sua coesão, ao dividi-las entre negros e pardos. Cria a ambiguidade dos mestiços, dificultando o processo da formação de sua identidade que, ainda não politizados e conscientizados, muitos deixam de assumir sua negritude e preferem o ideal do branqueamento que, segundo creem, ofereceria vantagens reservadas à branquitude.²⁵⁷

No caso da polícia, a questão se manifesta por meio do ocultamento discursivo dos efeitos do racismo e da alegação mítica de que o que vale é a cor da farda, e não a cor da pele. Contudo, mesmo que a prática não seja percebida como tal pelos policiais, o fato de negros serem majoritariamente evocados a funções de maior uso da força dentro de suas corporações aprofunda o peso do racismo sobre os sentidos públicos do que é a ação policial e reitera o peso dos estereótipos brutalizantes tão sistematicamente perversos para a constituição das masculinidades negras.

Nesse sentido, é valiosa a advertência proposta por Jaime Amparo de que “entender o viver urbano dos jovens negros a partir dos seus dramas, das suas lógicas e dos seus encontros ‘racializados’ com o Estado pode ser o ponto de partida para uma releitura da violência estatal no Brasil”.²⁵⁸ Desenvolveremos esta reflexão a partir do debate sobre como a legitimação social da violência organiza e preside uma forma própria de governo das cidades.

Chancela à violência como uma forma de governo das cidades

A transição do regime de escravidão para o trabalho livre foi marcada por um forte processo de recrudescimento legislativo referente ao controle jurídico e

²⁵⁷ MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi (orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 40-41.

²⁵⁸ AMPARO-ALVES, Jaime. À sombra da morte: juventude negra e violência letal em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 20, n. 4, out./dez. 2010, p. 574.

social do “corpo negro”. Firmou-se no período final do regime escravista e na montagem do aparato republicano uma arquitetura normativa e política que buscou blindar a ocupação dos espaços de poder dos brancos que dirigiam o aparato institucional, controlar qualquer forma de revolta ou sublevação da massa negra, organizar o projeto de país voltado ao embranquecimento de sua gente e orientar a manutenção das práticas de poder local, preservando as propriedades dos grandes latifundiários e permitindo a manutenção de práticas de controle físico e ideológico sobre o conjunto da população.²⁵⁹

Do ponto de vista histórico, processou-se junto ao imaginário das elites brasileiras no século XIX o que Célia Maria Marinho de Azevedo denominou como “medo branco” para se referir ao sentimento social de temor vigente entre os brancos de que os negros brasileiros conquistassem o poder político (como havia ocorrido no período da revolução do Haiti)²⁶⁰ ou que se refizesse os termos do pacto social.²⁶¹ Estabeleceu-se no século XIX a discussão sobre

O que fazer com os negros quando a escravidão acabar? Ou então – como impedir a possibilidade de um final brusco da escravidão, deixando à solta e sem nenhuma regra uma imensa população de negros e mestiços pobres em um país regido por uma minoria de ricos proprietários?²⁶²

Sobre esse assunto prevaleceu a tese de que o negro não era o sujeito de autodeterminação com capacidade de projetar-se, mas que se tratava de sujeito menor que deveria ser domesticado e controlado para mantê-lo a disposição dos donos do meio de produção e, ao mesmo tempo, negar qualquer hipótese de revoltar ou de guerra civil protagonizada por negros/as recém-saídos do cativeiro. Segundo Walter Fraga,

Depois da promulgação da lei de 13 de maio [de 1888], a situação

²⁵⁹ É importante frisar que a população brasileira no final da década de 1880 era composta majoritariamente por negros (escravizados, livres, forros ou libertos) e que o controle político da população era sobretudo o controle da massa negra.

²⁶⁰ Sobre a revolução haitiana ver: QUEIROZ, Marcos V. Lustosa. *Constitucionalismo Brasileiro e Atlântico Negro: a experiência constituinte de 1823 e a Revolução Haitiana*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade de Brasília, 2017.

²⁶¹ AZEVEDO, Celia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁶² *Ibid.*, p. .

parecia incontrolável em muitos lugares do Brasil. Os libertos passaram a expressar a nova condição numa linguagem franca, que aos ouvidos de ex-senhores e feitores soou como “insolente” e “insubordinada”. Não são poucos os senhores e senhoras que guardaram daquele dia lembranças terríveis de “ingratidão” e desobediência. [...]

Temendo a rebeldia dos ex-escravizados, muitos proprietários do Recôncavo deixaram suas propriedades pouco antes do Treze de Maio e se refugiaram nas cidades. Quando resolveram reaver suas posses, os libertos tinham se assenhoreado as terras, abandonado as lavouras de cana e iniciado seus próprios cultivos. [...]

Aos olhos das autoridades, essa onda de expectativas e de reivindicações de melhores dias não passava de rebeldia e insubordinação. Depois do Treze de Maio houve crescente controle da população liberta. A repressão à vadiagem foi um recurso frequentemente utilizado pelos poderosos para expulsar das localidades indivíduos considerados “insubordinados” ou que não se submetiam à autoridade senhorial. [...]

Ao longo dos anos de 1888 e 1889, representantes dos fazendeiros defenderam no Parlamento indenizações pelas perdas financeiras decorrentes do fim do cativeiro. O fato de não terem sido atendidas suas reivindicações explica porque muitos desistiram da monarquia e embarcaram no projeto de República pouco mais de um ano depois de Treze de Maio. Por seu lado, os libertos tiveram que se esforçar para efetivar sua condição de liberdade num contexto de repressão que atingia não apenas os “treze de maio”, mas toda a população negra. Nos anos iniciais do Brasil republicano, recrudesciu o controle sobre os candomblés, batuques, sambas, capoeiras e qualquer outra forma de manifestação identificada genericamente com o “africanismo”. Esse antiafricanismo teve implicações dramáticas para as populações negras, pois reforçou as barreiras raciais que dificultavam o acesso a melhores condições de vida e a ampliação dos direitos de cidadania.²⁶³

Forma-se um duplo movimento de caçada jurídica e cultural aos negros/as e aos seus modos de vida e de organização sociocultural e, por outro lado, desencadeia-se um processo de ajustamento ideológico para permitir a introdução do elemento do imigrante (branco) para viabilização do trabalho livre como única forma segura de formação de uma nacionalidade e de uma verdadeira cidadania:

Ao acompanhar estes projetos que começam a surgir já nos primeiros anos do século XIX, tem-se a nítida impressão de que se

²⁶³ FRAGA, Walter. Pós-Abolição: o dia seguinte. In: SCHWARCZ, Lília M.; GOMES, Flávio. (orgs.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 355-357.

está armando uma caçada aos negros e mestiços em geral, com todo um arsenal de propostas e de medidas disciplinares visando enquadrá-los socialmente na posição de trabalhadores livres a serviço do capital. Isso num primeiro momento, quando praticamente não se contavam com outras perspectivas a não ser a transformação dos próprios escravos e também dos pobres e índios em trabalhadores livres.

[...]

Já num segundo momento, à medida em que a possibilidade de uma grande imigração europeia tomava corpo, impulsionada por uma corrente de políticos imigrantistas, entre eles também alguns abolicionistas, o negro começa a ser descaracterizado não só enquanto força de trabalho, mas sobretudo como futuro cidadão. [...] Assim, o imaginário do medo, aquele que tinha por centro a figura do negro instável e perigoso que exigia um permanente controle por parte do branco, vai gradualmente cedendo lugar a um outro imaginário de paz e progresso e cuja personagem central e redentora dos males do país era o imigrante.²⁶⁴

A questão de fundo que foi moldando o “modo de tratamento” dos negros no pós-abolição refere-se ao verdadeiro terror que se instituiu entre os ex- senhores de escravos diante da possibilidade de revoltas, greves e sublevações de caráter nacional e permanente. Firmou-se – sobretudo entre 1850 e 1899 – uma verdadeira corrida disciplinar em relação ao “corpo negro”, tanto pela via das teorias eugenistas e das narrativas de limpeza da raça quanto por meio de legislações penais e civis de caráter expressamente racistas e através de um brutal processo de estigmatização e violência em relação aos territórios negros:

No Brasil, o imaginário das elites sempre foi povoado por uma paranoia em relação ao corpo negro. Tal paranoia sustentou o terror racial do Brasil-Colônia, as teorias eugenistas do século XIX, a configuração territorial das nossas cidades, o surgimento do aparato policial e as narrativas contemporâneas da violência urbana que ainda hoje são profundamente “racializadas”. A paranoia branca com o corpo negro retroalimenta uma gama de significados não apenas do corpo negro per se, mas também dos territórios predominantemente negros. A favela aparece no imaginário racista como o lugar dos maus, como o espaço reservado aos criminosos.²⁶⁵

²⁶⁴ AZEVEDO, Celia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 76.

²⁶⁵ AMPARO-ALVES, Jaime. À sombra da morte: juventude negra e violência letal em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 20, n. 4, out./dez. 2010, p. 567.

É nesse período que se acelera o processo de interdição de possibilidades para a vida negra, aniquilando suas hipóteses de inserção no mercado de trabalho, impedindo sua entrada em ciclos de formação e escolarização, criminalizando suas práticas culturais e religiosas e, sobretudo, autorizando formas de violência física (estatal e particular) dirigidas preponderantemente sobre corpos de homens negros. Elabora-se no Brasil um sofisticado e profundo processo de autorização à violência nos variados campos da vida social e constitui-se a “tolerância” social perante a eliminação, brutalização e castigos quando referidos a “corpos negros”.

No processo de formação do espaço urbano no país – que se acelera a partir da segunda metade do século XIX –, os dados revelam o peso das hierarquias impostas pelo racismo e explicitam um agudo manejo da violência estatal como meio de validação dos interesses do Estado e de controle firme de qualquer forma de insurreição ou auto-organização popular. De acordo com estudos realizados sobre os processos de urbanização nas mais antigas cidades brasileiras (Salvador, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, por exemplo)²⁶⁶ são várias as iniciativas que visam associar a punição à gestão urbana, assim como são variados os modos pelos quais se percebe o peso das hierarquias sociorraciais na montagem e no governo dessas cidades.

No Rio de Janeiro, por exemplo, pesquisas apontam que, nas primeiras décadas do século XX, a vadiagem – infração penal tipicamente voltada à associação entre punição e controle do espaço urbano – apresenta-se como a

²⁶⁶ AMPARO ALVES, Jaime. Necro-política espacial: negropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. *Revista da ABPN*, v. 1, n. 3, p. 89-114, 2010; AMPARO ALVES, Jaime. Topografias da violência: negropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, v. 22, p. 108-134, 2011; GARCIA, Antonia. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade D’Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009; REIS, Vilma. *Atuados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991–2001*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2005; AVELAR, Laís da Silva; NOVAIS, Bruna Portella. Há mortes anteriores à morte: politizando o genocídio negro dos meios através do controle urbano racializado. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 135, ano 25, São Paulo: Ed. RT, set. 2107; VARGAS, João H. C. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. *Revista de Antropologia*. v. 48, n. 1, São Paulo, 2005, p. 75-131.

contravenção penal mais reprimida. Conforme estudo realizado por Gizlene Neder, o processo de construção do sentido público da cidade do Rio de Janeiro vai se estabelecendo *pari passu* com a intensificação do controle policial sobre as pessoas negras, contando, de acordo com o que se verifica na imprensa fluminense do período, com forte aceitação e estímulo social.²⁶⁷

Mesmo sentido é também apontado por Manuela Abath Valença²⁶⁸ e por Fernanda Lima da Silva²⁶⁹ ao analisarem, por diferentes enfoques, a questão policial na história da cidade de Recife. Em suas análises, ambas as autoras sublinham a relação entre raça, racismo, formação do espaço urbano e controle policial na passagem do século XIX para o século XX em Recife, enfatizando a tensão racial presente tanto na construção das políticas de urbanização quanto no processo de formulação e validação da ação policial.

O problema do urbano, fruto da reação à cidade negra e suas práticas de liberdade, diz respeito, assim, a uma crise nos papéis sociais da época e à paranoia de controle branca, mortificada com as dimensões das lutas diárias por liberdade empreendidas pelos negros [...]. As polícias, a quem foi entregue a missão civilizatória de conter a cidade negra, agiam sobretudo na gestão do espaço público, intervindo em contravenções e infrações a posturas municipais.²⁷⁰

O debate passa pelas questões do funcionamento das polícias como forma de gestão dos corpos negros dentro da cidade e da relação entre o sentido de espaço urbano e a legitimação social da violência do Estado a partir dos discursos sobre ordem pública e combate à criminalidade, em que “o controle policial no espaço público se apoiava em uma ‘estratégia de suspeição

²⁶⁷ NEDER, Gizlene. Cidade, identidade e exclusão social. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997, pp. 106-134; BATISTA, Vera Malagutti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003; CHALOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*. Ano 1, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1996, p. 169-189.

²⁶⁸ VALENÇA, Manuela Abath. *Soberania policial no Recife do início do século XX*. Tese de Doutorado, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2018.

²⁶⁹ SILVA, Fernanda Lima. *Dançar em praça de guerra: precariedade e liberdade na cidade negra (Recife, 1870–1888)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2019.

²⁷⁰ *Ibid.*, p. 176-177.

generalizada' contra a população negra".²⁷¹

Em outras palavras, verifica-se que o controle de corpos negros – e a chancela à violência contra este grupo – torna-se então uma forma de governo das cidades com impacto na definição da política criminal e das políticas de segurança pública, desde a montagem das instituições do sistema de justiça criminal até a definição do mandato e da forma de gestão da polícia. Forma-se aí um tipo de arranjo político, jurídico e social no qual “as relações raciais também desenham a cidade”²⁷² e, por meio de barreiras – físicas e/ou simbólicas – limitam, definem e, no limite, eliminam negros e brancos:

A forma como as reformas urbanas ocorreram não foi um acaso: buscava-se reprimir e segregar os ajuntamentos urbanos de negros, uma população que passava da marginalidade da escravidão para a marginalidade do indesejável, que estabelecia, por sua vez, a necessidade de distância. Uma cidade que replica em seu desenho os cortes de uma população com cidadania plena em contraposição a um setor indesejável que necessita de mecanismos de manutenção desta ordem que se constrói ou pretende construir. Por isso é que afirmamos que uma cidade racialmente segregada se demarca pelo controle.²⁷³

Analisando a conformação urbana das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro – em 1989 –, Raquel Rolnik destaca a existência nestas cidades (assim como em outras do país) de territórios negros específicos marcados por histórias e tradições específicas e peculiares.²⁷⁴ Na formulação apresentada em Rolnik no ensaio pioneiro sobre o tema, destaca-se a noção de território negro caracterizado por “uma geografia feita de linhas divisórias e demarcações que não só contém a vida social mas nela intervém, como uma espécie de notação das relações que se

²⁷¹ WANDERLEY, Gisela Aguiar. Filtragem racial na abordagem policial: a “estratégia de suspeição generalizada” e o controle judicial da busca pessoal no Brasil e nos Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. Vol. 135, ano 25, São Paulo: Ed RT, set. 2017, p. 195.

²⁷² AVELAR, Laís da Silva; NOVAIS, Bruna Portella. Há mortes anteriores à morte: politizando o genocídio negro dos meios através do controle urbano racializado. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 135, ano 25, São Paulo: Ed. RT, set. 2107, p. 343 – 376.

²⁷³ *Ibid.*, p. 352.

²⁷⁴ ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro). *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, UCAM, set. 1989.

estabeleceram entre os indivíduos que ocupam tal espaço”.²⁷⁵

No entendimento de Rolnik, forma-se nas cidades brasileiras no período pós-abolição um contexto marcado pela estigmatização desses territórios habitados por pessoas pretas e pardas, e, ao mesmo tempo, institui-se um estigma segundo o qual se intensifica o controle estatal sobre estas populações e reduz-se a oferta de políticas públicas, de direitos e de garantias sociais:

A história da comunidade negra é marcada pela estigmatização de seus territórios na cidade: se, no mundo escravocrata, devir negro era sinônimo de subumanidade e barbárie, na República do trabalho livre, negro virou marca de marginalidade. O estigma foi formulado a partir de um discurso etnocêntrico e de uma prática repressiva; do olhar vigilante do senhor na senzala ao pânico do sanitarista em visita ao cortiço; do registro esquadrinhador do planejador urbano à violência das viaturas policiais nas vilas e favelas.

Para a cidade, território marginal é território perigoso, porque é daí, desse espaço definido por quem lá mora como desorganizado, promíscuo e imoral, que pode nascer uma força disruptora sem limite. Assim se institui uma espécie de apartheid velado que, se, por um lado, confina a comunidade à posição estigmatizada de marginal, por outro, nem reconhece a existência de seu território, espaço-quilombo singular.²⁷⁶

O mesmo sentido é ressaltado por João Vargas que sublinha que os territórios de maioria negra são etiquetados como territórios marginais associados ao desvio, às patologias e a toda sorte de perversão: “a distribuição calculada da morte e da punição como instrumentos políticos de controle territorial.”²⁷⁷

A redefinição territorial da cidade no pós abolição empurrou a população negra para regiões precárias de infra-estrutura urbana. [...] É nesse período [entre o final do século XIX e início do século XX] que se intensifica o processo de segregação residencial por grupos etnicorraciais específicos como os imigrantes europeus de determinados países, a população negra, e os brancos nacionais. [...] A cidade se transformou em uma fonte de investimento, destino dos lucros acumulados com a escravidão e o impulso da produção

²⁷⁵ Ibid., p. 15.

²⁷⁶ Ibid., p. 16.

²⁷⁷ AMPARO ALVES, Jaime. Topografias da violência: negropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, v. 22, 2011, p. 17

cafeieira. Obviamente, a ideologia do embranquecimento também teve sua expressão espacial a partir da higienização empreendida pelo Estado contra os cidadãos indesejáveis de então. Se a jovem República se aproximaria dos padrões civilizados e atingiria status de nação desenvolvida à medida que sua população parecesse cada vez mais com o tipo europeu, as cidades deveriam expressar tais mudanças na sua re-configuração territorial.²⁷⁸

As reformas que se sucedem nas cidades do Brasil a partir do fim da escravidão guardam como marca a segregação territorial e a instalação de políticas de controle policial e com forte presença do sistema penal – inclusive de forma legal e ilegal – sempre “condicionado pela corporalidade negra, na negação de sua humanidade”.²⁷⁹

Se o espaço urbano é expressão das hierarquias sociais, e se no Brasil tais hierarquias assumem uma dimensão racial, sugerimos então que 'raça' é uma categoria que deve também ser entendida na sua dimensão espacial. O que equivale dizer que em sociedades estruturadas a partir das desigualdades de raça e classe o viver urbano – o direito à cidade – dos grupos sociais é fortemente marcado pelo pertencimento racial e posição social. Dito ainda de outra forma, assim como classe, raça é materializada nas configurações espaciais tanto quanto nossos entendimentos sobre o espaço são marcados por concepções históricas dos significados do ser branco e do ser negro na sociedade brasileira.²⁸⁰

Tanto as reformas urbanas quanto as políticas de segurança pública atravessam o século XX e chegam o século XXI ajustando narrativas de modernização e práticas de segregação socioespacial baseadas na raça e nas hierarquias raciais. Desse modo, alimenta-se um sentido público de uso legítimo da violência que passa a ser admitido muito articuladamente com a ideia de que não é possível governar as cidades de forma segura sem o recurso à ação brutalizada das polícias e sem o manejo de medidas excessivas de força estatal. Estes discursos proliferam-se como uma nova forma de chancela à violência policial e são, na

²⁷⁸ Ibid., p. 112.

²⁷⁹ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*. São Paulo: Contraponto, 2008, p. 154.

²⁸⁰ AMPARO ALVES, Jaime. Topografias da violência: negropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, v. 22, 2011, p. 114.

prática, um modo próprio de alargamento do mandato das polícias e de revisão de um outro “saber das ruas” que acessa o imaginário, as representações e os sentidos coletivos “do que é” e “para quê serve a polícia nas cidades”.

Nos territórios negros, o controle é permanente. Território onde Estado é política e a dinâmica estatal se converte em “paralegal”, os mecanismos do assassinio coletivo estão a todo vapor. Neste chão é que se estendem os corpos negros, abatidos em qualquer que seja a atual guerra que serve como pretexto para a política genocida. O controle sempre esteve presente no disciplinamento da população negra. Seja quando exercido substancialmente pelas mãos do próprio senhor e seus capitães do mato, ou a partir da passagem paulatina deste para o comando estatal, o controle da coletividade negra na espacialidade urbana atravessa os processos históricos e constitui-se como permanência. Interessa perceber, entretanto, como o exercício dessa vigilância orientada para negritude como grupo alvo, apesar de não ser novidade nos tempos atuais, se renova.²⁸¹

Neste período, a classe média encontrou nos discursos sobre o medo e a violência a estratégia para a criação de uma nova ordem urbanística marcada pela privatização da segurança pública, a apropriação privada dos espaços públicos e a elaboração de sofisticados discursos contra os pobres. Este controle verifica-se nas pesquisas empíricas sobre abordagem policial e suspeição em que se constata a ocorrência de um sistemático processo de seletividade racial,²⁸² significando não só uma maior vigilância e controle policial sobre corpos negros, mas, um próprio modelo de governamentalidade em que a gestão da vida/morte organiza-se pelo signo da raça.²⁸³

²⁸¹ AVELAR, Laís da Silva; NOVAIS, Bruna Portella. Há mortes anteriores à morte: politizando o genocídio negro dos meios através do controle urbano racializado. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 135, ano 25, São Paulo: Ed. RT, set. 2107, p. 354.

²⁸² O fenômeno de seletividade racial também é designado em documentos e estudos internacionais como perfilamento racial ou como *racial profiling*. Trata-se de “(i) um tratamento diferente a uma pessoa ou coletivo, (ii) baseado em aspectos subjetivos (cor, raça, etnia etc.), (iii) que pretende se justificar como uma suposta ação de controle, vigilância ou investigação, (iv) realizada por agentes de polícia ou outros funcionários encarregados de fazer cumprir a lei, e, (v) que não possui motivo legítimo baseado em um comportamento individualizado” (Oficina Regional para América Central del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para os Direitos Humanos (OACNUDH). *Guía práctica para elaborar informes sobre perfilamiento racial*. Dezembro de 2015, tradução nossa).

²⁸³ REIS, Dyana Brito. A marca de Caim: as características que identificam o “suspeito”, segundo o relato de policiais militares. *Caderno do CEAS*, n. 36, Salvador, jan./jun., 2002, p. 181-196; BARROS, Geová da S. Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito. *Revista Brasileira de Segurança Pública*,

As ideias de suspeito, atitude suspeita e situação suspeita – centrais da ação de policiamento ostensivo – são formadas numa articulação entre características físicas, território e determinadas práticas culturais. Trata-se, como destaca Gilvan Silva,²⁸⁴ de um processo de seleção das pessoas para a abordagem policial a partir das categorias de suspeito judicial, suspeito criminal, indivíduo suspeito, ação suspeita e situação suspeita, geralmente com baixa contestação pelas autoridades judiciais (tema que será detalhado no tópico seguinte).

Por outro lado, do ponto de vista da gestão de políticas de segurança pública, predomina o controle policial no espaço da cidade organizado preponderantemente nas regiões de maioria negra de modo a controlar – pela ação policial – os sentidos e os significados da presença de diferentes grupos no território. Trata-se não apenas do controle da ordem jurídica ou da intervenção diante de condutas criminalizadas, mas também de uma “gestão penal administrativa” que visa administrar as práticas de lazer, a cultura e o modo de vida dos diferentes sujeitos que circulam nos espaços urbanos.

Os sentidos “do que faz a polícia” são convalidados no discurso de ordem e desordem urbana e produzem uma espécie de léxico próprio no qual se amplia a margem de atuação da corporação e reduz-se o campo da discussão sobre os limites e as formas de controle da ação policial. Como destacam Laís da Silva Avelar²⁸⁵ e Bruna Portella de Novaes²⁸⁶ a partir de seus estudos sobre relações raciais, segurança pública e gestão do espaço urbano:

O que fica evidenciado é que a autoridade policial cria, na sua prática, um léxico do que é ordem e desordem, sem respaldo normativo. A política, uma agência “executiva”, retroalimenta o seu poder à medida em que decide autonomamente os contornos de

ano 2, edição 3, jul./ago. 2008, p. 134-155; SILVA, Gilvan Gomes da. *A Lógica da PMDF na Construção do Suspeito*. Dissertação de Mestrado em Sociologia UnB. Brasília, DF, 2009.

²⁸⁴ Ibid.

²⁸⁵ AVELAR, Laís. “O ‘pacto pela vida’, aqui, é o pacto pela morte!”: o controle racializado das bases comunitárias de segurança pelas narrativas dos jovens do Grande Nordeste de Amaralina. Dissertação de Mestrado, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, 2016.

²⁸⁶ NOVAES, Bruna Portella. *Embranquecer a cidade negra: a gestão do trabalho de rua em Salvador no início do século XX*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2017.

sua atuação. Em outras palavras, é a polícia quem define o que é “caso de polícia”. A criação de uma léxico entre ordem e desordem, ou seja, entre o que deve ou não ser perseguido não parece aqui outra lógica que não a do multifacetado genocídio.²⁸⁷

Ou seja, prevalece um tipo de atribuição social das funções de violência (legítima e ilegítima) que se dá com base nos dispositivos de raça e gênero, produzindo – na prática – um novo mandato desenhado pelas expectativas e projeções sociais sobre a polícia. Como assinala Evandro Piza ao analisar a relação entre punição e raça no Brasil:

A ideia e a prática da “raça” (no sentido do racismo) dependeram sempre da segregação espacial proporcionada por sistemas punitivos. As sociedades ocidentais, nas quais o problema do racismo é persistente, constituíram e reconstituíram a identidade negativa das raças pela punição. Ou seja, forjaram valores sociais cujo cerne é identificar sem permitir uma identidade. Assim, determinados grupos humanos foram unificados num destino comum (o colonialismo, imperialismo ou neoliberalismo), bem como incluídos numa comunidade de vítimas reais ou potenciais da violência institucional dos sistemas punitivos, mas, ao mesmo tempo eles foram proibidos de fazer acordos mediante processo de comunicação transversais. Os sistemas penais serviram para demarcar o início e o fim da identidade racial moderna, criando a proibição de coalizão entre todos os excluídos.²⁸⁸

Em resumo, podemos afirmar que os dados das pesquisas de opinião sobre a tolerância social em relação à violência praticada contra pessoas negras, os índices de sobre-vitimização de pessoas negras – tanto nos casos de letalidade quanto nos casos de vitimização policial –, assim como os estudos qualitativos sobre representações sociais do corpo negro, sobre formação social do espaço urbano e sobre a história do controle social das cidades, representam um conjunto de evidências bastante significativo de que predomina em nossa sociedade um modelo de gestão do espaço público com base da violência antinegro e no

²⁸⁷ AVELAR, Laís da Silva; NOVAIS, Bruna Portella. Há mortes anteriores à morte: politizando o genocídio negro dos meios através do controle urbano racializado. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 135, ano 25, São Paulo: Ed. RT, set. 2107, p.

²⁸⁸ DUARTE, Evandro Piza. Ensaio sobre a hipótese colonial: racismo e sistema penal no Brasil. In: CARVALHO, Salo de; DUARTE, Evandro Piza. *Criminologia do Preconceito: racismo e homofobia nas ciências criminais*. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 185–186.

acionamento de dispositivos de controle – físico e simbólico –, exercido no espaço público ou privado por meio de forças públicas (polícias) ou por particulares contra os sujeitos e os grupos socialmente indesejados.

Do ponto de vista operacional, este arranjo de gestão e governo das cidades exigiu das polícias não só as atividades de “combate ao crime e a criminalidade” mas também o atendimento à demanda por controle de “modos de vida” e pela administração de regimes de racialidade que, como busquei aqui demonstrar, submetem inclusive os próprios policiais. A legitimação social da violência de Estado constitui, portanto, parte da definição de um mandato policial paralelo que afasta os policiais das tarefas de gestão cidadã e governança democrática e os transforma em gestores de rua das demandas por punição, controle racial e violência desmedida.

C) Validação Judicial da ação policial: entre o controle e a chancela

O sistema de justiça criminal tem grande papel na validação (ou no controle) da ação policial. Através da ação do Ministério Público, no exercício do dever constitucional de controle externo da atividade policial, ou através do Judiciário, no julgamento de casos de desvio policial e por meio da apreciação do resultado das operações policiais (flagrantes e cumprimentos de mandados de prisão e mandados de busca e apreensão), o sistema de justiça regula o que é ou não válido na ação da polícia, impondo-lhes limites ou ampliando autorizações.

No âmbito processual a questão reaparece – em especial nos casos de prisão em flagrante por tráfico de drogas – no debate sobre reconhecimento (ou não) de condenações baseadas exclusivamente no depoimento da autoridade policial e na validação (ou não) da narrativa policial sobre os conceitos de suspeito, fundado suspeito e atitude suspeita. É do sistema de justiça o papel de filtro constitucional das ações policiais e de controle de legalidade do resultado da atividade de policiamento ostensivo, de modo que é central no debate sobre atribuições da polícia a reflexão sobre a validação judicial e sobre o sentido

jurídico dessas medidas.

Como assinala Thiago Ávila, o sistema jurídico brasileiro prevê – ainda que precariamente – a proteção pelo procedimento no âmbito penal, referindo-se à previsão de normas complementares de garantia, que estabelecem limites de ação e mecanismos de controle que previnam a ocorrência de arbitrariedades.

O controle da discricionariedade policial passa pela adequada regulamentação dos pressupostos de fato e na previsão das consequências jurídicas (medidas de polícia cabíveis). Não deve haver discricionariedade quanto à escolha dos meios legais à disposição da atividade policial está balizada por princípios constitucionais e as demais normas de natureza principiológica, bem como a finalidade legal do ato.²⁸⁹

Organismos internacionais, entidades da sociedade civil e pesquisadores/as da área de segurança pública e da justiça criminal têm se interessado cada vez mais na denúncia do caráter homologatório das decisões judiciais referentes a ações policiais de caráter violento²⁹⁰ e à convalidação tácita das narrativas policiais nas ações de “perseguição ao crime”.²⁹¹ Predomina no

²⁸⁹ ÁVILA, Thiago André Pierobom de. *Fundamentos do controle externo da atividade policial*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 165.

²⁹⁰ PINHEIRO, Paulo Sérgio *et al.* Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo (81–89). São Paulo, *Revista da USP*, nº 9, p. 95-112, 1991; NORONHA, Ceci, Machado, Eduardo Paes *et al.* No olho do furacão: brutalidade policial, preconceito racial e controle da violência em Salvador. *Afro-Ásia*, nº 19-20, Salvador, CEAO/UFBA, 1997, pp. 201-226; JUSTIÇA GLOBAL. *Execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais: uma aprovação da realidade brasileira*. 2001; MACHADO, Eduardo Paes; NORONHA, C. V. *A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas*. *Sociologias* (UFRGS. Impresso), Porto Alegre, v. 4, n.7, p. 188-221, 2002; JUSTIÇA GLOBAL. *Violência Policial e Impunidade no Rio de Janeiro: o caso Wallace de Almeida*, 2007; SÁ, Leonardo; SANTIAGO NETO, João Pedro de. *Entre tapas e chutes: um estudo antropológico do baculejo como exercício do poder policial no cotidiano da cidade. O público e o privado*. n. 18, jul./dez. 2011, p. 147-163; BUENO, Samira. *Bandido bom é bandido morto: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista*. Dissertação (Mestrado em Administração) FGV, 2014.

²⁹¹ CONECTAS. *Tortura blindada: como as instituições do sistema de justiça perpetuam a violência nas audiências de custódia*. São Paulo: Conectas, 2017; WANDERLEY, Gisela Aguiar. Filtragem racial na abordagem policial: a “estratégia de suspeição generalizada” e o controle judicial da busca pessoal no Brasil e nos Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. Vol. 135, ano 25, São Paulo: Ed RT, set. 2017, p. 189-229; DUARTE, Evandro; MURARO, Mariel; LACERDA, Marina; GARCIA, Rafael. Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas? Anotações sobre a dinâmica de preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos policiais militares nas cidades de Brasília, Curitiba e Salvador. LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S. *Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais*. Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 5, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2014, p. 81-118.

Brasil o uso generalizado da noção de suspeição no âmbito do policiamento ostensivo, o que resulta em abordagens desproporcionais de jovens negros e a perene desconfiança sobre os sujeitos, grupos e os territórios negros,²⁹² o que, nos Tribunais Superiores, vem sendo insuficientemente tratado do ponto de vista jurisprudencial.

Por outro lado, a questão posta sobre a dimensão judicial do controle da atividade policial relaciona-se profundamente com a forma pela qual a própria sociedade como um todo se dirige às forças da polícia. Como vem sendo destacado por neste trabalho,²⁹³ é sempre importante lembrar como as expectativas e as formas de relação social com as polícias se estabelecem e como estas projeções se vinculam aos debates político-jurídicos sobre o mandato e sobre as formas de controle da ação policial.

Em outras palavras, passa pelas decisões de juízes/as e promotores/as o alargamento ou a restrição do que, na prática, reconhece-se como parte constitutiva do mandato policial. Alguns estudos – qualitativos e quantitativos – têm contribuído para elucidar de maneira empírica como se dá hegemonicamente esta interpretação judicial sobre a extensão e a validade do mandato policial, colaborando para um aprofundamento do debate sobre como efetivamente constitui-se este mandato.

Assim, podemos falar em duas grandes tendências jurisprudenciais na apreciação dos flagrantes, das alegações de tortura e maus tratos na abordagem e da definição do espaço de discricionariedade policial na interação do patrulhamento e do cumprimento de expedientes judiciais. Primeiro, podemos falar na validação de narrativas policiais de baixa verossimilhança e, segundo, no recorrente desinteresse pela responsabilização nos casos dos policiais que exorbitam no uso da força.

²⁹² WANDERLEY, Gisela Aguiar. Filtragem racial na abordagem policial: a “estratégia de suspeição generalizada” e o controle judicial da busca pessoal no Brasil e nos Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. Vol. 135, ano 25, São Paulo: Ed RT, set. 2017, p. 191.

²⁹³ Ver tópico anterior sobre legitimação social da violência de Estado.

Validação de narrativas policiais

Seja na validação do resultado da ação policial (prisões em flagrante, buscas de pessoas ou domiciliares, cumprimento de mandados de prisão e de busca e apreensão), seja na apreciação de alegações de abuso praticado por autoridade policial, o Poder Judiciário sempre deve cumprir o papel de filtro de legalidade da atividade da polícia e, em última instância, confirmar (ou afastar) o resultado do trabalho destes profissionais na esfera da investigação ou do processo criminal. É do Poder Judiciário a função de analisar o trabalho da polícia e fiscalizar a legalidade dos atos praticados juntamente com o Ministério Público (responsável pelo controle externo da atividade das polícias) e com os órgãos de controle interno das respectivas corporações.

No caso das prisões em flagrante – que ocupam parte significativa do conjunto das ações policiais no âmbito do controle social formal –, a Lei brasileira fixa quais são os parâmetros para o estabelecimento do que pode ser considerado como fundada suspeita, e, em quais condições os suspeitos podem ser abordados. Segundo o Código de Processo Penal, está autorizado que se proceda a busca pessoal quando “houver fundada suspeita” de que alguém oculte consigo arma proibida ou para apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos; apreender instrumentos de falsificação ou de contrafação e objetos falsificados ou contrafeitos; apreender armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso; descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu; apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato; colher qualquer elemento de convicção.²⁹⁴

Conforme a Constituição Federal, a busca (seja domiciliar ou pessoal) encontra-se sempre em tensão com a inviolabilidade do domicílio, a dignidade da pessoa humana, a intimidade e a vida privada e a incolumidade física e moral do indivíduo, cabendo à autoridade policial ponderar, a partir da necessidade

²⁹⁴ BRASIL. *Código de Processo Penal*. Art. 240, § 2º.

apresentada estritamente nos termos da Lei, a adequação, a proporcionalidade e as salvaguardas necessárias para a realização desta parte do seu trabalho.²⁹⁵

Trata-se de um campo de primazia da discricionariedade policial, atrav – na rua e no momento exato da ocorrência – o policial terá que definir como, quando e onde irá abordar alguém, bem como terá que traçar, na prática, os limites e as balizas para esta sua atuação. As referências esperadas para esta tomada de decisão seriam as Leis, o texto das Constituição Federal e os princípios, ritos e procedimentos operacionais previstos na corporação. Mesmo que o conceito de “fundada suspeita” seja vago, impreciso e indeterminado, será a Justiça – com manifestação do Ministério Público – que decidirá *a posteriori* sobre a validade (ou não) desta narrativa da polícia.

Portanto, mesmo que haja diretrizes legais, referências técnicas ou manuais operacionais, é na prática que o policial irá tomar as decisões sobre abordar ou não abordar, cabendo à discussão do campo dos estudos policiais analisar quais são os pressupostos e referenciais cognitivos com os quais estes profissionais atuam nesta tomada de decisão.

Do que se conhece dos dados estatísticos e das pesquisas de campo, é possível afirmar que os processos de construção da suspeição se articulam em torno das noções de raça, gênero, geração e condição socioeconômico-territorial dos indivíduos. Forma-se neste campo um complexo e polissêmico conceito que organiza, preside e direciona a formação, a prática e o reconhecimento das iniciativas policiais e que define quem é o “indivíduo suspeito” e os modos e formas de identificá-lo:

A tipologia do indivíduo suspeito descrita pelos policiais militares é constituída por percepções de gênero, étnica/raciais, geracionais e sócio-culturais. Descrever a lógica que orienta tal construção necessita de uma reflexão histórica, econômica, política e cultural. Desta forma, as diversas técnicas de policiamento mediadoras das interações entre os policiais e os suspeitos são dirigidas segundo uma complexa representação das estratificações sociais.²⁹⁶

²⁹⁵ LOPES Jr., Aury. *Direito Processual Penal*. São Paulo: Saraiva, 2018, p. 520.

²⁹⁶ SILVA, Gilvan Gomes da. *A Lógica da PMDF na Construção do Suspeito*. Dissertação de Mestrado em Sociologia UnB. Brasília, DF, 2009, p. 97.

A ideia da suspeição figura nas narrativas policiais em forte articulação com a noção de identidade policial. Nos discursos dos policiais, o reconhecimento dos indivíduos, grupos e das atitudes suspeitas é sempre definido em termos de um talento, uma competência apreendida na prática, mediante a observação e a interação com os outros profissionais na área. Como destaca um dos informantes da pesquisa realizada pelo professor Gilvan Silva:

O policial olha pro cidadão, se a pessoa tiver alguma coisa errada ele vai demonstrar em algum momento insegurança, é o que vai motivar o policial a abordar. Então o policial tem que estar atento, quando for abordar o cidadão, tem que olhar olho no olho e realmente estudar, fazer um estudo psicológico daquela pessoa, porque o visual conta muito, porque às vezes a pessoa tá com alguma coisa errada e quando ver a polícia ela treme no sentido figurado e no sentido literal as vezes também. Então o policial tem como perceber a situação. (Capitão Policial Militar, 14 anos de serviços).²⁹⁷

Ou, como destaca entrevista realizada por Dayane Reis com um cabo da PM da cidade de Salvador, no estado da Bahia:

Não vem escrito na testa do malandro: “sou marginal”; é a vivência, vendo situações diariamente, a gente busca uma segurança maior, certo? Então, a gente desconfia de certos indivíduos, com certas características – Cabo da PM²⁹⁸

Como se vê, há uma presunção de que o profissional possui um tipo muito peculiar de habilidade capaz de perceber o que caracteriza (ou não) um suspeito. É o que a literatura convencionou chamar de tirocínio policial, ou seja, a suposta “capacidade de análise intuitiva e eficaz de identificação de um suspeito, proporcionada ou desenvolvida em razão da experiência.”²⁹⁹ Trata-se de um tipo de

²⁹⁷ Ibid., p. 156.

²⁹⁸ REIS, Dyana Brito. A marca de Caim: as características que identificam o “suspeito”, segundo o relato de policiais militares. *Caderno do CEAS*, n. 36, Salvador, jan/jun, 2002, p. 191.

²⁹⁹ DUARTE, Evandro; MURARO, Mariel; LACERDA, Marina; GARCIA, Rafael. Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas? Anotações sobre a dinâmica de preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos policiais militares nas cidades de Brasília, Curitiba e Salvador. LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S. *Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais*. Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 5, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2014, p. 89.

narrativa conformada a partir da convivência ambivalente entre as noções de discricionariedade (escolha individual dos policiais) e obediência (cumprimento de um comando emitido pelos superiores hierárquicos), provocando uma interessante discussão que desafia, provoca e reposiciona a relação entre o sistema de justiça criminal (responsável pelo controle da legalidade da ação policial) e as corporações policiais (destinadas à investigação, ação ostensiva, abordagens de rua, prisões e contenção de desordens e perturbações das mais variadas). É a base da tensão entre a cultura da rua e a cultura da lei:

A noção de suspeito é uma chave interpretativa dos diferentes padrões de acesso à Justiça Criminal, sobretudo, quando se retoma alguns caminhos para compreender a permanência e a transformação histórica desse conceito e as tradições científicas e legislativas relacionadas ao sistema penal. O suspeito surge da descrição do cotidiano das instituições e se articula com as noções de Cidadania e Justiça. No presente, a noção de suspeito está articulada à bifurcação na operacionalidade no Sistema da Justiça Criminal que permite a convivência contraditória de padrões liberais e autoritários nas práticas cotidianas. Ao que parece, é a noção de suspeito que permite estabelecer a transposição de decisões tomadas no âmbito do aparato policial para dentro do aparato judicial, ou seja, permite a convivência, no mesmo espaço institucional, de um Estado Policial e de um Estado de Direito.³⁰⁰

A este respeito é valioso ressaltar os trabalhos de Evandro Duarte³⁰¹ (2014) e de Jacqueline Sinhoretto³⁰² (2014) que, retomando os estudos pioneiros de Silvia Ramos e Leonarda Musumeci³⁰³ (2005), Ana Flauzina³⁰⁴ (2006), e Geová Barros³⁰⁵ (2008), reforçam como a filtragem racial estrutura tais processos no âmbito das polícias, ao tempo em que sublinham a forma como o racismo estrutura

³⁰⁰ Ibid., p. 90.

³⁰¹ Ibid.

³⁰² SINHORETTO, Jacqueline; BATITUCCI, Eduardo; MOTA, Fábio; et alli A filtragem racial e a seleção de suspeitos: segurança pública e relações raciais. LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S. Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais. Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 5, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2014, p. 121 – 160.

³⁰³ RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

³⁰⁴ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*. São Paulo: Contraponto, 2008.

³⁰⁵ SILVA, Gilvan Gomes da. *A Lógica da PMDF na Construção do Suspeito*. Dissertação de Mestrado em Sociologia UnB. Brasília, DF, 2009

relações sociais e oferece substratos de funcionamento prático e ideológico ao sistema de justiça em geral e ao sistema de justiça criminal em particular.

Na pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2004, Silvia Ramos e Leonarda Musumeci destacam que, nas abordagens a pé, homens, jovens, negros e pessoas de menores renda e escolaridade são mais parados que outros grupos sociais e que, na média, constata-se a menor propensão à busca pessoal em relação a pessoas brancas, mais velhas e de classe média.³⁰⁶ Pelo que se verifica é possível afirmar não só que há uma diferenciação na classificação de pessoas brancas e negras como suspeitas, mas também que existe um maior pudor em revistar pessoas brancas em face da maior confiabilidade que as mesmas transmitem socialmente.

Nessa pesquisa, aferiu-se que nas abordagens (de qualquer tipo de *blitzes*) aos autodeclarados pretos, a revista ocorreu em 55% dos casos. Os pardos foram revistados em 38,8% das situações e os brancos em 32,2% dos casos.³⁰⁷ O mesmo padrão verifica-se nos estudos realizados em outras cidades conforme os trabalhos de Elicimar Lima,³⁰⁸ no Pará, Evanira Costa³⁰⁹ e Laís Avelar³¹⁰, em Salvador, ou Eduardo Batitucci³¹¹, em Minas Gerais. Na verdade, o que se identifica neste rol de estudos é que predomina um perfil – ilegal – do suspeito padrão que se consolida no vácuo criado entre descrição legal genérica e a prática institucional violenta.

Neste aspecto merece destaque a abordagem – ainda periférica e

³⁰⁶ RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 106-112.

³⁰⁷ RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 113.

³⁰⁸ LIMA, Elcimar Maria de Oliveira. *Polícia e Policiamento: as ambivalências entre formação profissional e prática policial na periferia de Belém*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, 2011.

³⁰⁹ COSTA, Evanira Santos da. *Poder Discricionário na cultura policial: um olhar sobre as práticas do policiamento ostensivo, na região atlântica da cidade de Salvador*. Dissertação de Mestrado em Segurança Pública, Universidade Federal da Bahia, 2013.

³¹⁰ AVELAR, Laís. “O ‘pacto pela vida’, aqui, é o pacto pela morte!”: o controle racializado das bases comunitárias de segurança pelas narrativas dos jovens do Grande Nordeste de Amaralina. Dissertação de Mestrado, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, 2016.

³¹¹ BATITUCCI, Eduardo; SOUZA, Letícia Godinho; SOUZA, Rosânia Rodrigues. Mecanismos de filtragem racial na atividade policial: o caso de Minas Gerais. *38º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, p. 1-36, 2014.

exploratória – acerca dos padrões de judicialização destes procedimentos e operações, e, as limitadas reflexões sobre como a raça importa em estruturação de padrões de abordagem e em elemento de definição dos processos de suspeição. Os estudos nesse campo têm colaborado para alargar o repertório explicativo do problema da violência e da seletividade racial na abordagem policial e têm indicado um alto grau de chancela e validação das ações da polícia por parte do sistema de justiça criminal.

No trabalho coordenado por Evandro Duarte em 2014, enfatiza-se que o modo como o policial forma a noção de suspeição decorre da articulação entre formação oficial do policial, sua formação na prática (“currículo oculto” e “saber das ruas”) e a validação judicial desta composição nas interações entre Aparato Policial e o Sistema de Justiça Criminal, aspecto também relacionado pelos estudos precedentes do campo:³¹²

De um lado, a lei aparece como suficientemente “aberta” em suas hipóteses para criar o espaço de “discricionariedade” do policial, de outro, a cultura jurídica é suficientemente formalista para negar a possibilidade de observar os padrões cotidianos de violência. Por fim, haverá aqueles casos em que os juízes e tribunais “descobrem”, “surpresos”, a violência dos agentes policiais. Esse modelo de “convivência” entre “padrões jurídicos” ambíguos (liberais e autoritários) decorre de uma historicidade concreta do controle social em que o racismo institucional é um elemento central das políticas públicas empreendidas pelo Estado. A convivência entre escravidão e instituições liberais durante quase um século propõe tal explicação.³¹³

Neste sentido, Evandro Duarte (2014) destaca que policiais buscam a

³¹² RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Record, 2005; REIS, Dyana Brito. A marca de Caim: as características que identificam o “suspeito”, segundo o relato de policiais militares. *Caderno do CEAS*, n. 36, Salvador, jan/jun, 2002, p. 181-196.; BARROS, Geová da S. Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 2, edição 3, jul./ago. 2008, p. 134-155.

³¹³ DUARTE, Evandro; MURARO, Mariel; LACERDA, Marina; GARCIA, Rafael. Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas? Anotações sobre a dinâmica de preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos policiais militares nas cidades de Brasília, Curitiba e Salvador. LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S. *Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais*. Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 5, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2014, p. 111.

todo o momento que o Poder Judiciário chancele o trabalho executado nas ruas, a despeito das eventuais violações de direitos ou “flexibilização” de garantias, de modo que as discussões jurídicas sobre o tema passam a girar em torno do posicionamento do Judiciário quanto a

existência de pressupostos objetivos para a fundada suspeita e seu controle em juízo da iniciativa tomada pelo policial; a caracterização do crime de tráfico de drogas como crime permanente e a aceitação da prisão, busca domiciliar e revista pessoal com base na hipótese excepcional de flagrante; os direitos que suspeitos teriam diante da ação de prisão efetuada pelos policiais, especialmente quanto ao direito ao silêncio e de ser assistido por um advogado, sobretudo antes da delegacia.³¹⁴

No que se refere à questão da filtragem racial e da busca pessoal, Gisela Wanderley destaca a incidência violenta e desproporcional do poder policial de coerção direta sobre as populações negras, mediante a frágil atuação dos Tribunais superiores. Segundo Gisela, nos casos emblemáticos dos últimos anos quanto a ocorrência de tortura, violência e maus tratos infligidos por autoridades policiais, dois problemas emergem em paralelo: o déficit de regulamentação jurídica e controle da atividade policial e a incidência discriminatória da violência estatal contra a população negra.

Ou seja, esses episódios mais dramáticos se inserem em um contexto mais amplo de descontrole da ação policial.³¹⁵

A análise da prática da busca pessoal pelas polícias brasileiras permite constatar que a negritude é comumente identificada pelos policiais como um sinal ou, no mínimo, como um indício de suspeição e periculosidade. Assim, conquanto a busca pessoal seja condicionada no direito brasileiro à prévia fundada suspeita de posse de corpo de delito, na prática essa medida é realizada rotineiramente a partir de um mero juízo de estranheza que reproduz estigmatizações e preconceitos em face dos abordados. Como consequência, a liberdade de circulação de jovens negros no espaço público é reiteradamente tolhida pela reiterada interpelação de tais indivíduos pelo aparato policial, que exerce um poder virtualmente limitado de coerção com base em uma noção vaga e fluida de

³¹⁴ Ibid.

³¹⁵ WANDERLEY, Gisela Aguiar. Filtragem racial na abordagem policial: a “estratégia de suspeição generalizada” e o controle judicial da busca pessoal no Brasil e nos Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. Vol. 135, ano 25, São Paulo: Ed RT, set. 2017, p. 192.

suspeição.³¹⁶

No âmbito dos Tribunais Superiores o tema do controle da ação policial por meio da análise da prática de busca pessoal é “escasso e vacilante”. De acordo com o levantamento realizado por Gisela Wanderley, os posicionamentos do STJ e do STF sobre a matéria são precários, de modo que sequer é possível falar de uma jurisprudência consolidada sobre o assunto, mas a uma tendência de validação acrítica da ação policial sem questionamento sobre os níveis de fundamentação das operações e sem crítica às evidências de práticas de filtragem racial.

Esse aspecto é também explorado por Marília Montenegro e Higor Araújo, em pesquisa publicada em 2019 acerca do controle de validade do flagrante e o tema da filtragem racial. Em estudo sobre o entendimento do Tribunal de Justiça de Pernambuco acerca das alegações de flagrante forjado, em especial nos casos de tráfico de drogas, Montenegro e Araújo destacam a prevalência do subjetivismo na apreciação dos casos por parte dos magistrados e acentuam o baixo interesse do Poder Judiciário em apurar alegações de flagrante forjado, sob a alegação de tratar-se de crime permanente, o que, na prática, subverte todo o sentido jurídico da investigação policial.

De acordo com o estudo realizado por Marília Montenegro e Higor Gomes, predomina nos acórdãos analisados a imputação ao acusado de provar que foi vítima da prática de flagrante forjado, o que, na prática, é impossível ou extremamente difícil, bem como se destaca a supervalorização da narrativa policial que, mesmo sem possuir coerência ou sem basear-se nas regras da experiência comum, é acolhida sem ressaltos na esfera dos processos analisados.

Em suma, esse trabalho corrobora a tese da recusa do Poder Judiciário à análise e apreciação das alegações de flagrante forjado ou de abuso policial. Ou seja, confirma-se, por meio realizado por Montenegro e Gomes, que, na maioria dos casos, ocorre a validação judicial da conduta e do resultado do trabalho policial mesmo diante de indícios da ocorrência de flagrante forjado.

Na abordagem proposta por Orlando Zaccone, que estudou os pedidos

³¹⁶ Ibid., p. 223.

de arquivamento aceitos pelo Poder Judiciário nos inquéritos referentes a mortes decorrentes de intervenção policial (autos de resistência) entre os anos de 2003 e 2009, novamente a cooperação entre Polícia e Justiça é ressaltada.³¹⁷ De acordo com o estudo, na quase totalidade dos casos analisados é o próprio Ministério Público, responsável legal pelo controle externo da atividade policial, que requer o arquivamento das apurações, na maioria das vezes, juntando aos autos cópia da ficha de antecedentes criminais da pessoa morta na ocorrência:

A narrativa dos fatos, descritos pelos próprios policiais na lavratura do registro de ocorrência, é transportada como um dos fundamentos do pedido de arquivamento do inquérito pelo promotor de justiça. A apreensão de armas, drogas e outros objetos que identifiquem o morto como criminoso, com destaque para a condição de traficante de drogas, é o ponto de partida para que, através dos termos de declaração dos policiais, da juntada da Folha de Antecedentes Criminais da vítima, bem como da oitiva dos familiares, em especial daqueles que procederam ao reconhecimento do corpo junto ao Instituto Médico Legal, a investigação seja finalizada com a inclusão do Exame de Auto Cadavérico do Morto.

Pouco ou quase nada se fala sobre a dinâmica do evento que produziu a morte da vítima nos autos de resistência.³¹⁸

Ou seja, a ação judicial no que tange à apreciação do trabalho da polícia restringe-se à homologação das narrativas, o que consiste na concessão de um outro mandato policial, diferente do previsto na lei, mas, talvez, próximo de alguns discursos políticos e sentimentos sociais. É como se todo o discurso jurídico formal relativo às funções policiais fosse reeditado por sentenças judiciais homologatórias que, na prática, fixam, como fala Orlando Zaccone, uma espécie de “legalidade autoritária” que enseja incremento da letalidade policial e que rasura os dispositivos legais atinentes às funções da polícia:

As chamadas “falhas” dos inquéritos policiais instaurados para apurar as mortes praticadas por policiais em serviço nada mais são do que a racionalidade do descaso sistêmico que o poder político-jurídico manifesta em relação aos altos índices de letalidade do nosso sistema penal. O que seria uma ineficiência da Justiça é na

³¹⁷ ZACCONE, Orlando. *Indignos de Vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2015,

³¹⁸ *Ibid.*, p. 159-160.

verdade a sua própria lógica. Como a função mais importante do sistema de justiça criminal é a canalização da vingança, que passa de privada a pública, os massacres e o poder punitivo caminham de mãos dadas. A mesma lógica que constrói a aplicação da pena no marco legal faz surgir a pena no marco ilegal, sendo certo que a decisão soberana sobre a letalidade provocada pelas agências policiais ocorre numa zona de indistinção entre o que está dentro e fora da lei.³¹⁹

Trata-se do que Manuela Abath chamou de soberania policial, retomando expressão clássica de Vera Malagutti, para designar um fenômeno de alargamento do mandato policial pela via judicial, com impactos tanto no debate político sobre o papel da polícia quanto no debate jurídico sobre as práticas de *accountability*.

O alargamento da soberania policial reedita a confusão entre público e privado na medida em que amplia o contato entre as práticas policiais e as práticas privadas de gestão da violência, rasurando as fronteiras (sempre instáveis nesse campo) entre o legal e o ilegal. Sem controle estatal de qualquer natureza, submetido a regimes hierárquicos fortemente desiguais, contando com chancela social para práticas de violência e dentro de um contexto social de acentuada inclinação autoritária, os policiais são estimulados ao exercício de um poder discricionário cuja consequência política é a radicalização do terror de Estado, e, do ponto de vista conceitual, é a erosão da ideia de mandato policial como operacionalização do monopólio da violência pelo Estado.

D) Considerações parciais

Retomando o debate do início do capítulo, cabe tecer ainda algumas considerações sobre as repercussões teóricas da tradição autoritária e violenta da sociedade brasileira no debate sobre mandato policial, sobre a convivência entre formas públicas e privadas de gestão da polícia e do policiamento no Brasil e sobre o alargamento de formas de policiamento como forma de controle racial do espaço público.

O que pretendi aqui evidenciar é que o debate sobre mandato policial

³¹⁹ ZACCONE, Orlando. *Indignos de Vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 260-261.

está submetido na sociedade brasileira à consideração de pelo menos três fatores que dinamicamente interagem sobre a definição do quê, como, quando e onde da atuação policial, a saber: a formação social brasileira e seu traço violento, hierárquico e autoritário; a forte tolerância social em relação a práticas de violência estatal, sobretudo quando praticada contra pessoas negras, e a estrutural chancela judicial às ações policiais.

Usando uma imagem, é como se o mandato policial fosse – como buscamos apresentar no capítulo 2 – uma composição dinâmica entre “a previsão legal”, “as expectativas sociais ‘dos policiados’”, “as ordens dos superiores”, “as diferentes formas de validação judicial do trabalho das polícias” e “as interações e tomadas de decisão produzidas individual e coletivamente pelos próprios policiais”. Nesse sentido, o mandato policial seria uma intersecção destas várias componentes, nos moldes do que nos descreveu Jacqueline Muniz e Domício Proença Jr.:

O exercício do Mandato policial, isto é, a produção consentida de obediência respaldada pelo uso policial de força, tem limites, seja em termos de sua aplicação, seja em termos do alcance das soluções que pode impor. Isto empresta Um caráter pragmático e finito à solução policial. Se, por um lado, a polícia *pode* impor uma solução imediata, de sua própria lavra, sem admitir atraso, recurso ou recusa, por outro, toda solução policial é expediente, parcial, finita no tempo. Assistir, socorrer, dissuadir, comandar, sujeitar, submeter, ou o que quer que a polícia possa fazer é transitente e provisório, tendo lugar na ordem das oportunidades em que os eventos se manifestam. A provisoriedade da solução policial expressa a natureza finita da coerção na produção e manutenção dos vínculos sociais. Reflete a inviabilidade Da sustentação de coerção pela força por tempo indeterminado e ainda a impossibilidade deste tipo de intervenção dar conta das causas dos eventos sociais em que a polícia intervém ou das consequências mais longevas a elas associadas.³²⁰

Ou seja, polícia é o exercício da tomada de decisão na esquina³²¹.

³²⁰ MUNIZ, J.; PROENÇA Jr.; D. Mandato Policial. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. (orgs.) Crime, polícia e Justiça no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 495.

³²¹ MUIR Jr., William Ker. *Police streetcorner politicians*. Chicago: University Express, 1977.

Portanto, mandato policial é o resultado da intersecção negociada entre o consentimento prévio para atuação policial, decorrente do pacto político e da previsão legal, e das constantes (e muitas vezes contraditórias) dinâmicas políticas de legitimação do mandato policial, que se estabelecem no dia a dia alimentadas pelas representações do diversos grupos sociais acerca da polícia e, ao mesmo tempo, pelas lógicas em uso sobre o que é o fazer policial, conforme busquei demonstrar no tópico C do capítulo anterior.

Mas por que essa composição se dá com tanta rasura entre o público e o privado? Porque é tão pouco explicativo falar em monopólio estatal da violência quando vemos a polícia transitar entre o legal e o ilegal de maneira perene e sistemática? De que modo é possível explicar a sistemática violência que a polícia manifesta nas abordagens de rua em determinados lugares das cidades? Qual é o fator que liga estes diferentes componentes para informar o que é que queremos que a polícia faça?

O que busquei destacar é que a polícia produz seus sentidos na rasura entre o público e o privado, entre o legal e o ilegal, e que o racismo, portanto, é como uma argamassa que une estas aparentes incongruências e que dota de significado e funcionalidade toda esta mecânica institucional. Sem as hierarquias raciais, seria impossível manter práticas institucionais tão violentas e assimétricas sem que houvesse no âmbito social um acirradíssimo processo de deslegitimação em relação à coercibilidade policial. Como explicar que uma polícia tão mal remunerada e ao mesmo tempo tão violenta possa manter sua atuação na sociedade sem que haja questionamentos públicos fortes o suficiente para promover grandes reformas institucionais?

A descartabilidade dos corpos de quem atua nas polícias e de quem é controlado por elas é a senha para entender por quê mantém-se em relação a estas corporações um descaso tão evidente e cruel. Ou seja, é o racismo que informa o conteúdo, a direção e o sentido das práticas policiais e, por consequência, o sentido da própria definição do mandato policial.

Pensando em perspectiva teórica é como se a constituição, a legitimação e a operacionalização do mandato fosse toda produzida a partir de um sistema de

representações sociais que tem como referência a raça e o racismo. Assim, não há mais que se falar em violência ou desvio como elementos defeituosos do sistema policial, mas como próprio “modo de ser” que organiza e governa as cidades a partir de um esquema racial e que possui caráter funcional para toda a gestão do sistema de justiça.

Vale lembrar que polícia não é apenas violenta *contra* os Outros, mas também que experimenta a violência *contra si* e é alvo de instrumentalizações, usos e abusos por parte dos diferentes governos e de atores do sistema de justiça criminal. Portanto, a violência presente nas forças policiais é constitutiva porque é decorrente das escolhas políticas da sociedade brasileira em relação aos negros que, como sabemos, são aqueles a quem se dirige prioritariamente o controle penal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho investiguei a relação entre polícia e racismo bem como discuti o modo pelo qual se interpretou hegemonicamente o tema das relações raciais no âmbito do debate acadêmico na área dos estudos policiais. Partindo do levantamento, categorização e análise da produção acadêmica brasileira entre 1987 e 2017 no campo dos estudos policiais, apresentei nessa tese a interrogação sobre “Como se dá a abordagem da questão racial no campo dos estudos policiais e como isso impacta na explicação do mandato policial?”, visando sublinhar as disputas referentes ao lugar do racismo na formação social do Brasil e resgatar as contribuições teóricas do pensamento negro brasileiro para refletir sobre os pontos-chave do conceito de mandato policial.

Ao escolher pesquisar a relação entre polícia e racismo como problemática de pesquisa, pude olhar também para temas centrais na agenda democrática recente e para constituição de importantes agendas de pesquisa no campo do direito, das ciências sociais e da criminologia. Percebi que estudar as formas de tematização da questão racial me permitiria entender melhor como se estrutura o debate público acerca das práticas cotidianas de violência institucional, e, ao mesmo tempo, facultaria refletir sobre como diferentes atores políticos reagem a essa discussão dentro e fora do espaço das universidades.

A escolha de uma metodologia de pesquisa qualitativa de caráter indutivo, com base nos procedimentos da teoria fundamentada nos dados, também permitiu a exploração dos temas, da trajetória histórica e favoreceu a identificação de escolhas teóricas, recorrências e inovações no campo dos estudos policiais. A partir desse levantamento, identifiquei concentrações temáticas e, observando a repetição de temas de pesquisa, classifiquei as produções entre temas emergentes e temas recorrentes. Tal classificação remete aos temas em evidência no período e às mudanças e disputas políticas da arena pública relativa aos estudos policiais, assim como às ausências e lacunas verificadas na produção acadêmica sobre a polícia no Brasil.

Desse modo, o trabalho permitiu ainda elencar os temas que, mesmo

presentes no debate público, não foram refletidos no âmbito da produção acadêmica, explicitando, assim, hierarquias e disputas de poder sobre o que é considerado efetivamente relevante na interpretação dos fenômenos que impactam o “mundo policial” e sobre o que é ou não constitutivo de um trabalho que explica e interpreta as lógicas de funcionamentos e as “razões de ser” da polícia.

Destacou-se nessa etapa o papel das organizações não governamentais e dos órgãos de governo relacionados à segurança pública na constituição, financiamento e proposição de temáticas para esse campo de pesquisa. Essa influência é decisiva para compreender as dinâmicas do campo dos estudos policiais e suas conexões com as disputas políticas na esfera da luta em defesa dos direitos humanos.

No que se refere à questão racial verifiquei a prevalência de abordagens focadas na denúncia da seletividade, com poucas considerações acerca do lugar estrutural do racismo na elaboração dos modos de funcionamento das organizações policiais e baixa conexão entre as formulações do pensamento negro brasileiro acerca das polícias e os trabalhos desenvolvidos no campo dos estudos policiais. Ao mesmo tempo, foi possível constatar o baixo investimento analítico na compreensão de como o racismo impacta a articulação de práticas, sentidos, condutas e representações da e sobre as polícias e os/as policiais. Repete-se nos poucos estudos encontrados sobre o tema uma leitura esquemática das representações raciais, sem investigações aplicadas aos debates sobre fluxos, movimentos e dinâmicas da prática policial.

Em outras palavras, as abordagens no âmbito dos estudos policiais não avançam (ou avançam pouco) em direção à compreensão das relações de poder (material e imaterial) estabelecidas em torno da raça e do racismo. Trata-se de uma incorporação limitada da dimensão epistemológica e estrutural da questão racial na formulação das hipóteses e na definição dos planos de pesquisa, o que resulta na reiteração discursiva da denúncia das desvantagens produzidas para as pessoas negras, o que também se verificou em outros campos do debate sobre violência,

segurança pública e justiça criminal.³²²

No debate acadêmico sobre o contexto e estrutura social, fala-se enfaticamente da ideia de classe social e/ou da herança da ditadura militar e do peso das hierarquias e regramentos policiais para explicar os processos políticos, jurídicos e sociais que delineiam “o que é” e “como é exercido” o mandato policial. Todavia, abandona-se nessa metanarrativa a discussão acerca de fenômenos como escravidão, masculinidade negra, descartabilidade de corpos negros, genocídio ou antinegitude. Ou seja, subestimam-se categorias teóricas que poderiam auxiliar a interpretação dos dados empíricos coletados ao longo dos últimos 30 anos e não se exploram suficientemente as conexões possíveis entre as formulações elaboradas no campo do pensamento negro brasileiro e as descobertas no âmbito dos estudos policiais.

Ocorre que o racismo se constitui não apenas como uma causa de exclusão ou de empobrecimento das pessoas negras; pelo contrário, o racismo caracteriza-se sobretudo como um fenômeno que promove a desumanização das pessoas negras e que produz vantagens e benefícios sociais para os integrantes do grupo racial hegemônico. Nesse sentido, não é possível pensar as formas de controle e administração dos conflitos na sociedade afastando a análise do papel cognitivo do racismo enquanto elemento articulador das maneiras de pensar os problemas sociais e de formular as respostas para essas questões políticas.

Trata-se do que didaticamente explicou Edson Cardoso, em artigo publicado no jornal *Írohìn*, em outubro de 2010:

Entre as normas que definem o que é, ou o que deve ser aceito entre nós, há uma que implica a rejeição perpétua à cor negra de

³²² ORTEGAL, Leonardo. Raça, criminologia e sociologia da violência: contribuições a um debate necessário. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, p. 527-542, 2016; GOMES, Camilla de Magalhães. Corpos negros e as cenas que não vi: um ensaio sobre os vazios de uma pesquisa criminológica situada. *Sistema penal&Violência*, Porto Alegre, vol. 8, nº. 1, p. 16-28, jan./jun. 2016; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Criminologia crítica e pacto narcísico: por uma criminologia crítica apreensível em pretuguês. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 135, ano 25, p. 541-562, São Paulo: Ed. RT, set. 2017; PRANDO, Camila Cardoso de Mello. A Criminologia Crítica no Brasil e os estudos críticos sobre branquidade. *Revista Direito e Práxis*, v. 9, p. 70-84, 2018; FREITAS, Felipe da Silva. Novas perguntas para a criminologia brasileira: poder, racismo e direito no centro da roda. *Caderno do CEAS*, Salvador, nº. 238, p. 494-495, 2016.

pele. A repulsa ao negro é uma dimensão social e psicológica que constitui a própria nacionalidade. José Bonifácio de Andrada e Silva referiu-se a ela na proposta que encaminhou à Assembleia Constituinte, em 1823: “mas o negro conserva indelevelmente um sinal de separação e de desprezo”. Bonifácio afirma ainda que entre nós “uma das causas, que concorre a perpetuar e piorar a escravidão dos negros é a cor...” (Projetos para o Brasil, Companhia das Letras/Publifolha, 2000, p. 44)

Uma coisa era o escravo, outra coisa, a cor do escravo. Sinal indelével é isso mesmo, que não se dissipa, indestrutível. A televisão, a cultura, os partidos, as vanguardas e as retaguardas, o mundo que nos é familiar se encarrega de disseminar a repulsa e a rejeição e a favorecer e estimular a ação criminosa de assassinos, fardados ou não. **Criou-se um consenso de larga memória cruel e sanguinário: negro, não.**³²³ (grifo nosso)

Esse consenso social influencia não só o lugar do negro na sociedade como também impacta a imagem que as pessoas negras têm sobre si mesmas; as suas escolhas e trajetórias profissionais; ou mesmo o tipo de relação afetiva desenvolvida entre os próprios negros e com pessoas de outros grupos raciais.³²⁴ Ou seja, o racismo atravessa as diferentes formas de vivenciar o próprio trabalho, a classe social, as relações afetivas mais íntimas ou as expressões públicas de identificação e pertencimento político, constituindo-se como um elemento estrutural que articula múltiplas dinâmicas e marcadores sociais.

Assim, quais os impactos dessa configuração discursiva e dessas escolhas teóricas do campo dos estudos sobre polícia para o entendimento do que é e de como se exerce o mandato policial? Quais seriam as outras abordagens possíveis para o enfrentamento desse tema, se tomarmos a questão racial como elemento estruturante das nossas formulações? Nessa tese busquei delinear uma abordagem sobre essas questões, recorrendo à análise sobre a tradição autoritária

³²³ CARDOSO, Edson. *Negro, não* – a opinião do Jornal Írohìn. Brasília: Brado Negro, 2015.

³²⁴ CANORE, Iray; BENTO, Maria Aparecida (orgs.). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002; PACHECO, Ana Cláudia. *Raça, Gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das ciências sociais brasileiras: um diálogo sobre o tema. Afro-Ásia*, Salvador, n. 34, p. 153-188, 2006; SOUZA, Neusa. *Tornar-se negro, ou, as vicissitudes da identidade no negro brasileiro em ascensão*. Rio de Janeiro: Graal, 1983; SCHUCMAN, Lia Vainer. *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*. Salvador: EDUFBA, 2018; FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.; KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi (orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017

da sociedade brasileira, a forte tolerância social em relação a práticas de violência contra grupos sociais historicamente excluídos, e sobre o aspecto da chancela judicial a práticas policiais de controle discricionário do espaço das ruas.

Assim, tendo em conta o diagnóstico sobre os modos hegemônicos de interpretação do tema do racismo, procurei relacionar as contribuições pensamento negro brasileiro à vasta produção do campo dos estudos policiais, com vistas a evidenciar como debate sobre o mandato policial está imbricado com a discussão sobre relações raciais no Brasil.

Na análise da produção brasileira, constatei que o mandato policial é uma delegação política e jurídica na qual está envolvida a possibilidade do uso da força conforme limites legais. No entanto, essa delegação se dá não apenas com base na normativa legal ou no estabelecimento das previsões técnicas ou na cultura profissional dos agentes, mas também se estabelece em função das formações sociais, dos valores e das representações que circulam entre os próprios policiais e no conjunto da sociedade.³²⁵ O mandato policial, portanto, não é apenas uma delegação formal de atribuições estatais, mas, é o resultado da interação entre experiências sociais (memória coletiva), autorização social (chancela pública à prática policial) e validação judicial (interpretação do mandato).

Todavia, em qual contexto se formula, se delega e se exerce esse mandato? Do ponto de vista político, quais elementos estruturam o exercício do mandato e as práticas dele decorrentes? A análise dessas interrogações, em paralelo com os achados do pensamento negro brasileiro, revela que as relações e hierarquias raciais funcionam como uma argamassa que conecta e organiza este fluxo interativo que constitui o mandato policial, dando-lhe sentido concreto tanto no que tange às dinâmicas e práticas internas ao cotidiano das organizações policiais quanto no que se refere à relação das polícias com o conjunto da sociedade.

A raça funciona no âmbito das interações e dinâmicas policiais, assim como no conjunto da sociedade, como um lastro que organiza o sentido efetivo das

³²⁵ MUNIZ, J.; PROENÇA Jr.; D. Mandato Policial. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. (orgs.) Crime, polícia e Justiça no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 495.

leis, orienta a interpretação das práticas e dos códigos de conduta, informa sobre como, quando e por quê realizar ou não realizar procedimentos e operações, ou seja, a raça dá conteúdo subjetivo, sentido social e justificação política ao exercício da ação policial que instrui sentido sociais profundos e articula representações e valores sociais organizados pelo racismo.

Como busquei demonstrar ao longo desse trabalho, essas hierarquias raciais são vigentes inclusive no interior das corporações policiais, onde a descartabilidade dos corpos negros contribui para orientar não só o tipo de relação que as polícias tem com os “policiados”, mas também para instituir as formas e os modos de acatamento das ordens superiores ou para determinar o nível de exposição a que cada policial é submetido na sua lida profissional diária. Não há como fugir à constatação de que vige no conjunto das nossas relações sociais esquemas mentais e políticos de desumanização dos negros e que esses esquemas estão se relacionando com o modo pelo qual se elaboram as relações no âmbito das polícias.

Nesse sentido, descrevo o mandato policial como a articulação entre os sentidos produzidos *em nível cultural-institucional*, para me referir às experiências sociais vividas dentro e fora da corporação, no que tange aos sentidos de autoridade e uso da força (memória coletiva); *em nível social*, para designar a esfera da autorização social para o exercício da ação policial (chancela pública à prática policial); e, por fim, *em nível jurídico-político*, para informar o previsto pelas leis, códigos, decisões judiciais e fala pública das autoridades políticas, em especial da área da segurança pública e da justiça criminal. Tratam-se de múltiplos níveis de produção do consentimento social ao uso da força que deslizam nas fronteiras entre o jurídico e o político, com base na rede de sentidos e significados produzida pelo racismo. Assim, o mandato policial funciona como uma espécie de consórcio público privado exercido na disputa pelo controle racial do espaço público.

Certamente, não pretendi aqui simplificar o complexo conteúdo da ação policial ou dar uma interpretação unívoca ao que chamamos de mandato policial. Não há um sentido único e prévio à ação policial e é na prática (ou melhor, na rede de práticas e significados) que a polícia constrói os seus sentidos e conhece seus

limites. O que sublinhei nesse estudo é a existência de uma conexão entre os processos sociais, políticos e jurídicos de legitimação, recrutamento e formação das forças policiais e as imagens, representações e sentidos sociais elaborados em função do fenômeno do racismo e de suas hierarquias simbólicas e materiais.

Portanto, a questão é deslocada tanto da descrição das práticas policiais quanto da prescrição jurídica de como elas devem ser normatizadas. O ponto situa-se em como visibilizar os trânsitos entre os inúmeros níveis de produção de autoridade, tendo em conta o peso do racismo como elemento estruturador dessas disputas e interações políticas e sociais.

É fundamental que outros/as pesquisadores e pesquisadoras aprofundem essas relações e busquem elucidar as maneiras por que se estabelecem as representações sociais das polícias e o peso do racismo e das hierarquias raciais nesse processo. Nesse sentido, destaco a importância de pesquisas que interroguem em profundidade as articulações entre racismo e masculinidade no âmbito da experiência policial, esclarecendo o papel das imagens produzidas sobre os homens negros na definição das trajetórias dentro das corporações policiais e na instituição de suas práticas. Ao mesmo tempo, é muito significativo compreender como esses processos sociais relativos ao gênero têm impacto sobre a vida das mulheres e se articulam na experiência de contato com as forças policiais.

Também é relevante interpretar melhor o peso da tolerância social em relação à violência praticada contra corpos negros nos processos de recrutamento e formação do tirocínio policial, assim como é necessário aprofundar analiticamente o papel da experiência escravista na constituição e reprodução dos padrões de uso da força e policiamento no Brasil.

De igual maneira, considero muito importante estudos que explorem o fenômeno de alargamento do mandato policial através de decisões judiciais e de tendências doutrinárias. Estudos que interpretem o peso das imagens raciais no processo de descontrole da atividade policial seguramente contribuirão para desvelar o real papel dos órgãos do sistema de justiça e dos gestores da segurança na legitimação da cooperação público-privada que hoje é responsável por tantas

práticas de execução e extermínio no país.

Assim, também são muitos relevantes os trabalhos sobre a extensão dos poderes da Polícia e sobre as relações entre grupos privados (milícias, justiceiros, grupos de extermínio etc.) e organizações policiais. Tais estudos podem servir para interpelar o discurso de vigência de um Estado de Direito e para aprofundar conceitos como o de “milicianização do Estado”, “soberania policial” ou de “Estado Policial”.

Em termos político-criminais os desafios passam por rediscutir o sentido de mandato policial, arrolando o sistema de justiça e os gestores de segurança como parte fundamental não só na apuração dos casos de eventual prática de desvio policial, mas, sobretudo, como parte da apreciação do resultado da ação policial e do delineamento das expectativas referentes ao seu trabalho. Além da descrição legal *a priori* do que a polícia deve fazer, é também muito importante que se acompanhe o sentido do mandato policial como um fluxo e como uma atribuição política cujo sentido real é dado pela dinâmica dos fatores e não pela mera descrição da lei.

São valiosos, nesse ponto, debates como o proposto pelas organizações dos movimentos negros e seus aliados, que têm recorrido às instâncias de Direito Internacional para denunciar as sistemáticas violações praticadas pelas polícias e, ao mesmo tempo, exigir debates públicos sobre quais seriam os padrões desejáveis para atuação policial.³²⁶ Nessas denúncias se requer não apenas a responsabilização dos agentes nos casos referidos, mas, também a responsabilização coletiva do Estado e uma discussão jurídico-política sobre qual é a atribuição e quais são os limites concretamente cabíveis para ação dos profissionais de segurança.

³²⁶ REGUEIRA, Chico. Defensoria Pública do RJ quer criação de protocolo de ação da polícia para operações na Maré. *G1*. 12 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/12/mare-teve-15-mortos-em-confrontos-no-primeiro-semester-do-ano-diz-ong.qhtml>>. Acesso em 16 de março de 2020; BERGAMO, Mônica. Movimento negro denuncia violência policial a Comissão Interamericana. *Folha*. 20 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/02/movimento-negro-denuncia-violencia-policial-no-brasil-a-comissao-interamericana.shtml>>. Acesso em 16 de março de 2020.

Essas iniciativas proporcionam a reflexão sobre questões centrais atinentes ao mandato policial, articulando tanto a discussão sobre os meios de força quanto a questão política da legitimidade jurídica e social de ações que põem em risco a vida e a integridade de pessoas, grupos e comunidades. Em outras palavras, abre-se com essas iniciativas uma chance (pequena, frise-se) para o escrutínio público sobre o que é, para que serve e como pode atuar a força policial.

Nesse sentido, são muito expressivas as discussões dogmáticas sobre qual o sentido esperado da atuação policial, fixando os limites operativos da polícia e perquirindo, na prática processual, as fronteiras da discricionariedade e da tomada de decisão dos agentes de segurança pública. Estudos sobre a validade jurídica de prisões nas quais houve maus tratos ou outras formas de tratamento desumano e degradante, sobre as condenações baseadas exclusivamente no depoimento da autoridade policial, sobre os limites da abordagem e busca pessoal ou sobre os mandados de busca e apreensão coletivos são alguns exemplos de temas processuais que proporcionam a discussão sobre o sentido, os limites e a validade da atuação policial.

Ainda no campo das agendas de pesquisa, é preciso investir em estudos que aprofundem não só para a descrição dos fenômenos de seletividade racial (na abordagem policial ou na decisão judicial), mas também que aprofundem a investigação sobre os modelos mentais e políticos que são subjacentes a estes fenômenos e que os legitimam social e juridicamente. Como se dão as escolhas policiais em termos de meios de força para o ingresso em comunidades negras? Como se constitui o referencial subjetivo de uma decisão sobre a liberdade na qual há um relato de abuso policial praticado por um homem negro contra outro homem negro? De que modo é possível responsabilizar juridicamente os tomadores de decisão pelos estímulos discursivos a práticas de violência e ódio que expõem “policiais” e “policidados”?

Sem dúvida, estamos diante de um conjunto de temas bastante promissor cujo enfrentamento demanda de todos/as não só o refinamento teórico, a disciplina investigativa e o rigor metodológico, mas também compromisso ético e engajamento político.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. "Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea", *In: MICELELLI, Sérgio (org.). O que ler nas Ciências Sociais Brasileiras, 1970-2002, vol.IV: 167-207, 2001.*

_____. *Crise no sistema de justiça criminal*. Ciência Cultura. Vol. 54, nº. 1, São Paulo. Jun 2002. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bs.br/scielo.pt>>. Acesso em: 30 de março de 2015.

ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. Dilemas do controle democrático da violência, execuções sumárias e grupos de extermínios. In: TAVARES, José Vicente (Org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

ADORNO, S.; MINAYO, M. C. S. Risco e (in)segurança na missão policial. *Ciência e Saúde Coletiva* (Impresso). v.18, p.585 - 593, 2013.

ALBERNAZ, E. R.. Na fronteira entre o bem e o mal: ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos cariocas. *Caderno CRH* (UFBA. Impresso), v. 23, p. 525-539, 2010.

_____. *Deus e o Diabo na terra do Sol: visões de espaço público, ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

_____. Sobre legitimidade, produtividade e imprevisibilidade: seletividade policial e a reprodução da ordem social no plano de uma certa 'política do cotidiano'. *Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 17, p. 109-122, 2015.

_____. "*Faro Policial*": um estudo de caso acerca dos critérios de construção e operação de padrões de suspeição e seletividade na ação policial. 39º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2015.

ALBERNAZ, Elizabete; RIBEIRO, Ludmila; LUZ, Daniel. Uso progressivo da força: dilemas e desafios. In: BRASIL, Ministério da Justiça. *Uso progressivo da força: um protocolo de atendimento*. Brasília, 2009.

ALCÂNTARA JÚNIOR, Almir . *Cultura e atitudes ocupacionais entre policiais militares em Belo Horizonte*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas (Sociologia e Política). UFMG. 2007.

AMBROSIO, Felipe Augusto Rodrigues. *Desmilitarização da segurança pública e*

do estado na defesa da democracia e do direito brasileiro. Mestrado em Ciência Jurídica, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, 2017.

AMPARO ALVES, Jaime. Necro-política espacial: negropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. *Revista da ABPN*, v. 1, n. 3, p. 89 – 114, 2010.

_____, Jaime. À sombra da morte: juventude negra e violência letal em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 20, n. 4, p.563-578, out./dez. 2010.

_____. Topografias da violência: negropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, v. 22, p. 108 – 134, 2011.

_____. Inimigo público: imaginação branco, o terror racial e a construção da masculinidade negra em “Cidade de Deus”. In: VARGAS, João; PINHO, Osmundo. *Antinegitude: a impossível sujeito negro na formação social brasileira*. Cruz das Almas: EDUFRB. 2016, p. 59 – 80.

ARANDAS, Wagner Solano. *O racismo institucional contra os negros na Polícia Militar*. Mestrado em Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010

AVELAR, Laís da Silva; NOVAIS, Bruna Portella. Há mortes anteriores à morte: politizando o genocídio negro dos meios através do controle urbano racializado. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 135, ano 25, São Paulo: Ed. RT, set. 2107, p. 343 – 376.

AVELAR, Laís. “O ‘pacto pela vida’, aqui, é o pacto pela morte!”: o controle racializado das bases comunitárias de segurança pelas narrativas dos jovens do Grande Nordeste de Amaralina. Dissertação de Mestrado, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, 2016.

AVILA, Tiago André Pierobom de. Estado Democrático de Direito e Controle Externo da atividade policial no Brasil. In: MACHADO, Bruno Amaral (org). *Justiça Criminal e Democracia II*. Brasília: FSMPDFT / Marcial Pons, 2015.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; NASCIMENTO, Andrea Ana do. Desafios da reforma das polícias no Brasil: permanência autoritária e perspectivas de mudança. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 4, out/dez 2016.

BAIROS, Luiza. “Pecados no ‘paraíso racial’: o negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980”. In: João José Reis (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1988), pp. 289-323.

_____. “Brazil: Birthplace of Racial Democracy?”. In: Henry J. Drewal, David C. Driskell e Aurelia Brooks (orgs.). *Introspectives: Contemporary Art by*

Americans and Brazilians of African Descent (Los Angeles: California Afro-American Museum Foundation, 1989), pp. 23-25.

_____. “Questão do negro: velhos mitos e novos desafios”. *Revista Análise e Dados*, v. 1, n. 4 (Salvador, 1992), pp. 113-115.

_____. O negro vê o racismo no Brasil com clareza. Entrevista concedida por ocasião de depoimento da coordenadora nacional do MNU à Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados sobre esterilização de mulheres. *Correio Braziliense*, 18 de julho de 1992.

_____. “Orfeu e poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil”. *Afro-Ásia*, n. 17 (Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, 1996), pp. 173-186.

_____. Lembrando Lélia Gonzalez (1935 – 1994). *Afro-Ásia*, n. 23 (Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, 2000), p. 347-368.

BARBOSA, Muryatan Santana. Guerreiro Ramos: o personalismo negro. *Tempo Social*. 2006, vol.18, n.2, pp.217-228.

BARBOSA, Antônio Basílio Honorato. *Sargento Getúlio e outros Sargentos: A morte entre os policiais militares em Salvador*. Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

BARBOSA, Wendell de Freitas; SÁ, Leonardo Damasceno de. Redefinições da condição de morador: classificações das clientelas no mandato policial e as suas consequências nas relações entre polícia e população. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 75, p. 639-656, Set./Dez. 2015.

BARREIRA, César; ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010.

BARRETO, Raquel. Lélia Gonzalez: uma intérprete do Brasil. In: UCPA, União dos Coletivos Pan-Africanistas (org.). *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...* São Paulo: Diáspora Africana, 2018, p. 12 - 27.

BARRETO, Raquel. O racismo sob o olhar crítico de Lélia Gonzalez. *Suplemento Pernambuco*, 13 de fevereiro de 2019.

BARROS, Geová da S. Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 2, edição 3, jul./ago. 2008, p. 134-155.

_____. *Racismo Institucional: A Cor da Pele como Principal Fator de Suspeição*. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

BATISTA, Nilo. A violência do estado e os aparelhos policiais. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*. 1997, p. 145 – 154.

BATISTA, Vera Malagutti, Prefácio, in: LOPES, Edson (org.). *Política e Segurança Pública: uma vontade de sujeição*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

_____. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. Estado de polícia. In: KUCINSKI, Bernardo, *et al. Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 91 – 96.

BATITUCCI, Eduardo; SOUZA, Letícia Godinho; SOUZA, Rosânia Rodrigues. Mecanismos de filtragem racial na atividade policial: o caso de Minas Gerais. 38^o Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, p. 1 – 36, 2014.

BAYLEY, David. *Padrões de policiamento*. São Paulo: EDUSP, 2001.

BEATO, Claudio. *Ação e estratégia das organizações policiais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BEATO, Claudio; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; TAVARES, Ricardo. Crime e Estratégias de Policiamento em Espaços Urbanos. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 3, 2008, pp. 687 a 717.

BENEVIDES, Maria Victória. Linchamentos: violência e “justiça” popular. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DA MATTA, Roberto; PAOLLI, Maria Célia. *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982

_____. A polícia sob controle da sociedade a que serve. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio et alii. *O papel da polícia no regime democrático*. São Paulo, MAGEART, 1996.

BENTO, Maria Aparecida. *Pactos Narcísicos no Racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*, Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2002.

BERGAMO, Mônica. Movimento negro denuncia violência policial a Comissão Interamericana. *Folha*. 20 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/02/movimento-negro-denuncia-violencia-policial-no-brasil-a-comissao-interamericana.shtml>. Acesso em 16 de março de 2020.

BERLATTO, Fábila, CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das Forças Repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Dez 2016, no.21, p.77-120.

BEZERRA, Claudia de Magalhães; MINAYO, Maria Cecília de Souza; CONSTANTINO, Patrícia. Estresse ocupacional em mulheres policiais. *Ciênc. saúde coletiva* vol.18 no.3 Rio de Janeiro mar. 2013.

BICUDO, Virgínia Bicudo. *Estudo das Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo*, Dissertação de Mestrado, Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo,

1945.

BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: EDUSP, 2000.

BRANDÃO, Berenice; MATTOS, Ilmar; CARVALHO, Maria Alice, *A política e a força policial no Rio de Janeiro: estudo das características histórico-sociais das instituições policiais Brasileiras, Militares e Paramilitares de suas origens até 1930*, n. 4. Rio de Janeiro: PUC Rio, 1981.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Relatório Final da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública*. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

BUENO, Samira. *Bandido bom é bandido morto: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista*. Dissertação (Mestrado em Administração) FGV, 2014.

BUENO, Samira; MARQUES, David; PACHECO, Dennis; NASCIMENTO, Talita. Análise da Letalidade policial no Brasil. FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019*. São Paulo, 2019, p 58 – 65.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. *Dados*, vol.46, n.1, Rio de Janeiro, 2003.

CAMPOS, Marcelo; ALVAREZ, Marcos César. Políticas públicas de segurança, violência e punição no Brasil (2000 – 2016). In: MARTINS, Carlos Benedito; MICELI, Sérgio (Orgs.). *Sociologia brasileira hoje*. São Paulo: Ateliê, 2017, p. 143 – 216.

CANO, Ignácio. *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

CANORE, Iray; BENTO, Maria Aparecida (orgs.). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAPPI, Riccardo. A “teorização fundamentada nos dados”: um método possível na pesquisa empírica em Direito. In: MACHADO, Maíra Rocha (org.). *Pesquisar empiricamente o direito*, São Paulo: REED, 2017, p. 391 – 4220.

_____. *A maioria penal nos debates parlamentares: motivos do controle e figuras do perigo*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

CARA, Daniel; GAUTO, Maitê. Juventude: percepções e exposição à violência. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: MEC/UNESCO, 2009, p. 173–198.

CARDOSO, Edson. *Memória de Movimento Negro: um testemunho sobre a formação do homem e do ativista contra o racismo*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

_____. *Negro, não: a opinião do jornal Ìrohìn*. Brasília: Brado Negro, 2016.

CARDOSO, Marcos Antônio. *O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978 – 1998*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade

Federal de Minas Gerais, 2001.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não -ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2005.

CARUSO, Haydée. 'Choque de ordem na Lapa': uma análise sobre as lógicas e práticas de policiamento no centro cultural do Rio de Janeiro.. In: KANT DE LIMA, Roberto; EILBAUM, Lucía; PIRES, Lenin. (Org.). *Conflitos, Direitos e Moralidades em Perspectiva Comparada*. 1ed.Rio de Janeiro: Garamond, 2010, v. 1, p. 71-110.

CARUSO, Haydée. *Entre ruas, becos e esquinas: a construção da ordem na Lapa carioca*. Brasília: Editora UnB, 2016, p. 21.

CARUSO, Haydée; SILVA, J. F.; SUASSUNA, R.; ALBERNAZ, E. R.; FIGUEIRA, M. G.; SILVA, L. M.; OLIVEIRA, R. M.; DE MORAES, Yuri. Educação a Distância em Segurança Pública no Brasil: um estudo sobre os efeitos Rede -EAD-SENASP na trajetória dos seus discentes. In: PARESCI, Ana Carolina Cambeses; ENGEL, Cíntia Liara; BAPTISTA, Gustavo Camilo; NEVES, Alex Jorge das Neves. (Org.). *Coleção Pensando a Segurança Pública*. Brasília: Ministério da Justiça, 2016, p. 215-256.

CARVALHO, Salo de. O “gerencialismo gauche” e a crítica criminológica que não teme dizer seu nome. *Revista Direitos e Garantias Fundamentais*, v. 15, n. 1, p. 125 – 155, 2014.

CASSIANI, Sílvia Helena de Bortoli; CALIRI, Maria Helena Larcher; PELÁ, Nilza Terezza Rotter. A teoria fundamentada nos dados como abordagem da pesquisa interpretativa. *Revista Latino Americana de Enfermagem*. v. 4, n. 3, p. 75 – 88, 1996.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. Remilitarização da segurança pública: a Operação Rio. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume, ano 1, n. 1, 1 Semestre de 1996, p. 141 – 168.

_____. A polícia comunitária: uma nova visão de política de segurança pública. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*. 1997, p. 155 – 172.

_____. A criminalidade da polícia. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n 19, julho – setembro de 1997, São Paulo: RT, p 242 - 252.

CERQUEIRA, Daniel (org.). *Atlas da Violência 2018*. Salvador: IPEA, FBSP, 2018.

CHALOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*. Ano 1, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1996, p. 169 – 189.

CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

_____. Cultura Popular e Autoritarismo. In: ROCHA, André (org.) *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro: escritos de Marilena Chauí*.

Vol. 2, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013

COATES, Ta-Nehisi. *Entre o mundo e eu*. São Paulo: Objetiva, 2015.

COMPARATO, Bruno Konder. *As ouvidorias de polícia no Brasil: controle e participação*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, 2005.

CONECTAS. *Tortura blindada: como as instituições do sistema de justiça perpetuam a violência nas audiências de custódia*. São Paulo: Conectas, 2017.

CORDEIRO, Tania R. F.; TAPARELLI, G. . Cuidado, atrás da porta tem gente! Reflexão sobre a morte violenta de jovens em Salvador. In: NORONHA, Ceci Vilar; ALMEIDA, Andrija Oliveira. (Org.). *Violências intencionais contra grupos vulneráveis: crianças, adolescentes, adultos jovens, mulheres e idosos*. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2012, v. , p. 101-124.

COSTA, Arthur T. M. Como as democracias controlam as polícias. *Novos Estudos*, n. 70, novembro 2004, São Paulo, pp. 67 - 68.

COSTA, Evanira Santos da. *Poder Discricionário na cultura policial: um olhar sobre as práticas do policiamento ostensivo, na região atlântica da cidade de Salvador*. Dissertação de Mestrado em Segurança Pública, Universidade Federal da Bahia, 2013.

CRISP; DATAFOLHA, *Pesquisa Nacional de Vitimização – Sumário Executivo*. São Paulo: CRISP, 2013.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. São Paulo: Rocco, 1997.

DATASENADO. *Violência contra juventude negra no Brasil: pesquisa de opinião pública nacional*. Brasília, 2012.

DAVIS, Angela. *Aula Magna pelo Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha 2017*, Tradução de: Raquel Luciana de Souza, Universidade Federal da Bahia, 25 de julho de 2017. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/direitos/leia-transcricao-na-integra-da-fala-de-angela-davis-na-universidade-federal-da-bahia/>. Acesso em: 05 de janeiro de 2019.

DENARI, Giulianna Bueno. *Batom na Caveira: um estudo de mulheres na Polícia Militar de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Sociologia. UFSCar, 2016

DIAS NETO, Theodomiro. Policiamento orientado aos problemas e participação comunitária. *Cadernos Temáticos da CONSEG*, v. 7, p. 26-31, 2009.

_____. (coord.). Instituto Sou da Paz. Regulações sobre o Uso da Força pelas Polícias Militares dos estados de São Paulo e Pernambuco. In: LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S. *Segurança Pública e*

Direitos Humanos: temas transversais. Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 2, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2013, p. 239 – 302.

DINIZ, Débora. A farda e o feminicídio. *Correio Braziliense*. 11 de junho de 2015.

DINIZ, Débora; COSTA, Bruna Santos; GUMIERI, Sinara. Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. vol. 114, mai./jun. / 2015, p. 225 – 239.

DUARTE, Evandro Piza. Paradigmas em criminologia e relações raciais. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, p. 500 – 526, 2016.

_____. Ensaio sobre a hipótese colonial: racismo e sistema penal no Brasil. In: CARVALHO, Salo de; DUARTE, Evandro Piza. *Criminologia do Preconceito: racismo e homofobia nas ciências criminais*. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 89 – 200.

DUARTE, Evandro; MURARO, Mariel; LACERDA, Marina; GARCIA, Rafael. Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas? Anotações sobre a dinâmica de preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos policiais militares nas cidades de Brasília, Curitiba e Salvador. LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S. *Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais. Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 5, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2014, p. 81 – 118.*

EMICIDA, *Boa Esperança*. São Paulo: LabFantasma, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AauVal4ODbE>. Acesso em 31 de janeiro de 2020.

FAGANELLO, Marco Antonio. *O Voto na Bancada da Bala: Estudo de Geografia Eleitoral na cidade de São Paulo (2012/2016)*. Mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, 2017.

FANON, Frantz. *Peles negras, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5ª Edição. São Paulo: Biblioteca Azul, 2012.

FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016*. Salvador: FBSP, 2016.

_____. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017*. Salvador: FBSP, 2017.

_____. *Pesquisa de vitimização e percepção de risco entre profissionais do sistema de segurança – Infográfico*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Núcleo de Estudos de Organizações e Pessoas EASP – Fundação Getúlio Vargas, SENASP – MJ, julho – 2015.

FERNANDES, Alan. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 2016.

FERNANDES, Ciro Antonio. *Como se forma um estrategista: um estudo sobre a vida e as competências dos oficiais da Polícia Militar do estado de São Paulo*. Mestrado em Administração, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2013.

FERNANDES, Heloisa. *Política e Segurança: a Força Pública do estado de São Paulo, Fundamentos Históricos e Políticos*, São Paulo: Alfa-Omega, 1973.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 8ª edição, Curitiba: Positivo, 2010.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

_____. Democracia Genocida. In: MACHADO-PINHEIRO, Rosana; FREIXO, Adriano de (orgs.). *Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro.; FREITAS, Felipe da Silva . Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 135, p. 49-72, 2017.

FLORESTAN, Fernandes. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FPA, Fundação Perseu Abramo; FES, Fundação Friedrich Ebert. *Discriminação Racial e Preconceito de cor no Brasil*. São Paulo, 2005.

FRAGA, Walter. Pós-Abolição: o dia seguinte. In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio. (orgs.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 355 – 357.

FRANÇA, Fábio Gomes. “Hierarquia da invisibilidade”: preconceito e homofobia na formação policial militar. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. 2016.

FREITAS, Felipe da Silva. *Discursos e práticas das políticas de controle de homicídios: uma análise do “Pacto pela Vida” do estado da Bahia (2011 – 2014)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade de Brasília, 2015.

_____. *Politizando o controle externo: o papel do Ministério Público nos casos de letalidade policial, uma análise comparativa das cidades de Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro*, Projeto de Tese - Seleção de Pós Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2015.

_____. Novas perguntas para a criminologia brasileira: poder, racismo e direito no centro da roda. *Caderno do CEAS*, Salvador, n. 238, p. 488 – 499, 2016.

_____. Pelo direito à vida segura: um estudo sobre a mobilização negra pela aprovação do Estatuto da Juventude no Congresso Nacional. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 2, 2019, p. 1335 – 1355.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GARCIA, Antonia. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GINDRI, Eduarda Toscani. *As disputas dóxicas no campo da revista discursos sediciosos (1996 – 2016): metacriminologia, engajamento político e os debates sobre gênero e raça*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade de Brasília, 2018.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. *The Discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*, New York: Aldine Pub. Co., 1967.

GOMES, Camilla de Magalhães. *Corpos negros e as cenas que não vi: um ensaio sobre os vazios de uma pesquisa criminológica situada*. *Sistema penal & Violência*, Porto Alegre, vol. 8, n. 1, p. 16 – 28, jan./jun. 2016.

GONZALEZ, Lélia. *O movimento negro na última década*. In: HASENBALG, Carlos; GONZALEZ, Lélia. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

_____. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. São Paulo, ANPOCS, *Ciências Sociais Hoje*, 2. ANPOCS, 1983, p. 223-244.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos)*. *Tempo Social*. Revista Sociologia USP, São Paulo, 13(2), 121 – 142, novembro de 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HUGGINS, Martha Knisely. *Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível*. *Caderno CRH*, Salvador, n 23, n. 60, Set/dez – 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Características da vitimização e do Acesso à Justiça no Brasil 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO CIDADANIA . *Projeto Juventude: documento de conclusão*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2004.

JUSTIÇA GLOBAL. *Execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais: uma aprovação da realidade brasileira*. 2001.

_____. *Violência Policial e Impunidade no Rio de Janeiro: o caso Wallace de Almeida*, 2007.

KANT DE LIMA, Roberto. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. 1ª Ed., Rio de Janeiro: PMERJ, 1994.

_____. *Polícia e exclusão na cultura judiciária*. *Tempo Social*. São Paulo: v. 9, n. 1, 1997.

_____. *Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público*. *Revista de Sociologia e Política*. v. 13, p. 23 – 38, 1999.

_____. “Administração de conflitos, espaço público e cidadania – uma perspectiva comparada”. *Revista Civitas*, Ano 1. No 1, dez 2001.

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula M. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal: uma bibliografia. *BIB*, n. 50, v. 2, Rio de Janeiro: 2000, p. 45 – 123.

KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi (orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017.;

KOPITKE, Alberto Liebling. *Segurança pública e democracia no Brasil: uma história de desencontros*. Mestrado em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

KÖSSLING, Karin Sant’Anna. *As lutas anti-racistas de afrodescendentes sob vigilância do DEOPS (1064 -1983)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

LIMA, Elcimar Maria de Oliveira. *Polícia e Policiamento: as ambivalências entre formação profissional e prática policial na periferia de Belém*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, 2011.

LIMA, Renato Sérgio de. *Mapeamento das conexões teóricas e metodológicas da produção acadêmica brasileira em torno dos temas da violência e da segurança pública e as suas relações com as políticas públicas da área adotadas nas últimas duas décadas 1990 – 2000*, São Paulo, 2009.

LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz (Orgs.). *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*, São Paulo: FBSP / ANPOCS / Urbania, 2011.

LIMA, Renato Sérgio de; CARBONARI, Flávia; FIGUEIREDO, Laís; PRÖGLHOF, Patrícia. Avaliação de resultados da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP. In: LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Camilo; FIGUEIREDO, Isabel (org.). *Avaliações, diagnósticos e análises de ações, programas e projetos de segurança pública*. Brasília: Ministério da Justiça, 2014, p.187 – 223.

LOPES Jr., Aury. *Direito Processual Penal*. São Paulo: Saraiva, 2018.

LOPES, Cleber da Silva. O setor da segurança privada da região metropolitana de São Paulo: crescimento, dimensões e características. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 26, n. 69, p. 599-617, Set./Dez. 2013.

LOPES, Edson (org.). *Política e Segurança Pública: uma vontade de sujeição*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

MACEDO, Andréia de Oliveira. *“Polícia, quando quer, faz!”: Análise da estrutura de governança do “Pacto pela Vida” de Pernambuco*. 141 f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 2012.

MACHADO, B. A.. Representações sociais sobre o controle externo da atividade policial: cultura organizacional e relações institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 19, n. 88, jan/fev 2011

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?. *Soc. estado*. vol.22 no.3 Brasília Sept./Dec. 2007.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. *Etnográfica* (Lisboa), v. 15, p. 67-82, 2011.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A experiência das UPPs: Uma tomada de posição. *Dilemas*, v. 8, p. 7-24, 2015.

MACHADO, Eduardo Paes; NORONHA, C. V.. *A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas*. *Sociologias* (UFRGS. Impresso), Porto Alegre, v. 4, n.7, p. 188-221, 2002.

MACHADO, Eduardo Paes ; NORONHA, C. V. . Padrões de trabalho e tendências do uso da força policial no Brasil.. In: Rubens Pinto Lyra. (Org.). *Direitos Humanos: Os desafios do século XXI*. 1ed.Brasília: Brasília Jurídica, 2002, v. 1, p. 225-240.

MARIANO, Benedito Domingos. *Ouvidoria da Polícia: A constituição pública dos Direitos Humanos - a primeira experiência de ombudsman de Polícia no Brasil*. Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

MARIMON, Saulo. *Violência policial e mecanismos de controle interno: a atuação da corregedoria geral de polícia no estado do Rio Grande do Sul (1999 - 2004)*. Dissertação Mestrado em Direito PUC RS, 2007.

MARQUES, Ana Maura Tomesani. CONASP: um jovem conselho em busca de sua identidade. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. v. 9, n. 2, São Paulo, Ago/Set. 2015, p. 180 – 197.

MARTINS, José de Souza. “Brasil tem um linchamento por dia, não é nada excepcional”. Entrevista realizada por María Martín. *El País*. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/09/politica/1436398636_252670.html.

Acesso em 26 de janeiro de 2020.

_____. *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

MATTOS, Geisa. *Flagrantes de racismo: imagens da violência policial e as conexões entre o ativismo no Brasil e nos Estados*. *Revista de Ciências Sociais*

UFC, V. 48, N. 2 (2017)

MELLO, Marília Montenegro Pessoa; VALENÇA, Manuela Abath. MULHERES E CONTROLE POLICIAL NO RECIFE DO INÍCIO DO SÉCULO XX. *Caderno do CEAS*, n 238, 2016.

MELLO, Marília Montenegro Pessoa de; ARAUJO, Higor Alexandre Alves de. Presunção de culpa: o Tribunal de Justiça de Pernambuco e o Flagrante Forjado. *Revista Direito Público*, Porto Alegre, vol. 16, n. 89, set./out. – 2019, p. 133 – 155.

MENEZES, Palloma. *Entre o fogo cruzado e o campo minado: uma etnografia do processo de pacificação de favelas cariocas*. Tese de Doutorado em sociologia UERJ, 2015.

MESQUITA NETO, Paulo. *Pesquisa e prática policial no Brasil*. São Paulo: NEV USP (mimeo), 1999.

_____. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. PANDOLFR, D.C. et al. (Orgs.). *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

_____. *Policiamento Comunitário: A Experiência de São Paulo*. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 7, n. 25. São Paulo: IBCCrim, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Vitimização policial. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. (orgs.) *Crime, polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, p. 519 - 526

MINGARDI, Guaracy. Corrupção e violência na polícia de São Paulo. In: Fundação Konrad Adenauer/ Biblioteca Jurídica Diké. (Org.). *Justicia en la calle*. Medelín: Fundação Konrad Adenauer/ Biblioteca Jurídica Diké, 1996.

MIRANDA, Ewerton José Braz. *O Chupa-Praça e o Aumento de Dez Reais: Um Estudo de Caso sobre a Greve dos Policiais Militares Pernambucanos de Julho de 1997*. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, IUPERJ, 1999.

MISSE, Michel; GRILLO, Carolina Christoph ; Neri, N. E. Letalidade policial e indiferença legal: a apuração judiciária dos 'autos de resistência' no Rio de Janeiro (2001-2011). *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 1, p. 43-72, 2015.

MONET, Jean Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. São Paulo: EDUSP, 2001.

MONJARDET, Dominique. *O que faz a polícia: sociologia da força pública*. São Paulo: EDUSP, 2002.

MOREIRA, Cícero. N. *De soldado de cristo a Promotor de direitos humanos: história, religião e cultura na Polícia Militar de Minas Gerais (1950–2004)*. Dissertação (Mestrado) 2013. 152f - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Belo Horizonte.

MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do negro no Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1994.

_____. *Rebeliões na senzala*. Rio Grande do Sul: Mercado Aberto, 1988.

_____. *Sociologia do negro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. *O papel do aparato policial do Estado no processo de dominação do negro*. Documento apresentado pelo Movimento Negro Unificado contra Discriminação Racial ao Congresso Nacional do Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979 (mimeo.).

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi (orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 40 – 41.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MUIR Jr., Willian Ker. *Police streetcorner politicians*. Chicago: University Express, 1977.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. *Ser Policial é, sobretudo, uma Razão de Ser*. Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Doutorado em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1999.

_____. Fé cega, facas amoladas: regime do medo e práticas de exceção. *Trincheira Democrática: Boletim do Instituto Baiano de Direito Processual Penal*. Ano 2, n. 6, Dezembro 2019, p. 7 – 8.

MUNIZ, Jacqueline; CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe da Silva. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira dos anos 2000, *BIB*, v. 84, n. 2, p. 148 – 187, 2018.

MUNIZ, Jacqueline; LARVIE, Sean Patrick; MUSUMECI, Leonarda; FREIRE, Bianca. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. *Tempo social*. vol.9 no.1 São Paulo May 1997.

MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JR., Domício; DINIZ, Eugênio. Uso da força e ostensividade na ação policial. *Conjuntura Política - Boletim de Análise*. Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política/UFMG, n. 6, abril de 1999, pp. 22-26.

MUNIZ, Jaqueline; PAES-MACHADO, Eduardo. Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento. *Caderno CRH*, v. 23, n 60, Salvador, set./dez. 2000, p. 437 – 447.

MUNIZ, Jaqueline; SILVA, Washington França. Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa. *Caderno CRH*, v. 23, n 60, Salvador, set./dez. 2000, p. 449 - 473.

MUNIZ, Jaqueline; SILVA, W. F. O fim da inocência: um ensaio sobre os atributos o saber policial de Rua. *Desafios à segurança Pública. Controle Social, desafio e gênero*. Marília: Oficina Universitária, p. 13 – 41, 2014.

MUNIZ, Jaqueline; MELLO, Kátia Sento Sé. Nem tão perto, nem tão longe. O dilema da construção da autoridade policial nas UPP's. Dossiê Políticas Públicas de segurança e Justiça. *Civitas*, v. 15, n. 1, jan./mar. 2015, p. 44 -65.

MUNIZ, Jacqueline; Jr. PROENÇA, Domício. Da accountability seletiva à plena responsabilidade policial. In: CARUSO, Haydée; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; BLANCO, Antônio Carlos Carballo (Org.) *Polícia, Estado e Sociedade: Saberes e Práticas Latino-americanos*. Rio de Janeiro, Publit Seleções Editoriais, 2007, p. 21 – 73.

MUNIZ, Jaqueline; PROENÇA JÚNIOR, Domício. Armamento é direitos humanos: nossos fins, os meios e seus modos. *Revista Sociedade e Estado - Volume 28 Número 1 - Janeiro/Abril 2013*.

MUNIZ, J.; PROENÇA Jr.; D. Mandato Policial. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. (orgs.) *Crime, polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 491 – 502.

MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JR., Domício; DINIZ, Eugênio. Uso da força e ostensividade na ação policial. *Conjuntura Política - Boletim de Análise*. Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política/UFMG, n. 6, abril de 1999, pp. 22-26.

MUSUMECI, Leonarda. Entre o grito e o tiro. Polícia, democracia e armas “menos letais”. *Boletim Segurança e Cidadania*, n. 16, novembro de 2015.

MUSUMECI, Leonarda; LEMGRUBER, Julita. Ouvidorias de polícia no Brasil, 15 anos depois. In: DURÃO, Susana e DARCK, Marcio (orgs.). *Polícia, segurança e ordem pública: Perspectivas portuguesas e brasileiras*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012, p. 219-248

NAÇÕES UNIDAS. *Princípios orientadores para a Aplicação Efetiva do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei*. Adotados pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas pela sua resolução 1989/61, de 24 de Maio de 1989.

_____. *Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei*. Adotados pelo Oitavo Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, realizado em Havana, 1990.

_____. *Relatório do Relator Especial de execuções extrajudiciais*,

sumárias ou arbitrárias: Adendo Missão ao Brasil. Dr. Philip Alston. Tradução Não-Oficial, Brasil: 2008. Disponível em <http://www.abant.org.br/conteudo/000NOTICIAS/OutrasNoticias/portugues.PDF>

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Andrea Ana. *Quando um homem da lei se torna um sem lei: os caminhos da corrupção policial*. Tese de Doutorado em Sociologia, UFRJ, 2014.

NEDER, Gizlene. Cidade, identidade e exclusão social. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997, pp. 106-134.

NEDER, Gizlene; NARO, Nancy; WERNECK DA SILVA, José, *A Polícia na Corte e no Distrito Federal: 1831 - 1930*, Rio de Janeiro: PUC Rio, 1981.

NERIS, Natália. *A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987 / 1988): um estudo das demandas por direitos*. Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas, Escola de Direito de São Paulo. São Paulo, 2015.

NOGUEIRA, Isildinha. *Significações do corpo negro*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1998.

NORONHA, Ceci Vilar, Machado, Eduardo Paes *et al.* Violência, etnia e cor: um estudo dos diferenciais na região metropolitana de Salvador. *Revista Pan-Americana de Saúde Pública*. Vol. 4, n. 5, Salvador, p. 268 - 278, 1998.

NORONHA, Ceci, Machado, Eduardo Paes *et al.* No olho do furacão: brutalidade policial, preconceito racial e controle da violência em Salvador. *Afro-Ásia*, nº 19-20, Salvador, CEAO/UFBA, 1997, pp. 201-226.

NOVAES, Bruna Portella. *Embranquecer a cidade negra: a gestão do trabalho de rua em Salvador no início do século XX*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2017.

NOVAES, Regina. Juventude e sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. *Sociologia especial: Ciência e Vida*, São Paulo, 1 (2), p. 6–15, 2007.

OACNUDH. Oficina Regional para América Central del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para os Direitos Humanos. *Guía práctica para elaborar informes sobre perfilamiento racial*. Dezembro de 2015

OLIVEIRA, Antonio. *Os fazedores da paz*. A polícia cidadã dos oficiais policiais militares da Bahia. Tese Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Luciano. Polícia e Classes Populares. *Cadernos de Estudos Sociais*, v, 1, n. 1, p. 85 – 96, 1985.

_____. Dos comissariados de polícia do Recife às UPPs do Rio de Janeiro. A polícia e a desjudicialização do direito processual nas "pequeníssimas"

causas. In: Alexandre Freire Pimentel; Fábio Túlio Barroso; Lúcio Grassi de Gouveia. (Org.). *Processo, Hermenêutica e Efetividade dos Direitos II*. 1ed. Recife: CEPE - COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO, 2015, v. 2, p. 103-118.

_____. *Manual de Sociologia Jurídica*. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

_____. De Rubens Paiva a Amarildo. “E Nego Sete”? O regime militar e as violações de direitos humanos no Brasil. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 2, 2018, p. 202 – 225.

ORTEGAL, Leonardo. Raça, criminologia e sociologia da violência: contribuições a um debate necessário. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, p. 527 – 542, 2016.

PACHECO, Ana Cláudia. Raça, Gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das ciências sociais brasileiras: um diálogo sobre o tema. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 34, p. 153 – 188, 2006.

PAIXÃO, Antônio Luiz. A organização policial numa área metropolitana. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 1, 1982, p. 63 – 85.

_____. O problema da polícia. *Série Estudos*, n. 91, p. 5 – 21, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1995.

PAIXÃO, Antonio; BEATO, Claudio. Crimes, vítimas e policiais. *Tempo soc.* vol.9 no.1 São Paulo May 1997.;CARDIA, Nancy. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. *Tempo soc.* vol.9, n. 1, São Paulo, Maio, 1997.

PINC, Tânia Maria. *O Uso da Força Não Letal pela Polícia nos Encontros com o Público*. Mestrado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007.

_____. *Treinamento Policial: Um Meio de Difusão de Políticas Públicas que incidem na conduta individual do Policial de Rua*. Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011.

PINHEIRO, Paulo Sérgio et al. Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo (81-89). São Paulo, *Revista da USP*, nº 9, p. 95-112, 1991.

_____. O controle da polícia no processo de transição democrática no Brasil. *Temas IMESC: Sociedade, Direito e Saúde*, p. 77 – 95, 1985.

_____. Polícia e Crise Política: o caso das polícias militares. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DA MATTA, Roberto; PAOLLI, Maria Célia. *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 57 – 92

_____. Violência de Estado e Classes Populares. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 2, 1979.

_____. Violência sem controle e militarização da polícia. *Núcleo de Estudos do CEBRAP*, v. 3, n. 1, 1983.

PIRES, George Luiz. *A cor da farda: as relações raciais na Polícia Militar de Sergipe*. Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Criminologia crítica e pacto narcísico: por uma criminologia crítica apreensível em pretuguês. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 135, ano 25, p. 541 – 562, São Paulo: Ed. RT, set. 2017.

_____. Estruturas intocadas: racismo e ditadura no Rio de Janeiro. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 2, 2018, p. 1054 – 1079.

PONCIONI, Paula. *Tornar-se policial: A construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2004.

_____. Identidade profissional policial. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. (orgs.) *Crime, polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, p. 503 – 510.

_____. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. *Soc. estado.*, Dez 2005, vol. 20, n. 3, p. 585-610.

PORTO, Maria Stela Grossi. Polícia e a Violência representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. *São Paulo em Perspectiva*, 18, 2004, p. 132 - 141.

PRANDO, Camila Cardoso de Mello. A Criminologia Crítica no Brasil e os estudos críticos sobre branquidade. *Revista Direito e Práxis*, v. 9, p. 70-84, 2018.

PROENÇA Jr, Domício; MUNIZ, J. . Operações Especiais e Segurança Pública. *REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA*, v. 11, p. 182, 2017.

QUEIROZ, Marcos V. Lustosa. *Constitucionalismo Brasileiro e Atlântico Negro: a experiência constituinte de 1823 e a Revolução Haitiana*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós graduação em Direito, Universidade de Brasília, 2017.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 5ª Edição, Lisboa: Gradiva, 2008.

RAMALHO NETO, Jaime P. Farda & "cor": um estudo racial nas patentes da polícia militar da Bahia. *Afro-Ásia*, 2012, no.45, p.67-94.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho*: ensaio de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

_____. *O problema do negro na sociologia brasileira*. Cadernos do Nosso Tempo, 2, jan./jun. 1954, p. 190 – 191.

_____. *Patologia social do branco brasileiro*. *Jornal do Comércio*, jan. 1955.

_____. *O negro desde dentro*. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. "Introdução crítica à sociologia brasileira". Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 242-241.

RAMOS, Paulo Cesar. "*Contrariando a Estatística*": a tematização dos homicídios pelos jovens negros no Brasil. Dissertação (Mestrado). Centro de Educação e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2014.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Record, 2005.

REGUEIRA, Chico. Defensoria Pública do RJ quer criação de protocolo de ação da polícia para operações na Maré. *G1*. 12 de agosto de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/12/mare-teve-15-mortos-em-confrontos-no-primeiro-semester-do-ano-diz-ong.ghtml>. Acesso em 16 de março de 2020.

REINER, Robert. *A política da polícia*. São Paulo: EDUSP, 2001.

REIS, Dyana Brito. A marca de Caim: as características que identificam o "suspeito", segundo o relato de policiais militares. *Caderno do CEAS*, n. 36, Salvador, jan/jun, 2002, p. 181 – 196.

_____. *O Racismo na Determinação da Suspeição*. Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.

REIS, Vilma. *Atucaiados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991 – 2001*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2005.

RIBEIRO, Aline; CAETANO, Guilherme; PRAZERES, Leandro; GRILLO, Marcos. A politização da polícia: com motins e mais cargos, categoria ganha novas armas. *O Globo*, 01 de março de 2020, p. 4 – 5.

RIBEIRO, Ludmila. Polícia Comunitária em Belo Horizonte: a hora e a vez dos estabelecidos? *Pensata Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP*, v. 4, p. 178-205, 2015.

RODRIGUES, Robson. *Entre a caserna e a rua: o dilema do "pato"*. Uma análise antropológica da identidade policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D João VI. Dissertação de Mestrado Antropologia UFF, 2009

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro). *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, UCAM, set. 1989.

RUDINICKI, Dani. O ingresso de bacharéis em direito na polícia militar gaúcha. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, nº 20, jul./dez. 2008, p. 108-137.

SÁ, Leonardo; SANTIAGO NETO, João Pedro de. *Entre tapas e chutes: um estudo antropológico do baculejo como exercício do poder policial no cotidiano da cidade. O público e o privado*. N. 18, jul./dez. 2011, p. 147 – 163.

SANSONE, Lívio. Fugindo para a força: cultura corporativista e "cor" na polícia militar do estado do Rio de Janeiro. *Estudos Afro-Asiáticos*. V. 24, n 3, Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS FILHO, Nelson Gomes dos. *Projeto Polícia Cidadã: uma análise do processo de implantação do novo modelo de gestão da atividade operacional da polícia militar da Bahia*. Mestrado em Administração, Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, 2002.

SANTOS, Adriano Oliveira dos. *Tiros na Democracia: de que lado ficou a Imprensa na Greve da Polícia Militar de Pernambuco?* Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

SANTOS, Patrícia Scalli dos. *"Vítimas, malandros e heróis": os sentidos da loucura na Polícia Militar*. Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve histórico do Pensamento Psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicologia: ciência e profissão*, n. 32, 2012, p. 166 – 175.

SANTOS, Emerson Figueiredo; CÔRREA, Elias da Silva. Análise crítica da Força Nacional de Segurança Pública diante do sistema constitucional do emprego das forças armadas em situações de grave perturbação da ordem pública. *Revista Brasileira de Estudos em Segurança Pública*, [S.l.], v. 6, n. 1, may 2014.

SANTOS, Gevanilda; SILVA, Maria Palmira. (orgs.). *Racismo no Brasil: Percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

SANTOS, Gislene Aparecida. *Invenção do Ser Negro: um percurso das ideias que naturalizam a inferioridade dos negros*. São Paulo: EDUC, 2002.

SANTOS, Luiz Alberto. Pronunciamento. In: IANNI, Octávio; SILVA, Benedita; SANTOS, Gevanilda; SANTOS, Luiz Alberto. *O negro e o socialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SANTOS, Misael Sousa. *Os usos da força física por policiais militares: descrevendo práticas, entendendo sentidos*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Bahia, 2014.

SCHLITTLER, Maria Carolina. *"MATAR MUITO, PRENDER MAL": a produção da*

desigualdade racial como efeito do policiamento ostensivo militarizado em SP. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. 2016

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2012.

_____. *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*. Salvador: EDUFBA, 2018

SCHWARCZ, Lilian Moritz. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: o contexto brasileiro. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz.; QUEIROZ, R. S. (Orgs.). *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 147 – 185.

SELL, Carlos Eduardo. As duas teorias do patrimonialismo em Max Weber: do modelo doméstico ao modelo institucional. *X Congresso ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política*. Belo Horizonte, 2016.

SHIRLEY, Robert. Atitudes com relação à polícia em uma favela no sul do Brasil. *Tempo Social*. vol.9 no.1 São Paulo May 1997

SILVA, Fernanda Lima. *Dançar em praça de guerra: precariedade e liberdade na cidade negra (Recife, 1870 – 1888)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2019.

SILVA, Fernanda Lima; VALENÇA, Manuela Abath; MELLO, Marília Montenegro Pessoa de. Policiados e policiais: dois tempos de uma história de criminalização. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 135, ano 25, São Paulo: Ed. RT, set. 2017, p. 97 – 129.

SILVA, Gilvan Gomes da. *A Lógica da PMDF na Construção do Suspeito*. Dissertação de Mestrado em Sociologia UnB. Brasília, DF, 2009.

SILVA, Jorge da. Representação e ação dos operadores do sistema penal no Rio de Janeiro. *Tempo social*. vol.9, n.1, São Paulo, maio, 1997.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 41ª Edição, São Paulo: Malheiros, 2018, p. 140 – 141.

SILVA, Maria Lúcia da. Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi (orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 71 – 90.

SINHORETTO, Jacqueline; BATITUCCI, Eduardo; MOTA, Fábio; SCHLITTLER, Maria; SILVESTRE, Giane; MORAIS, Danilo; SOUZA, Letícia; SOUSA, Rosânia; SILVA, Sabrina; OVALLE, Luiza; RAMOS, Paulo; ALMEIDA, Fabrício; MACIEL, WELLITON. A filtragem racial e a seleção de suspeitos: segurança pública e relações raciais. LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S. *Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais*. Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 5, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2014, p. 121 – 160.

SOARES, Barbara; LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; RAMOS, Silvia. O que pensam os policiais das UPPs. *Ciência Hoje*, n. 294, julho de 2012, pp. 34-39.

SOARES, Luiz Eduardo. Novas políticas de segurança pública. *Estudos Avançados*, n. 47, vol. 1, pp. 75-96, 2003.

_____. Porque tem sido tão difícil mudar as polícias?. In: Bernardo Kucinski et al. *Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 27 - 31.

_____. *Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos*. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. *O Brasil e seu duplo*. São Paulo: Todavia, 2019.

SOUZA, Neusa Santos. *Torna-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, L. A. F. Polícia, direito e poder de polícia. A polícia brasileira entre a ordem pública e a lei. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 11, n. 43. São Paulo: IBCCrim, 2003.

SOUZA, Marcos Santana de. *Sou policial, mas sou mulher*: gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo'. Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

STORANI, Paulo. Uso comedido da força letal: construindo um protocolo de engajamento. BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Cadernos Temáticos da CONSEG*, n. 05, p. 47-58. 2009

STRAUSS, A. L.; CORBIN, J. *Pesquisa Qualitativa: técnica e procedimentos para o desenvolvimento*. 2ª Edição, Porto Alegre: Artmed, 2008.

SUASSUNA, Rodrigo Figueiredo. *Confiança e reciprocidade entre policiais e cidadãos: a polícia democrática nas interações*. Tese (Doutorado em Sociologia)— Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. (coord). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programas de Polícia Comunitária no Brasil: avaliação de propostas de Políticas Públicas de segurança. In: LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S. *Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais*. Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 3, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2013, p. 205 – 235.

THEODORO, Mario. As mudanças recentes e a questão racial. In: FPA, Fundação Perseu Abramo; FES, Fundação Friedrich Ebert. (org.). *Classes, que classes? – Ciclo de Debates sobre Classes Sociais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 163 – 172.

UNITED NATIONS. *Report of the Working Group of Experts on People of African Descent on its fourteenth session – Mission to Brazil*. Geneve: 2014.

VALENÇA, Manuela Abath. *Soberania policial no Recife do início do século XX*. Tese de Doutorado, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, 2018.

VARGAS, João H. C.. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. *Revista de Antropologia*. v. 48, n. 1, São Paulo, 2005, p. 75 – 131.

_____. “Desidentificação”: a lógica de exclusão antinegra do Brasil. In: VARGAS, João; PINHO, Osmundo. *Antinegitude: a impossível sujeito negro na formação social brasileira*. Cruz das Almas: EDUFRB. 2016, p. 13 – 30.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. A polícia à luz da Sociologia da Violência: “policiólogos” entre a crítica e a intervenção. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. v. 9, Ago./Set. 2011, p. 72 – 86.

_____. As ciências sociais brasileiras e a formação do “campo da segurança pública”, *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 05, n. 09, p. 33 – 58.

_____. *Esboço de uma sociologia política das ciências sociais contemporânea (1968 – 2010): a formação do campo da segurança pública e o debate criminológico no Brasil*. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2014.

WANDERLEY, Gisela Aguiar. Filtragem racial na abordagem policial: a “estratégia de suspeição generalizada” e o (des)controle judicial da busca pessoal no Brasil e nos Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. Vol. 135, ano 25, São Paulo: Ed RT, set. 2017, p. 189 – 229.

ZACCONE, Orlando. *Indignos de Vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

ZACKSESKI, Cristina; GOMES, Patrick Mariano. O que é ordem pública no sistema de justiça criminal brasileiro?. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, vol. 10, n. 1, Fev./Mar. 2016, p. 108 – 125.

ZACKSESKI, Cristina. *A construção do conceito de ordem pública nas políticas de segurança dos distritos federais do Brasil e do México (1980-2005)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, 2006.

ZAFFARONI, Eugénio Raúl. *Criminologia: aproximación desde un margen*. Bogotá: Themis, 1988.

ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.. *Direito Penal Brasileiro I*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZALUAR, Alba. “Violência e Crime”. In: Micelli, S. (org.). *O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*, vol. 1: Antropologia. São Paulo, Sumaré/Anpocs, 1999.

_____. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970 – 1995)*. São Paulo: ANPOCS, 1999.

ZANETIC, André, PAES MANSO, Bruno, NATAL, Ariadne Lima, OLIVEIRA, Thiago Rodrigues. Legitimidade da polícia: segurança pública para além da dissuasão. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 4, out/dez 2016.

ZANINI, Marco Tulio; MIGUELES, Carmen Pires; COLMERAUER, Marcio e MANSUR, Juliana. Os elementos de coordenação informal em uma unidade policial de operações especiais. *Rev. adm. contemp.* [online]. 2013, vol.17, n.1 [citado 2018-01-15], pp.106-125.

ZUBERI, Tukufu; BONILLA-SILVA, Eduardo. *White logic, white methods: racism and methodology*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2008.

ZUBERI, Tukufu. Teoria crítica da raça e da sociedade nos Estados Unidos. *Caderno do CEAS*, Salvador, n. 238, p. 468 – 486, 2016.

ANEXOS

Anexo 1 – Levantamento das Produções do campo dos estudos policiais (1987 – 2017)

Ano	Referência	Categorias 1	Categorias 2	Categorias 3
1987	BARACHO, J. A.. Constituinte e Segurança Pública. <i>Revista de Informação Legislativa</i> . Brasília, ano 24, n. 94, abr/jun 1987	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Polícia e políticas de segurança pública	cultura organizacional e abordagem administrativa
1988	BRETAS, Marcos. <i>A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro</i> . Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1988.	Poder de Polícia	História da força policial	Práticas policiais
1991	PINHEIRO, Paulo Sérgio <i>et al.</i> Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo (81-89). São Paulo, <i>Revista da USP</i> , nº 9, p. 95-112, 1991.	Letalidade policial	Desvios de conduta e violência policial	Abordagem policial, suspeição e tirocínio
1991	SANTOS, Patrícia Scalli dos. " <i>Vítimas, malandros e heróis</i> ": os sentidos da loucura na Polícia Militar. Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.	Segurança e saúde ocupacionais	História da força policial	Práticas policiais
1995	PAIXÃO, Antonio L. O problema da polícia. <i>Série Estudos</i> , n. 91, p. 5 – 21, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1995	Práticas policiais	Confiança e imagem da polícia	relações comunitárias
1996	BENEVIDES, Maria Victória. A polícia sob controle da sociedade a que serve. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio <i>et alii.</i> <i>O papel da polícia no regime democrático</i> . São Paulo, MAGEART, 1996.	Mecanismos de responsabilização e accountability	Práticas policiais	Arquitetura e/ou modelo organizacional
1996	CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. Remilitarização da segurança pública: a Operação Rio. <i>Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade</i> . Rio de Janeiro: Relume, ano 1, n. 1, 1 Semestre de 1996, p.	Polícia e políticas de segurança	Práticas policiais	Desvios de conduta e violência policial

	141 – 168.	pública		
1996	MINGARDI, Guaracy. Corrupção e violência na polícia de São Paulo. In: Fundação Konrad Adenauer/ Biblioteca Jurídica Diké. (Org.). <i>Justicia en la calle</i> . Medellín: Fundação Konrad Adenauer/ Biblioteca Jurídica Diké, 1996.	Corrupção policial	Desvios de conduta e violência policial	Abordagem policial, suspeição e tirocínio
1996	BRANDÃO, Eliane R. <i>Nos corredores da DEAM: um ensaio etnográfico sobre mulheres e violência conjugal</i> . Dissertação de Mestrado, Instituto de Medicina Social / UERJ, Rio de Janeiro, 1996.	Polícia e Gênero	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
1996	CERQUEIRA, Carlos Magno N.. Políticas de segurança pública para um Estado democrático de direito chamado Brasil. <i>Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade</i> , Rio de Janeiro, ano 1, n 2, p. 191 - 211, 1996.	Polícia e políticas de segurança pública	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
1997	BATISTA, Nilo. A violência do estado e os aparelhos policiais. <i>Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade</i> . 1997, p. 145 – 154.	Desvios de conduta e violência policial	Práticas policiais	Polícia e políticas de segurança pública
1997	CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. A criminalidade da polícia. <i>Revista Brasileira de Ciências Criminais</i> , n 19, julho – setembro de 1997, São Paulo: RT, p 242 - 252.	Corrupção policial	Desvios de conduta e violência policial	Abordagem policial, suspeição e tirocínio
1997	CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. A polícia comunitária: uma nova visão de política de segurança pública. <i>Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade</i> . 1997, p. 155 – 172.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Práticas policiais

1997	CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia. <i>Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade</i> . Rio de Janeiro: Relume, ano 2, n. 3, 1 Semestre de 1997, p. 115 – 140	Polícia e políticas de segurança pública	Modalidades de policiamento	Práticas policiais
1997	CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. Outros aspectos da criminalidade da polícia. <i>Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade</i> . Ano 3, n. 5 – 6, 1997, p. 179 – 192.	Desvios de conduta e violência policial	Corrupção policial	Mecanismos de responsabilização e accountability
1997	KANT DE LIMA, Roberto. Polícia e exclusão na cultura judiciária. <i>Tempo Social</i> . São Paulo: v. 9, n. 1, 1997.	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Desvios de conduta e violência policial
1997	MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JR. Domício. Administração estratégica da ordem pública. In: <i>Lei e Liberdade</i> . Comunicações do Iser, ano 16, n. 48, 1997, pp: 14-16.	Poder de Polícia	Padrões de desempenho policial	mandato policial
1997	NORONHA, Ceci, Machado, Eduardo Paes et al. No olho do furacão: brutalidade policial, preconceito racial e controle da violência em Salvador. <i>Afro-Ásia</i> , nº 19-20, Salvador, CEAO/UFBA, 1997, pp. 201-226.	Polícia e relações raciais	Desvios de conduta e violência policial	Abordagem policial, suspeição e tirocínio
1997	BRETAS, Marcos. Observações sobre a falência dos modelos policiais. <i>Tempo Social</i> . Revista de Sociologia da USP, v. 9, n 1, São Paulo, 1998, p. 79 - 89.	Modalidades de policiamento	História da força policial	Práticas policiais
1997	PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. <i>Tempo Social</i> . São Paulo, v. 9, n. 1, 1997.	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Práticas policiais	Desvios de conduta e violência policial
1997	SHIRLEY, Robert. Atitudes com relação à polícia em uma favela no sul do Brasil. <i>Tempo Social</i> . vol.9 no.1 São Paulo May 1997	Confiança e imagem da polícia	Práticas policiais	relações comunitárias

1997	MUNIZ, Jacqueline; LARVIE, Sean Patrick; MUSUMECI, Leonarda; FREIRE, Bianca. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. <i>Tempo social</i> . vol.9 no.1 São Paulo May 1997	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Práticas policiais
1997	SILVA, Jorge da. Representação e ação dos operadores do sistema penal no Rio de Janeiro. <i>Tempo social</i> . vol.9, n.1, São Paulo, maio, 1997	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais	Polícia e políticas de segurança pública
1997	PAIXÃO, Antonio; BEATO, Claudio. Crimes, vítimas e policiais. <i>Tempo soc.</i> vol.9 no.1 São Paulo May 1997	Confiança e imagem da polícia	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
1997	CARDIA, Nancy. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. <i>Tempo soc.</i> vol.9, n. 1, São Paulo, Maio, 1997.	Confiança e imagem da polícia	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais
1998	ALVITO, Marcos. <i>As cores de Acari</i> . Tese de Doutorado em sociologia, São Paulo, FFCHLCH, USP	Desvios de conduta e violência policial	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
1998	CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. As políticas de segurança pública do Governo Leonel Brizola. <i>Revista Arché</i> , Rio de Janeiro, Faculdade de Direito Candido Mendes, ano VII, n. 9, maio 1998.	Polícia e políticas de segurança pública	História da força policial	Práticas policiais
1998	CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. <i>Do patrulhamento ao policiamento comunitário</i> . Rio de Janeiro: ICC/Revan, 1998.	Modalidades de policiamento	Práticas policiais	Polícia e políticas de segurança pública

1998	KARAM, Maria Lucia. Segurança pública e processo de democratização. <i>Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade</i> . Rio de Janeiro: Relume, ano 3, n. 4, 1998.	Polícia e políticas de segurança pública	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Práticas policiais
1998	NORONHA, Ceci Vilar, Machado, Eduardo Paes et al. Violência, etnia e cor: um estudo dos diferenciais na região metropolitana de Salvador. <i>Revista Pan-Americana de Saúde Pública</i> . Vol. 4, n. 5, Salvador, p. 268 - 278, 1998.	Polícia e relações raciais	Desvios de conduta e violência policial	Letalidade policial
1998	SALES, Adalberto. Reformas das polícias: só com interação com a sociedade. <i>Direitos Humanos: segurança, justiça e cidadania</i> . Fev. 1998, Recife: GAJOP.	Reforma Policial	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Arquitetura e/ou modelo organizacional
1998	SENTO SÉ, João Trajano. Imagens da ordem, vertigem e caos. O debate sobre políticas de segurança pública no Rio de Janeiro nos anos 80 e 90. <i>Arché</i> , n. 10, Rio de Janeiro, Faculdades Integradas Candido Mendes, 1998.	Polícia e políticas de segurança pública	História da força policial	Práticas policiais
1998	SOUZA, Luís Antonio Francisco de. Autoridade, violência e reforma policial. A polícia preventiva através da historiografia de língua inglesa. <i>Estudos Históricos</i> Rio de Janeiro, no 22, 1998.	Reforma Policial	Modalidades de policiamento	Arquitetura e/ou modelo organizacional
1999	ADORNO, Sérgio ; CARDIA, Nancy. Dilemas do controle democrático da violência, execuções sumárias e grupos de extermínios. In: TAVARES, José Vicente (Org.). <i>Violência em tempo de globalização</i> . São Paulo: Hucitec, 1999.	Mecanismos de responsabilização e accountability	Desvios de conduta e violência policial	Práticas policiais
1999	BEATO, Claudio. <i>Ação e estratégia das organizações policiais</i> . Belo Horizonte: UFMG, 1999.	Práticas policiais	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública

1999	ALBUQUERQUE, Carlos Francisco L. <i>Escola de Btavos - cotidiano e currículo numa academia de polícia militar</i> . Dissertação de Mestrado em Sociologia, 1999.	Formação e Qualificação profissional	História da força policial	Arquitetura e/ou modelo organizacional
1999	ABREU, Sandra Cristina Souza Reis. <i>Espelho, Espelho Meu...</i> Nova imagem da polícia militar, uma questão (também) curricular. Dissertação de Mestrado em Educação. UFBA, 1999	Formação e Qualificação profissional	Práticas policiais	Arquitetura e/ou modelo organizacional
1999	MESQUITA NETO, P. <i>Policamento Comunitário: A Experiência de São Paulo</i> . In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 7, n. 25. São Paulo: IBCCrim, 1999.	Modalidades de policiamento	Práticas policiais	Polícia e políticas de segurança pública
1999	MESQUITA NETO, Paulo. <i>Pesquisa e prática policial no Brasil</i> . São Paulo: NEV USP (mimeo), 1999.	Práticas policiais	Polícia e políticas de segurança pública	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
1999	MISSE, Michel. <i>Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro</i> . Tese de Doutorado, IUPERJ, 1999.	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Poder de polícia
1999	MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JR., Domício; DINIZ, Eugênio. <i>Uso da força e ostensividade na ação policial. Conjuntura Política - Boletim de Análise</i> . Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política/UFMG, n. 6, abril de 1999, pp. 22-26.	Uso da força e armamentos	Práticas policiais	Abordagem policial, suspeição e tirocínio
1999	SENTO SÉ, João Trajano; SOARES, Luiz Eduardo. <i>Dilemas de um aprendizado difícil: estado e segurança pública no Rio de Janeiro</i> . Laboratório de Análises da Violência, 1999.	Polícia e políticas de segurança pública	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
1999	MESQUITA NETO, Paulo. <i>Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle</i> . PANDOLFR, D.C. et al. (Orgs.). <i>Cidadania, justiça e violência</i> . Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.	Desvios de conduta e violência policial	Mecanismos de responsabilização e	Arquitetura e/ou modelo organizacional

			accountability	
1999	ALBUQUERQUE, Carlos Francisco Linhares de. <i>Escola de Btavos: cotidiano e currículo numa academia de Polícia Militar</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 1999.	Formação e Qualificação profissional	Práticas policiais	História da força policial
1999	Barcelos, Jorge Alfredo Pacheco de. <i>As condições e a organização de trabalho dos policiais militares que executam o policiamento ostensivo: um estudo de caso na Brigada Militar em Porto Alegre/RS</i> . Mestrado em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.	Carreira de trabalho e profissionalização	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública
1999	MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. <i>Ser Policial é, sobretudo, uma Razão de Ser</i> . Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Doutorado em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1999.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais	mandato policial
1999	SILVA, Celma Fernanda Tavares de Almeida e. <i>Violência Policial: Reflexões sobre sua tolerância entre segmentos da Sociedade no Recife</i> . Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, 1999.	Desvios de conduta e violência policial	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	confiança e imagem da polícia
2000	BICUDO, H. A Unificação das polícias no Brasil. <i>Estudos Avançados</i> . São Paulo, n. 40, set./dez. 2000	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Reforma Policial	Modalidades de policiamento
2000	COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Discurso sobre segurança e produção de subjetividades. <i>Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade</i> . 2000.	Polícia e políticas de segurança pública	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)

2000	SOARES, G. A. D.. Quem tem Medo da PM? A Confiança na Polícia Militar do Distrito Federal e suas relações com variáveis estruturais, demográficas e a experiência com a Violência. <i>Revista Brasileira de Ciências Criminais</i> , São Paulo, v. 8, n.32, p. 269-278, 2000.	Confiança e imagem da polícia	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2000	THOMPSON, Augusto. Reforma da polícia: missão impossível. <i>Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade</i> . 2000	Reforma Policial	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Modalidades de policiamento
2000	MARIANO, Benedito Domingos. <i>Ouvidoria da Polícia: A constituição pública dos Direitos Humanos - a primeira experiência de ombudsman de Polícia no Brasil</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.	Controle Interno da atividade policial	Mecanismos de responsabilização e accountability	Desvios de conduta e violência policial
2000	NEME, Cristina. <i>A instituição policial na ordem democrática: O Caso da polícia militar do Estado de São Paulo</i> . Mestrado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2000.	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Mecanismos de responsabilização e accountability	Desvios de conduta e violência policial
2000	SANTOS, Adriano Oliveira dos. <i>Tiros na Democracia: de que lado ficou a Imprensa na Greve da Polícia Militar de Pernambuco?</i> Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco, 2000.	Sindicatos, associações e ativismo policial	História da força policial	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2001	ALBUQUERQUE, Carlos Linhares de; PAES MACHADO, Eduardo. <i>Sob o signo de marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar</i> . Sociologias. Porto Alegre, ano 3, n. 5, jan/jun 2001, p. 241 – 237.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Formação e Qualificação profissional	Práticas policiais
2001	BATISTA, Nilo. Recordações. In: CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth (org). <i>O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia</i> . Coleção Política Amanhã. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.	Polícia e políticas de segurança pública	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2001	CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth (org). <i>O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia</i> . Coleção Política Amanhã. Rio de Janeiro:	Polícia e políticas de	Práticas policiais	Representações sociais da e

	Freitas Bastos, 2001.	segurança pública		sobre a polícia (ethos)
2001	KANT DE LIMA, Roberto. Administração de conflitos, Espaço Público e Cidadania: uma perspectiva comparada. <i>Civitas</i> , ano 1, 2001	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2001	MORETZOHN, Sylvia. O sonho do capitão. In: CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth (org). <i>O futuro. De uma ilusão: o sonho de uma nova polícia</i> . Coleção Política Amanhã. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.	Polícia e políticas de segurança pública	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2001	AGOSTINI, Jorge Luiz. <i>Polícia - Um Olhar Vertical</i> . Mestrado em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais
2001	BAHIA, Maria Cândida dos Anjos <i>Mulheres do comendo das organizações: um caso de polícia</i> . Mestrado em Administração. Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, 2001.	Polícia e Gênero	Cultura organizacional e abordagem administrativa	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2001	GOMES, Martin Luis. <i>Diferenças entre a Gestão dos Oficiais da Brigada Militar e dos Delegados de Polícia segundo Modelo de Administração Autoritário e Participativo Definido por Likert</i> . Mestrado em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001	Cultura organizacional e abordagem administrativa	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Modalidades de policiamento
2001	LEON, Moacir Perrone de. <i>Modelo de Polícia: na Percepção de Autoridades, Profissionais e Especialistas em Segurança Pública, que Representam Diversos Estratos Sociais</i> . Mestrado em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Confiança e imagem da polícia	Práticas policiais

2001	PEREIRA NETO, Luiz Fernando Kramer Pereira. <i>Violência Policial: (Des)Valor Probatório dos Atos de Investigação Preliminar no Processo Penal Brasileiro</i> . Mestrado em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.	Desvios de conduta e violência policial	Mecanismos de responsabilização e accountability	Práticas policiais
2001	Reis, Dyane Brito. <i>O Racismo na Determinação da Suspeição</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.	Polícia e relações raciais	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Práticas policiais
2002	BARREIRA, C.; BRASIL, M. G. M. . Academias de Polícia e Universidade - Parcerias e Resistências. In: Governo do Estado do Rio Grande do Sul. (Org.). <i>Coleção Segurança Pública e Democracia</i> . Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002, v. 1, p. 151-164.	Formação e qualificação profissional	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2002	MACHADO, Eduardo Paes ; NORONHA, C. V. . A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. <i>Sociologias</i> (UFRGS. Impresso), Porto Alegre, v. 4, n.7, p. 188-221, 2002.	Desvios de conduta e violência policial	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Mecanismos de responsabilização e accountability
2002	MACHADO, Eduardo Paes ; NORONHA, C. V. . Padrões de trabalho e tendências do uso da força policial no Brasil.. In: Rubens Pinto Lyra. (Org.). <i>Direitos Humanos: Os desafios do século XXI</i> . 1ed.Brasília: Brasília Jurídica, 2002, v. 1, p. 225-240.	Uso da força e armamentos	Modalidades de policiamento	Abordagem policial, suspeição e tirocínio
2002	REIS, D. B.. A marca de Caim: as características que identificam o suspeito, segundo relatos de policiais militares. <i>Caderno CRH</i> , Salvador, n. 36, p. 181- 196, jan-jun 2002	Polícia e relações raciais	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Práticas policiais
2002	SANSONE, Lívio. Fugindo para a força: cultura corporativista e "cor" na polícia militar do estado do Rio de Janeiro. <i>Estudos Afro-Asiáticos</i> . V. 24, n 3, Rio de Janeiro, 2002.	Polícia e relações raciais	Carreira de trabalho e profissionalização	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)

2002	CARVALHO, Glauco Silva de. <i>Forças Públicas: Instrumento de defesa da autonomia estadual e de sustentação da política dos governadores na Primeira República (1889-1930)</i> . Mestrado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2002.	Arquitetura e/ou modelo organizacional	História da força policial	Modalidades de policiamento
2002	SANTOS FILHO, Nelson Gomes dos. <i>Projeto Polícia Cidadã: uma análise do processo de implantação do novo modelo de gestão da atividade operacional da polícia militar da Bahia</i> . Mestrado em Administração, Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, 2002.	Cultura organizacional e abordagem administrativa	Modalidades de policiamento	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2002	FONSECA, Jeferson Aderbal. <i>Comprometimento Organizacional em uma Organização em Mudança: O Caso da Polícia Militar de Minas Gerais</i> . Mestrado em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.	Cultura organizacional e abordagem administrativa	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Modalidades de policiamento
2002	HOLLANDA, Cristina Buarque de. <i>Política e Direitos Humanos: Política de Segurança Pública no Primeiro Governo Brizola (1983-1986)</i> . Mestrado em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 2002.	Polícia e políticas de segurança pública	História da força policial	Práticas policiais
2002	OLIVEIRA, Laudicéia Soares de. <i>Na "Mira" da Supremacia Masculina - Um Estudo de Relações de Gênero no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 2002.	Polícia e Gênero	Formação e Qualificação profissional	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2003	ARAÚJO FILHO, Wilson. <i>Ordem pública ou ordem unida? Uma análise do curso de formação de soldados da Polícia Militar em comparação com a política de segurança pública do governo do estado do Rio de Janeiro</i> . In: <i>Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública</i> . Niterói: EDUFF, 2003.	Formação e Qualificação profissional	Polícia e políticas de segurança pública	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2003	RATTON, J.L.. <i>Notas Introdutórias sobre violência policial no Brasil</i> . <i>Revista da Faculdade de Direito de Olinda</i> , Olinda, v. 6, p. 31-43,	Desvios de conduta e	Mecanismos de responsabilizaçã	Abordagem policial,

	2003.	violência policial	o e accountability	suspeição e tirocínio
2003	RONILSON DE SOUZA, Luiz. <i>O currículo de formação dos soldados da PM</i> . Dissertação de Mestrado em Educação, 2003.	Formação e Qualificação profissional	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2003	SOARES, Luiz Eduardo. Novas políticas de segurança pública. <i>Estudos Avançados</i> , n. 47, vol. 1, pp. 75-96, 2003.	Polícia e políticas de segurança pública	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2003	SOUZA, L. A. F. Polícia, direito e poder de polícia. A polícia brasileira entre a ordem pública e a lei. <i>Revista Brasileira de Ciências Criminas</i> , ano 11, n. 43. São Paulo: IBCCrim, 2003.	Poder de Polícia	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2004	ABREU, S. R.; BENGOCHEA. J. L. P.; GUIMARÃES, L. B.; GOMES, M. L. A . "Transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã". <i>São Paulo em perspectiva</i> ; 18, 1: 119-131, 2004.	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública
2004	ABREU, S. R.; BENGOCHEA. J. L. P.; GUIMARÃES, L. B.; GOMES, M. L. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. <i>São Paulo em perspectiva</i> , 18(1): 119-131, 2004.	Reforma Policial	Modalidades de policiamento	Práticas policiais
2004	BELLI, Benoni. Violência policial e segurança pública: democracia e continuidade autoritária no Brasil contemporâneo. <i>Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas</i> , Piracicaba , v.15 , p. 17-34, n.37, maio/ago. 2004.	Desvios de conduta e violência policial	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Mecanismos de responsabilização e accountability
2004	CARUSO, Haydée. <i>Das práticas e dos seus saberes: A construção do "fazer policial" entre praças da PMERJ</i> . Dissertação de Mestrado em Antropologia - UFF, 2004	Formação e Qualificação profissional	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais

2004	COSTA, Artur Trindade. <i>Como as democracias controlam as polícias: os mecanismos institucionais de controle da atividade policial</i> . <i>Novos Estudos</i> . CEBRAP, v. 70, n. 3, 2004, p. 65 - 78	Mecanismos de responsabilização e accountability	Reforma Policial	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2004	MEDEIROS, Afonso Mateus. Aspectos institucionais da unificação das polícias no Brasil. <i>Dados - Revista de Ciências Sociais</i> [en linea] 2004,	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Reforma Policial	Polícia e políticas de segurança pública
2004	MESQUITA NETO, P. Policiamento Comunitário e Prevenção do Crime: a visão dos coronéis da polícia militar. In: <i>São Paulo em Perspectiva</i> 18(1): 103-110, 2004	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2004	PONCIONI, Paula. <i>Tornar-se policial: A construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro</i> . Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2004.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais	Carreira de trabalho e profissionalização
2004	PORTO, Maria Stela Grossi. Polícia e a Violência representações sociais de elites policia do Distrito Federal. <i>São Paulo em Perspectiva</i> , 18, 2004, p. 132 - 141.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais	Polícia e políticas de segurança pública
2004	RAMOS, Silvia; MUSUMESCI, Leonarda. <i>"Elemento suspeito"</i> . Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. <i>Boletim Segurança e Cidadania</i> , n. 8, novembro de 2004.	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Polícia e relações raciais	Desvios de conduta e violência policial
2004	AFFONSO, Beatriz Stella de Azevedo. <i>O Controle Externo da Polícia: a implementação da Lei Federal 9.229-96 no Estado de São Paulo</i> . Mestrado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras de Ciências Humanas, 2004.	Controle Externo da Atividade Policial	Mecanismos de responsabilização e accountability	Desvios de conduta e violência policial

2004	ALVES, Fernando Antonio da Silva. <i>Organizações Policiais no Estado de São Paulo: Dificuldades de Integração e Mecanismos de Controles</i> Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.	Mecanismos de responsabilização e accountability	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Modalidades de policiamento
2004	ASFORA, Silvia Cauás. <i>Qualidade de vida no trabalho de policiais militares da região metropolitana do Recife</i> . Mestrado em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.	Segurança e saúde ocupacionais	Carreira de trabalho e profissionalização	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2004	FILHO, Wilson de Araújo. <i>PREPARADOS PÁRA O FRACASSO: Polícia e política no Rio de Janeiro (1999-2002)</i> . Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.	Polícia e políticas de segurança pública	Práticas policiais	História da força policial
2004	OLIVEIRA JUNIOR, Emmanuel Silva Nunes de. <i>Política Pública e estratégias de controle da Ação Letal das Instituições Policiais em São Paulo</i> . Mestrado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2004.	Mecanismos de responsabilização e accountability	Desvios de conduta e violência policial	Letalidade policial
2005	ANCHIETA, Vânia Cristine Cavalcante; GALINKIN, Ana Lúcia. Policiais civis: representando a violência. <i>Psicol. Soc.</i> , Abr 2005, vol.17, no.1, p.29-37.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2005	COMPARATO, Bruno Konder. <i>As ouvidorias de polícia no Brasil: controle e participação</i> . Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, 2005.	Controle Interno da atividade policial	Mecanismos de responsabilização e accountability	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2005	NEVES, Paulo Sérgio da Costa. Qual polícia para qual sociedade? O policiamento comunitário em Sergipe. <i>CADERNO CRH</i> , Salvador, v. 18, n. 45, p. 447-459, Set./Dez. 2005	Modalidades de policiamento	Práticas policiais	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2005	OLIVEIRA, Antonio. <i>Os fazedores da paz</i> . A polícia cidadã dos oficiais policiais militares da Bahia. Tese Doutorado em Ciência Política,	Relações comunitárias	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de

	Universidade de São Paulo, 2005.			segurança pública
2005	PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. <i>Soc. estado.</i> , Dez 2005, vol.20, no.3, p.585-610.	Formação e qualificação profissional	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Carreira de trabalho e profissionalização
2005	REIS, Vilma M. dos S.. <i>Atuados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991 – 2001</i> . Dissertação, Mestrado em Sociologia, Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2005.	Polícia e relações raciais	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Práticas policiais
2005	SILVA, Jorge da. <i>Violência e identidade social: um estudo comparativo sobre a atuação policial em duas comunidades do Rio de Janeiro</i> . Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.	Práticas policiais	Polícia e políticas de segurança pública	Desvios de conduta e violência policial
2005	VARGAS, João H. Costa. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. <i>Revista de Antropologia USP</i> , v. 48, n. 1, 2005.	Polícia e relações raciais	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Desvios de conduta e violência policial
2005	AGUIAR, Elaine Aparecida de. <i>Política Pública de Segurança: estudo de caso da implementação do Programa Polícia Comunitária em Recife-PE</i> . Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Práticas policiais
2005	CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da. <i>Para Administrar a Ordem Pública e a Aplicação da Lei: Formas de Policiamento em uma Perspectiva Comparada Brasil-Estados Unidos - Uma Análise das Experiências de Belo Horizonte-MG e Washington-DC</i> . Doutorado em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.	Práticas policiais	Modalidades de policiamento	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)

2005	GOMES, Marcia Canario de Oliveira. <i>A influência da Filosofia do Policiamento Comunitário para a Democratização das Políticas de Segurança Pública e para o Respeito aos Direitos Humanos no Brasil'</i> . Mestrado em Ciência Política, Universidade de Brasília, 2005.	Modalidades de policiamento	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Mecanismos de responsabilização e accountability
2005	MIRANDA, José da Cruz Bispo de. <i>Da academia à rua: a zona de orquestração da moral no campo policial</i> . Doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais	Modalidades de policiamento
2005	OLIVEIRA, Antonio Santos. <i>Os Fazedores de Paz - a polícia cidadã dos oficiais policiais militares da Bahia</i> . Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2005.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais	confiança e imagem da polícia
2005	PASSOS, Gleise da Rocha. <i>Vinho Velho em Garrafas Novas: Dilemas e Implicações do Policiamento Comunitário num bairro de Aracaju, SE</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2005	SILVA, José Walterler dos Santos. <i>Policiamento comunitário análises e perspectivas para o futuro</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2006	ALBERNAZ, E. R. ; CARUSO, Haydée ; MORAES, L. P. B. . A Polícia que queremos: desafios para a reforma da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. <i>Cadernos ADENAUER</i> (São Paulo), v. 2, p. 105-118, 2006.	Reforma Policial	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Práticas policiais
2006	CAVALCANTI, Denise Fernanda de Lima. A experiência num campo desconhecido: a instituição policial entendida por uma estudante de psicologia. <i>Psicol. cienc. prof.</i> , 2006, vol.26, no.1, p.144-153.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Confiança e imagem da polícia	Polícia e políticas de segurança pública

2006	LEMOS-Nelson, Ana Tereza. Grupos de Extermínio e accountability em âmbito municipal. <i>CADERNO CRH</i> , Salvador, v. 19, n. 47, p. 233-245, Maio/Ago. 2006	Mecanismos de responsabilização e accountability	Desvios de conduta e violência policial	Letalidade policial
2006	PIRES, Lenin. <i>Esculhamba, mas não esculhacha!</i> um relato sobre os usos dos trens urbanos da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, enfatizando as práticas de comerciantes ambulantes e conflitos existentes entre estes e outros atores, naquele espaço social. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, 2006.	Desvios de conduta e violência policial	Polícia e políticas de segurança pública	Abordagem policial, suspeição e tirocínio
2006	BARROS, Geová da Silva. <i>Racismo Institucional: A Cor da Pele como Principal Fator de Suspeição</i> . Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, 2006.	Polícia e relações raciais	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Desvios de conduta e violência policial
2006	CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. <i>O Trabalho Feminino no Policiamento Operacional: Subjetividade, Relações de Poder e Gênero na Oitava Região da Polícia Militar de Minas Gerais</i> . Doutorado em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.	Polícia e gênero	Carreira de trabalho e profissionalização	cultura organizacional e abordagem administrativa
2006	MIRANDA, Ewerton José Braz. <i>O Chupa-Praça e o Aumento de Dez Reais: Um Estudo de Caso sobre a Greve dos Policiais Militares Pernambucanos de Julho de 1997</i> . Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, 2006.	Sindicatos, associações e ativismo policial	História da força policial	Carreira de trabalho e profissionalização
2006	MAMBACH, Patrícia Ribeiro. <i>A Polícia na Sociedade Contemporânea: Influência dos discursos de repressão na atividade do policial militar do Rio Grande do Sul</i> . Mestrado em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Polícia e políticas de segurança pública

2006	PETRONILHA, Leonardo da Silva. <i>A polícia de direitos humanos no Rio de Janeiro: Ouvidoria da Polícia e Corregedoria Geral Unificada - Estratégias de controle social no Estado Democrático de Direito</i> (1999-2006). Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.	Mecanismos de responsabilização e accountability	Modalidades de policiamento	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2006	SILVA, Carlos Augusto Gomes Souza. <i>O trabalho na organização policial militar: natureza e significados atribuídos pelo operador do policiamento ostensivo fardado</i> . Mestrado em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2006.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Carreira de trabalho e profissionalização	Práticas policiais
2007	ALBERNAZ, Elizabete Ribeiro ; CARUSO, Haydée ; MORAES, Luciane Patrício Braga de. Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro: o caso do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais. <i>São Paulo em Perspectiva</i> (Impresso), v. 21, p. 39-52, 2007.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2007	BRITO, E. A ficção e a realidade: A imagem da polícia na literatura dos primeiros anos da república brasileira. In: <i>Revista Língua e Letras</i> , v. 8, nº 15, p.119-129. São Paulo: 2007.	Confiança e imagem da polícia	História da força policial	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2007	JÚNIOR, Almir Alcântara. <i>Cultura e atitudes ocupacionais entre policiais militares em Belo Horizonte</i> . Tese de Doutorado em Ciências Humanas (Sociologia e Política). UFMG. 2007	Carreira de trabalho e profissionalização	Confiança e imagem da polícia	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2007	MARIMON, Saulo. <i>Violência policial e mecanismos de controle interno: a atuação da corregedoria geral de polícia no estado do Rio Grande do Sul</i> (1999 - 2004). Dissertação Mestrado em Direito PUC RS, 2007.	Controle Interno da atividade policial	Desvios de conduta e violência policial	Mecanismos de responsabilização e accountability
2007	MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENÇA Jr., Domício Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. <i>Estud. av.</i> , Dez 2007, vol.21, no.61, p.159-172.	Mandato Policial	Poder de polícia	Mecanismos de responsabilização e

				accountability
2007	MUNIZ, Jacqueline; Jr. PROENÇA, Domício. Da accountability seletiva à plena responsabilidade policial. In: CARUSO, Haydée; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; BLANCO, Antônio Carlos Carballo (Org.) <i>Polícia, Estado e Sociedade: Saberes e Práticas Latino-americanas</i> . Rio de Janeiro, Publit Seleções Editoriais, 2007, p. 21 – 73.	Mecanismos de responsabilização e accountability	Desvios de conduta e violência policial	mandato policial
2007	SOARES, Luiz Eduardo. A política nacional de segurança pública: histórico, dilemas e perspectivas. <i>Estudos Avançados</i> , n. 21, vol. 61, pp. 77-97, 2007.	Polícia e políticas de segurança pública	Arquitetura e/ou modelo organizacional	reforma policial
2007	TRINDADE, Regina. <i>As percepções dos policiais militares sobre a violência</i> . 2007. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisa em Rio de Janeiro, 2007.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Polícia e políticas de segurança pública	Práticas policiais
2007	MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?. <i>Soc. estado</i> . vol.22 no.3 Brasília Sept./Dec. 2007	Confiança e imagem da polícia	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais
2007	BARBOSA, Antonio Basílio Honorato. <i>Sargento Getúlio e outros Sargentos: A morte entre os policiais militares em Salvador</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.	Vitimização policial	Carreira de trabalho e profissionalização	História da força policial
2007	BASÍLIO, Marcio Pereira. <i>O desafio da formação do policial militar no estado do Rio de Janeiro: Utopia ou realidade possível?</i> . Mestrado em Administração, Fundação Getúlio Vargas, 2007.	Formação e Qualificação profissional	Polícia e políticas de segurança pública	cultura organizacional e abordagem administrativa

2007	BATTIBUGLI, Thais. <i>Democracia e Segurança Pública em São Paulo (1946-1964)</i> . Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007.	Arquitetura e/ou modelo organizacional	História da força policial	Práticas policiais
2007	CORREIA, Ricardo Aureliano de Barros. <i>Educação para a cidadania dos policiais militares em Pernambuco</i> . Mestrado em Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, 2007.	Formação e Qualificação profissional	Carreira de trabalho e profissionalização	Práticas policiais
2007	JUNIOR, Dequex Araujo Silva. <i>Policimento e políticas públicas de segurança: estratégias, contrastes e resultados das ações de policiamento em Salvador (2004-2006)</i> , Mestrado em Ciências Sociais Universidade Federal da Bahia, 2007.	Padrões de desempenho policial	Polícia e políticas de segurança pública	operações especiais e uso da força nacional de segurança pública
2007	JUNIOR, Edson Lopes da Silva. <i>Política e segurança pública: uma vontade de sujeição</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.	Práticas policiais	Polícia e políticas de segurança pública	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2007	LIMA, Roseane Magalhães. <i>Uma dupla vida de risco: reflexões sobre o trabalho paralelo (bico) na Polícia Militar do Pará</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, 2007.	Segurança e saúde ocupacionais	Carreira de trabalho e profissionalização	Desvios de conduta e violência policial
2007	MENDES, Marcos Batista. <i>Visões de um quadro complexo: a violência policial no espelho das representações sociais</i> , Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.	Desvios de conduta e violência policial	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Mecanismos de responsabilização e accountability
2007	PINC, Tânia Maria. <i>O Uso da Força Não Letal pela Polícia nos Encontros com o Público</i> . Mestrado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007.	Uso da força e armamentos	Desvios de conduta e violência policial	Abordagem policial, suspeição e tirocínio

2008	BARREIRA, C.. O Controle Democrático das Práticas Policiais. <i>Travessias (UNIOESTE. Online)</i> , v. 1, p. 107-132, 2008.	Mecanismos de responsabilização e accountability	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Práticas policiais
2008	ARAUJO, Osvaldina dos Santos. <i>Os controle da atividade policial: um olhar sobre a Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública do estado do Pará</i> . Dissertação de Mestrado em Sociologia. USP, 2008.	Controle Interno da atividade policial	Mecanismos de responsabilização e accountability	Desvios de conduta e violência policial
2008	BARROS, Geová da S. <i>Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito</i> . Revista Brasileira de Segurança Pública. ano 2, edição 3, jul/ago 2008, p. 134 - 155	Polícia e relações raciais	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Desvios de conduta e violência policial
2008	BEATO, Claudio; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; TAVARES, Ricardo Crime e Estratégias de Policiamento em Espaços Urbanos. <i>DADOS – Revista de Ciências Sociais</i> , Rio de Janeiro, Vol. 51, no 3, 2008, pp. 687 a 717.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	cultura organizacional e abordagem administrativa
2008	CABRAL, Sandro; BARBOSA, Allan Claudius Q.; LAZZARINI, Sergio. Monitorando a polícia: um estudo sobre a eficácia dos processos administrativos envolvendo Policiais Civis na Corregedoria Geral da Bahia. <i>O&S - v.15 - n.47 - Outubro/Dezembro - 2008</i>	Controle Interno da atividade policial	Cultura organizacional e abordagem administrativa	Mecanismos de responsabilização e accountability
2008	COSTA, Arthur Trindade Maranhão. A reforma nas polícias e seus obstáculos Uma análise comparada das interações entre sociedade civil, sociedade política e as polícias. <i>Civitas</i> , Porto Alegre, v. 8, n. 3, set/dez 2008, p 409 - 427	Reforma Policial	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Polícia e políticas de segurança pública
2008	LIMA, João Marcelo Maciel de. <i>Democracia e accountability: mecanismos de controle externo na Polícia Militar do estado de São Paulo (1989-2007)</i> . <i>Aurora</i> , Ano II, número 3, dezembro/2008.	Controle Externo da Atividade Policial	Mecanismos de responsabilização e accountability	Arquitetura e/ou modelo organizacional

2008	MAITRE, Rachel; BLANCO, Antonio Carlos Carballo. Reforma Policial na América Latina: contribuições da Rede Latino-Americana de Policiais e Sociedade Civil. <i>CADERNOS ADENAUER IX (2008) Nº4</i>	Reforma Policial	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Práticas policiais
2008	MUNIZ, Jacqueline. Discricionariedade policial e aplicação seletiva da lei na democracia. In: SICA, Leonardo (org.) <i>Revista Ultima Ratio</i> . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 97 – 2002.	Poder de Polícia	Mandato policial	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2008	OLIVEIRA Jr., E. <i>Letalidade da ação policial e teoria internacional: análise do sistema paulista de segurança pública</i> . Tese (Doutorado) - Departamento de Ciência Política da Universidade de São paulo	Letalidade policial	Desvios de conduta e violência policial	Mecanismos de responsabilização e accountability
2008	OLIVEIRA, Paulo Roberto Batista de. <i>Direitos fundamentais e preservação da ordem pública: um estudo sobre a atividade de policiamento ostensivo desenvolvida pela polícia militar do Distrito Federal</i> . 2008. 294 f. Dissertação (Mestrado em Direito)- Universidade de Brasília, Brasília, 2008.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Práticas policiais
2008	RIBEIRO DA SILVA, José Ney; BERNARDES, Telma Lúcia. A Polícia Militar na repressão ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins. <i>Revista Brasileira de Estudos em Segurança Pública</i> , [S.l.], v. 1, n. 1, dec. 2008.	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Polícia e políticas de segurança pública
2008	RUDINICKI, Dani. O ingresso de bacharéis em direito na polícia militar gaúcha. <i>Sociologias</i> , Porto Alegre, ano 10, nº 20, jul./dez. 2008, p. 108-137.	Carreira de trabalho e profissionalização	Formação e Qualificação profissional	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2008	SANCHES, Clives Pereira; SOUSA, Emerson do Nascimento. <i>NOVA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS: uma adequação ao perfil profissiográfico do Chefe de Polícia Ostensiva da PMGO</i> . <i>Revista Brasileira de Estudos em Segurança Pública</i> , [S.l.], v. 1, n. 1, dec. 2008.	Formação e qualificação profissional	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Carreira de trabalho e profissionalização

2008	SILVA, Christyne Carvalho da. <i>Relacionamento entre os controles internos e externos da polícia militar do Distrito Federal: motivações e perspectivas</i> . Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.	Mecanismos de responsabilização e accountability	Polícia e políticas de segurança pública	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2008	SILVA, Rosemari Aquino; TASCHETTO, Leônidas Roberto. Direitos Humanos e polícia. <i>Civitas</i> , Porto Alegre, v. 8, n. 3, set/dez 2008, p 454 – 465	Formação e qualificação profissional	Polícia e políticas de segurança pública	Formação e Qualificação profissional
2008	STORANI, Paulo. <i>Vitória sobre a morte: a glória prometida</i> . O rito de passagem na construção da identidade das operações especiais do BOPE. Dissertação Mestrado Antropologia. Universidade Federal Fluminense, 2008	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Formação e Qualificação profissional	Práticas policiais
2008	SUASSUNA, Rodrigo Figueiredo. <i>O habitus dos policiais militares do Distrito Federal</i> . Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais	Polícia e políticas de segurança pública
2008	ZAVERUCHA, Jorge. O papel da ouvidoria de polícia. <i>Sociologias</i> . Porto Alegre, ano 10, n. 20, jun/dez 2008, p. 224 – 235.	Controle Interno da atividade policial	Mecanismos de responsabilização e accountability	Desvios de conduta e violência policial
2008	ALBUQUERQUE, Lilibeth Cynthia Corrêa de. <i>Policciamento comunitário no Amazonas: ações implementadas e a percepção dos atores envolvidos</i> . Mestrado em Administração, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2008	CAVALCANTE, Lucio Mendes. <i>Controle concentrado da atividade policial pelos Ministérios Públicos no Brasil: um estudo de caso</i> . Mestrado em Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.	Controle Externo da Atividade Policial	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Mecanismos de responsabilização e accountability

2008	CORDEIRO, Euler Carlos de Souza. <i>O papel da punição disciplinar no controle da tropa da polícia militar do Amazonas</i> . Mestrado em Administração, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.	Controle Interno da atividade policial	Legislação, códigos de conduta, deontologia policial	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2008	MARTINS, João Mário. <i>Instituição Policial Militar e Segurança Pública: análise à luz da Política Jurídica</i> . Mestrado em Ciência Jurídica, Universidade do Vale do Itajaí, 2008.	Polícia e políticas de segurança pública	Legislação, códigos de conduta, deontologia policial	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2008	MENEZES, Sérgio Luiz Sousa de. <i>Gerenciamento de Crise: Um estudo de caso da Polícia Militar do Estado do Amazonas</i> . Mestrado em Administração, Fundação Getúlio Vargas, 2008.	Cultura organizacional e abordagem administrativa	Carreira de trabalho e profissionalização	Práticas policiais
2008	OLIVEIRA, Flávio Monteiro de. <i>Os sentidos da hierarquia e disciplina e a adoção de inovação tecnológica em uma organização militar</i> . Mestrado em Administração, Universidade Federal de Lavras, 2008.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Cultura organizacional e abordagem administrativa	Legislação, códigos de conduta, deontologia policial
2008	SOUZA, Marcos Santana de. <i>A violência da ordem: Polícia Militar e Representações Sociais sobre Violência em Sergipe</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Fundação Universidade Federal de Sergipe, 2008.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Polícia e políticas de segurança pública	Práticas policiais
2009	ALBERNAZ, Elizabete; RIBEIRO, Ludmila; LUZ, Daniel. <i>Uso progressivo da força: dilemas e desafios</i> . In: BRASIL, Ministério da Justiça. <i>Uso progressivo da força: um protocolo de atendimento</i> . Brasília, 2009.	Uso da força e armamentos	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Legislação, códigos de conduta, deontologia policial

2009	ALBERNAZ, Elizabete. <i>Deus e o Diabo na terra do Sol: visões de espaço público, ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos do Rio de Janeiro</i> . Dissertação de Mestrado, Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.	Polícia e religião	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais
2009	BATTIBUGLI, Thais. A difícil adaptação da polícia paulista ao estado de direito (pós-1946 e pós-1985). <i>Dilemas</i> . v. 2, n. 3, p. 39 - 63.	Arquitetura e/ou modelo organizacional	História da força policial	Legislação, códigos de conduta, deontologia policial
2009	BATTIBUGLI, Thais. Dilemas institucionais da polícia paulista (pós 1946 - pós 1964). <i>Revista do Laboratório de Estudos da Violência e Segurança</i> . Marília, n. 3, 2009.	Arquitetura e/ou modelo organizacional	História da força policial	Legislação, códigos de conduta, deontologia policial
2009	BATTIBUGLI, Thais. Polícia e Política em São Paulo (1946 - 1964). <i>Revista dos Pós-Graduandos em História da UNICAMP</i> . Campinas, n. 16, 2009, p. 121 - 141	Arquitetura e/ou modelo organizacional	História da força policial	Legislação, códigos de conduta, deontologia policial
2009	BATTIBUGLI, Thaís. Violência policial x profissionalização em São Paulo. <i>Perspectivas</i> , São Paulo, v. 36, p. 95-120, jul./dez. 2009.	Desvios de conduta e violência policial	Carreira de trabalho e profissionalização	Abordagem policial, suspeição e tirocínio
2009	DIAS NETO, Theodomiro. Policiamento orientado aos problemas e participação comunitária. <i>Cadernos Temáticos da CONSEG</i> , v. 7, p. 26-31, 2009.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	confiança e imagem da polícia

2009	MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Refundar a polícia ou a sociedade?. Observatório da Cidadania (Rio de Janeiro), v. 2009, p. 18-21, 2009.	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Reforma Policial	Polícia e políticas de segurança pública
2009	RODRIGUES, Robson. <i>Entre a caserna e a rua: o dilema do "pato"</i> . Uma análise antropológica da identidade policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D João VI. Dissertação de Mestrado Antropologia UFF, 2009	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais	Formação e Qualificação profissional
2009	ROLIM, Rivail Carvalho. As ações policiais diante dos tribunais – Rio de Janeiro em meados do século XX. <i>Sequencia</i> . V. 30, n. 58, Sequencia, 2009.	Práticas policiais	História da força policial	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2009	SALES, Lilia Maia de Moraes, ALENCAR, Emanuela Cardoso O. de, FEITOSA, Gustavo Raposo. Mediação de conflitos sociais, polícia comunitária e segurança pública. . <i>Sequencia</i> . V. 30, n. 58, Sequencia, 2009.	Modalidades de policiamento	Relações comunitárias	confiança e imagem da polícia
2009	SILVA, Gilvan Gomes da. <i>A lógica da Polícia Militar do Distrito Federal na Construção do Suspeito</i> . Dissertação Mestrado em Sociologia UNB	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Desvios de conduta e violência policial	Polícia e relações raciais
2009	SOARES, Geraldo Antonio. Os limites da ordem: respostas à ação da polícia em Vitória ao final do século XIX. <i>Topoi (Rio J.)</i> , Dez 2009, vol.10, no.19, p.112-132.	Legislação, códigos de conduta, deontologia policial	História da força policial	Práticas policiais
2009	STORANI, Paulo. Uso comedido da força letal: construindo um protocolo de engajamento. BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. <i>Cadernos Temáticos da CONSEG</i> , n. 05, p. 47-58. 2009	Uso da força e armamentos	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Legislação, códigos de conduta, deontologia

				policial
2009	SALES, Lilia Maia de Moraes; ALENCAR, Emanuela Cardoso O. de; FEITOSA, Gustavo Raposo. Mediação de conflitos sociais, polícia comunitária e segurança pública. <i>Sequencia</i> . V. 30 n. 58 (2009)	Modalidades de policiamento	Relações comunitárias	confiança e imagem da polícia
2009	FILHO, Nelson Gomes dos Santos. <i>Integração das Políticas Estaduais no Brasil</i> : – Uma análise da política de integração das polícias estaduais brasileiras sob a ótica do institucionalismo sociológico. Doutorado em Administração, Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, 2009.	Cultura organizacional e abordagem administrativa	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Polícia e políticas de segurança pública
2009	SILVEIRA, Maria Natália Barboza. <i>As delegadas de polícia de São Paulo: profissão e gênero</i> . Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar, 2009	Polícia e gênero	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Polícia e políticas de segurança pública
2010	ALBERNAZ, E. R.. Na fronteira entre o bem e o mal: ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos cariocas. <i>Caderno CRH</i> (UFBA. Impresso), v. 23, p. 525-539, 2010.	Polícia e religião	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais
2010	AMPARO-ALVES, Jaime. À sombra da morte: juventude negra e violência letal em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. <i>Bahia Análise & Dados</i> , Salvador, v. 20, n. 4, p. 563 – 578, out/dez 2010.	Polícia e relações raciais	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Desvios de conduta e violência policial
2010	CARUSO, Haydée. 'Choque de ordem na Lapa': uma análise sobre as lógicas e práticas de policiamento no centro cultural do Rio de Janeiro.. In: KANT DE LIMA, Roberto; EILBAUM, Lucía; PIRES, Lenin. (Org.). <i>Conflitos, Direitos e Moralidades em Perspectiva Comparada</i> . 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, v. 1, p. 71-110.	Práticas policiais	Modalidades de policiamento	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)

2010	CARUSO, Haydée; MAITRE, Rachel . Mapeamento sobre a Institucionalidade Policial na América Latina e no Caribe. Anuario de la Seguridad Regional en América Latina y el Caribe, v. 01, p. 469-485, 2010.	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Reforma Policial	Polícia e políticas de segurança pública
2010	HUGGINS, Martha Knisely. Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. <i>Caderno CRH</i> , Salvador, n 23, n. 60, Set/dez – 2010.	Policiamentos privados	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública
2010	MORAIS, Lucilio Linhares Perdigão de; PAULA, Ana Paula Paes de. Identificação ou resistência? uma análise da constituição subjetiva do policial. <i>Rev. adm. contemp.</i> , Curitiba , v. 14, n. 4, p. 633-650, ago. 2010 .	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Carreira de trabalho e profissionalização	Práticas policiais
2010	MUNIZ, J.; SILVA, W. F.. Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa. <i>Caderno CRH</i> , v. 23, n. 60, dez/2010, p. 449 - 73.	Mandato Policial	Práticas policiais	Abordagem policial, suspeição e tirocínio
2010	OLIVEIRA, Antonio. Os policiais podem ser controlados? <i>Sociologias</i> . Porto Alegre, ano 12, n. 23, Jan/Abr, p. 142-175. 2010.	Mecanismos de responsabilização e accountability	Arquitetura e/ou modelo organizacional	mandato policial
2010	ANJOS, Veronica Almeida dos. <i>O poder da polícia: um estudo sobre as percepções dos Policiais Militares do estado do Rio de Janeiro sobre o poder de polícia</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Poder de polícia	Práticas policiais
2010	ARANDAS, Wagner Solano. <i>O racismo institucional contra os negros na Polícia Militar</i> . Mestrado em Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010	Polícia e relações raciais	Carreira de trabalho e profissionalização	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)

2010	BIRCHAL, Fabiano Fernandes Serrano. <i>Planejamento estratégico situacional aplicado à Segurança Pública em Lavras/MG</i> . Mestrado em Administração, Universidade Federal de Lavras, 2010.	Cultura organizacional e abordagem administrativa	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Padrões de desempenho policial
2010	MENDONÇA, Rildo César Menezes. <i>A construção das representações sociais na relação da Polícia Militar e a sociedade aracajuana</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Confiança e imagem da polícia	Práticas policiais
2010	PIRES, George Luiz. <i>A cor da farda: as relações raciais na Polícia Militar de Sergipe</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.	Polícia e relações raciais	Carreira de trabalho e profissionalização	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2011	AMPARO-ALVES, Jaime. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. <i>Revista do Departamento de Geografia – USP</i> , Volume 22 (2011), p. 108-134.	Polícia e relações raciais	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Práticas policiais
2011	CASTRO, Priscila Aurora Landim de. <i>Os convencionais e os especiais: um estudo sobre a construção da identidade dos integrantes do Batalhão de Operações Especiais da PMDF</i> . Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2011.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Carreira de trabalho e profissionalização	Práticas policiais
2011	COSTA, Artur Trindade; PORTO, Maria Stela Grossi. Controlando a atividade policial: uma análise comparada dos códigos de conduta no Brasil e no Canadá. <i>Sociologias</i> . v.13, p. 342 - 381	Legislação, códigos de conduta, deontologia policial	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Arquitetura e/ou modelo organizacional

2011	KANT DE LIMA, Roberto. Cultura Jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. In: KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel. <i>Ensaio de Antropologia e de Direito: acesso à Justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada</i> . 4ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011, p. 39 – 88.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2011	LOPES Jr.; Elias Pereira, PAIVA, Thiago Alves, MUZZIO, Henrique; COSTA, Francisco José da. Rigidez e subjetividades: uma análise cultural em uma organização policial. <i>Revista de Administração Pública</i> . V. 45, n 6, 2011	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Arquitetura e/ou modelo organizacional	cultura organizacional e abordagem administrativa
2011	MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. <i>Etnográfica</i> (Lisboa), v. 15, p. 67-82, 2011.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Desvios de conduta e violência policial	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2011	MACHADO, B. A.. Representações sociais sobre o controle externo da atividade policial: cultura organizacional e relações institucionais. <i>Revista Brasileira de Ciências Criminais</i> , v. 19, n. 88, jan/fev 2011	Controle Externo da Atividade Policial	Mecanismos de responsabilização e accountability	Desvios de conduta e violência policial
2011	MALAGUTI BATISTA, Vera. O alemão é muito mais complexo. Texto apresentado no 17º Seminário Internacional de Ciências Criminais em São Paulo – 23/07/2011. Disponível em: http://gajop.org.br/justicacitada/wp-content/uploads/O-Alem%C3%A3o-%C3%A9-muito-mais-complexo.pdf	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Desvios de conduta e violência policial
2011	NASCIMENTO, Andrea Ana. A corrupção policial e seus aspectos morais no contexto do Rio de Janeiro. <i>Revista Brasileira de Segurança Pública</i> , São Paulo, ano 5, n 9. ago./set 20011.	Corrupção policial	Desvios de conduta e violência policial	Mecanismos de responsabilização e accountability

2011	SÁ, Leonardo; SANTIAGO NETO, João Pedro de. Entre tapas e chutes: um estudo antropológico do baculejo como exercício do poder policial no cotidiano da cidade. <i>O público e o privado</i> . N. 18, jul./dez. 2011, p. 147 - 163	Desvios de conduta e violência policial	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2011	VIANA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. <i>Cad. Pagu</i> no.37 Campinas jul./dez. 2011	Desvios de conduta e violência policial	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Abordagem policial, suspeição e tirocínio
2011	MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. "Policiais habilitados não se improvisam": a modernização da polícia paulista na primeira república (1889-1930). <i>Revista de História</i> . n. 164 (2011)	Práticas policiais	História da força policial	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2011	CARVALHO, Glauco Silva de. <i>A Força Pública Paulista na Redemocratização de 1946: Dilemas de uma Instituição entre a Função Policial e a Destinação Militar</i> . Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011.	Arquitetura e/ou modelo organizacional	História da força policial	Práticas policiais
2011	KRUGER, FREDERICO MARCOS. <i>A formação educacional e profissional do policial militar do Estado do Paraná: um direito da personalidade</i> . Mestrado em Ciências Jurídicas, Centro Universitário de Maringá, 2011.	Formação e qualificação profissional	Legislação, códigos de conduta, deontologia policial	Práticas policiais
2011	LIMA, Elcimar Maria de Oliveira. <i>Polícia e policiamento: as ambivalências da formação profissional e as práticas policiais na periferia de Belém</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, 2011.	Formação e qualificação profissional	Modalidades de policiamento	Práticas policiais

2011	LIMA, João Marcelo Maciel de. <i>Democracia e Accountability: violência policial e práticas de controle sobre a Polícia Militar do Estado de São Paulo</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2011.	Mecanismos de responsabilização e accountability	Desvios de conduta e violência policial	Legislação, códigos de conduta, deontologia policial
2011	NASCIMENTO, Aldo Batista do. <i>O desenho institucional das Ouvidoria de Polícia no Brasil e na esfera internacional e seu significado para a accountability democrática</i> . Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.	Controle Interno da atividade policial	Mecanismos de responsabilização e accountability	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2011	PINC, Tânia Maria. <i>Treinamento Policial: Um Meio de Difusão de Políticas Públicas que Incidem na Conduta Individual do Policial de Rua</i> . Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011.	Formação e qualificação profissional	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Polícia e políticas de segurança pública
2012	CORDEIRO, Tania R. F.; TAPARELLI, G. . Cuidado, atrás da porta tem gente! Reflexão sobre a morte violenta de jovens em Salvador. In: Ceci Vilar Noronha; Andrija Oliveira Almeida. (Org.). <i>Violências intencionais contra grupos vulneráveis: crianças, adolescentes, adultos jovens, mulheres e idosos</i> . 1ed.Salvador: EDUFBA, 2012, v. , p. 101-124.	Desvios de conduta e violência policial	Letalidade policial	Polícia e relações raciais
2012	FLEURY, Sonia. Militarização do social como estratégia de integração – o caso da UPP do Santa Marta. <i>Sociologias</i> , Porto Alegre, ano 14, no 30, mai./ago. 2012, p. 194-222.	Modalidades de policiamento	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2012	MACÊDO, Andréia de Oliveira. "Polícia, quando quer, faz!": análise da estrutura de governança do Pacto pela Vida, de Pernambuco. <i>Soc. estado.</i> , Ago 2012, vol.27, no.2, p.440-440.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Arquitetura e/ou modelo organizacional

2012	MACEDO, Andréia de Oliveira. <i>"Polícia, quando quer, faz!"</i> : Análise da estrutura de governança do "Pacto pela Vida" de Pernambuco. 141 f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 2012.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2012	MUNIZ, Jaqueline; SILVA, W. F. O fim da inocência: um ensaio sobre os atributos o saber policial de Rua. Desafios à segurança Pública. Controle Social, desafio e genero. Marília: Oficina Universitária, p. 13 - 41.	Mandato Policial	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Abordagem policial, suspeição e tirocínio
2012	MUSUMECI, Leonarda; LEMGRUBER, Julita. Ouvidorias de polícia no Brasil, 15 anos depois. In: DURÃO, Susana e DARCK, Marcio (orgs.). <i>Polícia, segurança e ordem pública: Perspectivas portuguesas e brasileiras</i> . Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012, p. 219-248	Controle Interno da atividade policial	Mecanismos de responsabilização e accountability	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2012	RAMALHO NETO, Jaime P. Farda & "cor": um estudo racial nas patentes da polícia militar da Bahia. <i>Afro-Ásia</i> , 2012, no.45, p.67-94.	Polícia e relações raciais	Carreira de trabalho e profissionalização	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2012	SOARES, Barbara; LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; RAMOS, Silvia. O que pensam os policiais das UPPs. <i>Ciência Hoje</i> , n. 294, julho de 2012, pp. 34-39.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Modalidades de policiamento	Práticas policiais
2012	SOARES, Luiz Eduardo. Arquitetura institucional da Segurança Pública no Brasil: três propostas de reforma constitucional, 2012	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Polícia e políticas de segurança pública	reforma policial
2012	VARGAS, Joana Domingues. Em busca da "verdade real": tortura e confissão no Brasil ontem e hoje. <i>Sociol. Antropol.</i> , Jun 2012, vol.2, no.3, p.237-265.	Desvios de conduta e violência policial	História da força policial	Abordagem policial, suspeição e tirocínio

2012	ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição Brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). O que resta da ditadura. São Paulo: Boitempo, 2012.	Arquitetura e/ou modelo organizacional	História da força policial	Carreira de trabalho e profissionalização
2012	BRUNETTA, Antonio Alberto. <i>Reforma Intelectual da Polícia Militar</i> . Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2012.	Formação e qualificação profissional	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2012	GALVÃO, Márcio. <i>A VIDA CASTRENSE: As relações sociais reguladas na caserna</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.	Práticas policiais	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2012	LIBARDI, Saulo de Souza. <i>Polícia interativa: – O futuro de uma ilusão</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Vila Velha, 2012.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Polícia e políticas de segurança pública	Modalidades de policiamento
2012	MACHADO, M. R.; MACHADO, M. R. A.; Ferreira, L. M. A. Massacre do Carandiru: vinte anos sem responsabilização. <i>Novos estudos – CEBRAP</i> , n.94, São Paulo Nov. p. 05-29, 2012.	Letalidade policial	Mecanismos de responsabilização e accountability	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2013	ABREU, Verônica do Couto (coord.) – Universidade Federal do Pará. <i>SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS: um estudo na sociedade democrática brasileira</i> . In: LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S. <i>Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais</i> . Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 2, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2013, p. 9 – 82.	Legislação, códigos de conduta, deontologia policial	Formação e Qualificação profissional	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2013	ADORNO, S.; MINAYO, M. C. S. Risco e (in)segurança na missão policial. <i>Ciência e Saúde Coletiva (Impresso)</i> . v.18, p.585 - 593, 2013.	Segurança e saúde ocupacionais	Carreira de trabalho e profissionalização	Representações sociais da e sobre a polícia

			o	(ethos)
2013	ALVITO, Marcos. Maçaranduba neles! Torcidas organizadas e policiamento no Brasil. <i>Tempo</i> , Jun 2013, vol.19, no.34, p.81-94.	Práticas policiais	Modalidades de policiamento	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2013	BEZERRA, Claudia de Magalhães; MINAYO, Maria Cecília de Souza; CONSTANTINO, Patrícia. Estresse ocupacional em mulheres policiais. <i>Ciênc. saúde coletiva</i> vol.18 no.3 Rio de Janeiro mar. 2013	Segurança e saúde ocupacionais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Carreira de trabalho e profissionalizaçã o
2013	BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. <i>Topoi</i> (Rio J.), Jun 2013, vol.14, no.26, p.162-173.	Arquitetura e/ou modelo organizacional	História da força policial	Legislação, códigos de conduta, deontologia policial
2013	CANO, Ignácio (coord.). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Análise comparativa das legislações disciplinares das corporações de segurança pública: uma proposta de matriz de lei disciplinar para o Brasil. In: LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S. <i>Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais</i> . Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 2, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2013, p. 303 – 402.	Legislação, códigos de conduta, deontologia policial	Carreira de trabalho e profissionalizaçã o	Formação e Qualificação profissional
2013	CONSTANTINO, Patrícia; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto; CORREIA, Bruna Soares Chaves. Percepção do risco entre policiais civis de diferentes territórios do Estado do Rio de Janeiro. <i>Ciênc. saúde coletiva</i> vol.18 no.3 Rio de Janeiro mar. 2013	Segurança e saúde ocupacionais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Carreira de trabalho e profissionalizaçã o

2013	CORRÊA, Rosália do Socorro da Silva (Coord.). Fundação para o Desenvolvimento da Amazônia. Os princípios que orientam as instituições policiais e a relação com os Direitos Humanos: uma análise comparativa das normas de conduta e da formação policial em Direitos Humanos da Polícia Militar do Pará e da Polícia Civil do Pará In: LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S. <i>Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais</i> . Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 2, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2013, p. 153 – 238.	Legislação, códigos de conduta, deontologia policial	Carreira de trabalho e profissionalização	Formação e Qualificação profissional
2013	CUBAS, V. O.. Ouvidorias de Polícia e Redução da Letalidade em Ações Policiais no Brasil. In: <i>Aporias para o Planejamento Público</i> . São Paulo: FUNDAP, 2013, v.1, p. 177-190.	Controle Interno da atividade policial	Mecanismos de responsabilização e accountability	Letalidade policial
2013	CUNHA, Enio Cesar; CUNHA, Atelina Silva. Polícia Militar do Estado de Goiás (154 Anos): história, memória e representações. <i>Revista Brasileira de Estudos em Segurança Pública</i> , [S.l.], v. 5, n. 1, mar. 2013.	Arquitetura e/ou modelo organizacional	História da força policial	Polícia e políticas de segurança pública
2013	DIAS NETO, Theodomiro (coord.). Instituto Sou da Paz.Regulações sobre o Uso da Força pelas Polícias Militares dos estados de São Paulo e Pernambuco. In: LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S. <i>Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais</i> . Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 2, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2013, p. 239 – 302.	Uso da força e armamentos	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Formação e Qualificação profissional
2013	FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. "Apenas preencher papel": reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. <i>Mana</i> , Abr 2013, vol.19, no.1, p.39-68.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais	Modalidades de policiamento

2013	LOPES, Cleber da Silva. O setor da segurança privada da região metropolitana de São Paulo: crescimento, dimensões e características. <i>CADERNO CRH</i> , Salvador, v. 26, n. 69, p. 599-617, Set./Dez. 2013	Policiamentos privados	Mecanismos de responsabilização e accountability	Polícia e políticas de segurança pública
2013	LOPES, Juliana Moreira. <i>Letalidade seletiva e exceção: a política de segurança pública do Rio de Janeiro</i> . Dissertação (mestrado) Direito PUC Rio de Janeiro, 2013.	Letalidade policial	Desvios de conduta e violência policial	Polícia e políticas de segurança pública
2013	MUNIZ, Jaqueline; PROENÇA JÚNIOR, Domício. <i>A Polícia é a Política em Armas</i> . 2013	Uso da força e armamentos	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais
2013	MUNIZ, Jaqueline; PROENÇA JÚNIOR, Domício. Armamento é direitos humanos: nossos fins, os meios e seus modos. <i>Revista Sociedade e Estado</i> - Volume 28 Número 1 - Janeiro/Abril 2013.	Uso da força e armamentos	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais
2013	OLIVEIRA, André Abreu de. <i>A experiência da base comunitária de segurança do Calabar e seu impacto nos índices de criminalidade</i> . Dissertação (mestrado), Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, 2013.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2013	PINTO, João Batista Moreira (coord.) Instituto DH. Pesquisa Nacional sobre Segurança Pública e Direitos Humanos. In: LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S. <i>Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais</i> . Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 2, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2013, p. 83 – 252	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Legislação, códigos de conduta, deontologia policial	Práticas policiais

2013	RIBEIRO, Ludmila; OLIVEIRA, Valéria Cristina. Quando o Estado é o perpetrador da violência: Uma análise das vitimizações ocasionadas pela Polícia Militar. <i>Latitude</i> (UFAL), v. 7, p. 219-243, 2013.	Letalidade policial	Mecanismos de responsabilização e accountability	Desvios de conduta e violência policial
2013	ROCHA, Alexandra Pereira. Policiamento democrático no Brasil. Enquadramentos teóricos e desilusões empíricas. Um estudo das polícias do Distrito Federal. <i>Civitas</i> , Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 56 - 76, jan abr. 2013	Modalidades de policiamento	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Polícia e políticas de segurança pública
2013	ROCHA, Alexandre Pereira. <i>A gramática das polícias militarizadas: estudo comparado entre a polícia militar de São Paulo e Carabineiros - Chile em regimes autoritários e democráticos</i> . Tese (Doutorado no Centro de Pesquisas e Pós Graduação das Américas), Universidade de Brasília, 2013	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Reforma Policial	Polícia e políticas de segurança pública
2013	SILVA, Geélison F.; BEATO, Cláudio. Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contato individual. <i>Opinião Pública</i> (UNICAMP. Impresso), v. 19, p. 118-153, 2013.	Confiança e imagem da polícia	Padrões de desempenho policial	relações comunitárias
2013	SUASSUNA, Rodrigo Figueiredo. <i>Confiança e reciprocidade entre policiais e cidadãos: a polícia democrática nas interações</i> . 2013. 230 f. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.	Confiança e imagem da polícia	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2013	TAVARES DOS SANTOS, J. V. (coord). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programas de Polícia Comunitária no Brasil: avaliação de propostas de Políticas Públicas de segurança. In: LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S. <i>Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais</i> . Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 3, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2013, p. 205 – 235 GRIFADAS AS REFERÊNCIAS AINDA NÃO LANÇADAS NA PLANILHA EM EXCEL.	Modalidades de policiamento	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Polícia e políticas de segurança pública

2013	ZANINI, Marco Tulio; MIGUELES, Carmen Pires; COLMERAUER, Marcio e MANSUR, Juliana. Os elementos de coordenação informal em uma unidade policial de operações especiais. <i>Rev. adm. contemp.</i> [online]. 2013, vol.17, n.1 [citado 2018-01-15], pp.106-125.	Cultura organizacional e abordagem administrativa	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Práticas policiais
2013	ZILLI, Luís Felipe; VARGAS, Joana Domingues. O trabalho da polícia investigativa face aos homicídios de jovens em Belo Horizonte. <i>Ciênc. saúde coletiva</i> vol.18 no.3 Rio de Janeiro mar. 2013	Práticas policiais	Polícia e políticas de segurança pública	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2013	MOREIRA, Cícero. N. <i>De soldado de cristo a Promotor de direitos humanos: história, religião e cultura na Polícia Militar de Minas Gerais (1950–2004)</i> . Dissertação (Mestrado) 2013. 152f - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Belo Horizonte.	Polícia e religião	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	História da força policial
2013	CASTRO, Luiza Moreira Arantes de. <i>Os determinantes da violência policial: Uma análise dos homicídios causados por policiais no Brasil</i> . Mestrado em Administração, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.	Letalidade policial	Desvios de conduta e violência policial	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2013	FERNANDES, Ciro Antonio. <i>Como se forma um estrategista: um estudo sobre a vida e as competências do oficiais da Polícia Militar do estado de São Paulo</i> . Mestrado em Administração, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2013.	Cultura organizacional e abordagem administrativa	Carreira de trabalho e profissionalização	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2013	GOULART, Henrique Rodrigues de Andrade. <i>O discurso modernizador: uma análise da importação de modelos de segurança pública pela Polícia Militar de Minas Gerais</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)

2013	JUNIOR, Dequex Araujo Silva. <i>O sistema de policiamento global na ordem mundial contemporânea: o Brasil na missão das Nações Unidas para estabilização do Haiti (MINUSTAH) e no Programa de Reassentamento de Refugiados do ACNUR</i> . Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 2013.	Policiamento Global	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Práticas policiais
2014	CARUSO, Haydée; NASCIMENTO, N. C. . Desafios para a Implementação de Políticas de Pessoal de Segurança Pública nas Fronteiras Brasileiras. <i>Revista Brasileira de Segurança Pública</i> , v. 8, p. 174-196, 2014.	Carreira de trabalho e profissionalização	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Polícia e políticas de segurança pública
2014	ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila Nunes. Monopólio Estatal da Violência. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. (orgs.) <i>Crime, polícia e Justiça no Brasil</i> . São Paulo: Editora Contexto, p. 187 - 198.	Poder de Polícia	Mandato policial	Práticas policiais
2014	BUENO, Samira. <i>Bandido bom é bandido morto: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista</i> . Dissertação (Mestrado em Administração) FGV, 2014.	Desvios de conduta e violência policial	Mecanismos de responsabilização e accountability	Polícia e políticas de segurança pública
2014	DOS SANTOS, Emerson Figueiredo; CÔRREA, Elias da Silva. Análise crítica da Força Nacional de Segurança Pública diante do sistema constitucional do emprego das forças armadas em situações de grave perturbação da ordem pública. <i>Revista Brasileira de Estudos em Segurança Pública</i> , [S.l.], v. 6, n. 1, may 2014	Operações Especiais e uso da Força Nacional de Segurança Pública	Modalidades de policiamento	Práticas policiais

2014	DUARTE, Evandro; MURARO, Mariel; LACERDA, Marina; GARCIA, Rafael. Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas? Anotações sobre a dinâmica de preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos policiais militares nas cidades de Brasília, Curitiba e Salvador. LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S. <i>Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais</i> . Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 5, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2014, p. 81 - 118	Polícia e relações raciais	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Desvios de conduta e violência policial
2014	MINAYO, Maria Cecília de Souza. Vitimização policial. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. (orgs.) <i>Crime, polícia e Justiça no Brasil</i> . São Paulo: Editora Contexto, p. 519 - 526	Vitimização policial	Carreira de trabalho e profissionalização	segurança e saúde ocupacionais
2014	MUNIZ, J.; PROENÇA Jr.; D. Mandato Policial. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. (orgs.) <i>Crime, polícia e Justiça no Brasil</i> . São Paulo: Editora Contexto, p. 491 - 502	Mandato Policial	Poder de polícia	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2014	NASCIMENTO, Andrea Ana. <i>Quando um homem da lei se torna um sem lei: os caminhos da corrupção policial</i> . Tese de Doutorado em Sociologia, UFRJ, 2014.	Corrupção policial	Mecanismos de responsabilização e accountability	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2014	PEREIRA, Larissa Urruth. Quem policia a polícia? Breves considerações sobre a atuação policial no Brasil. <i>Revista Brasileira de Sociologia do Direito</i> . v. 1, n. 2, ago/dez. (2014)	Mecanismos de responsabilização e accountability	Desvios de conduta e violência policial	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2014	PONCIONI, Paula. Identidade profissional policial. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. (orgs.) <i>Crime, polícia e Justiça no Brasil</i> . São Paulo: Editora Contexto, p. 503 - 510	Carreira de trabalho e profissionalização	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Formação e Qualificação profissional

2014	RAMOS, Silvia. <i>Juventude, polícia e democracia: o que pode mudar no Brasil após as jornadas de junho?</i> Boletim CEDES. Rio de Janeiro, Departamento de Sociologia e Política da PUC-RJ, janeiro a março de 2014.	Modalidades de policiamento	Mecanismos de responsabilização e accountability	Práticas policiais
2014	RIBEIRO, Ludmila. Policiamento Comunitário. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. (orgs.) <i>Crime, polícia e Justiça no Brasil</i> . São Paulo: Editora Contexto, p. 527 - 538.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Práticas policiais
2014	RIBEIRO, Ludmila; LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda. Panorama das ouvidorias estaduais de segurança pública e defesa social. <i>Revista Brasileira de Segurança Pública</i> , v. 8, p. 138-163, 2014.	Controle Interno da atividade policial	Mecanismos de responsabilização e accountability	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2014	RODRIGUES, Leandro Guimarães, NASCIMENTO, Thiago Gomes; NEIVA, Elaine Rabelo. Valores Organizacionais e Atitudes Frente à Mudança: o Caso da Polícia Militar do Distrito Federal. <i>Psicol. cienc. prof.</i> , Set 2014, vol.34, no.3, p.574-591.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Cultura organizacional e abordagem administrativa	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2014	SANTOS, Misael de Sousa. <i>Os usos da força física por policiais militares: descrevendo práticas, entendendo sentidos</i> . Dissertação de Mestrado em Sociologia UFBA.	Uso da força e armamentos	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Abordagem policial, suspeição e tirocínio
2014	SILVA, Luciane Soares da. Agora abaixe o som: UPPs, ordem e música na cidade do Rio de Janeiro. <i>CADERNO CRH</i> , Salvador, v. 27, n. 70, p. 165-179, Jan./Abr. 2014	Práticas policiais	Modalidades de policiamento	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)

2014	SINHORETTO, J; et ali. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. In: LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S. <i>Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais</i> . Col. Pensando a Segurança Pública. Vol. 5, Brasília: Ministério da Justiça/Senasp, 2014, p. 121 – 158.	Polícia e relações raciais	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Desvios de conduta e violência policial
2014	VIEIRA, Thales Monteiro. Nem junto, nem misturado: uma etnografia sobre paz e proximidade na UPP Nova Brasília no Complexo do Alemão. Dissertação (Mestrado em Antropologia) UFF, 2014.	Modalidades de policiamento	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais
2014	SOUZA, José Kilderlan Nascimento de. O status militar da Polícia Ostensiva nas Constituições Brasileiras, sob a ótica da proteção ao pacto federativo. <i>Controle 12</i> , n. 2 (2014)	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Modalidades de policiamento	reforma policial
2014	ANTUNES, Flavia de Oliveira. <i>O processo de institucionalização de uma política de segurança pública no estado de Pernambuco: O Caso do Pacto pela Vida, a partir da Polícia Militar</i> . Mestrado em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Práticas policiais
2014	CARVALHO, Monique Batista. <i>Os dilemas da “pacificação”</i> : práticas de controle e disciplinarização na “gestão da paz” em uma favela no Rio de Janeiro. Doutorado em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Práticas policiais
2014	CORREA, Robert Delano de Souza. <i>A integração das organizações policiais em uma região integrade de segurança pública de Minas Gerais</i> : análise pela ótica do institucionalismo sociológico. Mestrado em Administração, Universidade Federal de Lavras, 2014.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Arquitetura e/ou modelo organizacional

2014	CUNHA, Juliana Blasi. <i>"Nossa casaca é dupla-face"</i> : dinâmica sócio espacial e política local no processo de implementação do PAC e da UPP em uma favela da cidade do Rio de Janeiro. Doutorado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2014.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública
2014	FREIRE, Christiane Russomano. <i>As representações sociais da punição entre policiais civis, policiais militares e gestores penitenciários do estado do Rio Grande do Sul</i> . Doutorado em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais	Poder de polícia
2014	JUNIOR, Hiran Souto Coutinho. <i>Homicídios e/ou "autos de resistência"</i> : na contramão do Pacto pela Vida - Bahia. Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, 2014.	Letalidade policial	Desvios de conduta e violência policial	Abordagem policial, suspeição e tirocínio
2014	MORAES, Cristiano Luis de Oliveira. <i>Sensibilidade e controle social: o uso de tecnologias não-letais pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul</i> . Mestrado em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.	Uso da força e armamentos	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2014	NASCIMENTO, THIAGO GOMES. Desempenho Profissional: Relações com Valores, Práticas e Identidade no Serviço Policial' 01/12/2014 581 f. Doutorado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: BCE	Padrões de desempenho policial	Cultura organizacional e abordagem administrativa	Práticas policiais
2014	NETO, Marcelino Soares de Melo. <i>Violência institucional da Polícia Militar da Bahia: uma análise qualitativa</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2014.	Desvios de conduta e violência policial	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Práticas policiais
2014	NOBREGA, Raquel Mirian. <i>Segurança pública e identidade: a construção do ethos Policial Militar paraibano</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 2014.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Polícia e políticas de segurança pública	Práticas policiais

2014	OLIVEIRA, Paulo Tiego Gomes de. <i>Violência de Gênero: a violência contra a mulher na perspectiva de policiais militares</i> . Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2014.	Polícia e gênero	Polícia e violência doméstica, de gênero e intrafamiliar	Práticas policiais
2014	PEDRINHA, Roberta Duboc. <i>“As Forças Repressivas Estatais e os Coletivos de Direitos Humanos no Complexo do Alemão”</i> Doutorado em Sociologia. Universidade do Estado do Rio De Janeiro, 2014.	Confiança e imagem da polícia	Polícia e políticas de segurança pública	Modalidades de policiamento
2014	RIBEIRO, Alan do Nascimento. <i>Relações de poder e gênero nas organizações: um estudo de caso no Alto Comando da Polícia Militar de Minas Gerais</i> . Mestrado em Administração, Centro Universitário UNIHORIZONTES, Belo Horizonte, 2014.	Polícia e gênero	Carreira de trabalho e profissionalização	Práticas policiais
2014	SOUZA, MARCOS SANTANA DE. <i>Sou policial, mas sou mulher”: gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo</i> !. Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2014.	Polícia e gênero	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Carreira de trabalho e profissionalização
2015	ALBERNAZ, E. R.. Sobre legitimidade, produtividade e imprevisibilidade: seletividade policial e a reprodução da ordem social no plano de uma certa 'política do cotidiano'. <i>Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito</i> , v. 17, p. 109-122, 2015.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Práticas policiais
2015	Jacqueline MUNIZ ; ALBERNAZ, E. R. . Moralidades entrecruzadas nas UPPs: Uma narrativa policial. <i>Cadernos de Ciências Sociais</i> , v. 29, p. 1-44, 2015.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Modalidades de policiamento	Práticas policiais

2015	OLIVEIRA, Luciano. Dos comissariados de polícia do Recife às UPPs do Rio de Janeiro. A polícia e a desjudicialização do direito processual nas "pequeníssimas" causas. In: Alexandre Freire Pimentel; Fábio Túlio Barroso; Lúcio Grassi de Gouveia. (Org.). <i>Processo, Hermenêutica e Efetividade dos Direitos II</i> . 1ed. Recife: CEPE - COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO, 2015, v. 2, p. 103-118.	Práticas policiais	Mandato policial	Poder de polícia
2015	AVILA, Tiago André Pierobom de. Estado Democrático de Direito e Controle Externo da atividade policial no Brasil. In: MACHADO, Bruno Amaral (org). <i>Justia Criminal e Democracia II</i> . Brasília: FSMPDFT / Marcial Pons.	Controle Externo da Atividade Policial	Mecanismos de responsabilização e accountability	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2015	BARBOSA, Wendell de Freitas; SÁ, Leonardo Damasceno de. Redefinições da condição de morador: classificações das clientelas no mandato policial e as suas consequências nas relações entre polícia e população. <i>Caderno CRH</i> , Salvador, v. 28, n. 75, p. 639-656, Set./Dez. 2015	Mandato Policial	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Poder de polícia
2015	BATISTA, Vera Malagutti. Estado de polícia. In: Bernardo Kucinski et al. <i>Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação</i> . São Paulo: Boitempo, 2015, p. 91 - 96.	Poder de Polícia	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Práticas policiais
2015	CARUSO, Haydée. A ordem e a desordem de ontem e de hoje: notas etnográficas sobre a Polícia na Lapa Carioca. <i>Civitas: Revista de Ciências Sociais</i> , v. 15, p. 66-83, 2015	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Modalidades de policiamento
2015	CASTRO, Maria Cristina d'Avila de; CRUZ, Roberto Moraes. Prevalência de Transtornos Mentais e Percepção de Suporte Familiar em Policiais Civis. <i>Psicol. cienc. prof.</i> , Jun 2015, vol.35, no.2, p.271-289.	Segurança e saúde ocupacionais	Carreira de trabalho e profissionalização	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)

2015	CUBAS, Viviane; NATAL, Ariadne; CASTELO BRANCO, Frederico. Violência policial: abordagens da literatura. In: Bernardo Kucinski et al. <i>Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação</i> . São Paulo: Boitempo, 2015, p. 103 – 110.	Desvios de conduta e violência policial	Letalidade policial	Mecanismos de responsabilização e accountability
2015	LIMA, Fabíola Polo de, BLANK, Vera Lúcia Guimarães; MENEGON, Fabricio Augusto. Prevalência de Transtorno Mental e Comportamental em Polícias Militares/SC, em Licença para Tratamento de Saúde. <i>Psicol. cienc. prof.</i> , Set 2015, vol.35, no.3, p.824-840.	Segurança e saúde ocupacionais	Carreira de trabalho e profissionalização	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2015	LIMA, Renato Sérgio de, SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. <i>Soc. estado.</i> , Abr 2015, vol.30, no.1, p.123-144.	Práticas policiais	Polícia e políticas de segurança pública	Arquitetura e/ou modelo organizacional
2015	LIMA, Vanessa Mascarenhas. <i>Polícia à brasileira: representações dos policiais da BSC do George Américo acerca dos impasses causados pela subdivisão da atividade policial</i> . 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Cruz das Almas, 2015.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública
2015	MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A experiência das UPPs: Uma tomada de posição. <i>Dilemas</i> , v. 8, p. 7-24, 2015.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	mandato policial
2015	MACHADO, Bruno Amaral; PORTO, Maria Stela Grossi. Homicídio na área metropolitana de Brasília: Representações Sociais dos Delegados de Polícia, Promotores de Justiça e Magistrados. <i>Sociologias</i> , Dez 2015, vol.17, no.40, p.294-325.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais	Polícia e políticas de segurança pública

2015	MENEZES, Palloma. <i>Entre o fogo cruzado e o campo minado: uma etnografia do processo de pacificação de favelas cariocas</i> . Tese de Doutorado em sociologia UERJ, 2015	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2015	MISSE, Michel; GRILLO, Carolina Christoph ; Neri, N. E. Letalidade policial e indiferença legal: a apuração judiciária dos 'autos de resistência' no Rio de Janeiro (2001-2011). <i>Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social</i> , v. 1, p. 43-72, 2015.	Letalidade policial	Desvios de conduta e violência policial	Abordagem policial, suspeição e tirocínio
2015	MORAES, Joysi, MARIANO, Sandra R. H., FRANCO, Andrea Marinho de Souza. Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro: uma história a partir das percepções e reflexões do gestor responsável por sua implantação. <i>Revista de Administração Pública</i> . V. 49, n 2, 2015	Cultura organizacional e abordagem administrativa	Modalidades de policiamento	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2015	MUNIZ, Jaqueline; MELLO, Kátia Sento Sé. Nem tão perto, nem tão longe. O dilema da construção da atuação policial nas UPP's. Dossiê Políticas Públicas de segurança e Justiça. <i>Civitas</i> , v. 15, n. 1, jan./mar. 2015, p. 44 -65.	Mandato Policial	Modalidades de policiamento	Poder de polícia
2015	MUSUMECI, Leonarda. Entre o grito e o tiro. Polícia, democracia e armas “menos letais”. <i>Boletim Segurança e Cidadania</i> , n. 16, novembro de 2015.	Uso da força e armamentos	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Mecanismos de responsabilização e accountability
2015	PEREIRA, Tatiana Guimarães Sardinha. <i>O Tiro de Misericórdia: uma análise dos fatores institucionais do suicídio na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro</i> . 2015. Dissertação (Mestrado em Programa de pós-graduação em sociologia e antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.	Segurança e saúde ocupacionais	Vitimização policial	Carreira de trabalho e profissionalização
2015	RIBEIRO, Ludmila. Polícia Comunitária em Belo Horizonte: a hora e a vez dos estabelecidos? <i>Pensata Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP</i> , v. 4, p. 178-205,	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança	Práticas policiais

	2015.		pública	
2015	RIBEIRO, Ludmila; MONTANDON, Ana Maria Alemão. Reformar a polícia ou reformar o seu discurso? Uma análise da chegada da filosofia de policiamento comunitário a uma organização policial militar brasileira. <i>Revista Brasileira de Segurança Pública</i> , v. 9, p. 62-81, 2015.	Modalidades de policiamento	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Polícia e políticas de segurança pública
2015	SILVA, Gilvan Gomes da. <i>Políticas de segurança pública: um olhar sobre a formação da agenda, das mudanças do padrão de policiamento e da manutenção do policiamento comunitário no Distrito Federal</i> . Tese de Doutorado em Sociologia UNB, 2015	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Práticas policiais
2015	SOARES, Luiz Eduardo. Porque tem sido tão difícil mudar as polícias?. In: Bernardo Kucinski et al. <i>Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação</i> . São Paulo: Boitempo, 2015, p. 27 - 31.	Reforma Policial	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Práticas policiais
2015	SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Dispositivo militarizado da segurança pública. Tendências recentes e problemas no Brasil. <i>Soc. estado.</i> , Abr 2015, vol.30, no.1, p.207-223.	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Modalidades de policiamento	reforma policial
2015	WYLLYS, Jean. Formas de temer, formas de reprimir: as relações entre violência policial e suas representações nas mídias. In: Bernardo Kucinski et al. <i>Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação</i> . São Paulo: Boitempo, 2015, p. 51 - 54	Desvios de conduta e violência policial	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	confiança e imagem da polícia
2015	ZANINI, Marco Tulio Fundão, SANTOS, Marcio Carvalho Colmerauer dos; LIMA, Diego de Faveri Pereira A influência do estilo de liderança consultivo nas relações de confiança e comprometimento no Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro. <i>Rev. Adm.</i> (São Paulo), Mar 2015, vol.50, no.1, p.105-120.	Cultura organizacional e abordagem administrativa	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Arquitetura e/ou modelo organizacional

2015	SCHACTAE, Andréa Mazurok. A ordem e a margem: comportamento disciplinar para Polícia Feminina no Paraná (1977-2000). <i>Tempo</i> , vol.21 no.37 Niterói Jan./June 2015	Polícia e gênero	Desvios de conduta e violência policial	Legislação, códigos de conduta, deontologia policial
2015	CHAVES, Michel Eduardo Moreira. <i>Mediação ou controle do espaço criminalizado?</i> o esfacelamento do discurso de proximidade das forças de pacificação. Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Práticas policiais
2015	CRUZ, Fernanda Novaes. <i>Unidos pela desconfiança: Polícia Militar e Juventude um relacionamento complicado.</i> Mestrado em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro 2015.	Confiança e imagem da polícia	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2015	MENEZES, Palloma Valle. <i>Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”:</i> uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas'. Doutorado em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.	Modalidades de policiamento	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Polícia e políticas de segurança pública
2015	NOVAIS, Sueli Menelau de. <i>Ressonância Estratégica e Inovação em Serviço de Segurança Pública: o Caso dos Postos Comunitários de Segurança da Polícia Militar do Distrito Federal.</i> Doutorado em Administração, Universidade de Brasília, 2015.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	cultura organizacional e abordagem administrativa
2015	ALBERNAZ, Elizabete. <i>“Faro Policial”:</i> um estudo de caso acerca dos critérios de construção e operação de padrões de suspeição e seletividade na ação policial. 39º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2015	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Práticas policiais	Polícia e relações raciais
2015	MACEDO, Henrique de Linica dos Santos. <i>Confrontes de ROTA: a intervenção policial com resultado morte no estado de São Paulo.</i> Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar, 2015.	Letalidade policial	Desvios de conduta e violência policial	Mecanismos de responsabilização e accountability

2016	BERLATTO, Fábila, CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das Forças Repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. <i>Rev. Bras. Ciênc. Polít.</i> , Dez 2016, no.21, p.77-120.	Sindicatos, associações e ativismo policial	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais
2016	PONCIONI, Paula. O Modelo de Policiamento Comunitário nos Programas de Educação Policial: uma breve Revisão da Literatura Especializada sobre o Assunto. <i>POLITEIA Revista do Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna</i> , v. 2, p. 127-140, 2016.	Modalidades de policiamento	Formação e Qualificação profissional	Práticas policiais
2016	ABREU, Verônica do Couto. (2013), "SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS: um estudo na sociedade democrática brasileira", <i>In: LIMA, Cristiane; BAPTISTA, Gustavo; FIGUEIREDO, Isabel S (orgs.), Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais. Col. Pensando a Segurança Pública, Vol. 2, Brasília, Ministério da Justiça/Senasp: 9 – 82.</i>	Polícia e políticas de segurança pública	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Legislação, códigos de conduta, deontologia policial
2016	ALCADIPANI, Rafael; MEDEIROS, Cintia. O Herói-Envergonhado: tensões e contradições no cotidiano do trabalho policial. <i>Revista Brasileira de Segurança Pública</i> . 2016.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais	Polícia e políticas de segurança pública
2016	ANJOS, Verônica Almeida dos. <i>A tomada de decisão nas ruas: um estudo comparativo entre a atuação da polícia no Brasil e na Colômbia. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.</i>	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Polícia e políticas de segurança pública
2016	ARAUJO, Alves Fábio. "Não tem corpo, não tem crime": notas sócio-antropológicas sobre o ato de fazer desaparecer corpos. <i>Horizontes Antropológicos</i> . Porto Alegre, ano 22, n. 46, 2016.	Desvios de conduta e violência policial	Letalidade policial	Mecanismos de responsabilização e accountability

2016	AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; NASCIMENTO, Andrea Ana do. Desafios da reforma das polícias no Brasil: permanência autoritária e perspectivas de mudança. <i>Civitas – Revista de Ciências Sociais</i> , v. 16, n. 4, out/dez 2016.	Reforma Policial	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Polícia e políticas de segurança pública
2016	BARBOSA, Luiz Coimbra. <i>Cativando mentes e corações dos “guardiões da Ceilândia”</i> : as re-representações sociais do 8º batalhão da PMDF. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2016.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais	Polícia e políticas de segurança pública
2016	BEATO, Cláudio, RIBEIRO, Ludmila. Discutindo a reforma das polícias no Brasil. <i>Civitas – Revista de Ciências Sociais</i> , v. 16, n. 4, out/dez 2016.	Reforma Policial	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Polícia e políticas de segurança pública
2016	BRABO, Ivete de Fátima Ferreira; CORRÊA, Rosália do Socorro Silva. Os princípios de direitos humanos na polícia militar do Pará: formação para o exercício da função policial. <i>Revista Brasileira de Estudos em Segurança Pública</i> , [S.l.], v. 9, n. 1, feb. 2016.	Formação e qualificação profissional	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Práticas policiais
2016	CARUSO, Haydée; SILVA, J. F. ; SUASSUNA, R. ; ALBERNAZ, E. R. ; FIGUEIRA, M. G. ; SILVA, L. M. ; OLIVEIRA, R. M. ; DE MORAES, Yuri . Educação a Distância em Segurança Pública no Brasil: um estudo sobre os efeitos Rede -EAD-SENASP na trajetória dos seus discentes. In: Ana Carolina Cambeses Pareschi; Cíntia Liara Engel; Gustavo Camilo Baptista; Alex Jorge das Neves. (Org.). <i>Coleção Pensando a Segurança Pública - Volume 7</i> . 1aed. Brasília: , 2016, v. 7, p. 215-256.	Formação e qualificação profissional	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Carreira de trabalho e profissionalização
2016	COELHO, Maria Claudia; SENTO SÉ, João Trajano; FERNANDES, Raquel B; RIOS, Fábio. A experiência da sujeição à autoridade policial: notas sobre a articulação entre cognição e emoção na vida pública. <i>RBCS</i> , v. 31, n. 90, fevereiro/2016	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Carreira de trabalho e profissionalização

2016	COSTA, Arthur Trindade Maranhão; OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de. Novos padrões de investigação policial no Brasil. <i>Soc. estado.</i> , Abr 2016, vol.31, no.1, p.147-164.	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Práticas policiais	Polícia e políticas de segurança pública
2016	CARUSO, Haydée. <i>Entre ruas, becos e esquinas: a construção da ordem na lapa carioca</i> . Brasília: EDUnB, 2016	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Modalidades de policiamento
2016	FERNANDES, Alan. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). <i>Revista Brasileira de Segurança Pública</i> , 2016.	Vitimização policial	Carreira de trabalho e profissionalização	segurança e saúde ocupacionais
2016	FRANÇA, Fábio Gomes. "Hierarquia da invisibilidade": preconceito e homofobia na formação policial militar. <i>Revista Brasileira de Segurança Pública</i> . 2016.	Polícia e Diversidade Sexual	Carreira de trabalho e profissionalização	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2016	GONÇALVES, Cristhovão. <i>NA CENTRAL DA CAPITAL: Entre Drogas e o Pacto - etnografando a criminalização das drogas e a cultura policial nas metas do Pacto Pela Vida</i> . 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Católica de Pernambuco	Práticas policiais	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2016	LOPES, Cleber da Silva; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; TORDORO, Marcos Antonio. Direitos Humanos e cultura policial na polícia do estado do Paraná. <i>Sociologias</i> , Porto Alegre, ano 18, no 41, jan/abr 2016, p. 320-353	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Polícia e políticas de segurança pública
2016	MELLO, Marília Montenegro Pessoa; VALENÇA, Manuela Abath. MULHERES E CONTROLE POLICIAL NO RECIFE DO INÍCIO DO SÉCULO XX. <i>Caderno do CEAS</i> , n 238, 2016.	Polícia e gênero	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	História da força policial

2016	OLIVEIRA NETO, Edi Alves. <i>Os cães ladram mas a caravana não para: Estudo etnográfico sobre o policiamento com cães no DF. Dissertação de Mestrado, Pós Graduação em Sociologia da UnB, 2016.</i>	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais	Modalidades de policiamento
2016	RAMOS, Silvia. Violência e polícia: Três décadas de políticas de segurança no Rio de Janeiro. <i>Boletim Segurança e Cidadania</i> , n. 21, março de 2016.	Polícia e políticas de segurança pública	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Legislação, códigos de conduta, deontologia policial
2016	ROSEMBERG, André. A pena como arma: trabalho, intimidade e rotina nas cartas dos policiais paulistas (1870 – 1915). <i>Estudos Históricos</i> , Rio de Janeiro, vol. 29, no 59, p. 627-646, setembro-dezembro 2016.	Mecanismos de responsabilização e accountability	História da força policial	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2016	SILVA, Gabriela Galiza; GURGEL, Yara Maria. A polícia na Constituição Federal de 1988: apontamentos sobre a manutenção de um órgão militarizado de policiamento e a sua incompatibilidade com a ordem democrática vigente no Brasil. <i>Revista Brasileira de Segurança Pública</i> , 2016.	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Reforma Policial	Polícia e políticas de segurança pública
2016	SINHORETTO, Jacqueline, SCHLITTLER, Maria Carolina, SILVESTRE, Giane. Juventude e violência policial no Município de São Paulo. <i>Revista Brasileira de Segurança Pública. Dossiê</i> , 2016.	Desvios de conduta e violência policial	Polícia e relações raciais	Abordagem policial, suspeição e tirocínio
2016	SOZZO, Máximo; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Segurança pública e reforma das polícias na América Latina. <i>Civitas – Revista de Ciências Sociais</i> , v. 16, n. 4, p. 547 – 551, out/dez 2016.	Reforma Policial	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2016	ZANETIC, André, PAES MANSO, Bruno, NATAL, Ariadne Lima, OLIVEIRA, Thiago Rodrigues. Legitimidade da polícia: segurança pública para além da dissuasão. <i>Civitas – Revista de Ciências Sociais</i> ,	Reforma Policial	Confiança e imagem da polícia	Carreira de trabalho e profissionalização

	v. 16, n. 4, out/dez 2016.			o
2016	BRAGA, Maria Manuela Mendonça Ferreira. <i>Mídia e construção de espaços seguros no Rio de Janeiro: uma análise sobre as UPP's</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2016	CABELEIRA, Mayara de Martini. <i>Política e pacificação: segurança, participação e favela</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2016	FARO, Ana Elisabete Rodrigues. <i>Rio 2000 Violência urbana, corrupção e política nas representações dos filmes Tropa de Elite</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 2016.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Corrupção policial	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2016	FERNANDES, Fernandina Lopes. <i>Crime, Juventude e Medo: a visão de moradores, polícia e jovens desviantes sobre o crime na cidade da Praia em Cabo Verde</i> . Doutorado em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Confiança e imagem da polícia	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2016	FERREIRA, Leonardo Borges. <i>Mesmo com o sacrifício da própria vida: prazer e sofrimento no trabalho entre policiais militares do DF</i> . Mestrado em Administração, Universidade de Brasília, 2016. Biblioteca Depositária: BCE UNB	Segurança e saúde ocupacionais	Carreira de trabalho e profissionalização	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2016	KOPITCKE, Alberto Liebling. <i>Segurança pública e democracia no Brasil: uma história de desencontros</i> . Mestrado em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.	Polícia e políticas de segurança pública	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)

2016	LIMA, Michael Batista. <i>As unidades de Polícia Pacificadora em atividade real e telereal: da política pública e da cobertura jornalística sobre conflito e segurança no Rio de Janeiro</i> . Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2016	OLIVEIRA, Eduardo de Figueiredo Santos. <i>A favela nos jornais: o processo de pacificação nas comunidades cariocas</i> . Mestrado em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2016	PEDREIRA, Paulo Tarso Mascarenhas. <i>Polícia! Para quem precisa! Polícia! Para quem precisa de polícia: desafios e perspectivas do policiamento comunitário como atual paradigma da segurança pública do Brasil</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Cachoeira, 2016.	Modalidades de policiamento	Polícia e políticas de segurança pública	Práticas policiais
2016	SANTOS, Felipe Haleyson Ribeiro dos. <i>A construção da identidade profissional policial-militar orientada pelas lógicas institucionais: um estudo de caso no estado do Paraná Curitiba</i> . Mestrado em Administração, Universidade Federal do Paraná, 2016.	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Modalidades de policiamento	Práticas policiais
2016	SCHLITTLER, Maria Carolina. <i>“MATAR MUITO, PRENDER MAL”</i> : a produção da desigualdade racial como efeito do policiamento ostensivo militarizado em SP. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. 2016	Polícia e relações raciais	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Práticas policiais
2016	DENARI, Julianna Bueno. <i>Batom na Caveira: um estudo de mulheres na Polícia Militar de São Paulo</i> . Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Sociologia. UFSCar, 2016	Polícia e gênero	Carreira de trabalho e profissionalizaçã o	Práticas policiais

2017	AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; DUTRA, L. D. M. ; BELUSSO JR., O. A. ; GARCIA, Tamires . Denúncias de Violência Policial Recebidas pelo Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do RS. <i>REVISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</i> , v. 17, p. 151-171, 2017.	Mecanismos de responsabilização e accountability	Desvios de conduta e violência policial	Práticas policiais
2017	PROENÇA Jr, Domício; MUNIZ, J. . Operações Especiais e Segurança Pública. <i>REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA</i> , v. 11, p. 182, 2017.	Operações Especiais e uso da Força Nacional de Segurança Pública	Modalidades de policiamento	Práticas policiais
2017	AZEVEDO, Erika Ferreira de. A Polícia e suas Polícias: Clientela, Hierarquia, Soldado e Bandido. <i>Psicol. cienc. prof.</i> , Set 2017, vol.37, no.3, p.553-564.	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Polícia e políticas de segurança pública
2017	GARAU, Marilha Gabriela Reverendo. Uma análise das relações da polícia militar com os moradores de uma favela ocupada por UPP. <i>Rev. Direito Práx.</i> , Jul 2017, vol.8, no.3, p.2106-2145.	Confiança e imagem da polícia	Modalidades de policiamento	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2017	MATTOS, Geisa. <i>Flagrantes de racismo: imagens da violência policial e as conexões entre o ativismo no Brasil e nos Estados</i> . Revista de Ciências Sociais UFC, V. 48, N. 2, 2017.	Polícia e relações raciais	Abordagem policial, suspeição e tirocínio	Desvios de conduta e violência policial
2017	SOARES, Joice de Souza. Considerações sobre uma polícia preventiva: discursos políticos e a natureza da atividade policial no Brasil oitocentista. <i>Almanack</i> , Abr 2017, no.15, p.71-105.	Modalidades de policiamento	História da força policial	Modalidades de policiamento
2017	ZANETIC, André. AÇÃO INSTITUCIONAL, CONFIANÇA NA POLÍCIA E LEGITIMIDADE EM SÃO PAULO. <i>Rev. bras. Ci. Soc.</i> , 2017, vol.32,	Confiança e imagem da	Representações sociais da e	Práticas policiais

	no.95.	polícia	sobre a polícia (ethos)	
2017	ZILLI, Luís Felipe; COUTO, Vinícius Assis. Servir e proteger: determinantes da avaliação pública sobre a qualidade do trabalho das Polícias Militares no Brasil. <i>Soc. estado.</i> , Dez 2017, vol.32, no.3, p.681-700.	Confiança e imagem da polícia	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Padrões de desempenho policial
2017	AGUIAR, Marcus Pinto; SANTANA, Everaldo Ferreira. Segurança pública e polícia militar no contexto do Estado democrático de direito brasileiro. <i>Revista Espaço Acadêmico</i> , novembro 2017	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Polícia e políticas de segurança pública	cultura organizacional e abordagem administrativa
2017	AMBROSIO, Felipe Augusto Rodrigues. <i>Desmilitarização da segurança pública e do estado na defesa da democracia e do direito brasileiro</i> . Mestrado em Ciência Jurídica, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, 2017.	Reforma Policial	Arquitetura e/ou modelo organizacional	Práticas policiais
2017	COSTA, Rafaely Camilo. <i>O ato de reconhecer: as mulheres policiais militares cariocas entre a igualdade e a diferença</i> . Mestrado em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.	Polícia e gênero	Práticas policiais	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)
2017	FAGANELLO, Marco Antonio. <i>O Voto na Bancada da Bala: Estudo de Geografia Eleitoral na cidade de São Paulo (2012/2016)</i> . Mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, 2017.	Sindicatos, associações e ativismo policial	Representações sociais da e sobre a polícia (ethos)	Práticas policiais
2017	Gloeckner, R. J., & Gonçalves, P. G.. Letalidade policial e ministério público: das práticas de extermínio ao discurso legitimador. <i>Revista brasileira de ciências criminais: dossiê especial letalidade policial</i> , v. 25, n. 130, abr., p. 177-202, 2017.	Letalidade policial	Controle Externo da Atividade Policial	Desvios de conduta e violência policial

